





**DESCRIÇÃO GERAL DO REINO DO PERU,  
EM PARTICULAR DE LIMA**

### **Conselho Consultivo:**

RUI MANUEL LOUREIRO (Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, CHAM)

PEDRO CARDIM (Universidade Nova de Lisboa, CHAM)

JUAN GIL (Universidad de Sevilla)

JUAN MARCHENA (Universidad Pablo de Olavide)

EDVAL DE SOUZA BARROS (Universidade Nova de Lisboa, CHAM)

RAFAEL SÁNCHEZ-CONCHA BARRIOS (Pontificia Universidad Católica del Perú)

MIGUEL RODRIGUES LOURENÇO (Universidade Nova de Lisboa, CHAM)

# DESCRIÇÃO GERAL DO REINO DO PERU, EM PARTICULAR DE LIMA

Edição de  
ISABEL ARAÚJO BRANCO  
MARGARITA EVA RODRÍGUEZ GARCÍA  
TERESA LACERDA

Tradução de  
ISABEL ARAÚJO BRANCO & ANA SILVA

Notas de  
ANTÓNIO CASTRO NUNES

Centro de História de Além-Mar  
**CHAM**  
Universidade Nova de Lisboa  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade dos Açores

  
**COMPARATISTAS**  
CENTRO DE ESTUDOS

≈ ≈ ≈  
Núcleo de Estudos  
Ibéricos e Ibero-Americanos  
**FCSH**  
FACULDADE DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

LISBOA  
2 0 1 3

## FICHA TÉCNICA

Título	<b>DESCRIÇÃO GERAL DO REINO DO PERU, EM PARTICULAR DE LIMA</b>
Organização	ISABEL ARAÚJO BRANCO, MARGARITA EVA RODRÍGUEZ GARCÍA & TERESA LACERDA*
Tradução	ISABEL ARAÚJO BRANCO & ANA SILVA
Notas	ANTÓNIO CASTRO NUNES
Edição	CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS / UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA UNIVERSIDADE DOS AÇORES  CENTRO DE ESTUDOS COMPARATISTAS FACULDADE DE LETRAS / UNIVERSIDADE DE LISBOA  NÚCLEO DE ESTUDOS IBÉRICOS E IBERO-AMERICANOS FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS / UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
Capa	Carla Veloso
Imagem	Túnica All-Toqapu, Inca, c. 1550 © Dumbarton Oaks, Pre-Columbian Collection, Washington, DC
Colecção	ESTUDOS & DOCUMENTOS 21
Depósito legal	362827/13
ISBN	978-989-8492-23-4
Data de saída	Setembro de 2013
Tiragem	500 exemplares
Execução gráfica	PUBLITO – Estúdio de Artes Gráficas, Lda. Parque Industrial de Pitancinhos BRAGA - Portugal
Agradecimentos	Bibliothèque Nationale de France e Dumbarton Oaks, Pre-Columbian Collection, Washington, DC

### Apoios:

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



Embaixada do Peru

\* Teresa Lacerda é investigadora no Centro de História de Além-Mar (CHAM – FCSH/NOVA-UAç).

# ÍNDICE

## 1. INTRODUÇÃO

DESCRIÇÃO DE REINO DO PERU: A CIRCULAÇÃO NO MUNDO ANDINO AOS OLHOS DE UM SÚBDITO IBÉRICO, MARGARITA EVA RODRÍGUEZ GARCÍA .....	11
TERRAS AMERICANAS: CRÓNICA E IMAGENS, ISABEL ARAÚJO BRANCO.....	25

## 2. ESTUDOS

NOTAS DE ERRÂNCIA E DIÁSPORA. A PRESENÇA DE CRISTÃOS-NOVOS PORTUGUESES NO PERU: INQUISIÇÃO E TABACO (SÉCULOS XVI-XVII), JOÃO DE FIGUEIRÔA-RÊGO .....	33
VASALLOS QUE SE OBSERVAN. OPINIÓN Y ESCRITURA IMPERIAL BAJO LA UNIÓN DE CORONAS (1580-1640), RAFAEL VALLADARES .....	55
LA MIRADA PORTUGUESA AL PERÚ DE LOS SIGLOS XVI Y XVII, JOSÉ DE LA PUENTE BRUNKE .....	69

## 3. TEXTOS

DESCRIÇÃO GERAL DO REINO DO PERU, EM PARTICULAR DE LIMA, tradução de ISABEL ARAÚJO BRANCO & ANA SILVA, notas de ANTÓNIO CASTRO NUNES	101
EXCERTO DA RELAÇÃO DAS CAUSAS DESPACHADAS NA INQUISIÇÃO DE SEVILHA EM 1619. ARCHIVO HISTÓRICO NACIONAL, INQUISICIÓN, LEGAJO 2075, N.º 32, FLS. 2-4v, transcrição de MIGUEL RODRIGUES LOURENÇO	191
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	197



**1.**

## **INTRODUÇÃO**

---



# DESCRIÇÃO DE REINO DO PERU: A CIRCULAÇÃO NO MUNDO ANDINO AOS OLHOS DE UM SÚBDITO IBÉRICO

MARGARITA EVA RODRÍGUEZ GARCÍA\*

O texto que agora editamos, *Descrição geral do Reino do Peru*, escrito durante a primeira metade do século XVII, foi apresentado ao público pela primeira vez em 1914, por José de la Riva Agüero, no Congresso de Historia y Geografía Hispano-Americana, reunido nesse ano em Sevilha.<sup>1</sup> O historiador e político peruano dava, então, notícia da existência de um manuscrito na Biblioteca Nacional de Paris e sugeria que se tratava de uma cópia do original. Coincidindo com esta última apreciação, Rubén Vargas Ugarte publicou, anos mais tarde, alguns fragmentos do documento<sup>2</sup> e, finalmente, em 1958, foi editada uma transcrição na íntegra do mesmo, por Boleslao Lewin, sob os auspícios da Universidad Nacional del Litoral de Rosario, na Argentina.<sup>3</sup> No ano 2009, a Universidad Ricardo Palma publicaria, em Lima, uma nova edição integral, a partir do texto de Lewin, acompanhada por uma tradução para português.<sup>4</sup>

Com o objectivo de divulgar o texto entre um público de língua portuguesa, optámos agora por publicar a tradução para Português do manuscrito. A edição tem dois tipos de notas: por um lado, notas de carácter histó-

---

\* Centro de História de Além-Mar (CHAM – FCSH/NOVA-UAç). Investigadora Auxiliar do Programa Ciência 2008 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Ministério da Educação e Ciência.

<sup>1</sup> Consultar a edição de 1968 deste trabalho: José de la RIVA-AGÜERO, «Descripción anónima del Perú y Lima del judío portugués», *Obras Completas*, Vol. VI, Lima, Pontificia Universidad Católica del Perú, pp. 73-118.

<sup>2</sup> Rubén VARGAS UGARTE, *Manuscritos peruanos en las bibliotecas del extranjero*, Lima, Talleres Tipograficos de la Empresa Periodistica, 1935, pp. 41-67.

<sup>3</sup> Boleslao LEWIN, *Descripción del Virreinato del Perú. Crónica inédita de comienzos del siglo XVII*, Rosario, Universidad Nacional del Litoral, 1958.

<sup>4</sup> Pedro LEON PORTOCARRERO, *Descripción del Virreinato del Perú*, ed. y prólogo de Eduardo HUARAG ÁLVAREZ, Lima, Universidad Ricardo Palma, 2009.

rico, com o objectivo de esclarecer termos e conceitos próprios da história colonial peruana e hispano-americana<sup>5</sup> e, por outro, comentários à tradução que pretendem chamar a atenção sobre peculiaridades linguísticas de *Descrição geral do Reino do Peru*. Integrámos também um índice que poderá servir como ferramenta para o investigador interessado em aspectos como o comércio, a natureza do território peruano, a sua geografia e agricultura, entre outros. Por fim, publicamos a transcrição de um documento relacionado com a biografia do autor, conservado no Arquivo Histórico Nacional de Madrid.<sup>6</sup>

Pretendemos com esta edição chegar não só a um público académico, mas também a todos os que se interessam por literatura de viagens ou têm curiosidade em relação à história da América Latina e do Peru em particular. O trabalho tradutório para português visa facilitar a leitura deste público não especializado, mas também apresentar uma proposta de tradução que convide à reflexão sobre a disciplina.

Sobre a identidade do autor, vários lusitanismos visíveis, alguns destacados em notas-de-rodapé, fizeram com que José de la Riva-Agüero, Rubén Vargas Ugarte e Boleslao Lewin sugerissem que se trataria de um português, provavelmente judeu, uma associação que a historiografia actual evita realizar de forma mecânica, sem negar com isso a importante presença de cristãos-novos entre os originários de Portugal que passaram pelas Índias Ocidentais durante este período, muitos deles dedicados ao comércio. Como o próprio texto permitia deduzir, como veremos mais adiante, que o seu destino final poderia ter sido as autoridades holandesas, os três historiadores citados, nas suas primeiras aproximações ao documento, estabeleceram um perfil para o anónimo autor de *Descrição geral do Reino do Peru*: tratar-se-ia de um judeu português que, depois de passar quinze anos no vice-reino peruano, ofereceu aos holandeses uma descrição do território hispânico, com informações úteis para atacar militarmente o vice-reino ou, pelo menos, o monopólio mercantil de Castela nas Índias.

Deve-se a identificação do autor a Guillermo Lohman Villena. A referência, no documento, a uma horta em frente ao *cercado* de índios de Lima, propriedade do anónimo escritor de *Descrição* e conhecida como a horta do doutor Franco, por ter sido inicialmente do avô da sua esposa, foi a pista encontrada pelo historiador peruano para determinar a autoria. A referência à família Franco Ordóñez permitiu-lhe concluir, seguindo o rumo dos dez filhos nascidos do casamento do doutor Franco com Luisa Ordóñez, que

---

<sup>5</sup> Para a elaboração destas notas foi utilizada uma bibliografia dispersa e os próprios conhecimentos adquiridos pela equipa ao longo dos anos, mas não queremos deixar de referir duas obras gerais que foram de especial utilidade: Pilar PÉREZ CANTÓ y Esperanza MÓ ROMERO, *Las sociedades originarias y la América hispana. Una aproximación histórica*, Madrid, Ediciones UAM, 2010 e Juan Carlos GARAVAGLIA y Juan MARCHENA, *América Latina. De los orígenes a la independencia* (2 Vols.), Barcelona, Crítica, 2005.

<sup>6</sup> Ver nota n.º 9.

entre as duas netas, de sucessão legítima, que resultaram desta linha familiar, apenas Francisca Ordóñez Franco estava em posição de herdar a horta, por a outra ter tomado hábitos religiosos. Estando a primeira casada com Pedro de León Portocarrero, em datas que coincidem com as proporcionadas pelo documento, os estudiosos de *Descrição geral do Reino do Peru* dão como certo que foi este o autor da relação<sup>7</sup>. Embora na certidão de casamento, Portocarrero seja apresentado como originário de Viana del Bollo, território castelhano próximo de Portugal, os documentos inquisitoriais localizados por Lohman Villena situam o seu nascimento em Vinhais, em Trás-os-Montes, e identificam-no como descendente de uma família presa pelo Tribunal Inquisitorial de Coimbra, depois de os seus membros terem sido acusados de judaizantes e de o seu pai ter sido sentenciado à morte na fogueira, enquanto a sua mãe falecia na prisão. Depois de Portocarrero passar a território castelhano, certamente ainda criança e com a ajuda de familiares ou amigos, participou em 1600 num acto de reconciliação em Toledo, acusado dos mesmos delitos que anos antes tinham conduzido os seus pais à prisão. É provável que tivesse então decidido, como muitos outros portugueses conversos, passar para as Índias, tentando aliviar a pressão sobre a sua família. Provavelmente viu no Novo Mundo uma oportunidade de fazer fortuna, e muito provavelmente a sua viagem correspondeu a uma mistura de ambas as motivações.<sup>8</sup> Mas nem desta maneira escapou à vigilância das autoridades, agora coloniais, que o acusaram de proselitismo. A sua saída do vice-reino e o regresso à península cerca de 1616 constituiu provavelmente uma nova tentativa de escapar à pressão inquisitorial, que de pouco lhe serviu. Em Sevilha era esperado pelos oficiais da Inquisição que o conduziram à prisão para ser submetido a dois novos processos entre 1617 e 1619 e, embora tenha sido declarado inocente, não escapou a uma multa que, supomos, piorou a já precária situação económica que arrastava desde Lima.<sup>9</sup>

A partir deste momento o seu rasto perde-se. Alguns indícios, no documento, permitem pensar que terá ido para a Holanda e, uma vez aí, posto o conhecimento adquirido no Peru ao serviço das autoridades holandesas ou

---

<sup>7</sup> Guillermo LOHMAN VILLENA, «Una incógnita despejada: la identidad del judío portugués autor de la 'Discreción general del Perú'», *Revista de Indias*, n.º 119-122 (1970), pp. 323-345.

<sup>8</sup> G. LOHMAN VILLENA, «Una incógnita despejada...», cit., pp. 347-351.

<sup>9</sup> G. LOHMAN VILLENA, «Una incógnita despejada...», cit., pp. 376-378. No fim da presente obra publicamos um documento que é um resumo do processo inquisitorial que teve lugar em Sevilha referente a Pedro León Portocarrero. Era prática habitual dos tribunais distritais enviar listas ou sínteses dos processos. Guillermo Lohman Villena refere outras fontes importantes para a biografia de Portocarrero, nomeadamente, documentação sobre suspeitas de práticas judaizantes do seu círculo em Lima. AHN, *Inquisición*, lib. 1029. *Relaciones de causas despachadas (1601-1613)*, fls. 404v e 448. (Este documento encontra-se disponível no Portal de Archivos Españoles (PARES)). Um terceiro processo que implicou o mesmo grupo, mas onde não consta o suposto autor da *Descrição*, refere as mesmas suposições que conduziram a um auto de fé, celebrado na Praça Maior de Lima, em 1625. Este documento é referido por Lohman Villena, no entanto, não foi possível localizá-lo. AHN, *Inquisición*, lib. 1030. *Relaciones de las causas despachadas (1614-1638)*, fols. 291v-313.

da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, criada em 1621. A notícia que dá sobre a presença nas costas peruanas, em 1615, de navios holandeses, a que se refere como «avios destas terras»<sup>10</sup>, é uma primeira pista sobre a qual já chamaram a atenção alguns dos historiadores anteriormente mencionados.<sup>11</sup> A esta soma-se o relato que faz deste episódio, suavizando a imagem do pirata Spilbergen, de quem destaca a atitude cortês para com os povoadores de Lima. Simultaneamente a visão negativa de *espanhóis, índios e negros* que acompanha o texto, e que o leva a considerar que «todo o reino e gentes que ao senhor não temem não podem deixar de ter mau fim» gera algumas interrogações sobre o lugar a partir de onde Portocarrero observava a sociedade do vice-reino do Peru. Terá León de Portocarrero dedicado a *Descrição* às autoridades holandesas? Se assim foi, a elas se terá dirigido ao concluir o seu texto: «Com isto, temos concluído a nossa história das Índias. À glória e honra de Deus e serviço de vossas senhorias, a quem ele seja servido de aumentar e fazer senhores de grandes reinos e senhorios. Tudo para o seu santo serviço e bem de vossas senhorias.»

Sem descartar a possibilidade de novas investigações puderem questionar alguns capítulos desta biografia, parece-nos bastante verosímil a trajectória vital até aqui definida e, de maneira especial, o que diz respeito à autoria do texto. Não obstante, este texto, como outros atribuídos a cristãos-novos portugueses, devem ser repensados, evitando a relação mecânica que os contemporâneos estabeleceram com frequência entre os portugueses, os praticantes da fé judaica e a conspiração permanente contra os monarcas católicos, uma identificação demasiado presente também no trabalho de Lohman Villena. Fosse ou não o seu autor um cristão-novo, fiel ao credo dos seus antepassados, que procurou o apoio das autoridades holandesas, nenhuma destas hipóteses deve ser considerada como ponto de chegada, mas sim de partida. Algumas das possíveis questões que poderiam ser objecto de estudo são colocadas nos três artigos que antecedem esta edição.

Uma ideia os liga: a insistência em que os impérios ultramarinos não foram unicamente o resultado de decisões tomadas nas cortes europeias. Foram moldados em boa parte pelas actividades económicas, por manobras políticas e inclusive pelos afectos e crenças de indivíduos como Pedro León de Portocarrero.

Apesar da separação legal entre os reinos ibéricos, promulgada nas restrições que limitavam a entrada e residência nos territórios ultramarinos a estrangeiros e outros súbditos não castelhanos da monarquia hispânica<sup>12</sup>,

---

<sup>10</sup> Na presente edição da *Descrição geral do Reino do Peru, em particular Lima*, p. ?? (Doravante o texto será citado como *Descrição...*).

<sup>11</sup> B. LEWIN, *Descripción del Virreinato del Perú...*, cit. p. 12.

<sup>12</sup> Maria da Graça Mateus VENTURA, *Portugueses no Peru ao tempo da União Iberica. Mobilidade, cumplicidades e vivências*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. 1, Tomo 1, pp. 63-75.

um número importante de portugueses aproveitou as circunstâncias criadas pela união ibérica para ir para as Índias de Castela.<sup>13</sup> Aí se dedicaram ao comércio, contribuíram para a formação de redes mercantis que vinculavam os diferentes vice-reinos e governações, entre si e com outros territórios distantes, actuaram como financiadores, monopolizaram o estabelecimento do comércio de escravos e ocuparam cargos intermédios da administração civil e militar.<sup>14</sup>

O comércio foi, sem dúvida, uma das actividades que escaparam às normas legais e às estruturas institucionais das metrópoles ibéricas e esteve no centro das reflexões de Portocarrero. A *Descrição do vice-reino do Peru*, escrita como pensamos na década de 1620 – uma hipótese sobre a qual voltaremos –, transportou os seus potenciais leitores às rotas oficiais pelas quais circulavam as mercadorias do vice-reino peruano, mas também as do contrabando: «todos negoceiam e são mercadores, ainda que por mão alheia e dissimuladamente».<sup>15</sup> O monopólio real de comércio com a América, a chamada *Carrera de Índias*, e as mercadorias que mobilizava, incluindo os metais, representavam apenas uma parte das trocas realizadas no Novo Mundo. No Peru, a prata potosina e outros metais actuavam como um ímã para os súbditos portugueses, residentes ou não, naquelas latitudes. Nada pode expressar melhor essa situação que as palavras que abrem a descrição do território elaborada por Portocarrero: «O Peru, província e reino rico e poderoso, onde se encontram ricas minas de prata, ouro, mercúrio, chumbo, estanho e cobre, abastecida de todo o género de sustento».<sup>16</sup> A troca do ansiado metal oferecia-se, de maneira legal ou ilegal, mercadorias dos quatro continentes e, entre elas, a mão-de-obra escrava requerida pelos territórios americanos. As autoridades pouco puderam fazer para o impedir, quando

---

<sup>13</sup> Maria da Graça Ventura inclui no seu trabalho um inventário de 1400 portugueses residentes ou presentes no vice-reino peruano, entre 1580 e 1640, realizado a partir das relações de estrangeiros, das composições (o pagamento que, para escapar à ordem de expulsão, realizavam os estrangeiros que não tinham licença nas Índias, devendo cumprir alguns requisitos como a residência de vários anos na América ou se ter casado), actos judiciais, fiscais ou de bens de defuntos. A autora conclui que, tendo em conta este número e os comentários das autoridades e de outros contemporâneos, a importância numérica dos portugueses terá sido bastante maior (Maria da G. Mateus VENTURA, *Portugueses no Peru...*, cit., Vol. I, pp. 76-130). Sobre o peso dos portugueses no vice-reino peruano, contamos também com os trabalhos clássicos de Lewis HANKE, «The Portuguese in Spanish America with Special Reference to the Villa Imperial de Potosí», *Revista de Historia de America* 51 (1961), pp. 1-48 e Gonçalo RÉPARAZ, *Os Portugueses no Vice-reinado do Peru (séculos XVI-XVII)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1976. Encontramos uma revisão dos trabalhos dedicados a este tema em Gleydi SULLÓN BARRETO, «Portugueses en el Perú virreinal (1570-1680): Una aproximación al estado de la cuestión», *Mercurio Peruano* 523 (2010), pp. 116-129.

<sup>14</sup> Daviken STUDNICKI-GIZBERT, *A nation upon the ocean sea. Portugal's atlantic diaspora and the crisis of the Spanish Empire, 1492-1640*, Oxford, Oxford University Press, 2007, esp. cap. 2 y 4.

<sup>15</sup> *Descrição...*, cit., p. 79.

<sup>16</sup> *Descrição...*, cit., p. 101.

não participavam directamente neste comércio, como o autor observou ao longo do texto.

Na sua *Descrição geral do Reino do Peru*, Portocarrero fez referência aos dois pontos mais importantes onde se concentrava o comércio ilegal na América meridional, Cartagena das Índias e Buenos Aires, descrevendo com pormenor as rotas que uniam ambos os enclaves a Lima e a Potosí. Além destes portos, as rotas descritas por Portocarrero estavam ligadas a redes de comércio transatlânticas ou transpácificas que, numa percentagem não desdenhável, foram dominadas durante este período por cristãos-novos.<sup>17</sup> Não sem orgulho destacaria o autor que «pelas fartas riquezas que o Peru tem e cópia de todas as coisas, umas que produz e outras que vêm de províncias comarcanas e de todos os reinos e partes do mundo, diz-se que, de cem que vão ao Peru, não regressa um».<sup>18</sup>

Com o objectivo de oferecer um quadro que nos transporte do comércio regional, praticado por personagens como Portocarrero, às redes de comércio e negócios constituídas pelos comerciantes portugueses, o primeiro dos artigos, «Notas de errância e diáspora. A presença de cristãos-novos portugueses no Peru (séculos XVI-XVII)», a cargo de João Figueirôa-Rêgo, chama a atenção para o peso da nação portuguesa nas Índias de Castela e a sua relação a redes atlânticas de negócios, mais amplas, dominadas, embora não em exclusividade, por cristãos-novos. O trabalho de Figueirôa-Rêgo considera as possibilidades oferecidas pelas fontes inquisitoriais para o conhecimento destas redes ao mostrar o círculo de negócios, amigos e familiares que envolviam os acusados. A cooperação entre os tribunais inquisitoriais ibéricos, peninsulares e americanos, embora nem sempre efectiva, alertava para a presença nas Índias de conversos fugidos da península e possibilitava a troca de informações sobre os suspeitos. O carácter endogâmico das redes comerciais de origem portuguesa, apoiado nos laços de parentesco e em cumplicidades já existentes na terra de origem, permitiu aos inquisidores alcançar suspeitos dos quais tinham perdido o rasto e possibilita hoje, ao investigador, um melhor conhecimento do funcionamento destas redes mercantis.

Há que citar, ao nos referirmos às redes portuguesas na América meridional, o trabalho de Maria da Graça Ventura, *Portugueses no Peru ao tempo da união ibérica. Mobilidade, cumplicidades e vivências*<sup>19</sup> e, em particular, a análise que faz das relações tecidas pelos Gramaxo a partir de Cartagenas das Índias e Manuel Baptista Peres a partir de Lima. Para o estudo da questão, este trabalho, o mais exaustivo entre os dedicados à presença dos portu-

---

<sup>17</sup> Daviken STUDNICKI-GIZBERT considera que aproximadamente metade dos membros da nação portuguesa da diáspora era formada por cristãos-novos, *A nation upon the ocean sea...*, cit., pp. 10-11.

<sup>18</sup> *Descrição...*, cit., p. 101.

<sup>19</sup> M. da G. Mateus VENTURA, *Portugueses no Peru...*, cit., Vol. I, T. I, pp. 227-446.

gueses no Peru durante o período da União Ibérica, completa-se com os contributos da obra de Davinken Studnicki-Gizbert: *A nation upon the ocean sea. Portugal's Atlantic Diaspora and the crisis of the spanish empire, 1492-1640*. Este último proporciona-nos o perfil geral das redes de comércio estabelecidas pelos portugueses residentes na capital do vice-reino, na sua projecção para o Atlântico. Quem comerciava no Peru mantinha dois tipos de ligações. Por um lado, relações de tipo local, com produtores e vendedores, que se estendia a toda a economia regional, um percurso que é, em grande medida, o descrito por Portocarrero no seu texto.<sup>20</sup> Por outro, relações de longa distância que uniam a diáspora portuguesa. Enquanto os grandes comerciantes, como Manuel Baptista, mantinham múltiplos contactos nestas redes internacionais, outros, como seria o caso de Portocarrero, podiam ter um único intermediário, ainda que duradouro. Bastava que lhe proporcionasse os produtos de fora ou o crédito que necessitava para fazer funcionar as suas actividades no vice-reino. De ambos os tipos de ligações fez relação Portocarrero.

O relato de Pedro León de Portocarrero deteve-se principalmente nas trocas que tinham lugar em território peruano, organizando o seu texto em forma de guia para *trajinantes*, ou seja, para indivíduos dedicados ao comércio regional. São minuciosas as suas observações sobre as possibilidades que cada província oferece ao comércio, sobre a presença ou não de mercadores nas principais vilas e cidades e sobre as produções aptas para o consumo dos seus habitantes, sem deixar de lado o clima ou as condições para viajar. Mais uma vez, deve aqui recuperar-se o trabalho de Lohman Villena que reconstruiu, a partir dos documentos notariais do Arquivo de la Nación em Lima, boa parte das actividades que permitiram ao autor adquirir estes conhecimentos: Portocarrero residiu durante uma primeira etapa em Ica, no Norte do Peru, transferindo-se mais tarde para Lima, onde chegou a estabelecer uma loja que lhe permitiria enviar representantes comerciais para percorrer o território, não sendo ele já obrigado a fazê-lo pessoalmente, como certamente aconteceu durante os primeiros anos.<sup>21</sup>

O artigo de Rafael Valladares, «Vasallos que se observan. Opinión y escritura imperial bajo la unión de coronas (1580-1640)», parte de uma ideia semelhante à defendida por João Figueirôa-Rêgo: o questionamento de que os sessenta anos em que durou a União Ibérica corresponderam a um período de respeito pela separação, acordada em 1581, entre os territórios ultramarinos de ambos os reinos, como durante muito tempo se afirmou.

---

<sup>20</sup> Maria da Graça Mateus Ventura chama repetidamente a atenção para as potencialidades desta fonte no estudo dos circuitos de comércio regionais, em *Portugueses no Peru...*, cit., Vol. I, T. I, pp. 32-43. É inevitável citar aqui o trabalho de Carlos SEMPAT ASSADOURIAN, *El sistema de la economía colonial: el mercado interior, regiones y espacio económico*, México, Editorial Nueva Imagen, 1983.

<sup>21</sup> Guillermo LOHMAN VILLENA, «Una incógnita despejada...», cit., pp. 351-356.

As possibilidades de lucro mercantil conduziram a uma colaboração entre portugueses e espanhóis – incluindo neste último grupo as autoridades americanas – que beneficiou ambos os grupos. Em palavras do autor, «un árbol gigante de rutas y redes creció a la sombra de las respectivas carreras de las Indias españolas y portuguesa hasta hacerse inabarcable con una sola mirada».

Entrando no terreno cultural, textos como o de Portocarrero, como assinala Valladares, com a sua descrição pormenorizada e, acrescentamos nós, por vezes emocionada, das rotas que atravessavam o vice-reino e de algumas das suas principais cidades, mostra-nos a aproximação que, de facto, se tinha verificado entre os súbditos das coroas ibéricas. O seu artigo chama a atenção sobre o contraponto que oferece o relato de viagem à Pérsia de Don García de Silva y Figueroa embaixador de Filipe III de Espanha e II de Portugal na corte do Xá Abbas I, tratando-se, neste caso, da narração de um castelhano que circulou pelas rotas abertas pelo comércio português no Médio Oriente.<sup>22</sup>

Valladares propõe-nos abordar este tipo de textos como um exemplo do que qualifica como «escrita imperial», que escapa a classificações simplificadoras (como pensar a relação de Portocarrero como o escrito de um judeu, de um comerciante ou de um português), levando-nos a perguntar, sem preconceitos, quais os códigos culturais a partir dos quais descreveu o território peruano. Para contribuir metodologicamente nesse sentido, o artigo esboça um quadro de relações globais durante o período da União Ibérica que nos pode ajudar a encontrar algumas respostas.

O terceiro artigo que acompanha esta edição, escrito por José de la Puente, «La mirada portuguesa al Perú en los siglos XVI y XVII», retoma alguns aspectos abordados pelos anteriores: a existência no Peru dos séculos XVI e XVII de trocas entre o mundo luso e hispânico que transcendiram o âmbito mercantil. Seria o caso do português Enrique Garcés, fundamental na introdução do sistema de mercúrio nas minas peruanas, mas também na divulgação no Peru da poesia de Camões. Uma vez mais, como no caso dos anteriores, o seu trabalho recorda a importância do comércio desenvolvido pelos portugueses no Peru, e como esta actividade perdurou para lá do fim da União das Coroas, sendo um bom exemplo disso a importante actividade desenvolvida por Diego Fausto Gallegos, nascido no Alentejo em 1638 e falecido em Lima em 1712. Finalmente, de la Puente oferece-nos um relato mais profundo e minucioso da perseguição de que foram alvo os portugueses por parte do Tribunal da Inquisição limenho na década de 1630. Em resumo, o seu artigo completa as visões mais gerais

---

<sup>22</sup> A edição crítica dos «Comentarios» de Don García de Silva y Figueroa está disponível em Rui Manuel LOUREIRO, Cristina Costa GOMES e Vasco RESENDE, *Don Garcia de Silva y Figueroa e os «Comentarios» da embaixada à Pérsia (1614-1624)*, 2 Vols., e Rui Manuel LOUREIRO e Vasco Resende (coords.), *Estudios sobre Don García de Silva y Figueroa e os «Comentarios» da embaixada à Pérsia (1614-1624)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2011.

oferecidas pelos autores anteriores, aproximando-nos do contexto do vice-reino peruano encontrado pelos portugueses ali estabelecidos durante os séculos XVI e XVII, ao mesmo tempo que dá nome e rosto a alguns daqueles que fizeram fortuna ou alcançaram projecção social, assim como aos governantes peruanos que procuraram sem êxito impedi-lo.

Concluiremos esta introdução à edição e tradução da *Descrição geral do Reino do Peru* e aos estudos que a acompanham apontando alguns aspectos que, se não foram necessariamente determinantes no contexto específico em que Portocarrero elaborou o seu texto, oferecem-nos algumas pistas sobre o ambiente geral do momento. Esperamos que, juntamente com as propostas metodológicas oferecidas pelos três autores que colaboram neste trabalho, e das quais nós mesmo nos servimos para elaborar esta introdução, podem ser úteis a futuras investigações.

Convém, em primeiro lugar, regressar à data do documento. Considerando os factos de que o autor disse ter sido testemunha, a redacção da *Descrição*, ou pelo menos a sua conclusão, foi sem dúvida posterior a 1615. De acordo com as investigações de Lohman Villena, Pedro León de Portocarrero participou num acto de conciliação em Toledo, em 1600. Existindo referências no texto à explosão do vulcão Huaynaputina, que ocorreu nesse ano, o historiador peruano considerou que não deveria ter passado muito tempo entre a cerimónia de penitência e a sua chegada a território americano. O próprio Portocarrero mencionou ter estado e residido em Lima durante quinze anos, e sabemos também que, em 1616, o tribunal inquisitorial de Sevilha ordenou a sua entrada na prisão, ditando-se três anos depois a sentença de absolvição. Com todos estes dados, Lohman considerou que a *Descrição geral do Reino do Peru* estaria concluída em 1620 ou 1621.

No entanto, outra referência no documento inclina-nos a localizar a sua data uns anos depois. Portocarrero refere, na sua passagem por Valle de Yucay, perto de Cusco, ter pertencido este território ao marquesado de Oropesa: «Há quinze anos concedeu El-Rei este vale a um cavaleiro com nome e título de Marquesado de Oropesa del Valle de Yucay, e casou-o com La Coya».<sup>23</sup> Na realidade, este título foi concedido à sua esposa, Ana María Lorenza de Loyola, em 1614, três anos depois de casar com Juan Enríquez de Borja. Assim sendo, a relação deverá ter sido escrita cerca de 1629.

De qualquer forma, os anos em que a *Descrição* foi redigida coincidiram com o fim da trégua entre espanhóis e holandeses em 1621, e a criação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais nesse mesmo ano. Sem fazer dos cristãos-novos, responsáveis pela tomada de Pernambuco pelos holandeses<sup>24</sup>, ou de todos os mercadores portugueses residentes em Lima e Carta-

<sup>23</sup> *Descrição...*, cit., p. 160.

<sup>24</sup> Stuart B. SCHWARTZ, *Da América portuguesa ao Brasil*, Lisboa, DIFEL, 2003, pp. 185-215.

gena, activos accionistas da citada companhia, tal como Swartz disse que aconteceu nesse contexto<sup>25</sup>, contudo, alguns foram-no. E não há dúvida de que a religião tecia em grande parte as identidades de então. Ainda assim, seguindo o conselho que Rafael Valladares apresenta no artigo incluído nesta edição, é-nos mais conveniente, se queremos evitar classificações que condicionem a nossa perspectiva, ampliá-la e aceder a um conjunto mais amplo de textos da época, em que possamos procurar semelhanças e diferenças.

O investigador que queira aderir a esta proposta, contará, em primeiro lugar, com uma vasta bibliografia que, especialmente desde meados do século XX, se dedicou ao estudo das crónicas e descrições das Índias, que motivaram a redacção de algumas destas.<sup>26</sup> A *Descrição geral do Reino do Peru* parece manter muitas sintonias com o inquérito elaborado em 1604 pelo Conde de Lemos, então presidente do Conselho das Índias. Esse questionário salienta especialmente a necessidade de proporcionar informação sobre os caminhos que separam as diferentes povoações e vilas, as dificuldades e perigos no momento de os percorrer, as *ventas* que se encontravam no trajecto, as possibilidades de alugar cavalgadas pelo caminho ou sobre o que devia ser pago aos índios que serviam de guia. É, pois, este o universo recriado pela *Descrição*, coincidindo muitas das informações que inclui com as solicitadas pelo Conde de Lemos para o melhor conhecimento dos domínios americanos e proporcionados, entre outros, pelo dominicano Reginaldo de Lizárraga, na sua *Descripción breve de toda la tierra del Pirú, Tucumán, Río de la Plata y Chile* (em 1605) ou pelo frade jerónimo, Diego de Ocaña.<sup>27</sup> Por isso, não podemos excluir a possibilidade de ter procurado, com o seu documento, receber alguma recompensa das autoridades espanholas, inde-

<sup>25</sup> M. da G. Mateus VENTURA, *Portugueses no Peru...*, cit., Vol. I, T. I, p. 272.

<sup>26</sup> Sendo muito numerosos os artigos e livros dedicados ao tema, parece-nos que introduz bem o tema, por um lado o trabalho de Francisco de SOLANO, *Cuestionarios para la formación de las relaciones geográficas de Indias. Siglos XVI-XIX*, Madrid, CSIC, 1988, que recompila cerca de trinta questionários realizados na pensínsula para a elaboração na América das referidas relações, proporcionando-nos assim pistas importantes para entender a estrutura e o estilo adoptado por este tipo de textos na América e, por outro lado, o também muito conhecido trabalho de David BRADING, *Orbe Indiano. De la Monarquía católica a la república criolla, 1492-1867*, México, Fondo de Cultura Económica, 1993, que aborda, destacando os nascidos ou residentes no território americano, os diferentes géneros literários e políticos utilizados para descrever a terra em que viviam os *criollos* e os *«acrioullados»*. Finalmente, o trabalho de Carlos A. González, *Homo Viator homo scribens. Cultura gráfica, información y gobierno en la expansión atlántica (siglos XVI-XVII)* oferece-nos um quadro geral e inúmeros exemplos concretos para entender a forma como circulava a informação sobre a América no império espanhol e as motivações que a geravam.

<sup>27</sup> Reginaldo de LIZARRAGA, *Descripción del Perú, Tucumán, Río de la Plata y Chile*, Ignacio BALLESTEROS DÍAZ (ed.), Las Rozas (Madrid), Dastin, 2002. Diego de OCAÑA, *Viaje por el Nuevo Mundo: de Guadalupe a Potosí, 1599-1605*, Blanca LOPEZ DE MARISCAL y Abraham MADROÑAL (eds.), Madrid, Iberoamericana, 2010. Ambos os textos e a sua relação com o questionário elaborado pelo Conde de Lemos foram abordados por Elena ALTUNA em *El discurso colonialista de los caminantes. Siglos XVII-XVIII*, Michigan, Latinoamericana Editores. Centro de Estudios Literarios «Antonio Cornejo Polar», 2002.

pendentemente de quem fosse, afinal, os destinatários da *Descrição geral do Reino do Peru*.<sup>28</sup>

Além das rotas mercantis que atravessavam o vice-reino, uma terrestre, atravessando a cordilheira, e outra que segue pela costa do «Mar do Sul», convivem, na sua descrição do território peruano, as antigas demarcações incas, as províncias inferior e superior ou os Andes, termo que na crónica de Portocarrero denomina a Amazónia («bosques altíssimos e cerrados») e que tem origem no *Antisuyo* incaico. Sobre estas demarcações, pressupõem-se a organização em *corregimientos*, *pueblos de indios*, vilas e cidades de espanhóis, cuja descrição ocupa a maior parte do texto. Mais além do território peruano, como assinalámos anteriormente, a *Descrição* deixa entrever a ligação pelo Pacífico para a Nova Espanha e as capitánias e audiências centro-americanas, assim como a ligação com o Atlântico, o mar Oceano dos contemporâneos. Esta última é referida no texto, principalmente pelo Rio da Prata, onde convergem as rotas de comércio oficiais, com as do contrabando, amplamente utilizadas por portugueses e espanhóis. Mas o autor também insinua, nas primeiras páginas da *Descrição*, outras vias de acesso ao Atlântico, especialmente significativas no momento em que Portocarrero escreve e no contexto de rivalidade internacional que se registava na América meridional. Vale a pena determo-nos nesse aspecto.

Conhecia-se desde o século XVI a ligação entre o território peruano e o Atlântico, seguindo o curso do rio Amazonas, que, no texto de Portocarrero, é sempre o Maranhão: «Os Andes são bosques altíssimos e cerrados com rios caudalosos que descem também das montanhas e vão todos dar ao rio Maranhão, que entra no mar Oceano.»<sup>29</sup>

As possibilidades que este território amazónico podia oferecer para o enriquecimento de *adelantados*, conquistadores e aventureiros faziam parte da imaginação dos contemporâneos, e a elas também Portocarrero dava espaço: «Nestes Andes entram alguns índios ladinos do Peru a tratar com os índios, e levam-lhes mercadorias de que eles fazem uso, e, em troca, trazem

---

<sup>28</sup> Outros aspectos ligam a *Descrição* com relatos como *Memorial del Nuevo Mundo Piru*, elaborado por Buenaventura SALINAS Y CÓRDOVA (Lima, 1630), dado o ênfase que ambos põem nas riquezas do território peruano e o protagonismo que adquire, no relato, a cidade *criolla* e, em particular, Lima. E, se se trata de dar prioridade às possibilidades e riquezas que o território americano oferece, procuraram promover o Brasil, entre os territórios do império, como o *Tratado da Terra do Brasil*, de Pêro Magalhães GÂNDAVO (Capistrano de ABREU (ed.), Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1980), redigido em 1568 ou 1569; as *Notícias do Brasil*, descrição apresentada por Gabriel Soares de Sousa a Cristóvão de Moura, em Madrid, em 1587 (Luís de ALBUQUERQUE (ed.), Lisboa, Alfa, 1989); a descrição do Brasil, incluída por Manuel Correa de MONTENEGRO no seu *Libro Quinto de los reyes naturales de Portugal*, em que pretende promover o território em oposição às Índias de Castela (Biblioteca Nacional de Portugal, cód. 13091, [16-]); ou os *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes BRANDÃO, datado de 1618, e que chamou a atenção para a importância das trocas entre Brasil e Angola ou o Rio da Prata e o Peru (Rodolfo GARCIA e Jaime CORTESÃO (eds.), Rio de Janeiro, Dois Mundos Editora, 1943).

<sup>29</sup> *Descrição...*, cit., p. 102.

ouro em pó, a que chamam *volador* e que tem vinte e dois quilates de lei, pelo que se tem por coisa certa que nestes Andes há muito ouro. E diz-se que, para além destes bosques, é a terra plana e muito povoada por muitas léguas, até ao mar Oceano.»<sup>30</sup>

Antes de Pedro Teixeira navegar desde a desembocadura do Amazonas até Quito, onde chegou em 1639, confirmando a ligação do vice-reino peruano ao oceano Atlântico, houve várias tentativas de explorar a zona que se encontrava a este da cordilheira andina. Entre elas, a mais conhecida é a de Orellana, na década de 1540, que realizaria o trajecto em sentido inverso, procurando primeiro o mítico país da Canela, depois transformado no *El Dorado*. As notícias sobre a viagem de Orellana foram transmitidas por crónicas como as de Inca Garcilaso<sup>31</sup> ou as *Décadas*, de Antonio Herrera, que na época da sua edição o autor bem podia conhecer.

Além destas viagens, terão sido muitos os rumores e informações que circulavam sobre estas rotas e aparentemente ainda no século XVII incluíam o mito do *El Dorado*<sup>32</sup> que tanto contribuiu para estimular expedições de exploração e conquista. Localizado numa primeira fase na bacia alta do Orinoco e na bacia do Rio Negro, o *El Dorado* foi-se deslocando paulatinamente para sul, de maneira que as posteriores viagens que visaram alcançá-lo partiriam também de Quito, Cusco ou Assunção. A promessa de ricos metais foi também um pretexto para obter financiamento e atrair patrocinadores para as expedições e, no caso de Portocarrero, talvez uma maneira de chamar a atenção sobre a importância do território peruano.

É interessante considerar o que, por essa época, estava a acontecer ao norte do promissório território, a que o autor fazia referência. Em 1615, uma expedição hispano-portuguesa expulsava os franceses de São Luís do Maranhão, fundando-se em 1616 a cidade do Pará e criando-se em 1621 o estado do Maranhão e Grão-Pará. Mas, até então, este território, no que diz respeito aos europeus, era terra de ninguém. Em alguns mapas do fim do século XVI, aparecia representado como uma região integrada no vice-reino peruano.<sup>33</sup>

Portocarrero nada diz sobre a proximidade dos territórios portugueses que nos permita concluir que nos seus comentários sobre o «mar Oceano» se identificava com quem no «Estado do Brasil» intuía novas possibilidades mercantis e de enriquecimento com a expulsão dos franceses e o controlo da Amazônia setentrional. Também não existe nenhuma referência no seu texto

<sup>30</sup> *Descrição...*, cit., p. 103.

<sup>31</sup> Inca GARCILASO DE LA VEGA, *Historia General del Perú*, Córdoba, 1617; Antonio de HERRERA Y TORDESILLAS, *Historia general de los hechos de los castellanos en las Islas y Tierra Firme del mar Océano que llaman Indias Occidentales*, Madrid, 1601-1615.

<sup>32</sup> Massimo LIVI BACCI, *El Dorado en el pantano. Oro, esclavos y almas entre los Andes y la Amazonia*, Madrid, Marcial Pons Historia, 2012, p. 23.

<sup>33</sup> Alirio CARDOSO, «A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)», *Revista Brasileira de História São Paulo*, Vol. 31 (2011), n.º 61, p. 319.

que nos leve a considerar o seu interesse pela empresa que, com o apoio de Filipe II de Portugal, terminou com a expulsão dos franceses. De acordo com os trabalhos de Alírio Cardoso, o monarca espanhol impulsionou a conquista desde Pernambuco, pensando não apenas na defesa da soberania ibérica, mas igualmente na integração mercantil do norte da Amazónia na monarquia hispânica, um espaço que também ingleses, franceses e holandeses incluíam nos seus interesses.<sup>34</sup> Os comentários de Portocarrero corresponderam ao interesse que este tipo de informações geográficas podiam ter para a recém-criada Companhia das Índias Holandesas? Talvez simplesmente o autor, aludindo ao ouro escondido no continente americano, tenha repetido o gesto, antigo neste mundo ultramarino, de procurar atrair financiamento.

É difícil saber, como o é conhecer de forma correcta qual o horizonte político para indivíduos como Portocarrero. Mas em nada ajuda, desde logo, condicionar à partida a nossa resposta à origem do autor ou ao credo que praticava. Devemos antes pensar, como Alírio Cardoso, num mundo de fronteiras fluídas, de territórios indefinidos, em que «a presença de oficiais e soldados espanhóis na conquista do Maranhão podia ser tão comum como a presença portuguesa na carreira comercial espanhola»<sup>35</sup> e em que, sem dúvida, outras nações ambicionavam as riquezas americanas.

Outros aspectos de interesse serão descobertos pelo leitor no texto, como a relação quotidiana entre os europeus e a população indígena e a dependência que os primeiros tinham não apenas das suas produções para o comércio, amplamente abordadas na *Descrição geral do Reino do Peru*, mas também do conhecimento e ajuda que os índios proporcionavam aos viajantes, comerciantes na sua maioria, no momento de percorrer o território. Sobre isso, Portocarrero ofereceu aqui e ali vários comentários («Por aqui se anda com índios, e eles sabem as dormidas e onde há erva e alguma água salobra para as bestas»<sup>36</sup>). Vimos já que o texto que nos ocupa é, em certa medida, um guia de caminhantes e nela as comunidades andinas desempenham um papel importante.

Por fim, queremos chamar a atenção sobre o tipo de olhar sustentado por Portocarrero sobre o território peruano e sobre quem o habitava: a «escrita imperial» a que Valladares faz referência e que, sem dúvida, merecia novos estudos. A riqueza e variedade dos seus comentários ao descrever o vice-reino levam-nos a pensar que dificilmente o texto terá sido escrito exclusivamente para proporcionar informação mercantil ou estratégica aos holandeses e, em todo o caso, chamam-nos a atenção para o perigo de enquadrá-lo unicamente nesse registo, perdendo-se a oportunidade de estudar outros aspectos. Em algumas ocasiões carregado de uma enorme subjectividade, as suas descrições aproximam-nos do sentimento dos viajantes

<sup>34</sup> Alírio CARDOSO, «A conquista do Maranhão...», cit., pp. 317-338.

<sup>35</sup> Alírio CARDOSO, «A conquista do Maranhão...», cit., p. 330.

<sup>36</sup> *Descrição...*, cit., p. 104.

que percorrem o território («Há muitos lugares de índios pelo caminho e bosques e muita solidão»<sup>37</sup>), mas, ao chegar às cidades e em especial a Lima, o autor assume uma distância descrevendo de uma maneira pormenorizada ofícios e cargos repartidos pelo vice-rei ou o convento da Encarnación, criticando também, com estudada objectividade, o Tribunal da Inquisição, ou as qualidades morais de *criollos* e indígenas. Insistimos, não espere o leitor encontrar *a priori* uma reivindicação da nação onde nasceu Portocarrero, nem a espanhola ou castelhana. Em algumas ocasiões encontrará comparações com as frutas e outros alimentos de «Espanha». Como explicou Pedro Cardim em relação a Lourenço de Mendonça, autor de la «Suplicación a su Majestad Católica del Rey, nuestro señor, que Dios guarde. Ante sus Reales Consejos de Portugal y de las Indias, en defensa de los Portugueses (Madrid, 1630)», e nessa data comissário do Santo Ofício de Potosí, o termo «espanhol» para muitos contemporâneos fazia referência aos súbditos peninsulares da monarquia hispânica e houve quem, como foi o caso de Mendonça, considerasse que os portugueses eram, por herança e história, mais espanhóis que os aragoneses ou bascos<sup>38</sup>. Não damos, portanto, nada por garantido. Percorramos, pois, com Portocarrero o território peruano, num tempo em que as fronteiras eram fluídas e as identidades provavelmente cambiantes no tempo.

---

<sup>37</sup> *Descrição...*, cit., p. 103.

<sup>38</sup> Pedro CARDIM, «“Todos los que no son de Castilla son Yguales”. El estatuto de Portugal en la Monarquía española en el tiempo de Olivares», *Pedralves*, 28 (2008), pp. 521-552.

# TERRAS AMERICANAS: CRÓNICA E IMAGENS

ISABEL ARAÚJO BRANCO\*

*Descrição geral do Reino do Peru, em particular de Lima* é um documento histórico importante, mas também um riquíssimo texto do ponto de vista literário. Inserindo-se na Literatura de Viagens, serviria objectivos de ampliação de negócios de mercadores europeus. Está, pois, repleto de dicas comerciais, de transporte e de comunicação, como é particularmente evidente na listagem final.

«Daqui se vai por terra a Guayaquil. Há muitos lugares de índios pelo caminho e bosques e muita solidão», lemos no texto. Este é um exemplo, entre muitos outros, da riqueza das imagens apresentadas na *Descrição...* Um caminho repleto de arvoredos e solidão, marcado pela natureza e afastado da presença humana, impondo-se perante o visitante. Não se trata do «inferno verde» de *La vorágine*, do venezuelano José Eustasio Rivera, ou de *A selva*, do português Ferreira de Castro, mas remete para o mesmo mundo, pela identificação desse elemento da realidade americana. Aliás, a plasticidade da escrita é uma das características do texto, recorrendo com frequência às comparações e imagens que lhe conferem vivacidade e que permitem que se desprenda de uma mera descrição de carácter comercial: os rios são atravessados por balsas que se assemelham a peixes; há planícies imensas que, «de longe, um homem parece tão grande como uma torre e um pássaro tão grande como um homem»; os pedreiros sentem nos montes «as mesmas revoluções que no mar provam os que de novo entram nele»; o terramoto de 1609 deixou quinhentas casas abertas «como uma romã»; as montanhas são «tão altas que parece que atingem o céu»; o gigantesco Maranhão, visto de cima, «parece um pequeno rio». São estes elementos que tornam algumas

---

\* Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos (NEIIA – FCSH/NOVA) e membro do projecto Diálogos Ibéricos e Ibero-Americanos do Centro de Estudos Comparatistas (CEC – FLUL). Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Educação e Ciência.

passagens quase poéticas. Noutras temos um tom cómico. Por exemplo, os *criollos* são chamados «pão e mel» devido à grande quantidade destes produtos que consomem. Em algumas ocasiões, encontramos descrições quase cinematográficas, em que nos sentimos mais espectadores do que leitores, projectando as palavras e criando uma imagem mental, como acontece na cena da gruta e os movimentos dos macacos na copa das árvores:

«Nestes penhascos faz-se uma grande concavidade, onde dormem as gentes e se ouve o grande estrondo do rio, que aturde os que ali dormem. Bem podem dormir doze homens sob esta penha, cada um em sua enxerga, e acende-se fogo, pois que todos levam lenha e carvão, e muito de comer e melhor de beber, já que nesta montanha não se acha nem lenha nem que comer. Quando passa muita gente, os criados e gente de serviço e as cavalgaduras, dormem sobre a neve.»

«Todo o rio está coberto de bosques muito altos, verdes e cerrados, sobre os quais andam muitos macacos e micos, de muitas e diferentes espécies. Quando querem passar de uma parte do rio à outra, procuram as árvores que mais juntas se encontram, seguram-se às caudas ou rabos uns dos outros e, deixando-se pendurar das árvores e dão-se um vaivém, o que está à frente agarra-se à árvore, e assim vão passando todos os que querem, sem se largarem até que se achem a salvo. E fazem mil burlas e momos às gentes que por ali navegam, atiram-lhes paus, e é tanto o estrondo e os gritos que dão, que parece que afundam aqueles bosques, muitos ladram como cães, e há alguns tão grandes como burricos.»

«Outras índias, que não querem ou não têm que gastar, vestem um *anaco* de algodão, fechado dos pés ao pescoço e de ruim cor, sem mais camisa, nem calçado, nem touca, nem coisa semelhante. Andam com os pés no chão e o cabelo solto ao vento, que parecem uns diabos.»

Quase visualizamos as índias dos retratos rurais do escritor e fotógrafo mexicano Juan Rulfo, com os seus rostos marcados pela pobreza de séculos, passada de geração em geração, perpetuada na terra, nos corpos e nas mentes dos povos.

Como acontece regularmente neste tipo de crónica, o autor recorre à comparação como recurso ilustrativo, de forma a ser compreendido por um leitor que desconhece a realidade americana. Daí afirmar, por exemplo, que os guanacos são «carneiros muito maiores que os nossos, mais altos e mais largos». Está sempre presente a perspectiva europeia – e, sem dúvida, eurocêntrica. Nenhuma visão é completamente nova, o olhar carrega o passado, a mentalidade, a ideologia, os objectivos de quem vê e interpreta. O desconhecido é incorporado no enquadramento linguístico e mental de quem vê. Como afirma Luís Filipe Barreto, «toda a descrição está limitada, não à extensão da realidade “retratada” (apenas uma condicionante), mas ao ângulo perceptual onde a escrita é formulada, ao código de interpre-

tação a que pertence o sujeito discursivo».<sup>1</sup> A comparação é, pois, recorrente. Hernández de Córdoba classifica a primeira cidade que visita na América como «el Gran Cairo». João de Barros, na sua descrição d'*O Descobrimento do Caminho da Índia*, faz um paralelo entre as cores de pele por ele conhecidas («A entrada do qual rio, depois que viram o gentio que habitava à borda dêle, deu grande ânimo a tôda a gente, pera quão quebrado o levava, tendo tanto navegado sem achar mais que negros bárbaros, como os da Guiné, vizinhos de Portugal.»<sup>2</sup>) Álvaro Velho, no *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia*, utiliza diversas vezes a realidade portuguesa como termo de comparação («[...] e ali resgatámos um boi negro por três manilhas, o qual jantámos ao domingo; e era muito gordo, e a carne dele era saborosa como a de Portugal.»<sup>3</sup>) Também Fernão Mendes Pinto, em *Peregrinação*, remete a arquitectura oriental para a lisboeta: («Das duas principais povoações destas, atravessam duas ruas de mais de tiro de falcão cada uma, que chegam até aos aposentos do chaém, todas com arcos de pedraria cobertos por cima como os do hospital de Lisboa.»<sup>4</sup>)

A terra americana é aproveitável e rentável de muitos pontos de vista. Aliás, por diversas vezes, o território é apresentado como o mais maravilhoso do planeta, numa descrição que recorre com frequência a superlativos. Por aqueles lugares, não há animais peçonhentos, os frutos e vegetais são abundantes ao longo de todo o ano, os minérios são valiosos, o sal é retirado por quem dele necessita de forma fácil e gratuita e existem medicamentos naturais que curam as feridas. Está implícita uma comparação com a Europa, nomeadamente no que diz respeito ao clima: «Em nenhum sazão do ano faz frio nem os calores são tão grandes que, desde que o homem não saia ao sol, não lhe faz dano. [...] nunca se sente frio nem calor de noite, nem velhos nem meninos têm necessidade de se chegar alguma vez ao lume.» Devido às maravilhas da América, os europeus não regressam aos seus países:

«[...] diz-se quem vai ao Peru, de cem, não volta um, porque, para além da sua grande abundância e fartura, há nele poucos tributos, poucos direitos, poucas fronteiras, poucas alcavalas. Terra bem temperada e onde nunca se viu peste nem males contagiosos. As gentes socorrem-se muito umas às outras. Terra que quantos querem trabalhar ganham de comer e onde se dão grandes salários. [...] E são muito estimados os homens honrados e de confiança. Por estas razões não querem os homens regressar a Espanha – que voltar, em havendo dinheiro, fora coisa fácil.»

---

<sup>1</sup> Luís Filipe BARRETO, *Descobrimientos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 59.

<sup>2</sup> João de BARROS, *O Descobrimento do Caminho da Índia*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Textos Literários, 1938, p. 39.

<sup>3</sup> Álvaro VELHO, *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1969, p. 11.

<sup>4</sup> Fernão Mendes PINTO, *Peregrinação*, Vol. 1, Lisboa, Relógio d'Água, 2001, p. 348.

Trata-se de uma continuação da ideia de América como um paraíso ou semiparaíso terreno, presente já nos primeiros cronistas das Índias Ocidentais, nomeadamente no *Diário* de Cristóvão Colombo. «Crean Vuestras Altezas que es esta tierra la mejor e más fértil y temperada y llana y buena que haya en el mundo»<sup>5</sup>, escreve o Almirante, a 17 de Outubro, para reiterar, a 27 de Novembro, que «debajo del sol no me parece que las puede haber mejores en fertilidad, en temperancia de frío y calor, en abundancia de aguas buenas y sanas».<sup>6</sup>

No texto, encontramos referências a marcas do passado précolombino e ao processo de conquista, em geral de uma forma neutral, como se se tratasse de algo natural ou inevitável. Temos também uma descrição da sociedade americana e das estruturas administrativas, com alusão aos hábitos, ao mundo do trabalho, aos alimentos e às mentalidades, bem como a caracterização directa e indirecta das gentes que habitam o continente: europeus, *criollos*, indígenas e negros. Todos eles têm qualidades e defeitos, mas são descritos de uma maneira tão geral que se aproximam de personagens tipo, típicas, aliás, de alguma da literatura da época, em particular do teatro. Deparamo-nos com situações do quotidiano da colónia narradas de forma divertida (como as traições entre casais e outros problemas familiares) e comentários diversos que, com subtileza, revelam as opiniões do autor. É o que acontece na descrição do mosteiro de La Encarnación e dos costumes e acomodações das monjas. «Porém, sempre lhes falta o melhor», remata, sem mais. Noutras ocasiões, é mais directo, como na crítica aos *criollos* (não há «nenhum que se não tenha por cavaleiro») e na referência aos negócios dos funcionários, com que aumentam os rendimentos pessoais. Os frades são também visados, porque «são os que melhor se aproveitam no Peru, os que melhor sabem furtar, em bom romance». O tom moralizador é, na verdade, frequente.

O autor pode fazer estas e outras afirmações porque conta aquilo que conheceu durante a estada de quinze anos no território. Protege-se, portanto, no carácter testemunhal do texto e baseia aí a sua autoridade face ao leitor. A presença do «eu» é assídua, recordando situações que testemunhou e pessoas e lugares que conheceu. Os pormenores dados não permitem duvidar da *Descrição...*, mas, para convencer os mais cépticos, vai lembrando a sua condição de testemunha: «As uvas deste vale, depois de penduradas e guardadas em casa alguns dias, sabem a diversas coisas, umas vezes sabem, ao tacto, a amoras e ginjas, outras vezes a maçãs, marmelos, romãs e coisas semelhantes, isto é verdade infalível, porque o experimentei e ouvi outras pessoas que as comiam tratar desta coisa tão particular.»

---

<sup>5</sup> Cristóbal COLÓN, *Los cuatro viajes del almirante y su testamento*, Ed. de Ignacio B. Anzoátegui, Alicante, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002 (edición digital basada en la 10.ª ed. de Madrid, Espasa-Calpe, 1991) in [www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=7976](http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=7976).

<sup>6</sup> Cristóbal COLÓN, *Los cuatro viajes del almirante...*, cit.

Uma palavra ainda para o trabalho tradutório: procurámos ser fiéis ao texto, ao estilo do autor e às suas particularidades, anotando possíveis lusitanismos que, na tradução para português, naturalmente se dissipam. Optámos por assinalar alguns – não todos –, de forma a tornar visíveis parte destes casos para o leitor. É o que acontece com «bom», «porto», «novo», «feito» e «Santana», entre outros. Foram ainda uniformizadas ortograficamente palavras escritas de duas formas no original (provavelmente por erro do copista), com a actualização linguística que se impunha, excepto em referências geográficas e históricas. Decidimos também não traduzir vocabulário específico da área geográfica em causa, de modo a não confundir conceitos diferentes embora com equivalentes linguísticos, como acontece com «criollo», diferente do «crioulo» em português; ou palavras sem tradução corrente na nossa língua (como «chapelón», «locro», «lucuma» ou «guaruas»), explicando, contudo, o seu significado em nota-de-rodapé.



**2.**

**ESTUDOS**

---



# NOTAS DE ERRÂNCIA E DIÁSPORA. A PRESENÇA DE CRISTÃOS-NOVOS PORTU- GUESES NO PERU: INQUISIÇÃO E TABACO (SÉCULOS XVI-XVII)

JOÃO DE FIGUEIRÔA-RÊGO \*

«hay gan cantidad de portugueses y en cada dia entran más, particularmente por el puerto de Buenos Aires, y se vienen por tierra al Perú, Potosí, la Plata... los más guardan la ley de Moisés»

**Carta a Filipe II do Inquisidor Antonio de Lima (1598),**  
*AHN, Inquisición, lib. 1036, f. 285.*

«vuestra magestad sea seruido mandar enbiar la horden [...] porque no conviene que entre en el piru gente rruyn y que ha sido desterrada de portugal»  
«suplico a vuestra magestad sea seruido de mandar lo que se a de hazer dellos e de los que adelante vinieren porque de otra manera se henchirá el piru de gente portuguesa».

**Cartas a Filipe II do governador de Tucumán,**  
**Juan Ramirez de Velasco (1590),**

*Gobernación del Tucumán.*  
*Papeles de gobernadores en el siglo XVI, documentos del Archivo de Indias,*  
Madrid, impr. de J. Pueyo, 1920, pp. 251 e 286.

*A Discrición general del Reino del Piru* (1620) atribuída a um português de origem conversa, de nome Pedro de León Portocarrero<sup>1</sup>, para lá dos ele-

---

\* Centro de História de Além-Mar (CHAM – FCSH/NOVA-UAç). Bolseiro de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Ministério da Educação e Ciência.

<sup>1</sup> Por ironia, à época, um outro Pedro de Portocarrero fora já Inquisidor-geral de Espanha (1596-1599), depois afastado do cargo por questões de conflito com o então marquês de Denia,

mentos informativos que carrega, reveste-se de forte significado. É que, a autoria desse manuscrito casa bem com o espírito subjacente às citações em epígrafe, assim como com o arrolamento de cerca de 1.400 portugueses residentes no Peru, ou ali estantes entre 1580-1640.<sup>2</sup> Tal facto, para lá de constituir um dado histórico irrefutável, sugere a importância dessa presença no contexto geográfico a que se reporta. Muito embora a listagem referida possa ficar aquém da realidade e se circunscreva a um período cronológico específico, cujo pico se situou na década de 1590-99<sup>3</sup>, o impacto social, cultural e económico da comunidade de que saiu o autor da *Discrìcion*, teria sido grande. Pelo que o rol mencionado constitui um excelente ponto de partida para aferir a mobilidade portuguesa cristã-nova e, em particular, a respeitante à diáspora ao tempo de monarquia dual<sup>4</sup>. Porém, toda essa movimentação era anterior à União Dinástica, como afirmou Fernand Braudel:

«há muito que os marinheiros e mercadores portugueses entravam clandestinamente em território espanhol. De cada um que vislumbramos, cem nos escapa».<sup>5</sup>

---

futuro duque de Lerma, cf. J. MARTÍNEZ MILLAN, «El apogeo del Santo Oficio (1569-1621): los hechos y las actividades inquisitoriales en España: los primeros lustros del siglo XVII: los inquisidores generales durante el reinado de Felipe III» in Bartolomé ESCANDELL BONET e Joaquín PÉREZ VILLANUEVA (dirs.), *Historia de la Inquisición en España y América*, Vol. 1 («El conocimiento científico y el proceso histórico de la Institución (1478-1834)»), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2000, pp. 887 e ss. Contudo, este seu quase homónimo converso estava do outro lado da barreira, conforme demonstra à evidência o processo que lhe foi levantado pelo Tribunal do Santo Ofício de Sevilha, sentenciado em 1619 (A.H.N., *Relaciones de Causas de Autos de Fe*, Leg. 2075, caja 2, exp. n.º 24), expediente cuidadosamente estudado por Guillermo LOHMAN VILLENA, «Una incógnita despejada: la identidad del judío portugués autor de la 'Discrìcion General del Piru'» in *Revista de Indias*, Año XXX, Enero-Diciembre, Números 119-122 (1970), pp. 315-87.

<sup>2</sup> Maria da Graça Mateus VENTURA, *Portugueses no Peru ao tempo da união ibérica. Mobilidade, complicitades e vivências*, Lisboa, IN-CM, 2005, Vol. I, Tomo II, pp. 177 e ss.

<sup>3</sup> Note-se que, precisamente a meio desta década, em 1595, Filipe I mandou que fosse elaborada uma relação de todas as pessoas que tinham sido presas e haviam saído em auto-de-fé por culpas de judaísmo. Tratar-se-ia de um «levantamento» feito no intuito de possuir um registo de consulta rapidamente acessível.

<sup>4</sup> Sobre o período cronológico em geral vd, por exemplo, António Borges COELHO, «Política, Dinheiro e Fé: Cristãos-Novos e Judeus Portugueses nos Tempos dos Filipes» in *Cadernos de Estudos Sefarditas*, Lisboa, n.º 1, 2001, pp. 101-130.

<sup>5</sup> Fernand BRAUDEL, «Os portugueses e a América espanhola: 1580-1640» in Fernand BRAUDEL, *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*, Tomo II, *Os jogos da troca*, Lisboa, Teorema, 1992, p. 135. Fenómeno migratório corroborado por outros autores, um dos quais precisou a esse respeito: «Desde antes de la unión de las coronas, un artificio de los portugueses era cruzar la raya de Portugal, asentarse en Sevilla o en Extremadura, españolizarse y luego pasar a las Indias desde Castilla», cf. Antonio GARCIA DE LEON, «La malla inconclusa. Veracruz y los circuitos comerciales lusitanos en la primera mitad del siglo XVII» in Antonio IBARRA y Guillermina del VALLE PAVON (Coords.), *Redes sociales e instituciones comerciales en el imperio español, siglos XVII a XIX*, México, Instituto Mora/Facultad de Economía, UNAM, 2007, p. 44.

Tratou-se, como foi assinalado pela historiografia recente, de uma conjuntura que preocupou sobremaneira as autoridades políticas e religiosas, das chamadas Índias de Castela<sup>6</sup>, motivo pelo qual figura com assiduidade na correspondência trocada entre estas e o centro político ibérico. Segundo referiu um autor:

«La situación se agudizó a partir de la Real Cédula del 17 de octubre de 1602, en la que se ordena a las autoridades de Charcas ‘que se limpie la tierra de esta gente y que a costa de ellos hagáis salir de la tierra y de las Indias por el daño que hacen e inconvenientes que se han experimentado<sup>7</sup>...’»

A circunstância descrita não teria sofrido grandes modificações ao longo do tempo, a ajuizar pelo teor das queixões constantemente remetidas para a metrópole. Como escrevia ao rei, em 1630, desde *Cartagena de Índias*, um embaixado António Rodrigues de San Isidro Manrique:

«[...] la causa de haber tantos portugueses sin licencia de V.M. en estas partes, y particularmente en esta ciudad es la entrada que tienen en los navíos que vienen con registro de negros de los Reinos de Guinea, despachados por la Contratación de Sevilla o Lisboa [...] con que parece que esta tierra brota a montones portugueses y de aquí se esparcen a otras muchas partes, sin que parezca ay remedio estorbarlo y no dándose cada día se aumentara al numero desta gente [...].»<sup>8</sup>

Em 1641, ou seja, volvida mais de uma década, e desfeita já a União Ibérica, o mesmo correspondente insistia:

«[...] y es notorio que el Brasil se a dado al tirano de Verganza [sic] negando la obediencia a Vuestra Magestad, y si estando en ella an hecho los portugueses de San Pablo las insolencias que son publicas en el Paraguay entrando cada día a cautibar y sacar indios de los nuevamente combertidos a nuestra santa fee católica quemado yglesias y haciendo infinitos sacrilexios<sup>9</sup> [...].»

As razões que justificariam todo esse desespero alarmista teriam assento em duas premissas fundamentais: uma, tocante às questões mercantis; outra, decorrente da alegada difusão da fé cripto-mosaica. Existia a desconfiança, ou mesmo a certeza, de que a primeira criava embaraços aos

---

<sup>6</sup> A América espanhola, no fim do século XVI e início do século XVII, estava subdividida em dois vice-reinos: o da *Nueva España* e o do Peru – sendo que o Peru era, do ponto de vista geográfico, a maior das duas áreas. Na verdade, o vice-reino do Peru compreendia, praticamente, toda a porção espanhola da América do Sul e distava três ou quatro vezes mais de Espanha do que a *Nueva España*.

<sup>7</sup> Carlos Guillermo CARCELÉN RELUZ, «Espionaje, guerra y competencia mercantil en el siglo XVII: El judío português Pedro de León Portocarrero, autor de la *Descripción del Virreinato del Perú*», *Investigaciones Sociales*, Vol. 13, n.º 22, (2009), p. 105.

<sup>8</sup> AGI, Santa Fé, 56B, n.º 66, *apud* Maria da Graça Mateus VENTURA, *Portugueses no Peru ao tempo da união ibérica...*, cit., Vol. II, pp. 16-17.

<sup>9</sup> AGI, Charcas, I. 415, lib. 3, *apud, idem, ibidem*, p. 18.

interesses da Fazenda Real, enquanto a segunda corromperia a ortodoxia religiosa vigente, pondo em causa o êxito do proselitismo católico. Face a isso, o afluxo de portugueses – grupo maioritário entre as comunidades estrangeiras – gerava cada vez mais receios, sendo, por tal motivo, também vigiado de perto pelo Santo Ofício. Tribunal a que, com raras exceções<sup>10</sup>, chegavam denúncias e desabafos expressivos, lastimando a posição lograda por esses suspeitosos estrangeiros. Como dava conta, em 1636, um papel anónimo:

«Es muy grande la cantidad de portugueses que han entrado en este reino de Perú, [...] por Buenos Aires, el Brasil, Nueva España, Nuevo Reino y Puerto Belo [...] muchos casados y los más solteros, habían se hecho señores de el comercio; la calle que llaman de los mercaderes era casi suya; el callejón todo [...]. El castellano que no tenía como compañero de tienda a portugués, le parecía no tener suceso bueno.»<sup>11</sup>

O acima citado doutor San Isidro Manrique redigiu, em 1630, *uma Relação e abecedário dos estrangeiros que se acharam na cidade de Cartagena e com que se fez causa e o que se fez com cada um em serviço de Sua Magestade* [...].<sup>12</sup> Nesse rol, dos cerca de 192 estrangeiros arrolados para responderem em processo levantado pela justiça real, constavam 110 portugueses. Em muitos casos seria o início de um longo batalhar, pois, tais julgados, sê-lo-iam igualmente pelo tribunal inquisitorial. Os locais de origem, se bem que diversificados, mostravam ênfase especial para Lisboa, Alentejo, Algarve e Açores. Os apelidos dessas parentelas (Cortiços, Coronel, Cáceres, Solis, Mesa, Paz Pinto) também não deixam muitas dúvidas sobre uma mais do que provável origem criptojudáica.

Fosse na metrópole ou no ultramar, a mobilidade geográfica e o disfarçar das origens – incluindo a mudança onomástica –, aliados a uma com-

<sup>10</sup> Curiosamente uma das visões mais benévolas partiu de um comissário do Santo Ofício, o jesuíta Lourenço de Mendonça, que, radicado no Potosí e pregador geral do arcebispado de Charcas, escreveu uma *Supplicación en defensa de los portugueses*, posteriormente publicada em Madrid, no ano de 1630, cf. Pedro CARDIM, «De la nación a la lealtad al rey. Lourenço de Mendonça y el estatuto de los portugueses en la Monarquía española de la década de 1630» in David GONZALEZ CRUZ (org.), *Extranjeros y enemigos en Iberoamérica: La visión del otro. Del Imperio Español a la Guerra de la Independencia*, Madrid, Sílex, 2010, pp. 57-88. Mendonça foi mais tarde «nomeado prior da Ordem de Avis, e chegou a ser apresentado como bispo do Rio de Janeiro, tendo para esse fim previamente requerido o rei D. Felipe IV, por carta régia de 7 de Outubro de 1639, à Sé Apostólica, a erecção da prelazia em bispado. O pedido não foi avante por se ter dado, entretanto, a Restauração de 1.º de Dezembro de 1640», cf. Diogo Ramada CURTO, «O Padre Lourenço de Mendonça: entre o Brasil e o Peru (c. 1630-c. 1640)», *Topoi*, V. 11, n.º 20 (Jan.-Jun. 2010), p. 30. Após 1640, Mendonça, tido como traidor e sentenciado pela Relação Eclesiástica, refugiou-se em Toledo e foi feito bispo de anel por Filipe IV.

<sup>11</sup> J. Toribio MEDINA, *Historia del Tribunal del Santo Oficio de la Inquisición de Lima*, Tomo 2, Santiago, Gutenberg, 1887, p. 170.

<sup>12</sup> AGI, Santa Fé, 56B, n.º 73A, *apud* Maria da Graça Mateus VENTURA, *Portugueses no Peru ao tempo da união ibérica...*, cit., Vol. II, pp. 31 a 77.

placência ou cumplicidade de terceiros para com muitos cristãos-novos, determinavam um estado de vigilância quase permanente por parte do Santo Ofício.

Nesse sentido, os arquivos inquisitoriais ibéricos prefigurar-se-iam, à partida, como fonte privilegiada de informação. Contudo, rastreando o rico espólio do Santo Ofício português, o peso documental ficará muito aquém da expectativa. De facto, os processos relativos a portugueses com ligação ao Peru são francamente diminutos, o que até se compreende, dado que a sua permanência nas Índias de Castela os colocava directamente sob alçada dos tribunais hispânicos. Muito embora se deva assinalar que existia uma cooperação entre inquisições, cujo rasto se torna visível, por exemplo, na correspondência entre as Mesas de Lima e de Coimbra no ano de 1618. Os inquisidores limenhos pediam ajuda na captura de fugitivos, enquanto os seus congéneres de Portugal enviavam listagens de judaizantes já processados mas sem que fosse possível proceder contra eles por se encontrarem foragidos para as Américas<sup>13</sup>. A *Relação dos ausentes em Vila Nova de Portimão mandada fazer pelo Tribunal do Santo Ofício de Évora*<sup>14</sup> abunda em referências aos Gramaxo e às Índias de Castela, por exemplo.

O objectivo desta reciprocidade informativa seria, igualmente, o de obviar a dificuldades decorrentes de confusões fortuitas ou intencionais. Daí que os dados arrolados passassem por descrições físicas, tão detalhadas quanto possível – situação que divergia ao longo do território metropolitano, conforme a prolixidade do pároco ou os testemunhos ouvidos (a pessoas principais e naturais da terra guardando em tudo segredo).<sup>15</sup> As diversas informações contidas nos inquéritos, regra geral da responsabilidade de eclesiásticos locais, incluía não só elementos pessoais como também familiares ou mesmo extensivos ao círculo de sociabilidade. A título de exemplo, vejamos alguns casos:

«Jorge Roiz haverá 6 ou 7 annos q he absente e se foi sem a molher a qual deixou no Fundão e se chama Anna Roiz, sera de 50 annos, ia pintado de branquo, rosto comido de bexigas, com poças nelle e o rosto redondo, a boca rasgada, dizem se embarcou para as Índias de Castella).»<sup>16</sup>

«Duarte, filho de Rui Lopes, solteiro, sequo de corpo alvarinho barba ruiva e tem os pees tortos empatados foise da villa nova de Alvito do Arcebispado de Évora, donde he natural, avera 8 ou 10 annos para o Peru foi em companhia de enrique e Francisco seus irmaos os quaes dizem serem falecidos.»<sup>17</sup>

---

<sup>13</sup> AHN, *Inquisición*, lib. 494, fl. 296, *apud* Maria da Graça Mateus VENTURA, *Portugueses no Peru ao tempo da união ibérica...*, cit., Vol. I, Tomo II, p. 134.

<sup>14</sup> ANTT, *Inquisição, Conselho Geral do Santo Ofício, papéis avulsos*, mç. 7, doc. 2618.

<sup>15</sup> ANTT, *Inquisição, Conselho Geral do Santo Ofício*, mç. 7, cx. 15, n.ºs 2628-2636.

<sup>16</sup> ANTT, *Inquisição, Conselho Geral do Santo Ofício*, mç. 7, cx. 15, n.º 2587.

<sup>17</sup> ANTT, *Inquisição, Conselho Geral do Santo Ofício*, mç. 7, cx. 15, n.º 2590.

«Bento Bocarro, filho de Fernão Martins que foi çapateyro e foi penitenciado, sera de 36 annos, comprido e embaciado avera vinte annos que se foi da villa de Serpa dizem que para o Peru e que está clérigo.»<sup>18</sup>

«António Nunes filho de Alvaro Nunes marceyro que foi penitenciado e pera galles de Marquesa Mendes q tão bem foi penitenciada, alvarinho e comprido de 28 annos absentou-se da villa de Serpa e se foi para o Peru.»<sup>19</sup>

Na sua maior parte, tais informes eram remetidos para a Mesa do Conselho Geral do Santo Ofício, com indicação dos locais para onde os foragidos se haviam ausentado.<sup>20</sup> A certeza do destino diferia consoante as pistas deixadas, ainda que as circunstâncias temporais as pudessem ter alterado. Tais assentos eram, por norma, circunscritos ao nome de cidades (por exemplo: Sevilha, Toledo, Roma, Madrid, Trujillo, Aracena, Lorca, Almagro, Pisa, Livorno, Florença, Ferrara, Nápoles, Ferrara, Veneza, Múrcia, Talavera de la Reina, Badajoz, Ciudad Real, Valladolid, Orgaz, Jaén, Málaga, Lucena, Llerena, Granada, Aiamonte, Salamanca, Medina del Campo, Mancha, Placência, Cartagena de Índias, Nantes, Pernambuco, Bahia) ou de recorte generalista, geograficamente falando, logo mais impreciso, como França, Galiza, Castela, estreito de Gibraltar, Tânger, Brasil, Itália, Índia, Flandres, Rios de Guiné, Índias de Castela (sobretudo os membros da parentela dos Gramaxo).

A eficácia, quer da acção inquisitorial quer da reciprocidade informativa entre tribunais, era limitada por uma dificuldade: a extensa área territorial sob sua jurisdição e a desproporcionalidade de meios para a garantir. No caso das Índias de Castela, como é sabido, o Santo Ofício foi instituído por real decreto de Filipe II (25.01.1569), tendo a sua primeira sede em Lima e nela se integrava a zona do Peru. O segundo tribunal inquisitorial, cuja actividade começou na Cidade do México em 1571, abrangia toda a *Nueva España*. O terceiro, sediado em Cartagena (1610), abarcava *Nueva Granada* e as ilhas caribenhas. Cartagena possuía uma importância estratégica, quer pelo seu porto, como pela sua ligação com o interior, com o Panamá e com o Peru. O povoamento negro e o contrabando fizeram de Cartagena uma importante colónia de portugueses, sobretudo durante a União Ibérica, o que justifica a citada criação do tribunal do Santo Ofício.

No entanto, a dimensão de territórios a cobrir, assim como uma mobilidade pouco eficaz em termos de celeridade e prontidão, permitiam uma vida em relativa tranquilidade aos conversos ali estabelecidos.

Fosse como fosse, o certo é que, para muitos cristãos-novos, o território de Castela começou por ser o primeiro passo de deslocalização rumo

<sup>18</sup> ANTT, *Inquisição, Conselho Geral do Santo Ofício*, mc. 7, cx. 15, n.º 2593.

<sup>19</sup> ANTT, *Inquisição, Conselho Geral*, mc. 7, cx. 15, n.º 2593.

<sup>20</sup> ANTT, *Inquisição, Conselho Geral do Santo Ofício*, mc. 7, caixa 14, docs. n.ºs 2578, 2581, 2582 (México), 2583, 2584, 2587 e caixa 15.

a outras paragens, tanto de cariz europeu como ultramarino. Note-se que em 1545, os espanhóis tinham chegado ao Alto Peru e descobriram as minas de prata de Potosí, objecto de disputa entre portugueses e castelhanos.<sup>21</sup> Os portugueses, no entanto, conseguiram reorientar o fluxo do metal precioso, estabelecendo um vantajoso comércio ilícito (contrabando) entre o Brasil e África através do porto de Buenos Aires. A prática do contrabando entre portugueses e espanhóis nessa região floresceu bastante no tempo da monarquia dual (1580-1640), o que tornava assaz apelativa a aventura americana.

Em oposição à designada «rota do Pacífico» (com início em Sevilha) a rota do Atlântico (que saía de Lisboa), tornou-se, durante o final do século XVI e início do século XVII, a rota preferida dos mercadores, especialmente aqueles que visavam o contrabando. Isto por ser mais rápida e eficiente que a rota oficial, a qual, como era longa e difícil, acarretava custos acrescidos.

Tal circunstância não anula o facto de, num dado momento, Madrid e Sevilha terem constituído destinos prioritários no êxodo dos homens de negócio portugueses, de origem conversa<sup>22</sup> – marcadamente sefardita, diga-se.

Este último pormenor, aparentemente inócuo, poderá, no entanto, ter o seu reflexo em termos de leitura social e matizar o perfil da diáspora judaica, razão pela qual justificará uma nota um pouco alargada.

De facto, o contexto social do espaço ibérico durante a Idade Moderna veio alterar pressupostos, antes tidos como evidentes, e estabelecer um novo paradigma. A importância do elemento genealógico no seio das parentelas de raiz conversa passou a reger-se em função dos valores imperantes, tendencialmente voltados para um ordenamento jurídico, político, ideológico e religioso, ironicamente mais consonante com os ideais de pureza de sangue e cristã-velhice. A essa influência parece não se terem eximido igualmente aqueles que escolheram o caminho da diáspora. Ao que parece, uma coisa era ser-se judeu *sefardita*, outra diferente ser-se *askenazi*. A pugna pelo reconhecimento da nobreza intrínseca dos sefarditas<sup>23</sup> alimentou rivalidades e atingiu um tom polemista cuja longevidade ultrapassou, em muito, a própria questão da limpeza de sangue. A assunção de uma *nobilitas* anterior, por parte dos judeus ibéricos, projectou-se para além das fronteiras da Península

---

<sup>21</sup> Segundo estimativas do historiador Pierre Chaunu, referentes aos primeiros vinte anos do século XVII, a percentual de prata desviado da produção das minas de Potosí para o Brasil e Portugal pode ter chegado a 25 por cento, cf. Pierre CHAUNU, *Sevilha e as Américas nos séculos XVI e XVII*, São Paulo, Difel, 1979, p. 203.

<sup>22</sup> Antonio DOMINGUEZ ORTIZ, «Los extranjeros en la vida española durante el siglo XVII» in *Estudios de Historia Social de España*, IV, Vol. 2 (1960), pp. 357-368 e Jesús AGUADO DE LOS REYES, «El apogeo de los judíos portugueses en la Sevilla Americanista», *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 5 (2005), pp. 135-158.

<sup>23</sup> Isaac da COSTA, Bertram BREWSTER e Cecil ROTH, *Noble Families Among the Sephardic Jews*, London, Oxford University Press, H. Milford, 1936.

e acompanhou-os no momento do exílio, sobretudo para os que permaneceram na Europa, especialmente em Inglaterra<sup>24</sup> ou em Amesterdão<sup>25</sup>.

Poder-se-á, face ao que fica exposto, considerar que a diáspora judaica não teria tido características assentes unicamente em pressupostos financeiros. O êxodo marcaria a saída da Península Ibérica, daqueles que, alegadamente, sendo mais ricos, consideravam-se também os mais nobres dentro da comunidade sefardita. Já quanto aos que seguiram rumo às Américas – e lá se fixaram – a questão, ainda que presente nas mentalidades, não chegou a assumir as mesmas proporções mas terá incentivado cumplicidades. Pelo que sobre isso se falará adiante.

Mas, retornando ao tema dos destinos de êxodo e pensando concretamente em Sevilha, acrescente-se, em relação à cidade andaluz, que «la estructura del comercio judeoconverso no era muy distinta del resto de las comunidades extranjeras que se movían en Sevilla durante este período, si bien podría apuntarse una especial dedicación al tabaco o a la trata de esclavos.»<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> A título de exemplo refira-se a família dos Costa Vila Real que alcançou grande projecção no mundo sefardita e na sociedade inglesa. Tal o caso de José da Costa, nascido em Bragança por volta de 1689 e que veio a morrer em Londres em 1730 fugido da perseguição inquisitorial. Enriquecera em negócios de açúcar e tabaco e com os contratos de abastecimento de géneros aos exércitos estacionados em Trás-os-Montes, chegando a sua fortuna a ser avaliada, pela imprensa inglesa, em 300 mil £. Casou com uma senhora da família de António Lopes Suasso, também originário de Bragança e um potentado financeiro em toda a Europa, deles nascendo uma filha, Sarah (Rachel Costa), que casou com William Monckton, 2.º visconde de Galway, cf. Albert M. HYAMSON, *The Sephardim of England. A history of the Spanish & Portuguese Jewish Community 1492-1951*. Methuen & Co, London, 1951, pp. 85 e 94. Consulte-se também David S. KATZ, *The Jews in the History of England, 1485-1850*, Oxford, Oxford University Press, 1994, pp. 225-6.

<sup>25</sup> «Essa visão foi reforçada pela ideologia e valores de auto-segregação, que foi consolidada no mundo ibérico nos séculos XVI e XVII. Os valores de auto-segregação foram intensificados entre eles, num lugar como Amsterdam, em resposta ao encontro diário com uma população de imigrantes ashkenazim, membros de uma classe social e económica inferior, cuja cultura e conduta diferiam daquelas dos espanhóis e portugueses. Em tempos de crise e declínio económico, essa tendência de auto-segregação foi expressa mais radicalmente e agudamente, influenciando atitudes dos judeus espanhóis e portugueses para com o mundo ashkenazi em geral», cf. Daniel Oliveira BREDA, *Vicus Judæorum: Os judeus e o espaço urbano do Recife neerlandês (1630-1654)*, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2007, p. 147. Este tópico, lançado por Yosef Kaplan em 1989 (Josef KAPLAN, «The Portuguese Community in 17<sup>th</sup> century Amsterdam and the Ashkenazi world», in *DJH*<sup>4th</sup>, Vol II, Jerusalém, Institute for Research on Dutch Jewry, Hebrew University of Jerusalem, 1989, p. 25), foi recuperado por Harm den Boer, em 2002, o qual considerou que os sefarditas em Amsterdão retomaram o conceito que, na Península Ibérica, servia para discriminar os israelitas, os estatutos de «pureza de sangue» (Harm den BOER, «Las múltiples caras de la Identidade. Nobleza y fidelidad ibéricas entre los sefardíes de Amsterdam» in Jaime CONTRERAS, Bernardo J. GARCÍA GARCÍA y Ignacio PULIDO (eds.), *Família, Religião y Negócio. El sefardismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los Países Bajos en la Edad Moderna*, Madrid, Fundación Carlos de Amberes, 2002, p. 95).

<sup>26</sup> J. AGUADO DE LOS REYES, «Los portugueses de la nación en Sevilla en tiempos del conde duque», texto disponível on-line em: [http://web.letras.up.pt/aphes29/data/3rd/JESUSAGUADO DELOSREYES\\_Texto.pdf](http://web.letras.up.pt/aphes29/data/3rd/JESUSAGUADO DELOSREYES_Texto.pdf) (consultado em 12 de Julho 2012).

Essa situação coaduna-se com a circunstância de, a breve trecho, tais actividades terem passado a estar interligadas. De facto, o tabaco, produzido principalmente no Pará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e no Recôncavo da Bahia (Cachoeira), foi o segundo maior produto de exportação das Américas até o século XVIII, destinando-se a partida de melhor qualidade à metrópole<sup>27</sup>, em detrimento do congénere produzido nas colónias castelhanas.

O tabaco foi, igualmente, uma das principais mercadorias de troca no comércio de escravos na costa africana e introduziu modificações nos roteiros mercantis, bem como nos de contrabando, pondo em causa a rota oficial Antilhas-Pacífico, em favor do sucesso crescente do eixo Brasil-Costa da Mina.<sup>28</sup>

Os negociantes portugueses conseguiram manter o *asiento* do comércio de escravos da África para a América espanhola até 1640<sup>29</sup>, com uma breve interrupção apenas entre os anos 1605-1615.<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup> Um personagem enigmático mas que pretendeu obter certo protagonismo na corte portuguesa, o castelhano D. Baltazar de Guadalupe, referiu num *Memorial* remetido à Secretaria de Estado e por esta mandado para consulta que «já no tempo da guerra com Castela [Restauração] continuavam a levar tabaco do Brasil, a preços altos e com risco das fazendas, trazendo-o para o reino, por mar e por terra. Isto porque não havia no mundo tabaco que se pudesse comparar a este, nem nas Índias de Castela, ainda que neste num lugar chamado Varinas se produzisse excelente tabaco. Contudo, era tão pouco e caro que nunca chegava nenhum a Castela, nem para grandes senhores, chegando a atingir valores exorbitantes (1 libra de esterlins/arrátel = a 3 mil réis em moeda do Reino). Com este argumento ficava desfeita a razão apresentada pelos que temiam a perda do mercado estrangeiro. Tanto mais que o tabaco do Brasil era de tal qualidade que o das conquistas acabava, em muitos casos, por ser vendido a baixo preço em Argel, Tunes, Tetuão e outros portos de toda a Berberia, pois nem a gente muito ordinária o queria.» (ANTT, *Junta da Administração do Tabaco* (JAT), *Avisos*, Mç. 56)

<sup>28</sup> «O comércio entre a Coroa espanhola e o vice-reino do Peru, fazia-se pela rota oficial Antilhas-Pacífico. O porto de Sevilha era o único autorizado a estabelecer transações comerciais com as colónias espanholas. As mercadorias da frota anual de Sevilha que abasteciam as localidades daquele vice-reino percorriam um longo caminho até o porto de Callao, na costa peruana. A partir daí, as mercadorias seguiam em tropas de mulas até Lima, onde eram redistribuídas a todas as localidades do vice-reino do Peru. Esse longo percurso, com as suas inúmeras taxas alfandegárias, mais os lucros auferidos pelos grupos monopolistas limenhos, tornava os preços das mercadorias proibitivos para os habitantes da colónia. Além dos preços elevados, a quantidade de mercadorias esteve sempre aquém das necessidades de consumo dos colonos, o que talvez possa ser explicado pelo atraso constante das frotas, e pela crescente demanda de produtos manufacturados e alimentícios, ligada ao crescimento da população», cf. Gláucia Tomaz de Aquino PESSOA, «A presença portuguesa no Rio da Prata 1680-1777», disponível on-line: [www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1604&sid=136](http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1604&sid=136) (consultado em Dezembro de 2012).

<sup>29</sup> Tribunal de la Inquisición de Lima, *Serie Contencioso*, Legajo n.º 79, Año 1641, Cuaderno 02. – Cuaderno de la correspondencia que intercambia el Receptor General del Santo Oficio y otros ministros del Tribunal sobre temas diversos como «Noticias sobre la armada del mar del sur que apreso 600 negros y mucho tabaco en la isla de Santa Catalina», *apud* Alexander ORTEGAL IZQUIERDO y Carlos CARCELÉN RELUZ, *Control Espiritual y Bienes Temporales Manuscritos del Tribunal de la Inquisición de Lima, Siglos XVI-XIX, Catalogo de la Serie Contencioso*, Lima, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2000, p. 53.

<sup>30</sup> Sobre este tópico vd., por exemplo, Enriqueta VILA VILAR, *Hispanoamérica y el comercio de esclavos: los asentos portugueses*, Sevilla, Consejo Superior de Investigaciones Científicas Escuela de Estudios Hispano-americanos, 1977.

Ora, em 1637, os holandeses, apoderaram-se de uma possessão portuguesa na África ocidental, a antiga feitoria de São Jorge da Mina, passando a controlar o tráfico mercantil naquela região. Nos termos do tratado de Haia, assinado em 1641, Portugal viu-se inibido de comercializar certas mercadorias, já que a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais chamara a si o monopólio do comércio de produtos europeus. À referida interdição escaparam apenas os rolos de tabaco da Baía e alguns géneros menores. Em consequência disso, o fumo passou a ser o principal instrumento de troca no escambo dos escravos na Costa da Mina.<sup>31</sup>

Mas, tendo em vista as condicionantes mencionadas, pergunte-se então como é que se processava toda essa dinâmica negocial? Ao que parece, a coberto de um expediente artificioso pelo qual os navios simulavam arribada forçada nos portos de Montevidéu ou de Buenos Aires e a informação de que conduziam negros e tabaco era a senha para que tivessem descarga autorizada. A arribada era o subterfúgio, com base legal, usado tanto por portugueses como por espanhóis. Com base no art. 10.º do Tratado acertado em Madrid com a Corte de Londres, em Julho de 1670, assentou-se que:

«se os súbditos e habitantes de um dos confederados forem arrojados por tempestades ou perseguidos por piratas ou inimigos ou por algum acidente se virem obrigados a entrar nos rios, enseadas, baías [...] para refugiar-se, ou arribar a qualquer costas da América sejam ali recebidos com humanidade e gozem de uma protecção, amizade e sejam tratados com benevolência e de nenhum modo se lhes impeça reparar a preço justo e consigam todo o género e mantimentos necessários para a continuação da viagem...»<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> No século XVIII, teriam sido levados do Golfo do Benim para a Baía e Pernambuco cerca de 575 mil africanos escravizados, principalmente em troca de tabaco, em mais de 1400 viagens, cifrando-se em mais de 8 milhões de arrobas o tabaco transacionado; cf. Luiz Felipe de ALENCASTRO, *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 324. Veja-se ainda Pierre VERGER, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benim e a Bahia de Todos os Santos*, Salvador, Editora Corrupio, 1987, pp. 19-20 e Stuart SCHWARTZ, «Escravidão e Comércio de Escravos no Brasil no Século XVIII» in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 3, p. 109. Também o Rio de Janeiro participou neste escambo, como se depreende da seguinte missiva: «[...] Faço saber a vos Dom Manoel Rolim de Moura, Governador e Capitão General da Capitania de Pernambuco que se viu o que me representastes em carta de seis de dezembro do ano passado que a esse Porto tinham ido três Embarcações do Rio de Janeiro buscar carga de tabaco para irem à Costa da Mina negociar, e duvidando vós dar-lhes licença para se porem à carga, vos fora apresentada uma carta minha, que se acha registada na Camara, pela qual sou servido que nesse Porto carreguem para a dita Costa, ser serem obrigados a dar fiança [...]», Lisboa, 19 de Outubro de 1724, cf. *Sobre se nam levar Tabaco para a Costa da Mina senão de ínfima espécie. Informação Geral da Capitania de Pernambuco (1746)*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1908, p. 203. Na verdade, a melhor variedade de folha, que vinha da região de Cachoeira, terá produzido em 1726 cerca de 20.000 rolos, reputados como sendo os melhores e destinados a Portugal, além de outros tantos de qualidade inferior, os quais deviam ser exportados para a Costa da Mina e empregues no trato dos escravos.

<sup>32</sup> British Museum, ADD 17.601 order 30831, *apud* Corcino Medeiros dos SANTOS, «Negros e tabaco nas relações Hispano-Lusitanas do Rio da Prata», *Actas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, p. 14, disponível on-line em: <http://cvc.instituto->

De qualquer modo, a referência às costas da Guiné e Mina e ao trato escravagista, bem como à sua conexão com a América hispânica<sup>33</sup>, é uma constante, tanto nos róis dos processados pelas justiças régias como nos que caíam sob alçada das mesas do Santo Ofício.

Na verdade, a Inquisição não permanecerá muito tempo alheada de todas estas questões, dada a vigilância que fazia incidir sobre certos grupos sociais. Neste último domínio virá a propósito mencionar que, para muitas parentelas conversas, transpor a fronteira era, na maioria das vezes, um acto sub-reptício. Nesse pressuposto, seria emoldurado pelo temor da denúncia e pelo medo de ser preso, o que, a seu modo, poderá encontrar paralelo nos roteiros de descaminho do tabaco, mais, até, do que à primeira vista se possa pensar.

É que ambos configuravam rotinas de fuga e tinham muitos pontos comuns, tanto no conhecimento das particularidades geográficas, como na necessidade de dominar infraestruturas organizadas e de, através destas, iludir a vigilância. Em qualquer das duas situações tornava-se essencial contar com complicitades, locais e outras, para lá das próprias fronteiras. A argúcia, tal como a agilidade e rapidez, seriam elos determinantes para o sucesso, ou insucesso, de tal empresa.

Tudo isto fará maior sentido se tivermos em consideração que o núcleo dos grandes mercadores, contratadores e rendeiros do tabaco parece ter coincidido mais com o perfil dos suspeitos na fé – em particular no século XVII e primeira metade da centúria seguinte – do que com os de outros actores sociais de perfil e actividade modestos. Nesses estariam, por exemplo, incluídos os estaqueiros (de tabaco) locais, de cujas fileiras saíam muitos familiares do Santo Ofício. Situação que, aliás, sugere certo paralelismo com o ocorrido em Castela por meados de Seiscentos.

Assim, entre 1634 e finais da centúria, o predomínio de portugueses integrando o rol dos contratadores das rendas reais parece coincidir com o

---

camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/corcino\_medeiros\_santos.pdf (consultado em Novembro de 2012).

<sup>33</sup> Gonzalo REPARAZ, *Os Portugueses no Vice-reinado do Peru, séculos XVI e XVII*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1976; Maria Cristina NAVARRETE, «Judeo-Convertidos en la audiencia del Nuevo Reino de Granada. Siglos XVI y XVII», *Historia Crítica*, n.º 23 (Diciembre 2003), pp. 73-90; Antonio GARCIA DE LEON, «La malla inconclusa. Veracruz y los circuitos comerciales lusitanos en la primera mitad del siglo XVII» in Antonio IBARRA e Guillermina del VALLE PAVON (Coords.), *Redes sociales...*, cit., pp. 41-83; Nicolás BROENS, *Monarquía y capital mercantil: Felipe IV y las redes comerciales portuguesas (1627-1635)*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1989. É pena que não subsistam outros fundos documentais pertinentes para o tema em apreço, isto porque, segundo informação do Archivo General de la Nación del Perú, «el 19 de agosto de 1874, los documentos del Archivo Nacional que se encontraban hacinados en el convento de San Agustín se trasladan a los altos de la Biblioteca Nacional. Allí se hizo cargo un funcionario que incineró la documentación del ramo de tabacos, manifestando que era una institución extinguida» (sublinhado nosso).

teor das listas dos processados pela Inquisição.<sup>34</sup> Situação que nos remete para a intensa mobilidade conversa vivida desde finais do século XVI e protagonizada por mercadores, negociantes e financeiros.

Portanto, em reforço do que foi dito, sublinhe-se que a «Unidad Ibérica realizada en 1580 les ofreció una oportunidad que no fue desaprovechada, muchos emigraron con familias y bienes a Madrid, Sevilla, y otros grandes centros mercantiles»<sup>35</sup>, dos quais, como se referiu, as Américas portuguesa e castelhana. Ocorrência que, decerto, não escapou à percepção dos centros políticos ibéricos e às magistraturas inquisitoriais. Tanto mais que todos estariam conscientes do papel crucial desempenhado por esse importante núcleo de homens de negócio.<sup>36</sup> Até porque «esta situación alcanzó su punto culminante con Felipe III y más aún con Felipe IV y Olivares».<sup>37</sup>

Prova disso são as numerosas «Pretensiones de vecindad, legitimaciones y naturalezas correspondientes a la villa de Madrid».<sup>38</sup> O que encontrará a sua lógica justificativa numa constatação veiculada pela historiografia de que «a los intereses económicos – primordiales – se unían las facilidades que tenían en Castilla para lograr el ascenso social por medio de la compra de cargos públicos e, incluso, les podía ser más fácil conseguir la limpieza de sangre».<sup>39</sup>

<sup>34</sup> No cômputo geral, tendo por base a acção do tribunal inquisitorial de Llerena entre 1630 e 1679, 66,9 por cento dos processados eram originários de Portugal ou tinham essa ascendência.

<sup>35</sup> Antonio DOMINGUEZ ORTIZ, *Los Judeos conversos en España y América*, Madrid, 1971, p. 62.

<sup>36</sup> J. Gentil da SILVA, *Stratégie des affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607: lettres marchandes des Rodrigues d'Évora et Veiga*, Paris, Libr. Armand Colin, 1957, p. 5, nota 27. Aliás, nesse sentido, «Portugal era la cuna de un colectivo muy dinámico que había sido capaz de tejer una amplia red comercial por todo el mundo y de generar los suficientes excedentes de capital para convertirse en arrendatarios de las rentas de la Corona lusa, es decir los judeoconversos», cf. Jesús CARRASCO VAZQUEZ, «El relevante papel económico de los conversos portugueses en la privanza del Duque de Lerma (1600-1606)» in *Actas do XXV Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, Évora, 2005, p. 8. Ainda sobre essa influência: «de ella se hacía eco el Duque de Lerma, quien en una carta al archiduque-cardenal Alberto de Austria habla del sustento que los mercaderes portugueses daban a la economía europea. Las autoridades sabían que la economía de los conversos portugueses podía jugar un papel relevante si se les daba un mayor protagonismo del que hasta la fecha habían alcanzado durante el reinado de Felipe II», cf. Joseph PEREZ, *Los Judíos en España*, Madrid, Marcial Pons Historia, 2005, p. 89. Vd. también Bernardo José LOPEZ BELINCHON, «'Sacar la sustancia al reino'. Comercio, contrabando y conversos Portugueses, 1621-1640», *Hispania: Revista Española de Historia*, Vol. 61, n.º 209 (2001), pp. 1017-1050.

<sup>37</sup> José L. SANCHEZ LORA, «La inmigración portuguesa en Ayamonte: 1600-1820», *Huelva en su Historia, Norteamérica*, 1, mar. 2011, p. 328. Disponível em: [www.uhu.es/publicaciones/ojs/index.php/huelvahistoria/article/view/772](http://www.uhu.es/publicaciones/ojs/index.php/huelvahistoria/article/view/772) (consultado em Novembro 2012).

<sup>38</sup> Archivo Villa de Madrid (AVM), Secretaria, legajos 2-346, 2-347, 2-348 y 2-349; *apud* Juan Ignacio PULIDO SERRANO, «Portugueses avecindados en Madrid durante la Edad Moderna (1593-1646)» in María Begoña VILLAR GARCIA y Cristóbal PEZZI (Eds.), *Los Extranjeros en la España Moderna*, Málaga, Portadilla, 2003, Tomo I, pp. 543-554.

<sup>39</sup> Pedro MIRALLES MARTÍNEZ, «Mercaderes portugueses en la Murcia del siglo XVII» in M. B. VILLAR GARCIA y C. PEZZI (Eds.), *Los Extranjeros en la España Moderna...*, cit., Tomo I, p. 505.

Assim sendo, mesmo no plano das vantagens e conveniências meramente individuais, é possível escrutinar tal impacto, quer em Portugal quer em Castela, como também nos territórios ultramarinos de influência hispânica, onde, sublinhe-se, seria mais fácil forjar identidades e estatuto social.

Tratava-se, portanto, de um naipe de matérias sensíveis e a justificar intenso cuidado no modo como eram abordadas. Isto, muito especialmente nos períodos de maior aperto financeiro.<sup>40</sup>

No entanto, o Santo Ofício, que se regia em função dos seus ritmos e interesses, mantinha uma vigilância constante em torno da mobilidade de grupos mercantis, em particular, daqueles que circulavam entre as zonas fronteiriças e os portos marítimos, dada a acessibilidade que os mesmos permitiam para alcançar as Américas. Era o caso dos agentes do tabaco, logo depois metamorfoseados em negociantes escravagistas. O tribunal suspeitava que, atrás de cada estaqueiro, se escondesse um seguidor da fé mosaica e que as redes de negócio de pendor ultramarino estimulassem uma dinâmica proselitista.

Contudo, a Inquisição, ao perscrutar e registar a actividade desses suspeitos estava, sem o saber, a cartografar a estrutura do negócio do tabaco. Ainda que, na realidade, o universo global dos agentes do fumo possa ser um pouco distinto daquele estereótipo alardeado por Barrionuevo, depois veiculado pela historiografia<sup>41</sup> e a que o próprio tribunal não ficava imune. É que a aparente conexão entre *portugueses, mercadores e contratadores de tabaco e cristãos-novos* (leia-se *judaizantes*), embora significativa, talvez não fosse tão absoluta quanto a imagem veiculada à época. Nem tão pouco inibitória do facto de esses homens conseguirem um *cursus honorum* bem sucedido.

Aliás, dever-se-á sublinhar que os grupos económicos, em torno do monopólio tabaqueiro, foram muito mais heterogêneos do que o usualmente referenciado. A presença de numerosos conversos em toda essa dinâmica, ainda que relevante, não foi exclusiva. Pelo que a historiografia não deve ater-se somente a critérios de distinção social, com base na destrinça de credos, quando pretenda olhar de perto a realidade humana daquele que foi um dos negócios axiais dos territórios hispânicos e portugueses ultramarinos: o escambo de escravos por tabaco e vice-versa.

De qualquer modo os arquivos inquisitoriais não descuravam os róis de suspeitos ausentes. Ocasionalmente surge, no meio das listagens elaboradas pelo Santo Ofício, a indicação da(s) pessoa(s) a quem os foragidos iam, ou já estavam, a servir no destino de escapatória: um cardeal (especialmente

---

<sup>40</sup> Para um olhar global sobre este período veja-se Juan Ignacio PULIDO SERRANO, *Os Judeus e a Inquisição no tempo dos Filipes*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2007. Para a questão inquisitorial vd. Ana Isabel LOPEZ-SALAZAR CODES, *Inquisición Portuguesa y Monarquía Hispánica en tiempos del perdón general de 1605*, Lisboa, Colibri/CIDEHUS-UE, 2010.

<sup>41</sup> Sobre os judeo-conversos de origem portuguesa, assentistas de rendas reais em Espanha, vd. Antonio DOMINGUEZ ORTIZ, *Política y Hacienda de Felipe IV*, Madrid, Pegaso, 1983, pp. 121 a 133.

tratando-se de Roma), o duque de Bejar, ou qualquer outro personagem de destaque social.

Ironicamente, muitos desses homens sobre quem recaía a vigilância, assumiam noutras paragens – particularmente em Itália e na América hispânica – a condição de clérigos, cónegos, frades capuchos, carmelitas, dominicanos, como, por exemplo:

«hum filho de Branca Mendes Vidigueira que morreo na Inquisição e todos os seus parentes forão presos e alguns queimados, frade de S. Domingos no Peru, pode ser homem de sessenta annos.»<sup>42</sup>

Percebe-se, portanto, o empenho da magistratura inquisitorial em acompanhar, até ao limite do exequível, todos os indícios que permitissem manter a informação e os ficheiros do tribunal atualizados. Perder um rasto, significava fragilizar o sistema e possibilitar o sucesso de fraudes identitárias e genealógicas<sup>43</sup>, a menos que se estivesse a par do ocorrido.

Será precisamente num desses inventários, mandado elaborar em 1613 pela Inquisição portuguesa, referente aos cristãos-novos que se ausentaram do Reino, que pode estar parte da chave para a perceção do que terá sido este modelo da diáspora. A leitura do rol sugere, entre outras coisas, uma aparente conexão geográfica entre proveniência e destino. Ao que parece, os conversos do Norte de Portugal (especialmente do Minho e Douro Litoral) tendiam a escolher as Índias de Castela, sobretudo o Peru.<sup>44</sup>

Outra das insinuações, que talvez ajude a compreender o fenómeno anterior, parece ser a de que existiria uma forte coesão familiar que ditava os mecanismos de transferência das parentelas, bem como a reprodução dos modelos de cumplicidade pré-existentes nos locais de origem.

Tais características reforçam a noção de que o carácter endogâmico das redes comerciais de origem portuguesa conversa era assente no parentesco e na conterraneidade. Factores que, embora reforçados por convênias diversas e teias de influência, não resguardavam da perseguição inqui-

<sup>42</sup> ANTT, *Inquisição, Conselho Geral do Santo Ofício*, mc. 7, cx. 15, n.º 2588.

<sup>43</sup> Este argumento seria particularmente relevante no contexto dos estatutos de limpeza de sangue. Em muitos casos o branqueamento das parentelas emigradas serviu para esconder manchas familiares e possibilitou ampla mobilidade social, com impacto evidente nas instituições que apuravam a honra e, entre estas, nos tribunais das ordens militares. Um memorial de um licenciado, religioso de Alcântara, que estivera cinco anos no Peru, conecedor por isso de várias parentelas de Lima, deu conta em 1695 de que «en aquellas partes estan las órdenes militares tan sin estimación por recaer muchos havitos en hombres sumamente viles, que las mujeres ya no haçen caso de cruces para casar» [só crendo em títulos porque o resto] «se executa con mil doblones que remiten (...) pintando genealogias y naturalezas a su modo», AHN, OO.MM., *Consejo de las Órdenes*, legajo 6439, n.º 80.

<sup>44</sup> Maria da Graça Mateus VENTURA, *Portugueses no Peru ao tempo da união ibérica...*, cit., Vol. I, Tomo I, p. 219. Devorah L. TRUHAN y Jesús PANIGUA PÉREZ, «Los portugueses en América. La ciudad de Cuenca del Perú (1580-1640)», *Revista de Ciencias Históricas*, 12 (1997), pp. 201- 220.

sitorial. A situação de fragilidade destas redes, bem como dos que a elas se foram associando, foi constantemente posta à prova.

Os números referem que, entre 1570 e 1635, a Inquisição de Lima penitenciou oitenta e quatro judaizantes, dos quais sessenta e dois eram portugueses, ligados entre si por vínculos parentais, mercantis e económicos.<sup>45</sup> Situação que sofreria um agravamento substancial no período cronológico entre 1635-49, após a eclosão do que ficou conhecido como *La gran complicidad*, em que estiveram envolvidos quarenta e cinco mercadores de origem portuguesa. Não valerá a pena determo-nos sobre este episódio, por ser já bem conhecido da historiografia.<sup>46</sup> Registe-se, somente, que o Tribunal de Lima, entre 1569<sup>47</sup> e 1664, sentenciou à morte trinta e uma pessoas, metade das quais foram queimadas vivas e outras tantas condenadas ao garrote. Cerca de vinte de três foram-no por, alegadamente, praticarem a fé mosaica (15 portugueses, 7 espanhóis – sendo quatro deles filhos de portugueses – e um crioulo, também com a mesma origem).<sup>48</sup>

Já no tribunal do México, entre 1571 e 1610, cerca de 89 por cento dos penitenciados eram portugueses, desses 100 por cento foram processados por judaísmo e 100 por cento dos que se viram condenados à fogueira eram, também de origem portuguesa<sup>49</sup>. Em toda a América espanhola, mas principalmente no Peru, a perseguição aos portugueses foi mais forte na década compreendida entre 1615 e 1625. Não seria coincidência o facto de esse período, marcado por intensa migração, ocorrer durante a vigência do *asiento* de António Fernandes de Elvas, fortemente imbricado no contrabando de escravos.

---

<sup>45</sup> Paulino CASTAÑEDA DELGADO y Pilar HERNANDEZ APARICIO, *La Inquisición de Lima (1570-1635)*, Madrid, Deimos, 1989, p. 431. O primeiro dos autores citado registou um detalhe curioso referente aos judaizantes processados em Lima: eram quase todos portugueses, comunicavam entre si de modo engenhoso e ao compararem as duas Inquisições teriam opinião unânime sobre ser a de Portugal mais rigorosa, cf. Elisa LUQUE ALCAIDE, «Conversación en Sevilla com Paulino Castañeda Delgado», *AHIG* 8 (1999), p. 317, disponível on-line em: [dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/233641.pdf](http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/233641.pdf) (consultado em 20 de Outubro de 2012).

<sup>46</sup> Veja-se a resenha feita por Teodoro HAMPE-MARTINEZ, «Recent Works On The Inquisition And Peruvian Colonial Society, 1570-1820», *Latin American Research Review*, Vol. 31, n.º 2 (1996), pp. 43-66 e, em especial, René MILLAR CORBACHO, «Las Confiscaciones de la Inquisición de Lima a los Comerciantes de Origen Judio-Portugues de 'La Gran Complicidad' de 1635», *Revista de Índias*, Vol. 43, n.º 71 (1983), pp. 27-58.

<sup>47</sup> Recorde-se que «la Inquisición se creó en el Virreinato del Perú, y en el de Nueva España, como órgano dependiente del Secretario de Aragón, por orden de Felipe II según Real Cédula fechada el 25 de enero de 1569», Ruth Magali ROSAS NAVARRO, *Los negros esclavos y el tribunal de la Santa Inquisición en Lima y en Cartagena de Indias (1570-1650)*, Universidad de Piura, disponível on-line: <http://pirhua.udep.edu.pe/iii/cpro/app?id=1701512469614811&itemId=10008336&lang=eng&service=blob&suite=def>. (consultado em Novembro 2012).

<sup>48</sup> Fernando AYLLO DULANTO, *El Tribunal de la Inquisición. De la leyenda a la historia*, Lima, Ediciones del Congreso del Perú, 1997.

<sup>49</sup> Ana HUTZ, *Os cristãos novos portugueses no tráfico de escravos para a América Espanhola (1580-1640)*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2008, p. 86.

Um dos aspectos a que se fez já alusão foi o da cumplicidade estabelecida pelas redes de conversos, com base em conexões por vezes frágeis mas que alimentavam um certo tipo bem-sucedido de *modus operandi*. Tal o caso dos Fernandes Gramaxo, cristãos-novos portugueses passados a Cartagena das Índias. Estribados em afinidades vagamente parentais, desenvolveram uma actividade que

«no sólo prueba algunas prácticas fraudulentas para introducir negros sin registro, sino también operaciones comerciales con otros Gramajos de Caracas o de Trujillo». <sup>50</sup>

Escolheu-se este caso, não de modo aleatório, mas por configurar uma questão com impacto para o conhecimento do perfil de alguns sectores, incluindo as (in)suspeitas afinidades criadas e cuja génese será ainda pouco conhecida. Por exemplo, Jorge Gramaxo, um dos maiores traficantes de escravos de Cartagena, era amigo pessoal do presidente da Audiência de Santa Fé e dos bispos de Cartagena e Popayan. <sup>51</sup>

A dispersão das parentelas conversas e o incorporar de aspetos formais como o da identidade sefardita, a que atrás se fez referência, longe de constituir um imbróglcio para a historiografia, poderá ajudar a revelar dinâmicas negociais, além de expor outras tendências de carácter social, e até motivações políticas e de natureza confessional. Esta última pressupunha uma situação *de facto* cujas eventuais implicações foram denunciadas, à época, de forma um pouco alarmista, pela própria *Casa de la Contratación* em carta ao *Consejo de Índias*:

«En Cartagena de Indias y en otros muchos lugares de ellas hay tanto número de portugueses, y tan ricos y poderosos y con sus mañas tan dueños de las voluntades de los gobernadores y demás ministros, que se puede temer muy grandes daños.» <sup>52</sup>

Segundo a mesma fonte, aqueles estrangeiros tão temíveis, não se limitavam ao fomento mercantil (especialmente escravos e tabaco), também promoveriam o contrabando de géneros, com manifesto prejuízo dos direitos reais e do comércio em geral. Mas, talvez ainda pior do que isso, interagiam de modo incisivo com as comunidades em que se integravam e:

---

<sup>50</sup> Julián Bautista RUIZ RIVERA, «Los Portugueses y la trata negrera en Cartagena de Índias», *Temas Americanistas*, n.º 15 (2002), p. 24, nota 33, reportando-se a um trabalho inédito de Antonino VIDAL ORTEGA, «Portugueses negreros en Cartagena, 1580-1640». Sobre os primórdios do negócio negreiro com as Índias de Castela vd. Maria da Graça Mateus VENTURA, *Negreiros portugueses na rota das Índias de Castela (1541-1556)*, Lisboa, Edições Colibri, 1999.

<sup>51</sup> Enriqueta VILA VILAR, *Los asientos portugueses y el contrabando de negros*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1973, pp. 121-122.

<sup>52</sup> Antonio DOMINGUEZ ORTIZ, *Los Judeoconversos...*, cit., p. 141.

«son regidores y vecinos de asiento en los lugares y en particular en Cartagena son alcaldes ordinarios, alguaciles mayores y menores y depositarios.»<sup>53</sup>

Factos e acusações que incomodavam, igualmente, a ortodoxia católica, sempre vigilante, ainda que por motivos mais periféricos.

Em Maio de 1602, o arcebispo do Reino de Nova Granada dirigiu um apelo ao rei de Espanha no sentido de ser ali instalado um tribunal do Santo Ofício, dada a proliferação de portugueses supostamente observantes da lei de Moisés. Face às pressões da hierarquia eclesiástica, a que se teriam somado as das ordens religiosas, o centro político viria a consentir na criação, em 1610, da Inquisição de Cartagena, cuja actividade persecutória foi, tal como a de Lima<sup>54</sup>, fortemente direccionada contra os conversos portugueses, em especial na década de 1626 a 1636.<sup>55</sup>

A leitura dos processos do Santo Ofício, relativos a conversos portugueses no Peru, estudada por Maria da Graça Ventura, revela aspectos de grande interesse para o conhecimento de perfis, de modos de vida, de riqueza pessoal e de hábitos de consumo, assim como de empatias, cumplicidades e afinidades, constantemente postas à prova, diga-se, pelo temor inquisitorial.

Contudo, haverá que notar, que os testemunhos obtidos no âmbito jurídico de tais processos (fossem da responsabilidade do réu ou de terceiros) escondiam certos ardis, sobretudo no domínio da posse material. Na verdade, durante a sessão de inventário, os suspeitos tentavam, sempre que podiam, subtrair-se à propriedade de bens passíveis de sequestro, alegando serem meros depositários de terceiros. Como, aliás, se poderá deduzir do teor de vários depoimentos nos quais os réus insistiam que muitas das fazendas e dinheiro encontrados na sua posse, na altura da detenção, eram pertença de outrem, ou por se encontrarem afectos à satisfação de encargos creditícios ou para honrar compromissos comerciais anteriores. Outro dos recursos presumido pelos réus seria o de atribuírem à parentela alargada o domínio patrimonial. O facto de as parentelas actuarem em rede permitia-lhes transferir para terceiros os recursos financeiros e a gestão dos negócios, sempre que estes perigassem na sua integridade. Como se encontravam geograficamente dispersos, dificilmente poderia existir uma acção concertada contra todos os membros da família, em simultâneo. Outra das estratégias defen-

<sup>53</sup> Antonio DOMINGUEZ ORTIZ, *Los Judeoconversos...*, cit., p. 141.

<sup>54</sup> A título de exemplo: «Autos seguidos por el Tribunal del Santo Oficio por el secuestro de bienes de Pedro Fernández de Viana, natural de Portugal y residente en la Villa de Potosí, maestre el navío Santo Tomas, comerciante en el rubro de breas y tabaco (1603)», Alexander ORTEGAL IZQUIERDO y Carlos CARCELÉN RELUZ, *Control Espiritual y Bienes Temporales Manuscritos del Tribunal de la Inquisición de Lima, Siglos XVI-XIX, Catalogo de la Serie Contencioso*, Lima, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2000, p. 14.

<sup>55</sup> Maria Cristina NAVARRETE, «Judeo-conversos en la audiencia del Nuevo Reino de Granada, siglos XVI y XVII», *Historia crítica*, n.º 23 (2003), p. 80.

sivas, em termos patrimoniais, poderia ser a de protelar o recebimento de créditos, de forma a pô-los ao abrigo da cobiça do fisco inquisitorial.

Ciente disso, a Inquisição tentava, ela própria, eximir-se aos artifícios «auto-protencionistas» dos seus interlocutores e explorava, quase ao limite, todas as linhas de um extenso emaranhado mercantil, a que não escapavam pessoas a montante e jusante deste. Apesar da aparente simplicidade orgânica destas redes, a realidade configurava-se bem mais difusa. Até porque, como a informação era fragmentada e precária, tornava-se difícil descartar qualquer elo de ligação.

Nesse pressuposto, os inquisidores incitavam confissões amplas, em que as faltas cometidas valiam pelo enumerar biográfico e assertivo dos circunstâncias que se lhes pudesse agregar. Ora, como a sociabilidade destas elites mercantis incidia fortemente sobre núcleos parentais e redes de negócio (muitas vezes interligadas num emaranhado labiríntico, crivado de homónimas e com ampla cobertura geográfica), a realidade revelava-se bastante complexa.

Porém, teoricamente, era todo um segmento económico que ficava exposto e à mercê do aparelho inquisitorial. Segmento esse, que, em larga medida, resultava de estratégias endogâmicas e de mecanismos de solidariedade parental e coadjuvante.

Na verdade, já o dissemos, muitas dessas «parentelas de negócio» provinham de troncos comuns e forjavam alianças duradouras e coesas, seladas, ou não, pelo vínculo confessional. A mobilidade geográfica, a amplitude mercantil e o relacionamento – ora ambíguo ora incisivo – com as hierarquias e estruturas inquisitoriais conformam um traço descritivo constante. Tais factos chegaram mesmo a induzir um replicar de processos no seio das inquisições ibéricas e ultramarinas.

É que, como antes se afirmou, embora não tenha existido uma posição única e corporativa dos Santos Ofícios nessa matéria, aquelas magistraturas, tanto na metrópole como nos territórios além-mar, não escusaram intercâmbios informativos, mesmo que pontuais. Como se colhe, aliás, da leitura de muitos dos processos infligidos aos negociantes e mercadores estantes na América hispânica.

Além disso, aqueles tribunais, beneficiavam de um arquivo cuidado e de uma rede de agentes (familiares, notários, comissários) cuja acção contribuíam fortemente para a gestão da informação inquisitorial.<sup>56</sup>

Por esse motivo, muitos conversos, ainda que ausentes dos respectivos lugares de origem, experimentaram as agruras de um duplo rigor, ao serem confrontados com depoimentos incriminatórios que remetiam para anteriores processos na metrópole.

---

<sup>56</sup> A esse propósito, para o caso português, veja-se, por exemplo, Nelson Manuel Cabeçadas VAQUINHAS, *Da comunicação ao sistema de informação: o Santo Ofício e o Algarve (1700-1750)*, Lisboa, Colibri/CIDEHUS, 2010.

O que, tudo pesado, não significa que tivesse existido uma eficácia plena na acção conjunta das malhas dos Santos Ofícios ibéricos e suas extensões americanas.

As especificidades a que se aludiu – distância e amplitude geográfica, demora na correspondência entre metrópole e ultramar, além de outros artifícios que obstaculizavam o êxito da garra inquisitorial – matizavam o sucesso absoluto do esforço persecutório.

Em suma, o teor de muitos dos processos consultados, nos arquivos portugueses e hispânicos, referentes aos ausentes nas Índias de Castela, indica que as Inquisições ibéricas estavam atentas aos percursos transfronteiriços, bem como a todos os outros sinais de mobilidade dos suspeitos, de que viessem a ter conhecimento, independentemente da ocorrência de eventuais mudanças onomásticas. Os nexos mercantis e as redes estabelecidas pelos protagonistas seriam, em muitas das situações, determinantes para o Santo Ofício fixar a sua verdadeira identidade.

Mas traduziria isso um objectivo determinado e, nesse pressuposto, teria sido suficiente para constituir uma ameaça séria à estrutura do negócio tabaqueiro ou ao papel desempenhado pelos grandes contratadores e assentistas?

Para Rafael Escobedo, embora considere atractiva a possibilidade de estabelecer laços de causalidade entre grandes perseguições de judaizantes e o processo de estatização da renda do tabaco, não parece existir evidência disso, «ni siquiera insinuada». Segundo o autor, que se centra na observação da realidade hispânica:

«lo único que podemos afirmar es que se trató de un hecho traumático para el estanco que obligó en, primera instancia, a articular un engorroso sistema de concordias con el Santo Oficio para garantizar la continuidad de las administraciones embargadas. Más tarde se proscribió severamente el arrendamiento a cualquier sospechoso de tener ascendencia hebraica, y todo esto por último hizo tal vez sopesar seriamente la necesidad de que el Estado asumiese la gestión, es decir, la propiedad directa y sin matices, de sus propios recursos de financiación.»<sup>57</sup>

De facto, como bem notou Leonor Freire Costa relativamente à Inquisição portuguesa, parece «demasiado simples reconhecer-lhe uma actuação sistematicamente adversa dos interesses das cliques de negociantes»<sup>58</sup>, fossem eles – acrescentamos nós – contratadores do tabaco ou de escravos, sediados na metrópole ou nos espaços ultramarinos.

---

<sup>57</sup> Rafael ESCOBEDO ROMERO, «El monopolio fiscal del tabaco en la España del siglo XVIII», *Tiempos Modernos. Revista eletrónica de Historia Moderna*, Vol. 6, n.º 17 (2008).

<sup>58</sup> Leonor Freire COSTA, «Elite mercantil na Restauração para uma releitura» in Nuno G. F. MONTEIRO, Pedro CARDIM e Mafalda Soares da CUNHA (orgs.), *Optima Pars. Elites Iberico-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005, capítulo V, p. 127.

É, neste contexto, descrito a traço largo, que se deve procurar a exploração para o zelo persecutório. Não se tratava de atingir a estrutura do negócio do tabaco, ou a essência do monopólio, em si mesmo. Porém, a acção punitiva, ao dirigir-se contra os contratadores, inibia toda uma dinâmica que, em boa parte, assentava na vigilância directa por eles exercida.

Embora a avidez do Santo Ofício em relação à posse de capitais seja um dado frequente na historiografia, bem como os mecanismos de pressão e chantagem que usava para obtê-los, a verdade é que essa circunstância foi favorecida por um contexto de crise geral imperante nas monarquias ibéricas e que se estendeu às Américas. Mercê, em parte, do desmesurado crescimento dos aparelhos e estruturas administrativas que se traduziam num pesado encargo financeiro.

Por fim, saliente-se que uma base de confiança, assente em crença mosaica comum e numa assumida identidade sefardita, parece ter facilitado elos mercantis e redes de solidariedade entre os negociantes de escravos, os agentes do tabaco (e outros géneros) e parentelas afins deslocalizados para o ultramar hispânico. No entanto, tal condição não se prefiguraria como essencial ou determinante, podendo mesmo ser suscetível de rotura no confronto com interesses de cariz pessoal.

Do ponto de vista estritamente negocial em 1604, por altura da criação do Conselho das Índias, já estavam definidos os contornos de dois grandes complexos comerciais fornecedores de escravos para as colónias americanas, de um lado Angola e de outro a Costa da Mina, ambas possessões portuguesas. O tráfico de escravos entre Angola e o Brasil tem raízes ainda no século XVI após a abertura do trato mercantil na barra do Congo e o desvio das correntes negreiras de Portugal para o Atlântico.<sup>59</sup> Já os contatos entre portugueses e mercadores da região da Costa da Mina levaram quase cerca de um século até se converterem num comércio perene. Os poucos cativos comprados a leste da Mina (baía de Benim) ainda nos séculos XV e XVI eram revendidos em troca de ouro nas imediações do forte de S. Jorge da Mina. O tráfico regular de cativos no golfo de Benim só se afirmaria no correr do século XVII.

Contudo, o predomínio português do comércio negreiro foi ameaçado, logo em 1627, quando a *Companhia Holandesa das Índias Ocidentais* (WIC), criada em 1621, começou a actuar na Costa da Mina. Em pouco tempo os holandeses atacam os territórios da Coroa de Portugal e, a partir de 1662, o abastecimento às Índias de Castela foi cometido a dois genoveses que contrataram com a *Companhia das Índias Ocidentais* o fornecimento de *peças*.<sup>60</sup>

---

<sup>59</sup> Gustavo ACIOL e Maximiliano M. MENZ, «Hierarquias Continentais e economia-mundo: o caso do tráfico luso-brasileiro de escravos (século XVIII)» in *I Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas-Mundo*, 2007, disponível on-line: [www.gpepsm.ufsc.br/html/index\\_arquivos/12.pdf](http://www.gpepsm.ufsc.br/html/index_arquivos/12.pdf) (consultado em Dezembro 2012).

<sup>60</sup> Para o conhecimento deste período veja-se a bem elaborada e documentada tese de Gustavo Aciole LOPES, *Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico: tabaco, açúcar, ouro e*

Por finais do século XVII, eram já os holandeses e ingleses quem dominava, na Costa da Mina, o tráfico de escravos para a América. Os holandeses ainda permitiram que os portugueses fizessem o comércio de escravos, sob certas condições, uma das quais a de que somente tabaco poderia ser trocado por escravos em alguns portos, o que permitia certa exclusividade aos comerciantes da Baía, principal área de tabaco do Brasil, e excluía do comércio negreiro os negociantes de Portugal e os de outras áreas do território brasileiro<sup>61</sup>.

No entanto, haverá que ter presente o alerta deixado por dois autores:

«o reconhecido papel que o tabaco cumpre nas cargas dos negreiros coloniais destinadas ao comércio de escravos na Costa da Mina não contam toda a história deste tráfico bipolar. Apesar dos manifestos de carga das embarcações saídas da capital do Brasil ou do porto do Recife registrarem apenas rolos de tabaco, alguns testemunhos coevos atestam que não era possível aos traficantes adquirirem os escravos de sua lotação munidos apenas do tabaco de terceira (o único permitido pela coroa naquela rota).»<sup>62</sup>

Porém, toda esta realidade corresponde a um período cronológico do qual Pedro de Leon Portocarrero já não poderia dar testemunho.

---

*tráfico de escravos, Pernambuco (1654-1760)*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

<sup>61</sup> Sheila de Castro FARIA, *Cotidiano dos negros no Brasil escravista*, texto disponível on-line em [www.larramendi.es/i18n/catalogo\\_imagenes/grupo.cmd?path=1000209](http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000209) (consultado em Novembro de 2012).

<sup>62</sup> Gustavo ACIOL e Maximiliano M. MENZ, «Hierarquias Continentais e economia-mundo: o caso do tráfico luso-brasileiro de escravos (século XVIII)» in *I Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas-Mundo*, 2007, disponível on line em [www.gpepsm.ufsc.br/html/index\\_arquivos/12.pdf](http://www.gpepsm.ufsc.br/html/index_arquivos/12.pdf) (consultado em Dezembro 2012).



# VASALLOS QUE SE OBSERVAN. OPINIÓN Y ESCRITURA IMPERIAL BAJO LA UNIÓN DE CORONAS (1580-1640)

RAFAEL VALLADARES\*

Los súbditos de los tres Felipes que reinaron sobre la Península entre 1580 y 1640 se admiraron, se ignoraron y se detestaron casi por igual. Ya durante aquel período abundaron los testimonios que hablaban con transparencia de esta variedad de registros emocionales en las relaciones intraibéricas. Algunos de aquellos pareceres, incluso, circularon a plena luz bajo el formato más bien amable que brindaba la literatura, en especial la dramaturgia, donde figuras estereotipadas de «castellanos» y «portugueses» servían para transmitir mensajes acartonados entre la malicia y la comicidad. Otras veces fueron las obras de historia, de derecho o los tratados políticos los que expresaron una visión idealizada de la unión de 1580 o, por el contrario, una percepción tan negativa de esta que el autor no tenía reparos en insinuar o advertir al lector sobre la ruptura inevitable a la que se hallaba abocado un matrimonio tan mal avenido.<sup>1</sup> Junto a esta polaridad exhibida en letras de imprenta para su comentario, transcurrió otra que, por quedar inédita, probablemente alcanzó menos difusión que la anterior – como pudo ocurrir con el texto señero de Roiz Soares.<sup>2</sup> No obstante, resulta muy llamativo comprobar que, por lo general y salvo excepciones, entre lo que se publicó y lo que quedó manuscrito, y ya fuera a favor o en contra de la unión de coronas, no hubiera grandes diferencias de fondo y solo parcialmente de forma. Aunque únicamente fuera por esto, parece, pues, razonable reflexionar

---

\* Instituto de Historia (CSIC, España).

<sup>1</sup> Como ejemplo, Baltasar ÁLAMOS DE BARRIENTOS, *Discurso político al rey Felipe III al comienzo de su reinado*, Modesto SANTOS (ed.), Barcelona, Anthropos, 1990.

<sup>2</sup> Pero Roiz SOARES, *Memorial*, Manuel Lopes de ALMEIDA (ed.), Coimbra, Universidade de Coimbra, 1952.

sobre el grado de libertad que experimentaron bajo los Austrias los autores que escribieron sobre la unión de 1580 y sus variadas consecuencias. Por supuesto que no debe esquivarse el hecho de que aquellos monarcas ejercieron la censura en casos bien documentados que condujeron, incluso, a la prohibición de imprimir una obra, lo que sin duda condicionó la labor de escribir.<sup>3</sup> Todos los gobiernos europeos de la Edad Moderna se vieron desbordados por una imparable oleada de opiniones, por lo que la mayoría de ellos se limitó a intervenir solo en aquellas situaciones percibidas como realmente peligrosas o intolerables.<sup>4</sup> Por este motivo para la nueva dinastía entronizada en Portugal también constituyó un reto calibrar hasta dónde podía o debía alargar su mano, especialmente a efectos de corregir o suprimir los juicios que, real o supuestamente, se cimentaban en la tradición regnícola y en los venerables privilegios del país – los mismos que los Austrias habían jurado conservar. Había, digamos, ciertas líneas rojas que no se podían sobrepasar; la primera de todas seguramente consistía en negar la legitimidad de los Felipes como reyes de Portugal y, en general, cuestionar todo lo que menoscabase la reputación y el decoro dinástico o de la corona. Esto a un lado, los combates públicos entre castellanos y portugueses abarcaron muchas otras materias y discurrieron sin interrupción. La naturaleza de la libertad intelectual que el régimen de los Austrias toleró en y sobre Portugal constituye un asunto que, cuando se ha estudiado mediante categorías más complejas de las habituales, ha contribuido a abrir nuevos espacios de debate entre partidarios de identificar, por un lado, a portugueses patriotas y, por otro, a castellanos dominadores.

El hecho es que ni la vigilancia quisquillosa de la corona ni su capacidad para silenciar textos conllevaron que desapareciera la libertad de opinar; antes bien, lo que más bien sorprende es el abundante flujo de publicaciones en las que juristas, historiadores, clérigos, misioneros (de todas las órdenes), literatos y polígrafos ventilaban sus afilados argumentos, en ocasiones con pasión beligerante. Podría concluirse que solo en los casos de discrepancia más extrema con la dinastía o con alguna de sus políticas, el autor se vio obligado a buscar algún tipo de ropaje para vestir sus ideas, de modo que, entre la autocensura y una disposición más oblicua de las palabras, surgió un discurso sutil y escurridizo. No es sencillo resolver si algo parecido a una especie de *libertad dinástica* se respiró en Portugal bajo los Felipes pero, en todo caso, tampoco se puede concluir que los Austrias ahogaron la discrepancia sin más. Por supuesto, todo esto cambió tras la secesión de 1640,

---

<sup>3</sup> António de OLIVEIRA, «A censura historiográfica no período filipino. Uma nota para o seu estudo», *Revista Portuguesa de História*, 22 (1985), pp. 171-184.

<sup>4</sup> Véanse, Antonio CASTILLO GÓMEZ (ed.), *Opinión pública y espacio urbano en la Edad Moderna*, Gijón, Editorial Trea, 2010 y Laurent BOURQUIN, Philippe HAMON, Pierre KARILA-COHEN y Cedric MICHON (eds.), *S'exprimer en temps de troubles. Conflits, opinion(s) et politisation de la fin de la moyen âge au début du XX<sup>e</sup> siècle*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2012.

cuando el diálogo luso-castellano dejó de ser tal para transformarse en una polémica ácida y en ocasiones carente de respeto, ya que por entonces la guerra abierta entre el nuevo régimen Braganza y Felipe IV lo revolucionó todo, hasta poner en riesgo incluso la buena educación.

La tensión, pues, entre gobierno, opinión y creatividad es un tema clásico que, entre los historiadores del Portugal de los Felipes, resulta casi obligado. Es lógico entender que la mayoría de los esfuerzos llevados a cabo en este campo se hayan dirigido primordialmente a dilucidar el significado político de los textos producidos en cuanto a si un autor apoyaba o atacaba la unión de 1580. En este sentido, las conclusiones alcanzadas se dividen entre quienes interpretan cualquier crítica a los Austrias como un pálpito independentista, y quienes ven en ello la defensa a ultranza de una identidad política y cultural que no necesariamente pasaba por exigir la separación de la Monarquía Hispánica – y sí, más bien, por blindar los privilegios de Portugal a fin de, precisamente, garantizar un mejor disfrute de su pertenencia a aquel imperio.<sup>5</sup> Aunque esta segunda exégesis parece la más acorde con la mayoría de las situaciones, tampoco cabe descartar la primera ni, menos aún, el tránsito de un mismo autor por entre una y otra.<sup>6</sup> La complejidad del Portugal filipino fue una constante que derivó justamente de las condiciones tan traumáticas en que nació.<sup>7</sup>

Conviene, no obstante, recordar que estos importantes estudios sobre las relaciones *textuales* luso-castellanas han privilegiado la dimensión peninsular en detrimento de la ultramarina. De hecho, muy poco se ha inquirido sobre las ocasiones en que lusos y castellanos se dieron a escudriñar el imperio del vecino y, en concreto, al fenómeno de haber fijado sus visiones sobre el papel. Conocemos bien la profusión con que españoles y portugueses escribieron sobre África, Asia y América, pero bastante menos sobre el hecho de que también lo hicieron, aunque aparentemente en menor grado, sobre el imperio del *otro* durante la unión de coronas. Como imperios rayanos y colindantes que fueron, se diría que la historia empujó por tal camino. La falta de atención a este fenómeno quizás se explica por la distancia y desconexión que hasta hace muy poco ha existido entre los investigadores (de cualquier nacionalidad) dedicados a las expansiones española y portuguesa e incluso, más sorprendente todavía, por la tendencia de los historia-

---

<sup>5</sup> Al respecto, véanse las obras de referencia sobre esta polémica, a saber: Hernâni CIDADE, *A literatura autonomista sob os Filipes*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1948, y Eugenio ASENSIO, «España en la épica portuguesa de los Felipes (1580-1640). Al margen de un libro de Hernani Cidade», *Estudios Portugueses* (1974), pp. 455-493.

<sup>6</sup> La persistencia del discurso nacional frente a Castilla bajo los Austrias ha vuelto a ser objeto de reflexión por Diogo Ramada CURTO, «*Amor da patria* num tratado de 1626 sobre as armas e as letras», en Aires A. NASCIMENTO, Helena LANGROUVA, José V. de Pina MARTINS y Thomas S. EARLE (eds.), *Humanismo para o nosso tempo. Homenagem a Luís de Sousa Rebelo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pp. 311-335.

<sup>7</sup> Rafael VALLADARES, *La conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política en Portugal, 1578-1583*, Madrid, Marcial Pons Historia, 2008.

dores a contemplar los sesenta años de los Austrias en Portugal como un tiempo respetuoso con la teórica separación que Felipe II acordó mantener entre el ultramar de cada corona. Esta deformación se ha visto acentuada por la centralidad asignada a Madrid y a Lisboa en la administraron de sus imperios –lo que en el caso portugués ha recibido el nombre de *olisipocentrismo*–, sin duda otro factor que ha simplificado, por no decir desvirtuado, una realidad más compleja.<sup>8</sup> Actualmente, sin embargo, las historiografías sobre la expansión se han lanzado a practicar la historia comparada, debilitando así las visiones reduccionistas (y centralistas) y comenzando a equilibrar el peso de los territorios no europeos en la conformación y trayectoria de las entidades globales en las que se integraban.<sup>9</sup> La potente profesionalidad de la academia brasileña ha sido esencial para generar esta mudanza, si bien todavía queda un largo camino que recorrer hasta sustituir –o, al menos, completar– la visión tradicional alimentada desde las ex-metrópolis de unos imperios luso y español vueltos de espaldas bajo los Felipes.<sup>10</sup> El imperio desaparece, pero la mentalidad imperial tarda más en hacerlo. Hoy, sin embargo, ya no resulta extraño aceptar (o discutir) que la unión filipina causó un determinado impacto tanto en la América española como en la portuguesa, así como en el enorme *Estado da Índia* y en la pequeña Hispanoasia.<sup>11</sup> Esto, felizmente, supone una ventaja para adentrarnos en las visiones cruzadas que sobre sus respectivos imperios desarrollaron los vasallos de ambas coronas.

Probablemente dos buenos ejemplos de esta literatura sean los *Comentarios de la embajada a Persia* del castellano don García de Silva y Figueroa, redactados entre 1614 y 1624, y la *Descripción del Virreinato del Perú*, casi

<sup>8</sup> Stuart B. SCHWARTZ, «The Economy of the Portuguese Empire», en Francisco BETHENCOURT y Diogo Ramada CURTO (eds.), *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, p. 20.

<sup>9</sup> Jack P. GREENE, *Negotiated Authorities. Essays in Colonial Political and Constitutional History*, Charlottesville, University Press of Virginia, 1994; A. J. R. RUSSELL-WOOD, «Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808», *Revista Brasileira de História*, 18 (1998), pp. 187-250; C. G. MOTA (ed.), *Viagem incomplete. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*, São Paulo, Editora SENAC, 2000; Christine DANIELS y Michael V. KENNEDY (eds.), *Negotiated Empires. Centers and Peripheries in the Americas, 1500-1800*, Nueva York – Londres, Routledge, 2002, y Carlos MARICHAL, «Rethinking Negotiation and Coercion in an Imperial State», *Hispanic American Historical Review*, 88:3 (2008), pp. 211-218. Los investigadores portugueses Bethencourt y Curto, en la introducción a la obra citada en la nota anterior a esta, advierten, a su vez, de los excesos del revisionismo anticolonialista que ha llevado a dibujar un imperio luso «débil», lo que, como mucho, solo sería aceptable para el ámbito del *Estado da Índia* e, incluso así, con reservas.

<sup>10</sup> Véanse las aportaciones recogidas en L. Dantas MOTA (ed.), *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, 2 Vols., São Paulo, Editora SENAC, 1999-2001, y J. FRAGOSO, M. F. BICALHO y M. F. GOUVÊA (eds.), *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVII)*, Río de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

<sup>11</sup> Serge GRUZINSKI, *Les quatre parts du monde. Histoire d'une mondialisation*, París, Editions de La Martinière, 2004, y Rafael VALLADARES, *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680). Declive imperial y adaptación*, Lovaina, Leuven University Press, 2001.

con toda certeza escrita por el portugués León Portocarrero entre 1616 y 1620.<sup>12</sup> Como fuentes ambas son bastante conocidas, si bien por lo general se han usado por separado. Son, no obstante, pruebas de un fenómeno *per se*: la observación mutua a que se sometieron vasallos pertenecientes a una misma Monarquía. Aunque son textos muy distintos en las causas que los motivaron, en su formato, en sus fines y por supuesto en sus opiniones, resultan a la vez muy parecidos en el protagonismo que se auto-conceden los autores, en la pretensión de erigirse estos en mediadores pertinentes y en la intención nada objetiva de orientar la mirada y el juicio del lector. De hacer ver, de un modo muy concreto, el imperio del vecino.

De hecho, los autores de estas *obras de observación* habrían hallado muchas dificultades en aceptar que las colonias españolas y portuguesas existieron bajo los Austrias sin tenerse en cuenta unas a otras. Esto no significa que compartieran o aprobaran la interacción luso-castellana que describieron, comentaron o criticaron en sus textos –no obstante ser ellos mismos el ejemplo más acabado de tal interacción. Más allá del complicado juego de identidades de cada autor –nacional, estamental o religiosa, y esto solo para empezar–, lo que parece haber sido determinante en tales autores para llevarles a tomar la pluma fue la convicción de que ellos, igual que otros –o, todavía mejor, más que otros–, podían y seguramente debían hacerlo. De ahí que el ejercicio de convertir en un texto lo que antes ya constituía una *práctica* interiorizada probablemente solo necesitó el detonador de una vivencia accidental –de un periplo obligado, como fue la embajada de Figueroa, o del hipotético encargo de un agente exterior, como quizás sucedió con Portocarrero. De algún modo, podemos pensar que los textos de este género podían darse por escritos antes de que cualquiera de sus autores emborronase el primer folio, en la medida en que obedecían a gestos de apropiación sobre un territorio, de jactancia intelectual y de justificación política ampliamente normalizados en sus ejecutores. Se trató, en otras palabras, de una *escritura imperial* en el doble sentido de que únicamente se ocupaba de dominios ultramarinos y lo hacía, además, desde la perspectiva de quien se consideraba capacitado para fijar la alteridad que describía, clasificando

---

<sup>12</sup> La obra de Figueroa, cuyo manuscrito se conserva en la Biblioteca Nacional de España, está siendo objeto de una cuidadosa edición a cargo de varios especialistas dirigidos por Rui Manuel LOUREIRO. Hasta hoy han aparecido los volúmenes 1 y 2, Rui Manuel LOUREIRO, Ana Cristina Costa GOMES y Vasco RESENDE (eds.), *Don García de Silva y Figueroa e os «Comentarios» da embaixada à Pérsia (1614-1624)*, (con la colaboración de Ana Cristina Costa GOMES), Lisboa, CHAM, 2011 y 4, Rui Manuel LOUREIRO, Vasco RESENDE (coords.), *Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os «Comentarios» da embaixada à Pérsia (1614-1624)*, Lisboa, CHAM, 2011. El otro texto citado, localizado en la Biblioteca Nacional de Francia, fue publicado por Boleslao LEWIN, *Descripción del Virreinato del Perú. Crónica inédita de comienzos del siglo XVII*, Rosario, Universidad Nacional del Litoral, 1958. La atribución de la autoría a León Portocarrero la efectuó Guillermo LOHMANN VILLENA, «Una incógnita despejada: la identidad del judío portugués autor de la 'Discreción General del Piru'», en *Revista de Indias*, Año XXX, Números 119-122 (Ene.-Dic., 1970), pp. 315-387.

como realidades objetivas lo que no era sino mera subjetividad. Y, como toda escritura imperial, depredaba los objetos, las personas y las tradiciones de las que se nutría para luego transformarlos en un relato de inquietante autoridad.<sup>13</sup>

No obstante, a diferencia de los relatos que los europeos ya habían producido sobre otros continentes afectados por su expansión, estos de ahora se referían a dominios que estaban en manos de otros occidentales que, a su vez, eran sus con-vasallos al hallarse todos bajo la soberanía del mismo rey. Era un caso a todas luces singular. A expensas, sin embargo, de revelar cuál fue la verdadera *intención de escritura* de estas obras –utilitaria, persuasiva, ficcional, egocéntrica, o todo a la vez–, adquiere prioridad tomar conciencia de que la literatura llamada «colonial» establecía unos supuestos lazos de dependencia respecto de un no menos supuesto canon metropolitano, de un centro epistemológico dado por indiscutible, y que esta variable, tampoco presente del todo en las obras referidas, obliga al historiador a re-clasificar unos textos y a unos autores que habían dado este problema ya por resuelto. Que ellos se vieran como castellanos o portugueses, como responsables de una escritura autorizada o apenas provisional, o como portadores de una mirada europea y cristiana que descendía sobre quienes podían serlo o no pero habitaban otras tierras, no resuelve el problema de saber si, además de estos principios generales, proyectaron en sus descripciones una intención y una identidad diferentes, e incluso opuesta, a la que luego les ha asignado la historiografía. Resulta tentador decir que los historiadores deberíamos tratar estas obras como ya lo vienen haciendo los filólogos con la llamada literatura colonial: es decir, reestructurar, si no el canon por el que esta se ha regido desde el siglo XVI, sí al menos el corpus, cada vez más heterogéneo en formas y desde luego más inclusivo en cuanto a detectar raíces, rasgos e influencias. Dado que la globalización cultural conduce a un comparatismo permanente entre las distintas literaturas del mundo, el resultado apuntaría a un agrandamiento enriquecedor del corpus mientras se desafía al canon. Por añadidura, no resultaría menos provocador aventurar la hipótesis de si los españoles y los portugueses de la unión de coronas en algún momento se miraron como a *indios* que primero había que comprender para, después, *explicar* mediante el código cultural de sus ámbitos *nacionales* respectivos.

Teniendo en consideración que tanto Madrid como Lisboa ejercían asiduamente una centralidad política sobre territorios dependientes, puede no ser tan descabellado sugerir que este entrenamiento basado en la premi-

---

<sup>13</sup> Véanse, por ejemplo, las reflexiones conceptuales y de método en torno a la llamada escritura imperial en Ana PIZARRO, «Palabra, literatura y cultura en las formaciones discursivas coloniales», en Ana PIZARRO (ed.), *América Latina: Palabra, Literatura e Cultura*, São Paulo, Novos Estudos, 1993, 3 Vols., 1, pp. 19-37, y Nelson GONZÁLEZ ORTEGA, *Relatos mágicos en cuestión. La cuestión de la palabra indígena, la escritura imperial y las narrativas totalizadoras y disidentes de Hispanoamérica*, Madrid, Iberoamericana/Vervuert, 2006, en especial pp. 13-35.

nencia auspiciara ejercicios de semejante naturaleza. Del lado castellano existe al menos el caso cierto de un ministro –el marqués de Ayamonte– que en un momento dado calificó de «indios» a los súbditos de la Italia española, sin que haga falta explicar que con el uso de este término lo que perseguía era convencer a su interlocutor de que a estos «indios» apenas se les debía «tratar como a tales». <sup>14</sup> Naturalmente, una salida de tono de este calibre quizás respondiera a un acaloramiento puntual, aunque expresa muy bien en qué cimas de suficiencia podían situarse las relaciones intra-imperiales incluso en el corazón de Europa. Visto así, el símil utilizado para el caso italiano no tuvo por qué responder necesariamente a la casualidad y, en todo caso, revela con transparencia cómo se ordenaba el inconsciente jerárquico de algunas cabezas de la Monarquía apenas una generación después de la conquista de América y de haber globalizado el mundo. No parece, sin embargo, que nuestra literatura de observación llegara tan lejos ni tampoco, salvo en el empleo de figuras más retóricas que reales, que sus autores construyeran un exotismo sobre el vecino –un tipo de *orientalismo intra-imperial*– por encima de la anécdota. No fue el caso.

Quedaría entonces por saber en cuál de los casilleros dispuestos por la teoría de las «formas de escritura» coloniales cabría situar las obras de Figueroa y Portocarrero. Sea como fuere, al final estamos ante un género híbrido –*cruzado*– aunque solo fuera por las circunstancias de origen territorial (o «nacional») que afectaron a los creadores de estos textos –Figueroa, castellano, peroró sobre el oriente luso, mientras Portocarrero (o quien fuera), un portugués, confirió sobre el Perú español. A falta de un corpus exhaustivo de tales obras, las dos ya citadas bastan para plantear algunas cuestiones que conviene responder desde el mundo a que dio lugar la unión de coronas. ¿Fueron estas obras, en cuanto textos, un género aparte o mera proyección –adaptada al ultramar– de las que ya se ocupaban de estos temas en la Península? ¿En qué afectó a estas elaboraciones la biografía de sus autores? ¿Qué intenciones perseguían? ¿Qué razones explican la geografía escogida –y, por tanto, la exclusión de otras? ¿Por qué adoptaron para sus textos una determinada estructura en vez de otra? ¿Por qué motivos permanecieron inéditas, parcial o totalmente, durante tanto tiempo? ¿Circularon manuscritas en la época? Y hoy, cuando se debate sobre una «ciencia ibérica» específica en la Edad Moderna, ¿qué valor o lugar ocuparían estas obras como referentes o aportaciones de aquel acervo peninsular? <sup>15</sup> Demasiados

---

<sup>14</sup> Helmut KOENIGSBERGER, *La práctica del imperio*, Madrid, Alianza Editorial, 1989, [Nueva York, 1969], pp. 54-55.

<sup>15</sup> Jorge CAÑIZARES-ESGUERRA, *Nature, Empire, and Nation. Explorations of the History of Science in the Iberian World*, Stanford, Stanford University Press, 2006; Antonio BARRERA-OSORIO, *Experiencing Nature. The Spanish Empire and the Early Scientific Revolution*, Austin, University of Texas Press, 2006; y Daniela BLEICHMAR, Paula DE VOS, Kristin HUFFINE y Kevin SHEEHAN (eds.), *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500-1800*, Stanford, Stanford University Press, 2009.

problemas, y demasiado hondos como para resolverlos. Por ello, aquí únicamente esbozaremos un marco de relaciones globales con vocación de hacer más inteligibles algunas respuestas.

\*  
\*   \*

Que la unión de coronas despertara el interés mutuo de sus integrantes por describir los dominios del otro resultó de lo más natural. La tradición de observarse había empezado antes de 1580, de modo que difícilmente cabía esperar que se interrumpiese después. De hecho, los portugueses y los castellanos eran los únicos de entre todos los vasallos del Rey Católico que podían presumir de un imperio extraeuropeo –y, de paso, compararlos entre sí–, algo que no estaba al alcance de los súbditos aragoneses, italianos o flamencos. Herederas Castilla y Portugal de sendos imperios mundiales, la incorporación lusa de 1580 creó una situación colonial muy novedosa por más que el acuerdo político que la selló se negara a reconocerla. La decisión de respetar la autonomía política, institucional y comercial de los dominios de cada corona chocó muy pronto con las tendencias y los intereses de algunos sectores sociales y mercantiles de cada una de ellos. Mientras una oleada silenciosa, pero imparable, de portugueses –incluidos muchos cristianos-nuevos–, se dirigió hacia núcleos tan dinámicos como México, Lima o Buenos Aires, los castellanos de la Nueva España y el Perú intensificaron su tráfico con Asia desde Acapulco, vía Filipinas –donde se daban la mano con los portugueses de Macao–, y a la vez con Europa y África, vía Lisboa o, las más de las veces, sin ni siquiera tocar oficialmente en ningún puerto. Un árbol gigante de rutas y redes creció a la sombra de las respectivas carreras de las Indias española y portuguesa, hasta hacerse inabarcable con una sola mirada. Nunca faltaron fricciones entre unos y otros, pero todo indica que los muchos réditos que produjo aquella floración comercial entibiaron cualquier intento serio de acabar con ella. Así, la división de coronas pactada bajo los Austrias se convirtió en una realidad jurídica que sólo volvía a recordarse cuando cualquiera de los agentes involucrados en aquel proceso (o que se sentía excluido de él) se vió amenazado. Por lo demás, la plata americana que los portugueses extraían de las Indias españolas gracias sobre todo a la venta de esclavos africanos, acababa en Europa para, desde aquí, engrasar las rutas (las visibles y las menos visibles) del *Estado da Índia* o para fluir a los mucho más cercanos centros financieros de Ruán, Amberes, Ámsterdam o Hamburgo. Ciertamente, parecía haber mucho y para todos.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> De la numerosa bibliografía disponible citamos solo algunos títulos: Jonathan Irving ISRAEL, «The Portuguese in Seventeenth-Century Mexico», *Empires and Entrepots. The Dutch, the Spanish Monarchy and the Jews (1585-1713)*, Londres, The Hambledon Press, 1990 (artículo original de 1974), pp. 311-331; Enriqueta VILA VILAR, *Hispano-América y el comercio de esclavos*.

Fue solo cuestión de tiempo que de esta actividad y del fenómeno, mucho más general, de la aproximación de las coronas naciera una *nueva* literatura, el gesto político, en definitiva, de captar por escrito un imperio vecino y legalmente *separado* aunque *de facto* cada vez lo iba pareciendo menos. No hay duda de que la curiosidad inteligente venció cualquier recelo, incluido el más letal de todos, el de la indiferencia, para inaugurar una asombrosa época de observación mutua con su consiguiente reflexión escrita. Si nos atenemos a los dos textos quizás más relevantes de este fenómeno, los de Figueroa y Portocarrero, se constata que aquella etapa se dio en el reinado de Felipe III, algo en absoluto casual y muy revelador de la dinámica integradora que ya afectaba a la unión luso-castellana dentro de la Monarquía Hispánica. Una dinámica en parte deseada y en parte conflictiva, pues no siempre era producto del consenso entre la corona y las instancias involucradas, sino más bien de la dirección unionista que los Austrias imprimieron –no sin colaboradores lusos– a las relaciones entre Castilla y Portugal.<sup>17</sup> Si antes de 1580 se habían detectado corrientes de opinión y sectores sociales favorables a una cierta integración (o al menos colaboración) hispano-portuguesa, lo novedoso consistió en que después de esta fecha los Austrias trabajaron para promover o, cuando menos, no interferir, en la gradual simbiosis comercial y social entre ambos imperios. La ausencia de una política taxativa a la hora de prevenir un mayor acercamiento o incluso de acabar con el ya existente parece hablar en este sentido.

La división interna de la comunidad política portuguesa desde su incorporación a la Monarquía fue seguramente el factor coadyuvante más decisivo sobre el que se apoyaron los Felipes para desarrollar su autoritarismo. La fractura, ya bien visible antes de la crisis sucesoria de los Avís de 1578-1580, dejó a los portugueses segmentados entre partidarios de la unión con los Austrias, contrarios a la misma y una masa de *tibios* o neutrales. Los tres grupos atravesaron los sesenta años de la unión de coronas sin que dieran muestras de desaparecer. Los monarcas de la nueva dinastía se sirvieron del primer grupo, vigilaron al segundo (para atraerse a sus integrantes) o los persiguieron (cuando ultrapasaban cierto límite), mientras permanecieron

---

*Los asientos portugueses*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano Americanos, 1977; Fernando SERRANO MANGAS, *La encrucijada portuguesa. Esplendor y quiebra de la unión ibérica en las Indias de Castilla, 1600-1668*, Badajoz, Diputación Provincial, 1994; Rafael VALLADARES, «Poliarquía de mercaderes. La presencia comercial portuguesa en las Indias españolas», en Luis Miguel ENCISO RECIO (ed.), *La burguesía española en la Edad Moderna*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1996, Vol. 2, pp. 605-622; Rafael RUIZ, *São Paulo na Monarquia Hispânica*, São Paulo, Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciencia Raimundo Lúlio, 2004; Maria Graça Mateus VENTURA, *Portugueses no Peru ao Tempo da União Ibérica: mobilidade, cumplicidades e vivências*, 3 Vols., Lisboa, Temas portugueses, 2005; y Daviken STUDNICKI-GIZBERT, *A nation upon the Ocean Sea. Portugal's Atlantic Diaspora and the Crisis of the Spanish Empire, 1492-1640*, Oxford, Oxford University Press, 2007.

<sup>17</sup> Jean-Frédéric SCHAUB, «Dinámicas políticas en el Portugal de Felipe III (1598-1621)», *Relaciones*, 73 (1998), pp. 171-211.

atentos al tercero por tratarse del más fácilmente manipulable – y, en consecuencia, el más voluble tanto a la hora de atraerlo como de defraudarlo. Este cuadro aún se complicaba más a causa de la movilidad que existió entre los tres grupos, nunca estancos, y a causa también, sobre todo, de que entre los amigos de la nueva dinastía no todos apoyaron el régimen de turno establecido por cada monarca – tal fue el caso bajo Lerma, primero, y el Conde-Duque de Olivares, después. Es posible que los tres Austrias de Portugal desearan reinar para todos los lusos, pero es evidente que en la práctica no fue así. Convencidos de la necesidad de recrecer la autoridad de la corona en todos y cada uno de sus dominios, en el caso portugués, como en tantos otros, los Felipes optaron por limar cada vez más privilegios para reducir la autonomía del reino de acuerdo al modelo de las leyes, las instituciones y las prácticas de Castilla. El nombramiento de un noble castellano como Figueroa para ejecutar la embajada del Rey Católico al sha de Persia acumula una prueba más en este sentido, y sin este trasfondo de intromisión *castellana* –o de «castellanización» del imperio luso– no se entendería bien el texto que nos legó.<sup>18</sup>

Asia, como debía tener presente Figueroa, era el ámbito colonial más controvertido en las relaciones entre Felipe III y sus vasallos de Portugal. A causa de la firma de la Tregua de los Doce Años entre la Monarquía Hispánica y las Provincias Unidas en 1609, el espacio oriental luso había quedado muy comprometido, ya que ninguna cláusula del tratado impedía a los holandeses navegar o traficar en Asia. De poco sirvieron las quejas de los portugueses. Felipe III antepuso su política global de imperio a cualquier consideración particular sobre un reino, pero con ello abrió una herida difícil de cerrar entre algunos portugueses. En realidad, dado que este acuerdo se había sellado solo unos pocos años después de la reconquista de las islas Molucas a cargo de una armada luso-castellana que provocó mil conflictos –el precio de la ayuda prestada a los portugueses consistió en que los castellanos de las Filipinas se quedaran con el gobierno militar del archipiélago–, el «olvido» de la corona respecto del oriente portugués a la hora de negociar con La Haya se tomó como una ofensa imperdonable. ¿Fue entonces cuando empezó a circular por Europa la máxima de que para los Felipes América era su esposa y Asia solo la concubina?<sup>19</sup> De ser así, la escena que dibujaba esta sentencia no prefiguraba nada bueno. Fue esta atmósfera de reproches la que rodeó el viaje –y el relato– de Figueroa.

---

<sup>18</sup> Sobre el proceso de «castellanización» de la corona de Portugal, entendido como un medio antes que como un fin, véanse Rafael VALLADARES, *Epistolario de Olivares y el Conde de Basto (Portugal, 1637-1638)*, Badajoz, Diputación Provincial de Badajoz, 1998, pp. 104; Fernanda OLIVAL, *D. Filipe II*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, pp. 209 y ss; y, para el caso concreto de asimilar una institución tan relevante como el Santo Oficio luso, Ana Isabel LÓPEZ-SALAZAR CODES, «*Che si riduca al modo di procedere di Castiglia*. El debate sobre el procedimientos inquisitorial portugués en tiempos de los Austrias», *Hispania Sacra*, 49 (2007), pp. 243-268.

<sup>19</sup> R. VALLADARES, *Castilla y Portugal en Asia...*, cit., pp. 20-24.

No todos los portugueses pensaban que la corona debía priorizar sus esfuerzos en Asia. Por el contrario, desde 1600 aproximadamente comenzaron a escucharse voces a favor de impulsar la empresa del Atlántico en detrimento de la del Índico. La coyuntura económica empujaba en esta dirección en virtud del auge comercial que vivía el espacio afro-americano, el mismo que desató la emigración cruzada de miles de portugueses al Nuevo Mundo castellano y de otros tantos españoles a la América lusa. El problema jurídico que planteaba la naturaleza extranjera de los portugueses asentados en las Indias españolas y de los castellanos idos al Brasil a menudo halló solución mediante el pago de composiciones (una especie de multa cuya satisfacción naturalizaba al extraño) y, algo no menos infrecuente, por la simple ignorancia de la ley. En general, la vida en Indias no se regía igual que en Europa a la hora de dictaminar identidades.<sup>20</sup> Nunca, en todo caso, se alteró el estatuto jurídico acordado en 1581 que mantenía la separación a ultranza de los dominios de cada corona, y esto a pesar de que la dinámica económica y demográfica parecía haber apostado por ello. ¿Era esto una prueba de la flexibilidad de la Monarquía a la hora de enfrentarse a una realidad cambiante no prevista cuando se produjo la unión? Probablemente sí, aunque el dar salida a las tensiones generadas por la aproximación luso-española en ultramar sin antes haber modificado el marco constitucional de la Monarquía supuso, invariablemente, generar otro conflicto: el de la violación de los privilegios de ambas Américas y en ambas a la vez. La gran paradoja de los años en que Portocarrero escribió su *Descripción* fue que, mientras la discordia política luso-española iba a más, los negocios y el arribo de «extranjeros» a las respectivas zonas donde pasaban por tales tampoco dejaron de aumentar. Esta esquizofrenia se refleja en la *Descripción*, aunque seguramente su naturaleza fue más metropolitana que ultramarina, hasta el punto de que cuando la tensión hispano-lusa afloró abiertamente en las Indias, ya fuera en México, Lima o Goa, los máximos representantes de las disputas solían ser precisamente las autoridades allí desplazadas por la corona, como los virreyes y los inquisidores, mientras que a ras de suelo, en cambio, pesaba más la aceptación (interesada) que el disenso. Así, una obra tan biliosa como el *Comercio impedido* de José Pellicer, aparecida en 1640, seguramente sirvió para que a través de ella el Consulado de Sevilla se despachara a gusto contra la intromisión portuguesa en las Indias castellanas pero, además de ser un texto reiterativo y poco original, no causó ninguna reacción notable por parte de la corona, hasta el punto de que las medidas de exclusión contra los lusos que el autor del panfleto solicitaba llegaron solo a raíz de la separación de Portugal de diciembre de aquel año, cuando

---

<sup>20</sup> Tamar HERZOG, «Can You Tell a Spaniard When You See One? “Us” and “Them” in the Early Modern Iberian Atlantic», en Pedro CARDIM, Tamar HERZOG, José Javier RUIZ IBÁÑEZ y Gaetano SABATINI (eds.), *Polycentric Monarchies. How did the Early Modern Spain and Portugal achieve and maintain a global hegemony?*, Sussex, Sussex Academic Press, 2012, pp. 147-161.

ya las circunstancias eran muy otras. Porque, ¿cómo podían los Felipes prohibir o marginar, menos todavía expulsar, a los portugueses de la América española cuando los pobladores de allí parecían tolerarlos, incluso aceptarlos? Ni siquiera tras la Restauración se efectuó ninguna deportación en masa de portugueses, por más que se planteó.<sup>21</sup> El hostigamiento sufrido por los portugueses cristianos nuevos en Nueva España, Perú y Cartagena de Indias –por citar las sedes con tribunal de inquisición–, es indudable que contó con el beneplácito popular, pero, por atractivo que resulte creer que esta persecución se debió a la naturaleza «extranjera» de las víctimas y a su carácter de temibles competidores económicos, la verdad es que el elemento religioso no puede reducirse a un mero pretexto. No, al menos, en tanto los cristianos-nuevos de Portugal y su imperio fueron objeto de idéntica saña, si no mayor, que la que experimentaron en Castilla o en la América «extranjera».

Los dos textos hasta aquí mencionados tal vez no fueron los únicos de su especie pero, dada la ausencia de otros comparables a ellos después de 1630, ¿deberíamos pensar que la crisis imperial iniciada entonces acabó con estas reflexiones? En tal caso, resultaría una paradoja que justo cuando el régimen de Olivares inició su política unionista más agresiva, la escritura de observación hubiera enmudecido. Sin embargo, quizás fue este el resultado más lógico de una nueva coyuntura en la que la aproximación de coronas, antes impulsada en gran medida desde abajo, fue sustituida por una tentativa de unión acelerada e incluso violenta desde arriba. No era este el mejor modo de alentar la escritura de observación Aunque esta siempre estuvo afectada por intereses políticos, sin embargo supo mantenerse bajo el horizonte de una Monarquía que se percibía común y duradera y, por eso mismo, crítica hacia el imperio del otro pero dentro de lo razonable. Lo que vino después fue otro género de textos guiados ante todo por el apriorismo ofensivo y la condena del contrario sin necesidad de celebrar un juicio. Si fue así, entonces los Felipes habrían sido los demiurgos de esta escritura imperial para convertirse después en sus enterradores.

\*

\* \*

Los textos aquí llamados «de observación» son una muestra más del acercamiento que se había producido entre los súbditos de aquellos dos imperios. Sus autores reflejaron por igual la malquerencia y el entusiasmo entre dos naciones rivales y, por tanto, a menudo en desacuerdo. La comparativa entre los hechos históricos y los textos de observación conduce a cultivar la prudencia contra la visión cierta, aunque incompleta, de una unión

---

<sup>21</sup> Stuart B. SCHWARTZ, «Panic in the Indies: The Portuguese Threat to the Spanish Empire, 1640-1650», en Werner THOMAS y Bart DE GROFF (eds.), *Rebelión y resistencia en el mundo hispánico del siglo XVII*, Lovaina, Leuven University Press, 1992, pp. 205-226.

de coronas nutrida incansablemente por los inveterados malos humores entre lusos y castellanos. Pues, al igual que el interés mutuo anudó nexos comerciales, familiares y migratorios entre unos y otros, en el terreno de la escritura sucedió algo parecido. Fue entonces cuando la gradual aproximación hispano-lusa militó a favor de que surgiera la ocasión, o la necesidad, de opinar sobre un imperio teóricamente ajeno pero en la práctica cercano. La acritud admirativa dirigida hacia el otro, y detectada en ambas partes, expresa muy bien el problema de una Monarquía tejida con naciones distintas que lo mismo se relacionaban conflictivamente que convivían entre sí. Es posible y hasta muy probable que de no haber tenido lugar la Restauración aquella escritura de observadores hubiese dejado más obras. Pero, plegado a la realidad, el historiador ha de acercarse a estos pocos testimonios a sabiendas de que, aunque escritos en español, serían difíciles de poner bajo la etiqueta (falsamente operativa en estos casos) de la conocida como literatura «española» –o «portuguesa», tanto da– a causa de su naturaleza mestiza. Más aún: recluir a Figueroa o a Portocarrero en la estrecha atmósfera de los textos de viajes (referidos a Asia o a América), de género («literatura masculina» en ambos casos), confesionales (de «cristiano viejo» el primero y de «cristiano nuevo» el segundo) o culturales (uno pasaría por «noble humanista» y el otro por «mercader»), situaría a sus figuras bajo categorías ciertamente útiles, aunque a la vez muy pequeñas. Pues, como no podría ser de otro modo, estas obras nacieron de un ciclo único de aproximación imperial que probablemente declinó hacia 1630 para apagarse diez años después. Un fin tan repentino invita a no olvidarlo.



# LA MIRADA PORTUGUESA AL PERÚ DE LOS SIGLOS XVI Y XVII

JOSÉ DE LA PUENTE BRUNKE \*

## 1. Introducción. Portugal y el Perú en la Monarquía Católica

En la época en que Pedro de León Portocarrero escribe su *Descripción del Virreinato del Perú*, tanto Portugal como el Perú estaban unidos bajo la autoridad de un mismo monarca: Felipe III. No se trató de una unión política formal, sino de una vinculación en el contexto de lo que se ha conocido como «monarquía compuesta»: un conjunto de reinos cuyo monarca era el mismo, pero que regía a cada uno de ellos a partir de diversas condiciones, derivadas de la tradición histórica correspondiente. Como ha afirmado John Elliott, durante la época de los Austrias «se había respetado por regla general la diversidad innata de los reinos» que integraban la monarquía católica.<sup>1</sup> Esta había afianzado su organización y su estructura a lo largo del siglo XVI; se trataba – en palabras de Manuel Rivero Rodríguez – de

«una entidad política plural, un conglomerado de reinos articulados políticamente en torno a sus respectivas casas reales (Aragón, Navarra, Castilla, Borgoña, Nápoles, Sicilia y, finalmente, Portugal) sin más identidad común que la de tener a un mismo soberano y profesar la misma confesión».<sup>2</sup>

---

\* Instituto Riva-Agüero (PUCP, Perú).

<sup>1</sup> John ELLIOTT, *Imperios del mundo atlántico. España y Gran Bretaña en América, 1492-1830*, México, Taurus Historia, 2009, p. 346. El propio Elliott hace notar que en las monarquías compuestas era frecuente que los reinos menos poderosos que las integraban se sintieran amenazados por el mayor poder de otros de ellos. En concreto pone el ejemplo de la monarquía católica de fines del siglo XVI e inicios del XVII, en la que en los reinos no castellanos –Portugal incluido– se manifestaba ese sentimiento frente a Castilla. J. H. ELLIOTT, «A Europe of Composite Monarchies», *Past and Present*, 137 (Nov., 1992), p. 60.

<sup>2</sup> Manuel RIVERO RODRÍGUEZ, «Una monarquía de casas reales y cortes virreinales», en José MARTÍNEZ MILLÁN y María Antonietta VISCEGLIA (dirs.), *La monarquía de Felipe III*, Vol. IV («Los Reinos»), Madrid, Fundación Mapfre/Instituto de Cultura, 2008, p. 31.

Pero esta «unión de las dos Coronas» – castellana y portuguesa – se produjo tan solo a partir de 1580, y hasta 1640. Antes de ese periodo, se dio una larga historia de relaciones entre los dos reinos peninsulares, no exentas de serias rivalidades. Las más importantes fueron las que se manifestaron en el largo proceso de búsqueda de nuevas rutas hacia el Oriente, que se inició en la segunda mitad del siglo XIV, con el creciente poder de los turcos en el Asia Menor; y la mayor frecuencia de la piratería musulmana en el mar Mediterráneo; los problemas se hicieron más graves con la toma de Constantinopla por los turcos otomanos (1453). Para los europeos occidentales era crucial el intercambio mercantil con el Oriente, ya que de allí se proveían de especias y de diversos productos de lujo. Finalmente, en sus empeños por llegar al Oriente los castellanos encontraron un Nuevo Mundo, y los portugueses, por su parte, arribaron al Levante a través de la circunnavegación del África. Hubo una serie de tratados de delimitación marítima entre Castilla y Portugal, siendo el más importante el de Tordesillas (1494), que supuso un reparto de las zonas de conquista y anexión en el Nuevo Mundo, por medio de una línea divisoria en el Océano Atlántico; fue este el origen de la presencia portuguesa en el Brasil.<sup>3</sup>

Desde que en 1580 los imperios portugués y castellano pasaron a estar regidos por el mismo monarca – Felipe II –, se mantuvieron claramente diferenciados en lo administrativo. La unión en la persona del monarca castellano creó problemas, pero también oportunidades para ambas Coronas, tal como ha sido señalado por Lockhart y Schwartz. Hubo intentos castellanos de introducirse en el sistema comercial portugués en el Atlántico meridional, aunque con poca fortuna por la resistencia lusitana. En cambio, fue más exitosa la penetración en el sentido opuesto: la de los portugueses en los dominios castellanos. Por ejemplo, muchos comerciantes portugueses proveyeron de esclavos a la América española, donde los precios eran bastante más altos que en el Brasil; igualmente, dichos comerciantes advirtieron que su acceso al hierro producido en el norte de España les daba ventajas mercantiles en las costas africanas; del mismo modo, se generó un comercio muy activo – y por lo general ilegal – entre Brasil y Buenos Aires, y en ese sentido muchos portugueses se trasladaron por esa ruta hasta Potosí y Lima; la plata peruana se hizo habitual en Brasil.<sup>4</sup> Debe destacarse la importancia crucial de Buenos Aires en este escenario: tras la unión de las dos Coronas, en 1580, desde ese puerto se empezó a enviar al Brasil harina, cueros, sebo y ganado de origen europeo, que se había ido multiplicando en las praderas de la región del Plata. En contrapartida, Buenos Aires recibía del Brasil hierro proveniente de Europa y esclavos del África. Ya por entonces era conocido que la ruta más corta entre Angola y el Perú pasaba por Buenos Aires; además, los fletes

---

<sup>3</sup> Fernando ROSAS MOSCOSO, *Del Río de la Plata al Amazonas: el Perú y el Brasil, en la época de la dominación ibérica*, Lima, Universidad Ricardo Palma, 2008, pp. 37-63.

<sup>4</sup> James LOCKHART y Stuart B. SCHWARTZ, *Early Latin America. A history of colonial Spanish America and Brazil*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983, p. 250.

del hierro que requerían las minas del Perú eran más baratos por la ruta de Buenos Aires; en consecuencia, ya desde mediados de la década de 1580 se abrió con gran éxito la ruta comercial entre los puertos del Brasil y el Río de la Plata. Así, los comerciantes porteños recibían la plata desde Potosí, con lo cual hicieron cada vez más intenso su comercio con el Brasil. De este modo, la plata pasaba a las rutas del azúcar, y terminaba en Portugal y en Holanda. Todo esto favoreció el creciente contrabando de plata entre Potosí y los Países Bajos, que la Corona castellana quiso cortar prohibiendo la salida de plata desde Buenos Aires. Las prohibiciones no surtieron efecto alguno, y lo cierto fue que esa corriente comercial siguió muy activa.<sup>5</sup>

Además, en la Amazonía y en la zona interior meridional de Sudamérica, aventureros brasileños y cazadores de esclavos fueron traspasando la línea que supuestamente separaba el imperio portugués del español. A pesar de todo ello, la unión ibérica generó también dificultades para Portugal, sobre todo a partir de 1621, cuando terminó la Tregua de los Doce Años, en el contexto de la guerra entre la monarquía católica y las Provincias Unidas de los Países Bajos. La presencia de holandeses en las actividades mercantiles del imperio portugués había sido notable: muchos de ellos fueron transportistas de los productos brasileños, y además Amsterdam había sido por largo tiempo un mercado fundamental para el azúcar y las especias provenientes de los dominios portugueses. En realidad, Amsterdam había estado ejerciendo hasta entonces el control –a través de Lisboa– sobre el mercado europeo del azúcar. El enfrentamiento entre españoles y holandeses hizo que Portugal se viera forzado a reducir sus relaciones con estos últimos. Como reacción, estos atacaron puntos de exportación de esclavos que los portugueses tenían en las costas africanas y –lo que fue más importante– atacaron y asediaron posesiones lusitanas, como fue el caso de Bahía en 1624, ataque que fue repelido por la defensa naval luso-castellana. En 1628 los holandeses capturaron en Matanzas (Cuba) la flota española y se apropiaron de todo el cargamento de metales preciosos. Y en 1630 la holandesa Compañía de las Indias Occidentales preparó lo que sería la más importante expedición dirigida a América. Es así que ese mismo año se apoderaron de Pernambuco, cabeza de la mayor capitanía productora de azúcar, y en los años siguientes llegaron a controlar buena parte del noreste brasileño: se trató de una franja territorial con dos mil kilómetros de frente hacia el litoral, y que constituía casi la cuarta parte de la zona septentrional del Brasil controlada por los portugueses. Con esas incursiones, los holandeses lograron apoderarse de casi dos tercios de la producción azucarera del Brasil, eliminando además a los intermediarios en el comercio de ese producto. La presencia holandesa allí se mantuvo hasta 1654, cuando los portugueses lograron expulsarlos.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Guillermo CÉSPEDES DEL CASTILLO, *América Hispánica (1492-1898)*, Madrid, Labor, 1983, pp. 156-157.

<sup>6</sup> J. LOCKHART y S. B. SCHWARTZ, *Early Latin America...*, cit., pp. 250-251. Ramón MARÍA SERRERA, *La América de los Habsburgo (1517-1700)*, Sevilla, Universidad de Sevilla/Fundación Real Maestranza de Caballería de Sevilla, 2011, pp. 273-274.

A inicios del siglo XVII el reino portugués no se bastaba a sí mismo, y empezó a absorber recursos castellanos, con la consecuente preocupación del monarca católico, sobre todo porque el volumen de la plata proveniente de las Indias estaba empezando a decrecer. En este sentido, ya desde la década de 1590 se empezó a buscar la autosuficiencia de Portugal, y se creó una *Junta dos Meios da Fazenda* con el mismo propósito. La crisis económica castellana, y los gastos generados por las empresas bélicas españolas no permitían que se generaran expendios adicionales.<sup>7</sup>

Domínguez Ortiz explica cómo los portugueses aprovecharon la situación para «extender desmesuradamente los límites del Brasil primitivo», y para beneficiarse económicamente:

«La Unión de 1580 perjudicó a Portugal en el Extremo Oriente, pero le benefició en las Indias Occidentales, donde sus hombres de negocios, casi todos criptojudíos, formaron una parte sustancial de la burguesía comerciante. El inmenso vacío amazónico lo salvaban costeando, desde Brasil, el Mar Caribe; cuando, en 1610, se instaló en Cartagena de Indias un tribunal inquisitorial que vigiló en adelante sus movimientos, muchos escogieron el larguísimo rodeo por el sur, es decir, por el Río de la Plata, para llegar a la Tierra de Promisión que eran las tierras peruanas y sus ricas ciudades: Lima, Cuzco, Potosí».<sup>8</sup>

En tiempos de Felipe IV, en la década de 1640, se produjo la pérdida definitiva de Portugal para la Monarquía Católica, a raíz de las revueltas que a inicios de esa década se produjeron en contra de las políticas del valido de ese monarca, el conde duque de Olivares. Esos movimientos de protesta se dieron no solo en Portugal, sino también en Cataluña, en Sicilia y en Nápoles. Pero fue el reino lusitano el que finalmente terminó separándose del rey de Castilla. Esas revueltas, junto con la firma de la paz de los Pirineos en 1659, supusieron la disminución del poderío bélico español en Europa, y el final de los tiempos en que España era el indiscutido mayor poder en ese continente. A partir de entonces, sería Francia la potencia dominante en Europa. Tal como afirma John Elliott, otra manifestación del final de la supremacía global española estuvo dada por las condiciones del tratado que en 1670 se firmó entre Inglaterra y España, por medio del cual el monarca católico concedía a Inglaterra de forma oficial, por primera vez, soberanía, propiedad y posesión en las Antillas o en cualquier parte de América que estuviera controlada por súbditos británicos. Jamaica era una de esas posesiones. La firma de ese tratado confirmó la percepción de la gravísima decadencia española en el escenario europeo,<sup>9</sup> que tuvo como otro componente importante la crisis económica que en la península ibérica se vivía.

---

<sup>7</sup> Fernanda OLIVAL, «La Corona de Portugal», en José MARTÍNEZ MILLÁN y María Antonietta VISCEGLIA (dirs.), *La monarquía de Felipe III...*, cit., Vol. IV, p. 789.

<sup>8</sup> Antonio DOMÍNGUEZ ORTIZ, *El Antiguo Régimen: los Reyes Católicos y los Austrias*, Madrid, Alianza Universidad, 1973, p. 419.

<sup>9</sup> J. ELLIOTT, *Imperios del mundo atlántico...*, cit., pp. 332-333.

Después de 1640, Portugal inició en América, desde el Brasil, una serie de acciones de expansión territorial en perjuicio de los dominios españoles. Aprovechando el hecho de que las fronteras orientales de estos estaban abandonadas, los portugueses se fueron progresivamente adentrando en las selvas de la hoya amazónica. Al decir de Vargas Ugarte, lo hicieron poco a poco, «sin declaración de guerra y sin estruendo de armas». Sobre todo los portugueses del Gran Pará fueron apropiándose de grandes extensiones de tierras a uno y otro lado del río Amazonas, en clara violación de la línea demarcatoria establecida entre Castilla y Portugal en el tratado de Tordesillas, y aprovechando la indiferencia o el poco interés que mostraban en ello las autoridades virreinales peruanas.<sup>10</sup> Por otro lado, continuó el comercio de contrabando a través de Buenos Aires: durante las décadas de la unión de las dos Coronas, no pocos mercaderes portugueses se habían establecido en Potosí, conocían perfectamente el negocio de la plata y habían organizado sus rutas de contrabando, tal como veremos en detalle más adelante.<sup>11</sup> Además, el establecimiento, en 1680, de la colonia portuguesa de Sacramento en el Río de la Plata, justamente frente a Buenos Aires, tuvo un papel importante en la expansión portuguesa hacia el Uruguay, y sobre todo en distraer la atención de España mientras los portugueses avanzaban por el Amazonas. Tal como afirma Fernando Rosas Moscoso, finalmente España no le dio importancia a la ocupación de la hoya amazónica, al preocuparse más por el control de ambas márgenes del Río de la Plata.<sup>12</sup>

Pero los vínculos que en esos tiempos tuvo el Perú con Portugal trascendieron el ámbito mercantil. Un dato muy simbólico es, por ejemplo, el hecho de que fueran publicadas en Lisboa dos de las obras fundamentales del Inca Garcilaso de la Vega: *La Florida del Inca* y los *Comentarios Reales*. La primera de estas obras, aparecida en 1605 y dedicada por el autor al «Serenísimo Príncipe Duque de Braganza», presenta la historia de la expedición del adelantado Hernando de Soto a la Florida; en los *Comentarios Reales* –dedicados en este caso a la princesa Catalina de Portugal, duquesa de Braganza– ofrece una historia de los incas, y se constituiría en una obra crucial en la formación de la conciencia de lo peruano. Es interesante subrayar cómo en la dedicatoria de *La Florida del Inca* el autor afirma haber oído a su padre, en el Cuzco, hablarle de las virtudes y hazañas de los reyes y príncipes de Portugal, y de las proezas de la nobleza lusitana.<sup>13</sup> Por otro lado, en el Perú

<sup>10</sup> Rubén VARGAS UGARTE, S.J., *Historia General del Perú*, T. IV («Virreinato (1689-1776)»), Lima, Carlos Milla Batres, 1966, pp. 22-25.

<sup>11</sup> G. CÉSPEDES DEL CASTILLO, *América Hispánica...*, cit., p. 157.

<sup>12</sup> F. ROSAS MOSCOSO, *Del Río de la Plata...*, cit., pp. 236-237.

<sup>13</sup> Aurelio MIRÓ QUESADA, *El Inca Garcilaso*, Lima, Pontificia Universidad Católica del Perú, 1994, p. 223, nota 93. Eduardo Huarag hace referencia al hecho de que dichas obras del Inca Garcilaso fueran publicadas en Lisboa. Eduardo HUARAG ÁLVAREZ, «Prólogo», en Pedro de LEÓN PORTOCARRERO, *Descripción del Virreinato del Perú*, Lima, Universidad Ricardo Palma, 2009, pp. IX-X.

de la segunda mitad del siglo XVI el célebre portugués Enrique Garcés –de quien hablaremos más adelante– tradujo y difundió en Lima *Os Lusíadas* de Luis de Camoens –obra emblemática de la literatura portuguesa– en el contexto de las actividades de la denominada Academia Antártica. El prestigio y la fama de Camoens en los círculos literarios peruanos siguieron vigentes en tiempos posteriores. Por ejemplo, en los testimonios existentes sobre las fiestas que se celebraron en Lima con ocasión del nacimiento del príncipe Baltasar Carlos, en pleno siglo XVII, se hace referencia a un desfile de carros alegóricos en Lima, en uno de los cuales iba representada la imagen de Camoens; esto nos lleva a pensar en que su fama trascendió los círculos literarios, y que su figura fue reconocida por sectores más amplios de la sociedad limeña. Camoens fue estudiado también por entonces en el Cuzco por Juan de Espinosa Medrano, el Lunarejo, al rebatir a un estudioso portugués que afirmaba que aquel era literariamente superior a Góngora; el Lunarejo demostró que tan gran poeta era Góngora como Camoens.<sup>14</sup>

A lo largo de la primera mitad del siglo XVII, el virreinato del Perú experimentó una serie de circunstancias reveladoras de cambios importantes en diversos ámbitos: político, social, económico, cultural. En lo político, si bien la estructura institucional establecida en la segunda mitad de la anterior centuria –labor en la cual el virrey Francisco de Toledo tuvo especial importancia– se mantuvo vigente, lo cierto es que en la práctica varias instituciones sufrieron cambios o fueron adquiriendo un sentido distinto: los corregimientos de indios, por ejemplo, fueron cada vez menos instancias protectoras de los naturales para pasar a convertirse en medios por los cuales aquellos eran maltratados. En lo social, el siglo XVII vio la creciente importancia del fenómeno criollo, lo cual llevó a no pocos agentes del rey a aliarse con los intereses locales en perjuicio de los del monarca. En lo económico, el virreinato fue manifestando cada vez mayor autosuficiencia, en contra de las políticas mercantilistas de la Corona, que buscaban que los dominios americanos fueran sobre todo exportadores de metales preciosos hacia la península ibérica. Y en lo cultural el siglo XVII mostró en el Perú grandes obras, tanto en el ámbito literario como en el de las artes plásticas. En este sentido, Lohmann nos ha recordado que en el tiempo del paso por el Perú de León Portocarrero trabajaron aquí arquitectos famosos, como Martínez de Arzona y Juan del Corral; escultores como Martín Alonso de Mesa y Ortiz de Vargas, quien más tarde trabajaría en la catedral de Málaga; pintores como Pérez de Alesio y Angelino Medoro; lingüistas importantes y creadores literarios, así como juristas de la talla de Carrasco del Saz y Solórzano Pereira. Concluye Lohmann esas menciones señalando que «fue, pues, un periodo excepcional y grato el que le tocó en suerte disfrutar al judío portugués».<sup>15</sup>

<sup>14</sup> Estuardo NÚÑEZ, «Camoens en las letras del Perú», en Embajada de Portugal en Lima, *Literatura Portuguesa. Conferencias. Del legado clásico al modernismo*, Lima, 1989, pp. 17-18.

<sup>15</sup> Guillermo LOHMANN VILLENA, «Una incógnita despejada: la identidad del judío portugués, autor de la 'Discrición General del Perú'» en *Revista Histórica*, XXX (1967), p. 31.

El siglo XVII fue de gran vitalidad en el Perú, en contraste con la crisis que se vivía en la metrópoli. Podría hablarse de una suerte de creciente autonomía peruana en el marco del imperio español, que llevó a que en el Perú se dieran muchos fenómenos que iban en contra de las disposiciones de la monarquía. En realidad, la Corona cedió muchas de sus prerrogativas en beneficio de los intereses locales americanos, con el objetivo de mantener al menos una cierta autoridad –en buena parte simbólica– en América.<sup>16</sup>

## 2. Una nómina de interesantes personajes: portugueses vinculados al Perú

Se sabe de la presencia de portugueses en el Perú desde la época misma de la conquista, aunque dedicados en su mayoría a actividades modestas y situados en los márgenes de la sociedad hispanoperuana. La mayor parte de ellos habían sido hombres de mar, que probablemente habían abandonado sus navíos atraídos por las perspectivas de la nueva sociedad. James Lockhart ha identificado a varios portugueses dedicados al trabajo manual en las huertas que había cerca de las ciudades, labor que la mayoría de españoles evitaba por considerarla degradante. En los alrededores de Lima, por ejemplo, predominaban los portugueses en ese trabajo; de once hortelanos o labradores de los que se conoce su origen étnico, ocho eran portugueses.<sup>17</sup> Sin embargo, ya en esos tiempos tempranos aparecieron portugueses dedicados al comercio; por ejemplo, en 1549 se organizó en Lima una sociedad comercial formada por tres portugueses, que fue probablemente la primera integrada por lusitanos;<sup>18</sup> y por esos años constan las actividades mercantiles en Lima del portugués Bartolomé Esteves, que había sido hombre de mar y seguía siendo propietario de parte de un navío.<sup>19</sup> Pero el más famoso de los portugueses en el Perú de los años de la conquista fue Lope Martín, de origen humilde y oriundo de la Extremadura lusitana. Participó en la conquista del Cuzco, y fue allí importante encomendero en la década de 1530; tuvo también notoria participación en las guerras civiles entre los conquis-

---

<sup>16</sup> John Elliott se refiere a esa notoria falta de autoridad de la monarquía hispana sobre sus posesiones americanas, en contraposición con lo que por entonces ocurría entre Inglaterra y sus colonias en el Nuevo Mundo: «Mientras que los lazos del imperio se iban estrechando más en el sistema de gobierno atlántico británico, la relación entre España y su imperio de las Indias parecía moverse en dirección opuesta de manera no menos inexorable», con la consecuencia de «relajar el control de Madrid sobre sus territorios americanos y dar a las sociedades criollas un nuevo y expandido margen de maniobra». J. ELLIOTT, *Imperios del mundo atlántico...*, cit., p. 338.

<sup>17</sup> James LOCKHART, *El mundo hispanoperuano, 1532-1560*, México, Fondo de Cultura Económica, 1982, pp. 162-163 y 169.

<sup>18</sup> Gonzalo de REPARAZ, «Los portugueses en el virreinato del Perú durante los siglos XVI y XVII», en *Mercurio Peruano*, 472 (Marzo-Abril 1968), pp. 34-35.

<sup>19</sup> J. LOCKHART, *El mundo hispanoperuano...*, cit., p. 166.

tadores, y fue nombrado capitán del ejército del pacificador Pedro de la Gasca.<sup>20</sup>

En los dominios americanos de España, estrictamente hablando, solo los castellanos –además de los nacidos en América– eran considerados naturales. La Corona fue muy celosa en la exclusión de los extranjeros, sobre todo en lo referido al comercio indiano. Por tanto, incluso los aragoneses eran jurídicamente extranjeros, aunque en ese caso las normas de exclusión se suavizaron rápidamente; prueba de ello es la ausencia de nombres catalanes, aragoneses o valencianos en los expedientes de naturalización que se tramitaron en Castilla; es decir, en la práctica estos no fueron considerados foráneos. Sin embargo, los demás vasallos de la Monarquía católica sí eran tenidos claramente como extranjeros: es decir, los italianos, los flamencos y, por supuesto, los portugueses. Muchos de estos extranjeros quisieron participar del comercio americano, y lo lograron a través de diversos medios: uno de ellos fue la violencia –a través de la piratería o el contrabando–, utilizado sobre todo por los naturales de países enemigos de España, como ingleses y holandeses; otro fue el empleo de intermediarios españoles; y otro de los medios fue el trámite de la naturalización. Este último era el único medio legal, y suponía el cumplimiento de una serie de requisitos, como el de haber residido veinte años en España, el haber contraído nupcias con una mujer natural y el poseer un patrimonio mínimo de cuatro mil ducados en bienes raíces. Entre 1575 y 1600 solo veinticinco extranjeros lograron obtener el privilegio de «naturaleza para comerciar en Indias»; de ellos, diecisiete –la gran mayoría– fueron portugueses, motivados por su peculiar vocación mercantil, pero también por la unión de las dos Coronas a partir de 1580. Durante el reinado de Felipe III fueron también diecisiete los portugueses que obtuvieron ese privilegio. Con la llegada al trono de Felipe IV se facilitaron las concesiones –en parte por las necesidades fiscales de la Corona– y fue mayor el número de portugueses naturalizados.<sup>21</sup>

Todo indica que, entre los extranjeros afincados en el Perú en el siglo XVII, el grupo de los portugueses fue el más numeroso. En 1591 las autoridades metropolitanas dispusieron que los extranjeros establecidos ilegalmente en el Nuevo Mundo pudieran regularizar su situación a cambio de un pago en dinero. Se conoce la información referida al Perú de los que efectuaron ese pago: entre ellos, cincuenta y nueve portugueses, cincuenta y siete corsos, cuarenta genoveses, treinta y dos griegos, quince saboyanos, trece flamencos, trece venecianos y siete naturales de la república de Ragusa. Si bien muchos de los extranjeros pudieron no efectuar ese pago, lo cierto es que estas cifras

---

<sup>20</sup> A propósito de la encomienda recibida por Lope Martín, Lockhart subraya que hubo otros portugueses que llegaron a ser encomenderos, y que fue muy raro que los extranjeros no portugueses recibieran tal merced, J. LOCKHART, *El mundo hispanoperuano...*, cit., p. 170.

<sup>21</sup> Antonio DOMÍNGUEZ ORTIZ, *Estudios americanistas*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1998, pp. 117-123.

constituyen, al menos, un indicio revelador de la importancia numérica de los portugueses en el Perú a fines del siglo XVI.<sup>22</sup>

Pero después de esa «composición» siguió presente la preocupación de la Corona por el paso al Perú de extranjeros sin las debidas licencias. Así se manifiesta en la Instrucción que se le dirigió al flamante virrey Luis de Velasco en julio de 1595: en ese documento, Felipe II decía estar informado de que eran muchos los extranjeros que entraban ilegalmente al virreinato peruano, y ordenaba al virrey poner los medios para que esas situaciones fueran evitadas.<sup>23</sup> Paralelamente, sin embargo, las autoridades metropolitanas ya habían tomado conciencia de la inevitabilidad de la presencia de extranjeros en América, y en ese sentido se consideró que las medidas de «composición» al menos mejoraban la situación de las arcas reales. Al parecer, la Corona fue expidiendo con cierta periodicidad «cédulas generales de composiciones» para multar a extranjeros cuya presencia en Indias no hubiera sido autorizada; esas multas no suponían un impuesto regular, sino un pago por una vez, tras lo cual quedaba legitimada la residencia en Indias.<sup>24</sup>

Lo cierto es que tanto antes como después de 1580 los portugueses mantuvieron su condición legal de extranjeros en Castilla y en las Indias.<sup>25</sup> A pesar de que, como tales extranjeros, debían llegar a las Indias necesariamente con licencia real, su presencia en América aumentó numéricamente de modo notable con la unión de las dos Coronas. En este sentido, hubo una clara actitud complaciente y tolerante de parte de las autoridades castellanas, explicable en parte por las ventajas económicas que podían derivarse de las actividades de los portugueses; un buen ejemplo de ello nos lo ofrecen las concesiones a los portugueses de los asientos de negros. Además, el comercio de negros se prestó a todo tipo de actividades ilícitas, como el contrabando y la propia penetración de extranjeros sin atender las normas legales. En cita recogida por Millar Carvacho, se relata cómo los barcos dedicados al tráfico esclavista llegaban al Nuevo Mundo llenos de portugueses que pasaban por marineros, y que luego se quedaban en América «tratando y contratando». Obviamente, la presencia portuguesa en el Brasil favoreció esos hechos: desde allí se desarrolló un activo comercio con el Río de la Plata, región esta

---

<sup>22</sup> A. DOMÍNGUEZ ORTIZ, *El Antiguo Régimen...*, cit., p. 428.

<sup>23</sup> Lewis HANKE (ed.), *Los virreyes españoles en América durante el gobierno de la Casa de Austria («Perú II»)*, Madrid, Biblioteca de Autores Españoles, 1978, pp. 20-21.

<sup>24</sup> Clarence H. HARING, *Comercio y navegación entre España y las Indias en la época de los Habsburgos*, México, Fondo de Cultura Económica, 1939, pp. 139-140.

<sup>25</sup> Sin embargo, por la gran afinidad entre portugueses y castellanos, y por las múltiples relaciones que tenían, al referirse a los extranjeros en las primeras décadas del mundo hispanoperuano, Lockhart afirma que «los portugueses no solo eran los más numerosos entre los grupos de nacionalidad extranjera, sino que eran los menos extranjeros». J. LOCKHART, *El mundo hispanoperuano...*, cit., p. 168.

que se convirtió en una de las vías de ingreso de inmigrantes hacia el Alto Perú y hacia la propia Lima.<sup>26</sup>

Para entender la inmigración portuguesa a las Indias españolas es importante tener en cuenta el elevado número de judeoconversos que había en tierras lusitanas. Es más, en el Perú virreinal era usual entender como sinónimos los términos de portugués y de judío. La importancia de la presencia judía en Portugal está estrechamente vinculada al paso de decenas de miles de judíos desde Castilla como consecuencia del edicto de expulsión de los Reyes Católicos. Sin embargo, los judíos procedentes de Castilla no encontraron la tranquilidad en el reino vecino, ya que los monarcas portugueses, a su vez, les impusieron el bautismo obligatorio y los sometieron a diversas arbitrariedades, entre las que no estuvo ausente la violencia física. Además, se les prohibió salir del reino, y se estableció el Tribunal del Santo Oficio. Toda esa situación de maltrato llevó a muchos de esos conversos a guardar gran resentimiento frente a las autoridades portuguesas, y a practicar los ritos mosaicos en secreto. Por todo ello, la unión de las dos Coronas en 1580 significó para los judeoconversos portugueses una oportunidad de librarse de esas malas condiciones de vida, aprovechando la mayor tolerancia que se dio para el tránsito hacia las Indias. Además de ello, el traslado a América les suponía nuevas perspectivas en las actividades comerciales a las que muchos de ellos se dedicaban.<sup>27</sup>

Un portugués especialmente notable en el Perú fue Enrique Garcés, natural de Oporto, y perteneciente a un distinguido linaje de «hijosdalgo de cuenta y distinción»: conocido especialmente por haber sido el descubridor de la existencia de yacimientos de mercurio en el Perú, fue también poeta y arbitrista. Lohmann Villena ha destacado el carácter polifacético de este personaje, que vivió casi cincuenta años en el virreinato peruano:

«descubrió a los mineros la existencia de criaderos de mercurio en el Perú y a los que apartados de las luchas y el estruendo bélico, se aplicaban a la producción estética, les abrió el sendero para acercarse al hontanar de la poesía italiana y lusitana. En eso reside el mérito de Garcés: iniciador de todo, hoy apenas se le recuerda en los textos históricos».<sup>28</sup>

La gran contribución de Garcés a la economía del virreinato fue el dar a conocer que en el Perú existían yacimientos de mercurio, al igual que el introducir los fundamentos científicos del proceso de la amalgama en frío

<sup>26</sup> René MILLAR CARVACHO, *Inquisición y sociedad en el virreinato peruano. Estudios sobre el Tribunal de la Inquisición de Lima*, Santiago, Ediciones Universidad Católica de Chile-Instituto Riva-Agüero-Pontificia Universidad Católica del Perú, 1997, pp. 132-133.

<sup>27</sup> R. MILLAR CARVACHO, *Inquisición y sociedad...*, cit., p. 134.

<sup>28</sup> Guillermo LOHMANN VILLENA, «Enrique Garcés, descubridor del mercurio en el Perú, poeta y arbitrista», en *Anuario de Estudios Americanos*, Tomo v (1948), pp. 439-441.

de las gangas de plata, conocido también como sistema «de patio».<sup>29</sup> En el desarrollo de los estudios científicos para evaluar las propiedades del azogue que había descubierto –y que determinaron que tenía las mismas que las del azogue de Almadén, en la península ibérica– Garcés se asoció con otro portugués, Pedro Pinto de Sousa. Garcés fue, en definitiva, el pionero de lo que sería la producción de azogue en el Perú. Sus actividades científicas y sus aficiones literarias le llevaron a ser un ávido lector, lo cual pudo haber generado alguna suspicacia en el Tribunal del Santo Oficio. De hecho, consta que los inquisidores de Lima realizaron averiguaciones sobre sus antecedentes peninsulares. Lohmann Villena pone de relieve su importancia en el ámbito de lo literario, faceta suya menos estudiada que la referida a su interés por el azogue. Considera Lohmann muy probable que a partir de Garcés –quien tradujo a Petrarca, a Camoens y al filósofo italiano Patrizi– se difundiera en Lima la lectura de clásicos italianos como Dante y Tasso. Al decir de Estuardo Núñez, la gran resonancia que en el Perú tuvo *Os Lusíadas* de Camoens se debió a Garcés, «el famoso minero-humanista que trajo aquí el culto de la expresión literaria, tanto de la literatura portuguesa de Camoens como de la literatura italiana de Petrarca y de Dante». Su traducción de la obra de Camoens al castellano es valorada hasta hoy como «la más fiel, la más sentida y la más pulida». De este modo, Garcés contribuyó decisivamente a que Camoens fuera el poeta no español preferido de la primera generación literaria peruana.<sup>30</sup> Luego de más de cuatro décadas en el Perú, y a muy avanzada edad, decidió Garcés volver a la península ibérica, con el fin de presentar al monarca algunas propuestas de inventos vinculados con la actividad minera, y sobre todo uno referido al empleo de las arenas ferríferas en vez del hierro molido para abaratar el costo de la producción de la plata. Partió del Perú en 1589, y logró plantear sus propuestas ante algunos magistrados del Consejo de Indias. Además, aprovechó su estancia en la corte para imprimir tres textos que había ya trabajado en el Perú: se trataba de traducciones al castellano de obras escritas en portugués, italiano y latín. Murió en Madrid en la década de 1590, sin haber conseguido los diversos beneficios que había solicitado al monarca.<sup>31</sup> Lohmann Villena insiste en su importancia en el Perú del siglo XVI:

«La figura de Garcés representa sobre todo al hombre emprendedor en aquella época en que todos se distinguían por acciones extraordinarias. [...] Si es cierto que su mérito es grande como descubridor de la existencia del azogue en las comarcas peruanas, no es menos importante su valía como inventor de

---

<sup>29</sup> Lohmann afirma que «a Garcés se le debe reputar en justicia como el precursor de los hornos de reverberación aplicados al tratamiento del azogue». Guillermo LOHMANN VILLENA, *Las minas de Huancavelica en los siglos XVI y XVII*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos/Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1949, p. 113.

<sup>30</sup> E. NÚÑEZ, «Camoens...», cit., pp. 14-16.

<sup>31</sup> G. LOHMANN VILLENA, «Enrique Garcés...», cit., pp. 446-482.

diversos sistemas para aprovechar mejor los productos de la amalgama de la plata con el azogue. Pero a todo esto sobrepaja el enorme significado literario suyo, ya que cuando se pueda apreciar la influencia que indudablemente tuvo en la evolución del ideario estético del Perú seiscentista, habrá que conceder a Garcés algunas páginas más de las que ahora disfruta en los manuales y tratados de historia de la Literatura». <sup>32</sup>

Si bien el de Garcés fue un caso excepcional, lo cierto es que hay rastros de otros portugueses vinculados a las actividades mineras en el Perú de la segunda mitad del siglo xvi. Gonzalo de Reparaz ha encontrado algunas referencias en la toponimia, como el cerro «Portugués», que encerraba un yacimiento de plata en la provincia de Cajatambo; o la mina «Portuguesa» en la provincia de Cangallo; u otra mina también llamada «Portuguesa», en el extremo septentrional de la Cordillera Blanca. <sup>33</sup> Hay referencias de mineros portugueses en Potosí, y también de arrieros en otras zonas del virreinato, al igual que de médicos lusitanos. Los hubo también dedicados a la actividad agrícola en la sierra central: en 1571 hubo cuatro portugueses que se dedicaban a la administración de importantes haciendas en la región de Huancayo, que eran de propiedad de españoles residentes en Lima. <sup>34</sup>

Hijos de portugueses fueron Antonio y Diego de León Pinelo. Por ambas líneas –paterna y materna– descendían de judíos, y algunos de sus antepasados llegaron a ser procesados por el Santo Oficio. El padre de ambos, el portugués Diego López de Lisboa, estuvo dedicado a actividades mercantiles durante un buen tiempo en Buenos Aires, como muchos otros mercaderes portugueses. Se trasladó en primera instancia solo al Nuevo Mundo, pero cuando sus actividades mercantiles empezaron a prosperar hizo que su mujer e hijos se trasladaran a América. En su caso, fue judicialmente acusado allí por dedicarse supuestamente a la importación, fuera de registro, de mercancías y de esclavos, desde Angola, Portugal y Brasil, para luego internarlos hacia Potosí ilegalmente. Uno de los socios de León, el capitán Diego da Veiga, fue multado con una considerable suma de dinero a raíz de esos procesos. El propio León Pinelo actuó en la península en defensa del capitán Veiga, como procurador suyo. <sup>35</sup> Antonio de León Pinelo había nacido en la península ibérica, pero Diego nació en Córdoba del Tucumán, al estar ya la familia completa instalada en las Indias. Años después, y luego de enviudar, el padre de los León Pinelo se ordenó sacerdote, y llegó a ser mayordomo y confesor del arzobispo de La Plata o Charcas, Hernando Arias de Ugarte. Cuando este prelado pasó a ocupar la mitra limeña, Diego López

<sup>32</sup> G. LOHMANN VILLENA, «Enrique Garcés...», cit., p. 482.

<sup>33</sup> G. de REPARAZ, «Los portugueses en el Virreinato del Perú...», cit., p. 35.

<sup>34</sup> G. de REPARAZ, «Los portugueses en el Virreinato del Perú...», cit., pp. 37-38.

<sup>35</sup> Guillermo LOHMANN VILLENA, «Estudio preliminar», en Antonio de LEÓN PINELO, *El Gran Canciller de las Indias*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos/Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1953, pp. XXXVII y XL.

de Lisboa se trasladó con él y lo siguió acompañando en la capital virreinal. En tal condición, vivía en el propio palacio arzobispal, y la Inquisición –poco tiempo después de la famosa «complicidad grande»– le inició proceso por el testimonio de un huésped del arzobispo, que afirmaba haberlo visto azotando a un crucifijo en su dormitorio. Además, se señaló que su hijo, el célebre Diego de León Pinelo, tenía actitudes sospechosas cuando asistía a misa, ya que en el momento de la consagración no miraba la hostia, sino que volvía la vista a otro lado. A pesar de este proceso, el arzobispo mantuvo su confianza en López de Lisboa, e incluso su hijo Diego recibió poco después el nombramiento de catedrático de Prima de Cánones en la Universidad de San Marcos.<sup>36</sup>

Antonio pasó varios años en el Perú a inicios del siglo XVII, para luego trasladarse a la península. Produjo una obra intelectual de excepcional valor. Lohmann Villena se refiere a él como «polígrafo infatigable», y pone de relieve que se dedicó a todos los géneros literarios, con excepción del dramático.<sup>37</sup> Fue un erudito bibliógrafo, y a él se deben obras tan importantes como *El Paraíso del Nuevo Mundo* y el *Epítome de la Biblioteca Oriental y Occidental*, que es la primera bibliografía comentada de obras sobre América. Antonio de León Pinelo ocupó altas posiciones en la administración metropolitana: fue oidor en la Casa de Contratación y Cronista Mayor de las Indias<sup>38</sup>. Desarrolló una importante labor de ordenación de las normas legales referidas al Nuevo Mundo, primero como ayudante de Rodrigo de Aguiar y Acuña, consejero de Indias que tenía el encargo de recopilar las leyes de Indias. Para él redactó en 1628 los *Sumarios de la recopilación de leyes para las Indias*. Tras la muerte de ese magistrado continuó el trabajo, ya como relator del mismo Consejo de Indias. Su trabajo fue revisado por el célebre Juan de Solórzano Pereira, y constituyó base fundamental de lo que décadas después sería la *Recopilación de leyes de los reinos de las Indias*.<sup>39</sup>

Diego de León Pinelo fue fiscal protector general de los naturales de la Audiencia de Lima, y también asesor general del virrey conde de Lemos. Hombre de gran formación jurídica, cursó sus estudios en Lima y en Salamanca, y fue catedrático y rector de la Universidad limeña.<sup>40</sup>

Otra figura de primera importancia, ya en pleno siglo XVII, es la del acaudalado comerciante Manuel Bautista Pérez. Nació hacia 1590 en una

---

<sup>36</sup> José TORIBIO MEDINA, *Historia del Santo Oficio de la Inquisición de Lima (1569-1820)*, Tomo II, Santiago, Imprenta Gutenberg, 1887, pp. 173-175.

<sup>37</sup> Guillermo LOHMANN VILLENNA, «El testamento de don Antonio de León Pinelo», en *Revista de Indias*, año VI, n° 19 (Enero-Marzo, 1945), p. 33.

<sup>38</sup> Franklin PEASE G. Y., *Perú, Hombre e Historia. Entre el siglo XVI y el XVIII*, II, Lima, Ediciones Eubanco, 1992, p. 346.

<sup>39</sup> Alberto TAURO DEL PINO, *Enciclopedia ilustrada del Perú. Síntesis del conocimiento integral del Perú, desde sus orígenes hasta la actualidad*, Lima, Peisa, 2001, Vol. 9, pp. 1448-1449.

<sup>40</sup> Guillermo LOHMANN VILLENNA, *El Conde de Lemos, Virrey del Perú*, Madrid, Publicaciones de la Escuela de Estudios Hispano-Americanos de la Universidad de Sevilla, 1946, pp. 127-130.

localidad cercana a Coimbra, aunque pasó en Lisboa la mayor parte de su niñez, para luego trasladarse a Sevilla. Desde muy joven se involucró en el comercio de negros, haciendo frecuentes viajes entre puertos de la península ibérica, Guinea y Cartagena de Indias. Su habilidad en el trato mercantil, y el inicial apoyo de un tío suyo también dedicado a ese negocio, hicieron que prosperara rápidamente: ya a fines de la primera década del siglo XVII tenía navío propio, con el cual emprendió su primer viaje al Perú, en 1618. Por las ganancias que hizo en esa ocasión, se dedicó al comercio itinerante entre Lima, Panamá y Cartagena de Indias, para poco después fijar su residencia en la ciudad de Los Reyes. En muy poco tiempo se convirtió en uno de los más importantes comerciantes establecidos en el Perú, y sin lugar a dudas en el más poderoso mercader de negros.<sup>41</sup> Gozó de prestigio social, y se ganó la amistad de importantes personajes de la Lima de entonces. Entre ellos estaba el famoso banquero Juan de la Cueva, quien protagonizó una sonada quiebra en mayo de 1635.<sup>42</sup> El prestigio de Pérez no solo se fundó en sus éxitos económicos, sino también en sus intereses intelectuales y artísticos: tuvo una importante biblioteca compuesta por 135 títulos y 155 volúmenes, en su mayor parte referidos a obras históricas sobre Portugal y sobre los dominios de la monarquía católica, al igual que a obras literarias y religiosas; y tuvo también una pinacoteca compuesta por varias decenas de cuadros. Al parecer, su casa se convirtió en el lugar de reunión de los portugueses en Lima.<sup>43</sup> De acuerdo con lo que era frecuente en los comerciantes de origen portugués, antes de llegar al Perú Manuel Bautista Pérez se había dedicado –como ya se ha dicho– al comercio de esclavos entre Guinea y América, y había sido armador y capitán de su propio barco. Al establecerse en Lima siguió teniendo como principal actividad la trata de esclavos, aunque también abrió una tienda de ropa de Castilla junto con un socio portugués: Sebastián Duarte. Los documentos del proceso inquisitorial al que fue sometido –y al que nos referiremos más adelante– revelan que Pérez tuvo relaciones comerciales con localidades tan variadas como Lisboa, Sevilla, Luanda, México, Veracruz, Guatemala, Panamá, Cartagena, Potosí y Santiago de Chile. Tuvo también una gran red mercantil en el interior del Perú.<sup>44</sup> Además de ser un acaudalado comerciante, poseía minas de plata en Huarochirí y dos importantes haciendas en las serranías de Lima.<sup>45</sup>

<sup>41</sup> Susie MINCHIN LEME, *La vida de un converso en la Lima de principios del siglo XVII: Manuel Bautista Pérez, mercader de esclavos*. Memoria para optar el grado de Bachiller con mención en Historia. Lima, Pontificia Universidad Católica del Perú (Facultad de Letras y Ciencias Humanas), 1993, pp. 1-6.

<sup>42</sup> Sobre las actividades financieras y mercantiles de Juan de la Cueva, véase Margarita SUÁREZ, *Comercio y fraude en el Perú colonial. Las estrategias mercantiles de un banquero*, Lima, Banco Central de Reserva del Perú/Instituto de Estudios Peruanos, 1995.

<sup>43</sup> Pedro GUIBOVICH PÉREZ, «La cultura libresca de un converso procesado por la Inquisición de Lima» en *Historia y Cultura. Revista del Museo Nacional de Historia*, 20 (1990), pp. 136 y 138-139.

<sup>44</sup> R. MILLAR CARVACHO, *Inquisición y sociedad...*, cit., pp. 145-147.

<sup>45</sup> E. HUARAG ÁLVAREZ, «Prólogo», cit., p. XIV.

Otro caso singular de portugués afincado en el Perú es el del capitán Diego Fausto Gallegos, nacido en 1638 en la provincia del Alentejo –de la cual fue oriunda la mayor parte de portugueses que pasaron al Nuevo Mundo–, y fallecido en Lima en 1712. Llegó a Lima a los quince años de edad, dedicándose desde un inicio a labores mercantiles. Con esfuerzo logró poco a poco convertirse en un comerciante poderoso, y organizó redes de distribución mercantil en las principales ciudades del virreinato. A fines del siglo XVII ya tenía agentes que le compraban esclavos en Panamá; alquilaba estancias y compraba carneros en la sierra central del Perú para venderlos en Lima; y fue propietario de varios inmuebles en la capital virreinal. Gracias a las investigaciones de Rafael Sánchez-Concha en torno a la familia y las relaciones sociales de Fausto Gallegos, sabemos que varios de los integrantes de su numerosa prole llegaron a tener importantes posiciones en la sociedad virreinal: uno de sus hijos fue canónigo de la catedral limeña; otro, corregidor de Camaná; y un tercero fue oidor supernumerario de la Audiencia de Chile. Sus hijas mujeres hicieron buenos matrimonios, y otra de ellas fue abadesa del monasterio de Santa Clara.<sup>46</sup>

Hubo también religiosos portugueses en el Perú virreinal. Ya desde la época de la conquista –según afirma Lockhart– hay referencias a sacerdotes y frailes portugueses, que formaron «una minoría significativa e influyente».<sup>47</sup> Posteriormente, algunos de ellos alcanzaron fama de santidad, como fue el caso del mercedario Gonzalo Díaz de Amarante, nacido a mediados del siglo XVI en la villa de Amarante, al norte de Portugal. Vivió en un principio en el convento de La Merced de Lima, pero posteriormente se afincó en el convento de su Orden el Callao, donde llegó a ser conocido como «el padre de los pobres».<sup>48</sup>

Desde los años finales del siglo XVI las autoridades metropolitanas manifestaron su preocupación por el notorio incremento de portugueses en sus dominios americanos. Así, empezaron a dictarse órdenes de expulsión de los extranjeros en el Nuevo Mundo, mencionándose expresamente a los portugueses y a los conversos. Felipe II declaró expresamente, en una norma de 1596, que «declaramos por extranjeros a los portugueses».<sup>49</sup> Por otro lado, por real cédula de 17 de octubre de 1602, dirigida a las autoridades de la Audiencia de Charcas –en el Alto Perú– se disponía la expulsión de los extranjeros por

«los inconvenientes que se siguen y podrían seguir de pasar y residir en los puertos y partes de esas provincias tantos extranjeros y *especialmente hay*

---

<sup>46</sup> Rafael SÁNCHEZ-CONCHA BARRIOS, «Un ejemplo de inserción en la sociedad virreinal peruana: el capitán Diego Fausto Gallegos y su prole», en *Revista Histórica*, XLII (2005-2006), pp. 379-407.

<sup>47</sup> J. LOCKHART, *El mundo hispanoperuano...*, cit., p. 169.

<sup>48</sup> Rafael SÁNCHEZ-CONCHA BARRIOS, *Santos y santidad en el Perú virreinal*, Lima, Vida y Espiritualidad, 2003, pp. 172-175.

<sup>49</sup> Referencia recogida en G. de REPARAZ, «Los portugueses...», cit., p. 36.

*muchos portugueses* que han entrado por el río de la Plata y otras partes con los navíos de los negros y cristianos nuevos y gente poco segura en las cosas de nuestra santa fe católica, judaizantes, y que en los más puertos de las Indias hay mucha gente de esta calidad [...].<sup>50</sup>

En 1614 Felipe III prohibió expresamente el trato mercantil con extranjeros en cualquier puerto de las Indias; en 1618 prohibió que viajaran portugueses en los navíos españoles; y en 1621 Felipe IV prohibió «a los portugueses y extranjeros» la entrada a sus dominios desde los puertos a los que arribaran.<sup>51</sup>

### 3. La Inquisición de Lima y los portugueses

El Tribunal del Santo Oficio –encargado de velar por la pureza de la fe– se estableció en Lima en 1570. Sin embargo, de modo oficial existía en el Nuevo Mundo desde antes de la llegada de los españoles al Perú. En efecto, en 1517 el cardenal Francisco Jiménez de Cisneros, Inquisidor General en la metrópoli, otorgó poder y facultad a todos los obispos de Indias para que actuaran en las causas de la fe en su nombre, y como sus delegados. Poco después, el cardenal de Tortosa –quien más tarde sería el Papa Adriano VI– nombró Inquisidor de Indias a Alonso Manso, obispo de Puerto Rico, y delegado suyo a Fray Pedro de Córdoba, Vice Provincial de la orden dominica. En el Perú fue precisamente un dominico, Fray Vicente de Valverde, obispo del Cuzco, quien recibió en fecha tan temprana como 1538 el nombramiento de Inquisidor General, aunque no hay constancia de que ejerciera tales funciones. Es que sí las ejerció fue el primer arzobispo de Lima, Jerónimo de Loaisa, quien en 1548 inició proceso contra algunas personas acusadas de delitos que competían al Santo Oficio, y los condenó a penas leves.<sup>52</sup>

Al estar prohibida la llegada a las Indias de extranjeros y de herejes, podría haber parecido innecesaria la instalación del Tribunal del Santo Oficio en Lima. Sin embargo, debe tenerse en cuenta que ese tribunal no solo conocía de delitos contra la fe, sino que también extendió sus competencias a los vinculados con las costumbres o con la disciplina eclesiástica. Además, no era difícil que a pesar de las prohibiciones llegaran a América extranjeros y judaizantes. Fue así que Felipe II, luego de las deliberaciones de la célebre Junta Magna, dispuso en 1569 enviar al Perú como inquisidores a Andrés Bustamante y a Serván de Cerezuola, acompañados de un fiscal y de un secretario. Partieron ellos ese mismo año al Perú, junto con el fla-

<sup>50</sup> Citado en R. MILLAR CARVACHO, *Inquisición y sociedad...*, cit., p. 137.

<sup>51</sup> G. de REPARAZ, «Los portugueses...», cit., pp. 36-37.

<sup>52</sup> Rubén VARGAS UGARTE, S.J., *Historia General del Perú. Virreinato (1551-1596)*, Tomo II, Lima, Carlos Milla Batres, 1966, pp. 257-258.

mante virrey Francisco de Toledo, y la solemne ceremonia de instalación del tribunal en Lima se llevó a cabo el 29 de enero de 1570.<sup>53</sup>

Los portugueses procesados por la Inquisición de Lima lo fueron en su mayoría por judaizantes. Esos procesos se dieron fundamentalmente durante la etapa en la que Portugal se unió a la Monarquía católica (1580-1640). Si bien debió haber no pocos judeoconversos en el Nuevo Mundo antes de 1580, lo cierto es que se convirtieron en un problema a raíz de la llegada de gran número de «marranos» portugueses a partir de esa fecha.<sup>54</sup> La época de mayor represión inquisitorial contra los judeoconversos portugueses fue la de las décadas de 1630 y de 1640, tras las cuales –según Millar Carvacho– se eliminaron los focos de judaizantes activos.<sup>55</sup> Entre 1622 y 1641 la Inquisición de Lima vio 199 causas, de las cuales 127 estuvieron referidas a judaizantes, en su mayoría portugueses. Y fueron precisamente los judaizantes portugueses los que recibieron las penas más severas.<sup>56</sup>

Desde fines del siglo XVI el Tribunal del Santo Oficio de Lima generó cartas y documentación diversa dirigida a la corte en la que se manifestaba su preocupación por la creciente presencia en el Perú de judaizantes portugueses. Es de presumirse que estos documentos influyeron en las antes mencionadas órdenes de expulsión de extranjeros del Nuevo Mundo que se fueron expidiendo desde la metrópoli. La preocupación de los inquisidores de Lima fue de tal grado que llegaron a manifestarse reacios a cumplir con un Breve del Papa Paulo V –expedido el 23 de agosto de 1604– que perdonaba a los marranos el delito de judaísmo. Ese perdón fue conseguido a través del monarca castellano, y gracias a un importante donativo económico de los conversos. Todo indica que finalmente lo dispuesto por el Papa fue cumplido, ya que es notoria la disminución del número de procesos contra judaizantes a partir del segundo lustro del siglo XVII, y hasta la década de 1620. Sin embargo, la Inquisición de Lima siguió estando preocupada por la penetración al Perú de judaizantes portugueses; prueba de ello es la creación

---

<sup>53</sup> R. VARGAS UGARTE, *Historia General...*, cit., Tomo II, pp. 259-260.

<sup>54</sup> Recibieron la denominación de marranos aquellos judíos que rechazaron la alternativa dada por los Reyes Católicos en 1492: convertirse al cristianismo o abandonar España. No salieron de España, y –en palabras de Solange Alberro– se aferraron a la ilusión de seguir siendo judíos bajo las apariencias del cristianismo, «lo que los convirtió a partir de entonces en objeto de desprecio y persecución tanto por parte de los judíos como de los cristianos al aparecer como traidores a los creyentes de ambas religiones». Para el caso de la Nueva España –análogo al del Perú–, Alberro ha concluido que muchos de los marranos establecidos en México fueron portugueses cuyas familias, luego de ser expulsadas de Castilla, buscaron refugio en Portugal, para más adelante aprovechar la unión de las dos Coronas para pasar al Nuevo Mundo. Solange ALBERRO, *Inquisición y sociedad en México. 1571-1700*, México, Fondo de Cultura Económica, 1988, pp. 417-419.

<sup>55</sup> René MILLAR CARVACHO, *La Inquisición de Lima*, Tomo III (1697-1820), Madrid, Editorial DEIMOS, 1998, p. 401.

<sup>56</sup> Fernando AYLLÓN, *El Tribunal de la Inquisición, De la leyenda a la historia*, Lima, Ediciones del Congreso del Perú, 1997, p. 491.

del Tribunal del Santo Oficio en Cartagena de Indias, en 1610, al igual que la abultada correspondencia que por entonces se intercambiaba con el comisario de la Inquisición en Buenos Aires, en cuanto al control de la población de origen portugués. Será a partir de la década de 1620 cuando resurja en Lima la represión inquisitorial contra los falsos conversos.<sup>57</sup> La preocupación de los inquisidores de Lima por la presencia en el virreinato de judaizantes portugueses se manifiesta de modo claro en el siguiente episodio: cuando desde la metrópoli se nombró como comisario de la Inquisición en Potosí al clérigo portugués Lorenzo de Mendoza –natural de Coimbra–, los inquisidores de la capital virreinal protestaron. Consideraban inconveniente ese nombramiento, teniendo en cuenta que en la zona de Potosí vivían numerosos portugueses, judíos en su mayoría, que podrían verse beneficiados con la designación de un comisario que, por razones de paisanaje, pudiera estar tentado a no aplicar con ellos el rigor inquisitorial.<sup>58</sup>

Queda claro que la unión en Felipe II de las coronas castellana y portuguesa, en 1580, generó un aumento de la presencia de judíos conversos en América. En sus primeros años de labor, el Santo Oficio limeño mantuvo una actitud benigna con los judaizantes. Sin embargo, a partir de la década de 1580 empezaron a ser fuente de mayor preocupación para los inquisidores, quienes informaron a la metrópoli del ingreso de judaizantes al virreinato por diversos puntos: Buenos Aires, Maracaibo, Cartagena de Indias y Santa Marta, entre otros.<sup>59</sup>

A propósito de los procesos inquisitoriales que se dieron en Lima contra portugueses por judaizantes, el tradicionalista Ricardo Palma comentó con ironía que «mala estrella tenían los portugueses con la Inquisición de Lima». <sup>60</sup> De hecho, lo cierto es que hasta 1594 el Santo Oficio de Lima solo había condenado a dos reos por «seguir la ley de Moisés», y ambos fueron portugueses.<sup>61</sup>

En el auto de fe de 17 de diciembre de 1595 fueron condenados a muerte, por judaizantes, cuatro portugueses: Juan Fernández de las Heras, Francisco Rodríguez, Jorge Núñez y Pedro de Contreras. El primero de ellos fue quemado vivo, por insistir en sus proposiciones enfrentadas a la doctrina católica: rechazaba el sacramento de la Penitencia y el empleo de imágenes en la liturgia, afirmaba que tenía visiones sobrenaturales y aseguraba ser él mismo una de las personas de la Santísima Trinidad.<sup>62</sup>

En el auto de fe de 10 de diciembre de 1600 fueron condenados a muerte dos judaizantes portugueses: Baltasar de Lucena y Duarte Núñez de Cea. En

<sup>57</sup> R. MILLAR CARVACHO, *Inquisición y sociedad...*, cit., pp. 137-139.

<sup>58</sup> F. AYLLÓN, *El Tribunal...*, cit., p. 483.

<sup>59</sup> F. AYLLÓN, *El Tribunal...*, cit., p. 470.

<sup>60</sup> Citado en Eduardo HUARAG ÁLVAREZ, «Prólogo», cit., p. XIII.

<sup>61</sup> R. MILLAR CARVACHO, *Inquisición y sociedad...*, cit., p. 136.

<sup>62</sup> F. AYLLÓN, *El Tribunal...*, cit., p. 471. HUARAG ÁLVAREZ, «Prólogo», cit., pp. XIII-XIV.

el que se llevó a cabo el 13 de marzo de 1605, ocurrió lo propio con tres portugueses más: Gregorio Díaz Tavares, Diego López de Vargas y Duarte Enríques.<sup>63</sup> Pero si nos referimos al total de condenados –es decir, no solo a los condenados a muerte–, tenemos que en el auto de fe de 1595 fueron condenadas nueve personas por judaizantes; y catorce en el de 1600. Se ha calculado en más de setenta los condenados por judaizantes en la Inquisición de Lima en el periodo comprendido entre 1570 y 1614. De ellos, la gran mayoría estaba compuesta por portugueses.<sup>64</sup> Entre los que sufrieron penas leves, debe mencionarse el caso singular del portugués Antonio Rodríguez Correa, quien fue penitenciado en el mencionado auto de fe de 1605; luego de que abjurara, se le impuso la obligación de servir en el convento mercedario de Lima con hábito de donado por tres años. Luego fue desterrado a España, donde ingresó en la Orden de la Merced y se estableció en el convento de la localidad andaluza de Osuna, donde murió en la década de 1620 con fama de santidad.<sup>65</sup>

Posteriormente, en el auto de fe de 21 de diciembre de 1625 dos judaizantes portugueses fueron llevados al quemadero: Juan Acuña de Noroña y Manuel Tavares. Y dos más fueron quemados en huesos y estatuas: Manuel Núñez Magro de Almeida y Garci Méndez de Dueñas.<sup>66</sup>

Pero la más sonada ejecución de un portugués a raíz de una condena inquisitorial fue la del antes mencionado Manuel Bautista Pérez. Con él perdieron la vida varios comerciantes portugueses más. En efecto, fue el gran proceso inquisitorial de 1635 contra los judeoconversos –conocido como el de «la complicidad grande»– el que más atención ha suscitado de parte de los estudiosos. Ese proceso culminó en el auto de fe de 23 de enero de 1639,<sup>67</sup> y supuso muy importantes secuestros y confiscaciones de bienes a los condenados, ya que muchos de ellos eran acaudalados personajes, y casi todos comerciantes.<sup>68</sup> Tras ese auto de fe, once judaizantes portugueses fueron llevados al quemadero: Manuel Bautista Pérez, Antonio de Vega, Antonio de Espinosa, Diego López de Fonseca, Francisco Maldonado da Silva, Juan Rodríguez da Silva, Juan de Azevedo, Luis de Lima, Rodrigo Vaez Pereira,

<sup>63</sup> F. AYLLÓN, *El Tribunal...*, cit., p. 480.

<sup>64</sup> R. MILLAR CARVACHO, *Inquisición y sociedad...*, cit., p. 137.

<sup>65</sup> Rubén VARGAS UGARTE, S.J., *Historia General del Perú. Virreinato (1596-1689)*, Tomo III, Lima, Carlos Milla Batres, 1981, pp. 76-77.

<sup>66</sup> F. AYLLÓN, *El Tribunal...*, cit., pp. 491-492.

<sup>67</sup> El Tribunal informó que ese auto de fe había sido «el mayor y más majestuoso que han visto las Indias». Paulino CASTAÑEDA DELGADO y Pilar HERNÁNDEZ APARICIO, *La Inquisición de Lima*, Tomo II (1635-1696), Madrid, Editorial DEIMOS, 1995, p. 400.

<sup>68</sup> R. MILLAR CARVACHO, *Inquisición y sociedad...*, cit., p. 129. Es interesante notar que el setenta por ciento de las personas arrestadas en Lima entre 1635 y 1639 por judaizar estaba constituido por portugueses; y la mayor parte de los que no habían nacido en Portugal, tenía padres portugueses. Alfonso W. QUIROZ NORRIS, «La expropiación inquisitorial de cristianos nuevos portugueses en Los Reyes, Cartagena y México, 1635-1649», en *Histórica*, X, n.º 2 (Dic., 1986), pp. 242-243.

Sebastián Duarte y Tomé Cuaresma. Junto con ellos, Manuel de Paz fue quemado en huesos y estatua.<sup>69</sup> Especial asombro causó la sentencia que condenaba a la hoguera a Manuel Bautista Pérez, toda vez que era un hombre «de mucho crédito en todas partes», y «estimado de eclesiásticos, religiosos y seglares». Son estas las palabras del licenciado Fernando de Montesinos, testigo presencial del auto de fe, cuyas impresiones dejó escritas en un opúsculo.<sup>70</sup>

Se han barajado varias hipótesis con referencia a las causas de ese sonado proceso, toda vez que ya desde años atrás se había notado una disminución en la persecución de los judeoconvertos, tanto en el Perú como en la metrópoli. Además, en 1627 se había otorgado un indulto temporal que habilitó a los conversos portugueses para «confesar sus culpas contra la fe y ser reconciliados sin otra pena».<sup>71</sup> Se ha mencionado la posibilidad de que en los años inmediatamente anteriores a 1635 se hubiera producido la llegada de una nueva oleada de inmigrantes portugueses, que habría generado un mayor celo inquisitorial; también se ha hecho referencia a la posibilidad de que las grandes fortunas que poseían varios de los procesados hubieran motivado el especial interés de los jueces inquisitoriales de obtener beneficios económicos, además de las ganancias que los secuestros de esos bienes suponían para el propio tribunal; del mismo modo, se han mencionado los intereses del Tribunal del Consulado<sup>72</sup> y de los comerciantes limeños en su conjunto, que se veían perjudicados en sus actividades por la competencia desleal –a través del contrabando– ejercida por los mercaderes portugueses. Ese proceso desarticuló casi por completo la colonia de neoconvertos de Lima.<sup>73</sup> En este sentido, Alfonso Quiroz afirma que se trató de un castigo de tal magnitud que los portugueses en el Perú vieron interrumpidas sus conexiones comerciales; la información recogida por la Inquisición indica que aquellos tenían una importante red de negocios con judeoconvertos portugueses a lo largo de las costas del Pacífico y en el Caribe.<sup>74</sup>

Tanto fue el valor económico de los bienes confiscados a Manuel Bautista Pérez<sup>75</sup> y a los demás involucrados en «la gran complicidad», que

<sup>69</sup> F. AYLLÓN, *El Tribunal...*, cit., p. 492.

<sup>70</sup> Esta referencia ha sido recogida por P. GUIBOVICH, «La cultura libresca...», cit., pp. 133-134.

<sup>71</sup> P. CASTAÑEDA DELGADO y P. HERNÁNDEZ APARICIO, *La Inquisición...*, cit., p. 421.

<sup>72</sup> En este sentido, se ha dicho que algunos importantes comerciantes del Consulado de Lima no solo se quejaron de las actividades de los portugueses –que vendían en el mercado peruano ciertos bienes a menores precios, y que por el comercio esclavista se convirtieron en los principales acreedores y proveedores de importantes hacendados–, sino que alentaron de modo directo la represión contra los portugueses neoconvertos en la década de 1630. A. W. QUIROZ NORRIS, «La expropiación...», cit., pp. 246-247.

<sup>73</sup> R. MILLAR CARVACHO, *Inquisición y sociedad...*, cit., pp. 139-144.

<sup>74</sup> A. W. QUIROZ NORRIS, «La expropiación...», cit., p. 238.

<sup>75</sup> La Inquisición limeña generó un gran volumen de documentos a partir de la confiscación de los bienes de Manuel Bautista Pérez. Es revelador, por ejemplo, que todavía dirigiera

hay autores que vinculan esos secuestros y confiscaciones a un deterioro en la actividad comercial del virreinato, aunque se trata solo de una hipótesis. Se ha mencionado también que esos poderosos comerciantes portugueses controlaban buena parte de las actividades económicas limeñas, y tenían muchos contactos con la comunidad judía internacional, y sobre todo con Holanda, todo lo cual habría generado serias preocupaciones en los gobernantes hispanos.<sup>76</sup> Lo cierto es que el comercio limeño ya había afrontado dificultades desde inicios del siglo XVII, contexto en el cual se produjo la creación del Tribunal del Consulado. Es importante referir que los comerciantes limeños consideraban que sus dificultades eran causadas por el contrabando promovido por los hombres de negocios portugueses, principalmente desde el Río de la Plata.<sup>77</sup>

Además del caso limeño, a lo largo de las décadas de 1630 y de 1640 se desarrollaron diversos procesos contra los portugueses neoconvertos llevados a cabo por los tribunales inquisitoriales de México y de Cartagena de Indias, lo cual supuso el inicio –a juicio de Quiroz Norris– de la persecución más grande que se diera en los dominios españoles contra personas de origen judío desde 1492.<sup>78</sup>

Para el caso novohispano Solange Alberro ha estudiado los procesos contra los portugueses neoconvertos llevados a cabo por el Santo Oficio en México, muchos de los cuales fueron también comerciantes. En ese sentido, la referida autora entiende que los mercaderes protagonizaron una peculiar «asimilación parcial» al ambiente cristiano, que estaba vinculada a los comportamientos públicos, y que indudablemente se dio también en el caso peruano:

«¿Cómo, una vez cerrado el trato, terminada la reunión del consulado o de la cofradía, oponerse a las relaciones inevitables de una sociabilidad latina? ¿Cómo no entrar juntos a rezar un instante en la iglesia que se encuentra en el camino cuando uno regresa a casa junto con algún compañero, rechazar el bocado ofrecido, tal vez carne de puerco –aun cuando uno quería ayunar este día–, no dedicarse a las faenas acostumbradas el sábado o cualquier otro día festivo judío, sin llamar imprudentemente la atención de un medio que practica de manera conformista y mayoritaria otra religión?»<sup>79</sup>

En cuanto a Lima, Guibovich considera indudable que la mayoría de los portugueses procesados por el Santo Oficio en el marco de la «complicidad grande» era de origen converso; y que, de ellos, no pocos judaizaban. Sin

---

correspondencia a los deudores de este en Cartagena de Indias catorce años después de que sus bienes fueran confiscados. Alfonso W. QUIROZ NORRIS, «La expropiación...», cit., p. 240.

<sup>76</sup> F. AYLLÓN, *El Tribunal...*, cit., p. 484.

<sup>77</sup> R. MILLAR CARVACHO, *Inquisición y sociedad...*, cit., p. 159.

<sup>78</sup> A. W. QUIROZ NORRIS, «La expropiación...», cit., p. 238.

<sup>79</sup> S. ALBERRO, *Inquisición y sociedad...*, cit., pp. 424-425.

embargo, a partir de los estudios de los expedientes inquisitoriales, el mismo autor señala que no debe caerse en generalizaciones. En ese sentido, define la existencia de varios grupos. Uno era el de los que eran católicos practicantes pero al mismo tiempo conservaban superficialmente algunas tradiciones y ritos judaicos. Otro era el de los que fingían ser católicos, siendo en realidad devotos judíos. Por último, estaba el grupo –menos numeroso– de quienes abiertamente profesaban su fe judía, e incluso hacían proselitismo. A pesar de que los inquisidores consideraron que Manuel Bautista Pérez era un judío practicante que fingía ser católico, el estudio de las evidencias procesales, de su epistolario y de los testimonios contemporáneos nos revela una realidad menos clara. A partir de ese análisis, Guibovich afirma que Pérez llevaba ciertamente una doble vida religiosa –como la mayoría de los portugueses de origen converso–, pero que en su proceder prevaleció la tradición católica sobre la judía.<sup>80</sup>

Sin embargo, debe aclararse que, consideradas en su totalidad, la mayor parte de las causas ventiladas en el Tribunal del Santo Oficio limeño no estuvieron referidas a judaizantes, sino más bien a asuntos de moral pública y privada. Así, el tipo de delito que más procesos generó fue el de proposiciones –consistentes fundamentalmente en blasfemias y frases escandalosas–, seguido por los delitos referidos a la sexualidad –sobre todo bigamia y sollicitaciones. De este modo, puede decirse que el papel más importante de la Inquisición limeña fue el de constituirse en un mecanismo moralizador y orientador de las conductas que se alejaban de los modelos de actuación establecidos.<sup>81</sup>

De hecho, en el periodo comprendido entre 1642 y 1667 la Inquisición de Lima sentenció 88 causas, de las cuales solo diez estuvieron referidas a judaizantes.<sup>82</sup> Entre otras factores, tuvo que ver en esto también la independencia alcanzada por los portugueses en 1640, y por tanto las menores facilidades que empezaron a tener para pasar a los dominios castellanos de Ultramar.

#### **4. El Perú y los intereses económicos y mercantiles portugueses**

Tal como hemos mencionado en la parte introductoria de este trabajo, la unión de las dos Coronas supuso oportunidades económicas y comerciales tanto para castellanos como para portugueses. Sin embargo, desde muchos años antes los portugueses habían manifestado interés en el comercio con las Indias españolas. Por ejemplo, por medio de una real provisión de junio de 1540 se sabe que muchos barcos portugueses solían salir de España

---

<sup>80</sup> P. GUIBOVICH, «La cultura libresca...», cit., pp. 142-144.

<sup>81</sup> F. AYLLÓN, *El Tribunal...*, cit., p. 478.

<sup>82</sup> F. AYLLÓN, *El Tribunal...*, cit., p. 493.

aparentando enrumbar hacia las islas Canarias, pero en realidad se dirigían a las Indias Occidentales, donde comerciaban y embarcaban mercancías de regreso que conducían directamente a Portugal. Otra práctica de los buques portugueses era la de llegar en el viaje de ida a las Canarias, donde los capitanes de los buques vendían estos de modo ficticio a algún isleño, y continuaban el viaje como maestros de presuntos barcos españoles.<sup>83</sup>

Las actividades de los mercaderes portugueses en las Indias españolas estuvieron referidas –como ya hemos señalado– al tráfico de esclavos y al comercio de productos diversos. El tráfico de esclavos era lo fundamental, y el papel central de los portugueses se entiende a partir de las consecuencias del tratado de Tordesillas, en virtud del cual Castilla –sin posibilidades de acceder a territorios africanos– tuvo que depender de Portugal para proveer de esclavos a sus dominios americanos. Los lusitanos, por su parte, necesitaban plata para su comercio asiático, con lo cual desde tiempos iniciales todo parecía indicar que iba a darse una conveniencia mutua en este intercambio de esclavos por plata. Sin embargo, los castellanos no vieron con buenos ojos la intervención de los mercaderes portugueses en sus territorios, por el temor de que estos pudieran socavar el esquema de monopolio comercial establecido por la monarquía católica. Para esta, el comercio con los portugueses era un mal necesario, que ocasionaba que la plata llegara a manos extranjeras, y que por tanto debía ser estrictamente regulado.<sup>84</sup> En ese contexto surgieron los asientos, entendidos como contratos a largo plazo entre la Corona castellana y un particular o una compañía, que en la práctica supusieron la venta de licencias para el traslado de esclavos hacia la América española. Así, cada asentista era en realidad un intermediario entre las autoridades españolas y los traficantes de esclavos.<sup>85</sup>

Los portugueses aprovecharon rápidamente el comercio de esclavos para diversificar ilegalmente sus intercambios mercantiles con el Nuevo Mundo, sobre todo cuando las mercancías que se transportaban de España a América por la vía legal se volvían más caras. Ese contrabando generó

---

<sup>83</sup> C. H. HARING, *Comercio y navegación...*, cit., pp. 142-143.

<sup>84</sup> Frederick P. BOWSER, *El esclavo africano en el Perú colonial (1524-1650)*, México, Siglo Veintiuno, 1977, p. 52.

<sup>85</sup> F. P. BOWSER, *El esclavo africano...*, cit., pp. 54-55. Con la independencia de Portugal cambió el panorama en cuanto al abastecimiento de esclavos para las Indias españolas: en una primera etapa, aumentó la importancia del contrabando. Tal como afirma Konetzke, «a España le resultaba difícil procurarse esclavos para su transporte a América, ya que estaba enemistada con Portugal y Holanda, que controlaban el acceso al África negra. Para los años de 1662 a 1678 pudo concertar un asiento con dos genoveses. En 1676 el Consulado de Sevilla procuró hacerse cargo de la trata de negros; luego se sucedieron diversos comerciantes españoles, y finalmente los holandeses pudieron reservarse temporalmente el asiento. El monopolio de la trata de negros americana se convirtió en objeto de la política internacional, ambicionado por las potencias marítimas rivales de España, las cuales al mismo tiempo se proponían extender en América su comercio y sus posesiones coloniales». Richard KONETZKE, Vol. 22, («América Latina. II. La época colonial»), Madrid, Siglo XXI, 1984, p. 69.

reiteradas quejas de parte del Consulado de mercaderes de Sevilla, que controlaba el monopolio comercial español. Los comerciantes sevillanos objetaron el tráfico de esclavos dirigido por los portugueses, con el argumento de que servía para una circulación ilegal de mercancías. En esos ataques, no faltaron las referencias a la condición de neoconvertos de la mayoría de comerciantes portugueses.<sup>86</sup>

Se ha dicho que a inicios del siglo XVII zarpaban anualmente de Portugal hacia los dominios españoles de América dos centenares de buques, cargados de lanas, sedas y paños. Se trataba de mercadería que los portugueses adquirían de telares ingleses, franceses o flamencos; la cargaban en Oporto o en Lisboa, y la enviaban hacia Brasil o el Río de la Plata, desde donde podía llegar a diversas localidades del virreinato peruano, y a la propia capital limeña. Haring recoge las referencias de José Toribio Medina en torno al gran número de portugueses –judeoconvertos en su mayoría– que había en Lima, al punto de haber llegado a controlar el comercio al menudeo en la ciudad.<sup>87</sup>

Además, en Sevilla –«puerto y puerta de las Indias»– había una importante colonia de comerciantes portugueses, aunque algunos de ellos ya se habían naturalizado españoles. En las primeras décadas del siglo XVII fueron especialmente influyentes: sobre todo a partir de 1627, cuando los financieros portugueses llegaron a ser los principales prestamistas de la Corona española, en reemplazo de los banqueros genoveses. Por su ascendencia con las autoridades, lograron incluso que en varias oportunidades la Inquisición devolviera bienes confiscados a portugueses neoconvertos, tanto en España como en las Indias.<sup>88</sup>

Las dinámicas actividades mercantiles de los neoconvertos portugueses generaron preocupación en las autoridades españolas, toda vez que amenazaban con debilitar las bases del ya mencionado esquema de monopolio comercial establecido por la Corona. En efecto, aquellos desarrollaban actividades mercantiles por medio de circuitos comerciales innovadores, tanto al interior como al exterior de los dominios españoles, combinando sus intereses económicos con la satisfacción de los requerimientos financieros de la Corona.<sup>89</sup> Así, las actividades mercantiles de los portugueses en relación con la América hispana involucraron cantidades importantes de plata que se sustrajeron de las manos de los comerciantes españoles y de los circuitos del monopolio comercial. En este sentido, el mercantilismo que la Corona española alentaba era gravemente dificultado por los dinámicos negocios de los lusitanos, los cuales eran vistos por los agentes de la administración española como una seria amenaza para el sistema comercial imperante.<sup>90</sup>

<sup>86</sup> F. P. BOWSER, *El esclavo africano...*, cit., pp. 58-59.

<sup>87</sup> C. H. HARING, *Comercio y navegación...*, cit., pp. 147-148.

<sup>88</sup> A. W. QUIROZ NORRIS, «La expropiación...», cit., pp. 248-250.

<sup>89</sup> A. W. QUIROZ NORRIS, «La expropiación...», cit., p. 240.

<sup>90</sup> A. W. QUIROZ NORRIS, «La expropiación...», cit., p. 244.

La principal competencia al comercio monopolista con el Perú desarrollado por el istmo de Panamá –y controlado por los comerciantes sevillanos– fue la ruta marítima ilegal entre Lisboa y Buenos Aires, con escala en el Brasil, en la que no solo participaban barcos portugueses, sino también de otras potencias europeas. La unión de las dos Coronas facilitó el desarrollo de esa ruta. Se ha calculado que por esa ruta entraron a los dominios españoles de Sudamérica tantas mercancías como las introducidas por la ruta oficial del monopolio comercial. Konetzke puntualiza que el pionero en la organización de esa ruta ilegal fue el portugués Francisco de Victoria, quien llegó a ser el primer obispo de Tucumán. Antes de entrar en el estado clerical había trabajado en una casa comercial peruana, y posteriormente sus relaciones en la corte, en el tiempo de la unión de las dos Coronas, le facilitaron el acceso a la mitra tucumana. Este peculiar personaje armó barcos en el Río de la Plata para el comercio con el Brasil, lo cual fue imitado por otros mercaderes. El mismo Konetzke afirma que el comercio del Brasil con el Perú supuso un brillante negocio, que llegó a significar ganancias del orden de mil por cien.<sup>91</sup>

La más importante red comercial de portugueses en Lima fue la dirigida por Manuel Bautista Pérez, y estuvo vinculada a su vez con otras organizadas por coterráneos suyos establecidos en México y en Cartagena de Indias. Estos personajes fueron quienes manejaron el comercio portugués en la América hispana, cuyo negocio principal –como ya se ha señalado– era el del tráfico de esclavos africanos, a partir de contratos y asientos concertados con la Corona castellana. Además, los portugueses se dedicaron a comerciar también con muchos otros productos que se podían obtener en América –como oro, plata, cacao y azúcar–, al igual que con mercaderías de España, de otros lugares de Europa y de la China.<sup>92</sup>

Un documento inquisitorial de 1635 –dado a conocer por José Toribio Medina y recogido posteriormente por Gonzalo de Reparaz– nos presenta un revelador panorama de la importancia de los portugueses en la vida económica de Lima de la primera mitad del siglo XVII. Luego de señalar que desde mucho tiempo atrás solía haber muchos portugueses en el Perú, ponía de relieve cómo a partir de la década de 1620 se había incrementado su llegada, a través de Brasil, de Buenos Aires, de Nueva España, de la Nueva Granada y de Portobelo, al punto de que Lima se encontraba «cuajada» de portugueses:

«[...] habíanse hecho señores del comercio; la calle que llaman de los Mercaderes era casi suya; [...] hervían por las calles vendiendo con petacas a la manera de los lenceros de esa Corte; todos los más corrillos de la plaza eran suyos; y de tal suerte se habían señoreado del trato de la mercancía, que desde el brocado al sayal y desde el diamante al comino todo corría por sus manos.

<sup>91</sup> R. KONETZKE, *América Latina...*, cit., p. 310.

<sup>92</sup> A. W. QUIROZ NORRIS, «La expropiación...», cit., p. 244.

El castellano que no tenía por compañero de tienda a portugués, le parecía no había de tener suceso bueno. Atravesaban una flota entera con créditos que se hacían unos a otros [...]». <sup>93</sup>

El virrey marqués de Montesclaros (1607-1615) fue uno de los gobernantes peruanos que más preocupación mostró por el daño que pudieran sufrir los intereses comerciales españoles ante la vitalidad mercantil de la que hacían gala los portugueses. Específicamente, se mostró contrario a los planteamientos que se hicieron en el sentido de suprimir la ruta marítima que unía el Callao con Acapulco y Manila, y desarrollar los intercambios entre la península ibérica y Filipinas a través del cabo de Buena Esperanza, aprovechando la unión de las dos Coronas y la presencia de enclaves portugueses en la ruta alrededor del África y hacia el Asia Central. La razón de esos planteamientos estaba, entre otras cosas, en la intención de evitar el contrabando que se producía en la referida ruta del galeón de Manila, y entre Acapulco y el Callao. El cambio de ruta hacia las Filipinas fue propuesto por el poderoso Consulado de Sevilla, gremio que reunía a los más importantes comerciantes de la ciudad del Guadalquivir. Consideraba el Consulado sevillano que la supresión de la ruta entre Acapulco y Manila tendría dos ventajas para la Corona: en primer lugar, haría que el virreinato de la Nueva España fuera totalmente dependiente de la metrópoli; y además lograría un considerable aumento del tráfico comercial desde España, al añadir a las islas Filipinas en sus rutas de comercio directo. Montesclaros esgrimió varias razones en contra de este planteamiento, y una de las más importantes fue precisamente el temor ante el riesgo de que los portugueses aprovecharan esa nueva ruta hacia las Filipinas para trasladarla a puertos lusitanos situados más al Este. Además, el virrey afirmó que desconfiaba de la amistad hispano-lusitana, ya que consideraba que se mantenía entre ambos pueblos un sentimiento de desconfianza y de enemistad, a partir de situaciones históricas anteriores. Decía, además, que los españoles no eran bien tratados en los dominios portugueses. <sup>94</sup>

Lo cierto es que ya en 1604 la Corona había reducido el comercio entre el Callao y Acapulco a un solo navío al año. Y en 1634 el comercio por esa ruta fue prohibido de modo absoluto. No obstante, a pesar de ello esa ruta siguió utilizándose ilegalmente, y fue el nexo fundamental que vinculó a los comerciantes portugueses de Lima con los de la Nueva España. <sup>95</sup>

Una localidad portuaria fundamental en el contexto de los intereses mercantiles portugueses en relación con el Perú era Buenos Aires. Ya desde

---

<sup>93</sup> G. de REPARAZ, «Los portugueses...», cit., p. 31.

<sup>94</sup> Pilar LATASA VASSALLO, *Administración virreinal en el Perú: gobierno del marqués de Montesclaros (1607-1615)*, Madrid, Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, S.A., 1997, pp. 527-529.

<sup>95</sup> A. W. QUIROZ NORRIS, «La expropiación...», cit., p. 247.

las últimas décadas del siglo XVI el comercio por ese puerto había generado preocupación en las autoridades virreinales, y sobre todo entre los mercaderes del istmo de Panamá. Se veía que la actividad mercantil bonaerense podía llegar a quebrar el sistema de flotas que unía el Perú con la metrópoli a través del Caribe, y consecuentemente perjudicar el monopolio comercial establecido. Por eso fue que en 1591 se dispuso el cierre del puerto de Buenos Aires al comercio peruano. Por esos años, el presidente de la Audiencia de Panamá sostenía que Buenos Aires constituía una amenaza para el comercio legal en Tierra Firme, ya que desde allí partía el contrabando con dirección a Potosí, con los consecuentes perjuicios para los intereses mercantiles limeños. En este sentido, ya anteriores gobernantes peruanos, como los virreyes Luis de Velasco y conde de Monterrey, y la propia Audiencia de Lima, se habían quejado de las incursiones de portugueses desde Buenos Aires a Potosí con esclavos y mercaderías diversas.<sup>96</sup>

La posición del virrey Montesclaros con respecto al comercio por Buenos Aires fue singular. Si bien tenía claro el peligro que suponían las actividades de contrabando de los mercaderes portugueses, por otro lado fue muy cauto al opinar sobre el cierre del comercio por ese puerto. Era muy consciente de los perjuicios que ese comercio ocasionaba a los mercaderes limeños y a los de Tierra Firme, pero junto con ello le preocupaba el destino económico de los asentamientos españoles en la costa atlántica del entonces inmenso virreinato del Perú.<sup>97</sup> Por tanto, dicho virrey se opuso a la clausura del puerto de Buenos Aires, pero a la vez estuvo vigilante frente a las amenazas del contrabando. Por ejemplo, cuando se dio inicio a la visita del magistrado Francisco de Alfaro a Paraguay y Tucumán, Montesclaros le advirtió que estuviera alerta frente al peligro que representaba el contrabando de esclavos y mercaderías que los portugueses realizaban por Buenos Aires. Dado que el contrabando seguía en pleno desarrollo, poco después el mismo Montesclaros solicitó al presidente de la Audiencia de Charcas que enviara a un visitador exclusivamente a Buenos Aires, para hacer más detalladas averiguaciones. En definitiva, este virrey fue consciente del peligro que representaban las actividades de los comerciantes portugueses por Buenos Aires, pero a la vez no quiso perjudicar a los españoles que vivían en el lado atlántico del virreinato. Era consciente de que el contrabando por Buenos Aires

---

<sup>96</sup> P. LATASA VASSALLO, *Administración virreinal...*, cit., pp. 532-533.

<sup>97</sup> Montesclaros era también consciente de las ventajas de la entrada de pasajeros provenientes de la península por Buenos Aires, sobre todo si se dirigían a destinos meridionales del virreinato. Por ejemplo, en una ocasión solicitó autorización para que entrasen por Buenos Aires unos religiosos cuyo destino era Chile. La autorización no le fue concedida, con el argumento de que no se podía favorecer la actividad del puerto de Buenos Aires. Sin embargo, Montesclaros afirmó que, dado que anualmente entraban por Buenos Aires tres o cuatro barcos provenientes de Lisboa, los religiosos podrían embarcarse en ellos, y llegar por Buenos Aires sin que aumentara el contrabando. P. LATASA VASSALLO, *Administración virreinal...*, cit., p. 533.

perjudicaba el comercio por Tierra Firme, pero concluía que todas las provincias del Nuevo Mundo debían ayudarse:

«[...] considero que la una y otra provincia es de V.M. y de tal manera se debe mirar por todas que no se falte a ninguna antes se ayuden unas a otras contentándose los vecinos de gozar el favor y merced que no se opusiese derechamente a la conservación de los demás».<sup>98</sup>

Posteriores virreyes siguieron manifestando, de uno u otro modo, preocupación por la presencia de portugueses en las actividades comerciales. En 1630 el conde de Chinchón manifestó al rey los graves inconvenientes que generaba la comunicación marítima entre Buenos Aires y el Brasil. El contrabando crecía cada vez más: tanto el de la plata que salía de Potosí por Buenos Aires –desde donde era transportada a Europa por navíos holandeses–, como el de los esclavos negros que llegaban desde África de modo ilegal a Buenos Aires, para luego ir a venderse a Potosí y a otras localidades peruanas.<sup>99</sup> Afirmaba que la plata que salía por Buenos Aires se dirigía en su mayor parte a Amsterdam, llevada por los mercaderes judío-portugueses.<sup>100</sup>

En 1632 el conde de Chinchón escribió al monarca a propósito de los ataques que sufrían las reducciones del Paraguay de parte de portugueses de San Pablo; señalaba que este constituía el último pueblo del Brasil, y que no era del rey, «sino de señores particulares». Esos portugueses atacaban las reducciones paraguayas, y el virrey reclamaba del monarca castigo para ellos, por el daño que hacían a los indígenas y al virreinato en general. Para prevenir nuevos ataques propuso varias soluciones, tanto militares como políticas. Además, sugirió que por medio del Consejo de Portugal la Corona comprara el mencionado pueblo de San Pablo, para dotarlo de un gobernador con la autoridad suficiente para sujetar «a esas gentes de San Pablo, que no obedecen a Dios ni al rey».<sup>101</sup> En la relación de gobierno que dejó a su sucesor, Chinchón reiteraba lo perjudicial que esa localidad de San Pablo era para los indios del Paraguay:

«[...] es de gran perjuicio para las reducciones de indios, que con tanto cuidado han hecho los padres de la Compañía en la provincia del Paraguay, por las iniquidades de los portugueses, llevándolos por esclavos a que trabajasen en sus ingenios de azúcar [...]».<sup>102</sup>

La rebelión portuguesa y la consecuente separación de las dos Coronas, ocurrida en 1640, se dio en el tiempo en el que gobernaba el Perú el virrey

<sup>98</sup> P. LATASA VASSALLO, *Administración virreinal...*, cit., pp. 534-535.

<sup>99</sup> José Luis MÚZQUIZ DE MIGUEL, *El Conde de Chinchón, Virrey del Perú*, Madrid, Publicaciones de la Escuela de Estudios Hispano-Americanos de la Universidad de Sevilla, 1945, pp. 147-148.

<sup>100</sup> L. HANKE, *Los virreyes...*, cit., III, p. 73.

<sup>101</sup> J. L. MÚZQUIZ DE MIGUEL, *El Conde de Chinchón...*, cit., pp. 144-147.

<sup>102</sup> L. HANKE, *Los virreyes...*, cit., III, pp. 73-74.

marqués de Mancera. En la relación de gobierno que dirigió a su sucesor, en 1648, Mancera ponderó las dificultades que tuvo que afrontar con respecto al puerto de Buenos Aires, y su resolución de expulsar de allí a los portugueses:

«No tiene poca dificultad, señor; hablar a V.E. en lo tocante a Buenos Aires, porque hallándose casi 800 leguas de Lima, las resoluciones en tan larga distancia siempre padecen muchos defectos. [...] Mayormente después que con el alzamiento de Portugal se halla aquella provincia más aventurada, y la del Paraguay [...]; pareció lo primero, que se sacasen todos los portugueses que había en aquel puerto y se pasasen, como los pasaron, a Chile por la cordillera los solteros, y que los casados se retirasen la tierra adentro [...]».<sup>103</sup>

Posteriormente, en un memorial presentado al rey en 1653 con sus méritos y servicios, Mancera volvió a referirse al problema que seguían presentando los portugueses en Buenos Aires. Además de referir la expulsión de los portugueses de ese puerto, dio cuenta de la medida que dictó en cuanto a que en Buenos Aires no se contratara con portugueses, ya que a ellos se debía «el extravío y descamino de gran suma de plata y oro, piñas y barretones».<sup>104</sup> Igualmente, el mismo virrey dictó varias disposiciones encaminadas a la defensa de Buenos Aires y su entorno ante una posible incursión portuguesa desde el Brasil. Además, la Corona consideró por entonces que la defensa de Buenos Aires no solo suponía aprestos bélicos, sino también una serie de reformas administrativas que hicieran posible mayor autonomía y eficacia en el gobierno de ese territorio; en ese contexto debe entenderse la primera creación de la Audiencia de Buenos Aires en 1661, aunque duró solo pocos años, ya que en 1671 fue suspendida, ante el fracaso del control del comercio ilegal.<sup>105</sup>

En definitiva, fue grande la importancia de los comerciantes portugueses y de sus actividades económicas en el Perú de los siglos XVI y XVII; y muy específicamente en el comercio de contrabando. Así, Céspedes del Castillo no duda en el sentido de considerar a los portugueses como los iniciadores del contrabando entre Europa y los dominios hispanos en el Nuevo Mundo:

«Es importante subrayar que en el que denominamos ‘contrabando exterior’ con las Indias, el protagonista inicial y pionero es algún portugués que, cristiano nuevo o no, abre el camino, a través de judíos de los Países Bajos, a todos los extranjeros. [...] La habilidad de los colonos castellanos para sortear prohibiciones de comercio y eludir restricciones legales al tráfico, indica que aprendieron la lección de los portugueses, resultando buenos discípulos en las delicadas artes del comercio».<sup>106</sup>

<sup>103</sup> L. HANKE, *Los virreyes...*, cit., III, p. 191.

<sup>104</sup> L. HANKE, *Los virreyes...*, cit., III, p. 235.

<sup>105</sup> F. ROSAS MOSCOSO, *Del Río de la Plata al Amazonas...*, cit., pp. 215-216.

<sup>106</sup> G. CÉSPEDES DEL CASTILLO, *América Hispánica...*, cit., p. 263.

El propio Céspedes del Castillo subraya la importancia de los judíos portugueses en el comercio de contrabando entre el Nuevo Mundo y Europa, considerándola una de las ironías de la historia:

«[...] los judíos españoles, y luego portugueses, expulsados de sus patrias se convirtieron en el motor y vanguardia de la más formidable amenaza contra el monopolio español de las Indias y el poder económico de las dinastías reales que les expulsaron. Si esto fue deliberada y gigantesca venganza, o bien resultado ocasional de la pura mecánica de los negocios y de oportunidades no buscadas, aunque bien aprovechadas, es punto que no nos hallamos en condiciones de dilucidar».<sup>107</sup>

---

<sup>107</sup> G. CÉSPEDES DEL CASTILLO, *América Hispánica...*, cit., p. 263.

**3.**

**TEXTOS**

---



# DESCRIÇÃO GERAL DO REINO DO PERU, EM PARTICULAR DE LIMA

Tradução de ISABEL ARAÚJO BRANCO \* & ANA SILVA \*\*  
Notas de ANTÓNIO CASTRO NUNES \*\*\*

O Peru, província e reino rico e poderoso<sup>1</sup>, onde se encontram ricas minas de prata, ouro, mercúrio, chumbo, estanho e cobre, abastecida de todo o género de sustento. Terra rica e abundante em gado e todas as sortes de sustento e aves e peixes. Terra temperada e limpa de serpentes e animais peçonhentos e bravios. Terra de muitas ervas e substâncias medicinais. Divide-se este reino em três partes, que são planície, serra e Andes. Por planícies, entende-se toda a costa do Mar do Sul. E em toda esta costa e planícies não chove em mais de seiscentas léguas, assim no mar como em terra. Entre o mar e a serra são as planícies, que do mar à serra e partes onde começa a chover não há dez a doze léguas. E da serra descem os rios para as planícies, e por onde correm estes rios é onde ficam as vilas e todo o tipo de povoações. E alcançam as águas destes rios, tiradas em grandes acéguas de ambas as partes das margens dos rios, uma légua e duas e mais, conforme a grandeza do rio. Tudo o mais são areais e despovoados, e cultivava-se tudo quanto a água alcança, que são pastos e bosques e terra aprazível e agradável.

A serra, que é a cordilheira que se estende desde o estreito de Magalhães até à *Tierra Firme*<sup>2</sup>, por mais de mil léguas de caminho, são altas e

---

\* Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos (NEIIA – FCSH/NOVA) e membro do projecto Diálogos Ibéricos e Ibero-Americanos do Centro de Estudos Comparatistas (CEC – FLUL). Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Ministério da Educação e Ciência.

\*\* Bolseira do Centro de Estudos Comparatistas (CEC – FLUL).

\*\*\* Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS – UÉ). Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia /Ministério da Educação e Ciência.

<sup>1</sup> O autor está a referir-se ao Vice-Reino do Peru, um dos dois Vice-Reinos existentes na América espanhola no século XVII, criando-se na centúria seguinte mais dois.

<sup>2</sup> Designação atribuída no início da colonização castelhana à região correspondente ao istmo do Panamá (à época também conhecido por istmo de Darién) e à actual costa atlântica colombiana, por oposição às primeiras ocupações insulares.

imponentes montanhas, que, na língua daquela terra, se chamam *punas*<sup>3</sup>. Há, nestas montanhas, toda a sorte de minas, em diferentes partes, como no decurso desta relação se dirá. A doze léguas de Lima ou do mar, começa a chover; a nevar e tropejar fortemente. Em algumas zonas desta montanha caem raios. Começa o Inverno, nestas montanhas, desde inícios do mês de Outubro até ao fim do mês de Abril. Neste tempo é Verão e fazem grandes calores nas planícies. Nesse tempo, crescem os rios. E quando chove na montanha é nela o tempo menos frio e mais temperado e quando nas montanhas faz maiores frios e neva mais é no Verão, que começa de Maio até ao fim de Setembro. Em umas partes da montanha, começa o Inverno primeiro que noutras, porque são muito variáveis as constelações e climas desta terra, porque, quando numas partes semeiam, noutras estão os frutos nascidos e noutras maduros e noutras colhem-nos e por esta razão se diz que se colhe trigo no Peru duas vezes por ano.

Os Andes são bosques altíssimos e cerrados<sup>4</sup>, com rios caudalosos que descem também das montanhas e vão todos dar ao rio Maranhão, que entra no mar Oceano. Como as planícies estão entre o mar e a serra, assim a serra está entre as planícies e os Andes. Nestes Andes há animais bravos e serpentes peçonhentas. Há uma serpente a que chamam cascavel, que picando um homem o mata, e lhe pôs Deus este guizo<sup>5</sup> que em estando a serpe perto do homem o ouve e tem lugar de se guardar dela. Há, nestes Andes, índios de guerra, que muitas vezes salteiam os espanhóis que têm *chácaras* ou *estancias*<sup>6</sup> nas margens destes bosques, e talvez lhes dão na cabeça e os matam. E andam estes índios despidos e pintados de almagre, com arcos e dardos mui pintados, feitos de um pau negro mui forte, a que chamam *chontas*. E se voltam fugindo com grande velocidade e ligeireza. Os espanhóis fazem entradas por muitas partes destes Andes, guerreando os índios, e sempre vão descobrindo e ganhando terra. Nestes Andes entram alguns índios ladinos<sup>7</sup> do Peru a

---

<sup>3</sup> Nome atribuído a regiões de alta montanha da região dos Andes, que no Peru e na Bolívia se situam acima dos 4 mil metros. As *punas* alternam os relevos escarpados com grandes mesetas, lagos e lagoas. Destacam-se pela conjugação de baixas temperaturas, especialmente durante a noite, e um clima essencialmente seco (embora existam épocas de grandes precipitações). A vegetação silvestre típica é o *ichu* que, entre outros usos, serve de alimento aos camelídeos andinos. Trata-se de um termo de origem *quechua* que significa «lugar de altura», utilizado no período colonial para designar genericamente zonas montanhosas.

<sup>4</sup> Por Andes o autor refere-se à selva amazónica.

<sup>5</sup> «Cascavel» no original, em espanhol.

<sup>6</sup> O termo *chacara*, de origem quechua, denominava pequenas explorações agrícolas, enquanto a instituição colonial da *estancia* era orientada predominantemente para a criação de gado.

<sup>7</sup> A expressão «índio ladino» era utilizada em referência a indígenas que, no período colonial, falavam castelhano. Podemos considerar que a expressão se generalizaria frequentemente para caracterizar todos os que se relacionavam com os espanhóis.

tratar com os índios, e levam-lhes mercadorias de que eles fazem uso, e, em troca, trazem ouro em pó, a que chamam *volador* e que tem vinte e dois quilates de lei, pelo que se tem por coisa certa que nestes Andes há muito ouro. E diz-se que, para além destes bosques, é a terra plana e muito povoada por muitas léguas, até ao mar Oceano<sup>8</sup>.

As coisas que os espanhóis semeiam e colhem nas margens e faldas destes bosques são grandes *chácaras* de coca, que são umas folhinhas do mesmo tamanho e com aparência semelhante às do sumagre e criam-se e colhem-se numas arvorezinhas pequenas<sup>9</sup>, e levam-na às minas de Potosí e a outras, e é sustento para os índios que nelas trabalham, com só mastigando-a e trazendo-a entre os dentes, com isto andam todo o dia metidos dentro das minas. Também colhem trigo, milho, arroz, mel de abelha e amêndoas, maiores e menores do que as da Europa. Criam-se papagaios e macacos e outras coisas.

Tornando a tratar das planícies e costas do mar, as partes em que eu estive e de que tenho mais notícia são quando se vem do Panamá para o Peru, deixando as ilhas de Rey e Taboga<sup>10</sup>, desviando-se da costa para não entrar na górgona, passando os farilhões que há no meio do mar e em toda a costa dos mulatos, e passando a linha equinocial, chega-se (a Manta)<sup>11</sup>, primeiro porto e lugar do Peru. Este é lugar de índios, onde se faz enxárcia e cabos para os navios<sup>12</sup>, não tem nenhuma defesa, tem um bom<sup>13</sup> porto, e em barcos se salta em terra. A duas léguas por terra adentro fica Portoviejo, vila onde há trinta casas de espanhóis, gente que possui muito gado e pouco dinheiro.

Daqui se vai por terra a Guayaquil. Há muitos lugares de índios pelo caminho e bosques e muita solidão. Guayaquil é vila de espanhóis e de bom trato por mar e terra, de onde se levam as mercadorias que vêm de Lima e outras partes à cidade de Quito. Aqui se fazem grandes naves porque há muita madeira de cedro e carvalho, muita da qual é levada para Lima. Também se fabricam enxárcias e se colhe tabaco e salsaparrilha. E sai desta vila de Guayaquil caminho para Quito e outras partes. Tem boas boticas de mercadores. Daqui se vai por barco a uma ilha que chamam Punna, muito regalada e com alguns lugares de índios, vive

---

<sup>8</sup> Oceano Atlântico.

<sup>9</sup> No original «arbolillos chicos»: possível marca da linguagem andaluza.

<sup>10</sup> Estas duas ilhas situam-se no Golfo do Panamá. A primeira é a maior das mais de cem ilhas que constituem o Arquipélago das Pérolas, enquanto a ilha de Taboga, também denominada Ilha das Flores, está mais próxima da cidade do Panamá.

<sup>11</sup> Parênteses do copista, provavelmente indicando que não compreende a letra do original. Fará referência a Manta, lugar onde actualmente se situa San Pablo de Manta, no Equador.

<sup>12</sup> Esta é apenas uma das muitas produções a que os indígenas, pelo seu estatuto, se encontravam obrigados. Ver notas 15 e 38.

<sup>13</sup> No original «bom», possível lusitanismo.

nesta ilha um cacique muito rico. Daqui se passa a Tumbes, e segue-se o caminho por algumas povoações de índios e vai-se a San Miguel de Piura, primeira cidade que se ganhou no Peru.

Tornando a Payta, tem um porto<sup>14</sup> grande e espaçoso, limpo de escolhos e baixios, seguro de tempestades, podem nele caber e entrar quantas naves se queira. Payta é lugar de índios, vivem aí alguns espanhóis. Têm lojas mais de coisas de comer do que de outras mercadorias. Desde Payta até San Miguel de Piura há doze léguas de areais. Pelo seu vale e pelo meio do lugar, corre um rio com que regam os seus campos. É lugar aberto e de pouca traça. Tem *corregidor*<sup>15</sup> que El-Rei provê por seis anos, todos os *corregimientos* que El-Rei concede são os melhores e de mais honra e proveito, e sempre os concede por seis anos, os que dá o vice-rei não são mais que por três. Payta é deste *corregimiento* e outros lugares que tem da sua comarca, todos de índios. Junto a este rio, há *chácaras* onde vivem espanhóis e criam muito gado, éguas, cavalos, mulas, vacas, ovelhas e cabras, muitas galinhas, trigo, milho e outras coisas, e não faltam mosquitos. Desta vila sai um caminho para a serra e segue-se o caminho das planícies, a sete léguas, junto ao rio, está a *estancia* del Negro, onde se descansa e se toma água para passar a Olmos de los Arrieros, que são vinte e uma léguas de ermo, sem água nem coisa de sustento, há alguns bosques no caminho. Por aqui se anda com índios, e eles sabem as dormidas e onde há erva e alguma água salobra para as bestas. Olmos, que está a quarenta léguas de Payta, é lugar de índios, todos são arrieiros. Têm boas mulas nas planícies e vão com elas a Payta sempre que ali chegam navios, e levam quem quer ir por terra a Lima e a outros lugares. É mui grande avio e descanso para os passageiros.

Voltando a Cartagena<sup>16</sup> para passar dela ao Peru por terra, que são, desde Lima, novecentas léguas, navega-se pelo rio grande desde La Magda-

---

<sup>14</sup> No original «porto», possível lusitanismo.

<sup>15</sup> O *corregidor* era um oficial nomeado pela Coroa (ou autoridades competentes nas Índias) de implementação local que detinha funções essencialmente judiciais. Os *corregidores* são normalmente entendidos como os representantes do monarca no governo local, sendo que a sua actuação na América nos primeiros tempos da presença castelhana esteve associada à tentativa de controlar a acção dos *encomenderos*. Entre as suas principais atribuições, podemos considerar a administração da Justiça em primeira e segunda instância (dependendo da composição do *cabildo*). No caso de o seu *corregimiento* englobar alguma cidade, este tinha a seu cargo a presidência do *cabildo* municipal. Os *corregidores de indios* tinham algumas atribuições específicas como mobilizar a mão-de-obra forçada indígena, assegurar a produção de determinadas mercadorias necessárias à economia colonial, das quais o autor dá numerosos exemplos, e o *repartimiento* (exclusivo comercial), que obrigava as comunidades a adquirir certos produtos independentemente de serem necessários (ver também nota 38 para o caso das *encomiendas*). Por estes motivos, os cargos, além de se afigurarem vitais para o funcionamento da economia colonial, eram dos mais rentáveis e cobiçados.

<sup>16</sup> Quebra do itinerário, passando para o actual território colombiano.

lena até Mompox e Santa Fé de Bogotá, cidade onde há *Audiencia*<sup>17</sup> e arcebispo, e vai-se para Saragoça, onde há ricas minas de esmeraldas e de ouro fino e muito. Também nesta parte há minas de ouro rico e muito baixa de lei. Estas são chamadas as minas de ouro de Soruro. Este é o Novo<sup>18</sup> Reino de Granada, onde chove e há grandes bosques e muitas províncias e lugares de índios, e há alguns índios de guerra. É terra muito abundante em gados, cavalos e bois. O preço de um cavalo e de um boi gordo não é mais de oito reais, e levam-nos ao Peru, e levam-se muito vistosas e valentes mulas e grande quantidade de fio de pita e pontas e outras coisas. Nestes bosques há algumas serpentes a que chamam cobras boas, tão grandes, grossas e longas como grandes vigas, não fazem dano e movem-se muito devagar, por isto são chamadas boas.

Mina de esmeraldas e ouro fino Soruro, minas de ouro

Chega-se a Quito, cidade do Peru. Dela a Cartagena são seiscentas léguas, e trezentas até Lima. Nesta cidade há Audiência Real, com presidente, *oidores*, *alcaldes de corte* e os demais ofícios pertencentes a uma chancelaria<sup>19</sup>, há bispo com *cabildo* de cónegos. É cidade grande e de bom trato, muito abundante em trigo e gado ovino, de cujas lãs lavram grande quantidade de panos, baetas, cordéis, tecidos e cobertores, fazem-se muitos pavilhões e sobrecamas de algodão, fia-se muito fio de pita, e fazem-se muitas pontas dela e outros labores, e faz-se grande soma de sapatos de vaqueta, que são levados a Lima com todas as mais coisas que aqui refiro. Servem estes sapatos aos negros e não valem mais de quatro reais o par. E levam-se esses panos e demais coisas a Cusco e a Potosí<sup>20</sup>.

<sup>17</sup> As *audiencias* eram um órgão de cariz eminentemente judicial, que seguiam o modelo das chancelarias existentes na Península Ibérica. No Vice-Reino do Peru existiam, na primeira metade do século XVII, as seguintes *audiencias*: Lima, Charcas, Quito, Santa Fé de Bogotá e Santiago. A realidade americana e, acima de tudo, a distância em relação à Corte, fez com que as várias *audiencias indianas* acabassem por ter um conjunto mais vasto de competências de governo. De entre as suas atribuições destacam-se: julgar em segunda instância as determinações de vice-reis e governadores; funcionar como tribunal de última instância nas Américas de apelação cível e crime; e representar o monarca em caso de impossibilidade do vice-rei ou governador. Detinha ainda capacidade legislativa e incumbências em matéria tributária, essencialmente de fiscalização. A sua composição era variável em função da importância da mesma, tendo havido também alterações ao longo do tempo. Ainda assim, podemos assinalar a existência de um presidente enquanto autoridade máxima, de vários *oidores* (ou juízes) e de um conjunto de funcionários de menor importância, como procuradores e escrivães.

<sup>18</sup> No original «Novo», possível lusitanismo.

<sup>19</sup> Esta é uma designação que, por vezes, se confunde com a da própria *audiencia*. Na Península, este era um título que estava adstrito apenas às *audiencias* com um leque mais vasto de competências, enquanto nas Índias esta designação era dada a todas, visto serem depositárias do selo real.

<sup>20</sup> A produção e comercialização de panos e manufacturas têxteis era uma das principais actividades económicas da região de Quito, assumindo-se como um elemento estruturante da sociedade quitenha. Esta actividade era indissociável dos diferentes tipos de obrigações das comunidades indígenas de produzirem para as instituições coloniais. A ligação feita pelo autor entre a produção em Quito e a venda em Potosí ilustra o funcionamento

Por todo o reino há terra fertilíssima. Aqui, junto a Quito, fica Latacunga<sup>21</sup>, onde se faz grande parte das coisas referidas e em cuja comarca há muitos lugares de índios. De Quito vai-se a Loxa, vila de espanhóis. Para esta parte da serra fica Jaén de Bracamoros, onde se colhe o melhor tabaco que se leva a Lima. Nesta parte estão os Quixios, onde se colhe canela, não é tão boa como a de Ceilão, serve para doceiros. Aqui ficam as Chachapoyas, onde se faz muito fio de pita e muitas pontas e outros labores. Todas estas províncias são lugares de índios. Por elas tratam muitos mercadores espanhóis. São terras de muitos gados e onde se colhe muito trigo e outras coisas.

Voltando a Olmos de los Arrieros, é lugar de índios<sup>22</sup>. Tem o seu pequeno rio com que irrigam os campos e colhem o necessário para o seu sustento. Daqui vai-se a Lambayeque, que são doze léguas de grandes areais, que se não (não se) levam índios por guias, se perdem aqui as gentes. Os índios são tão destros que de noite nem de dia não perdem o caminho. De Lambayeque vai-se a Jayanca e a Terrinafe. Todos são lugares de índios e têm rios e colhe-se por esta terra boa cana fístula<sup>23</sup>, muito algodão e outras muitas coisas, e é bom *corregimiento*. Têm aqui os índios curas que os doutrinam e ensinam. De Terrinafe, onde há uvas e figos, vai-se à vila de Sana. Esta é uma vila rica de espanhóis, a melhor e mais rica das planícies. Tem grande trato de toda a sorte de mercadorias. Criam-se nesta terra muitas cabras e machos, de que se fazem cordovão, e levam-no a Lima, com cebo, e colhe-se muito trigo, açúcar e algum anil, ainda que não muito bom. Está a vila a cinco léguas do mar. O seu porto chama-se Cherepe, e é porto inquieto, que é a costa rasa e estar desabrigado, sempre se espera que esteja o tempo calmo para embarcar e desembarcar. No caminho do porto para a vila, há muitos bosques de *guarango*, que é a árvore de onde se colhem as alfarrobas. Pelo caminho, há *estancias* e não falta água. De Sana, segue o caminho para a serra, e por ele se vai à província de Caxamarca. O caminho das planícies divide-se em dois, pelo da esquerda, vai-se a Pueblo Nuevo, onde fica guadalupe, mos-

---

do espaço económico andino, no qual a procura gerada pelos centros mineiros levou a que determinadas regiões alcançassem um elevado nível de especialização, neste caso de têxteis na área de Quito.

<sup>21</sup> No manuscrito, «La tacunga», erro que indicará a existência de um copista.

<sup>22</sup> Quando o autor fala de «lugares de índios» está a referir-se aos *pueblos de indios*. A sociedade da América hispânica estava, legalmente, organizada em *repúblicas de españoles* e *repúblicas de indios*, cada uma com formas próprias de organização e legislação. Na região andina, o vice-rei Toledo (1568-1580) foi responsável pela reorganização da população indígena, agrupando-os em *reducciones* de *pueblos de indios*, nem sempre coincidentes com o local que antes ocupavam ou cultivavam. O objectivo era assegurar a evangelização, mas também obviamente o seu controlo, taxação e a existência de mão-de-obra disponível.

<sup>23</sup> É uma designação alternativa atribuída à cássia imperial, uma árvore nativa da Ásia e do Médio Oriente, mas que se produz também na América do Sul, região onde normalmente lhe é associada esta denominação. É habitualmente utilizada como laxante.

teiro de frades agostinhos, e, pelo caminho da direita, vai-se a Guanque-tepeque, onde se juntam ambos os caminhos. Depois vai-se a San Pedro de Mama, bom lugar de índios, onde se faz muita roupa de algodão para os índios, camisas e mantas para os homens, e, para as mulheres, *anacos*, que é uma roupa sem nenhuma costura, e muitas índias não trazem mais do que este *anaco*, sem camisa ou outro gênero de vestidura, nem calçado nem touca. Outras trazem os seus *anacos* e mantas, outras *lliquidas* e algumas mui ricas *faldelines* de bons panos, de veludos e de tecidos de ouro fino, e assim vestem também os índios, conforme a terra e conforme têm o caudal. E faz-se por esta terra grande quantidade desta roupa e outra a que chamam *borrachera*, que é pintada de várias cores, e que levam a todo o reino. Depois, vai-se a Payan, lugar de índios, onde há boas galinhas e capões, que se criam com o muito milho que se colhe nesta terra. De Sana a Lima há cento e dez léguas, setenta a Payta e vinte a Truxillo, cidade fertilíssima e farta.

Truxillo é cidade onde há *corregidor* e bispo, mosteiro de frades e monjas e teatinos, grandes casas de cavaleiros e ricas lojas de mercadores. É cidade abundante em muitos, diversos e bons mantimentos. Situa-se entre dois rios, que regam os seus campos. Tem um vale de quatro léguas que se chama Chicama, o melhor e mais fértil que têm todas as planícies, onde se colhe grande quantidade de açúcar e muito e bom trigo, onde e neste vale muitos moinhos, onde se mói o trigo e se fazem grandes partidas de farinha. E de Truxillo e da vila de Sana levam navios carregados destas farinhas, de açúcar, conservas e outras coisas para o Panamá, e do Panamá fornecem Portobello e outras partes. Estas farinhas (estas), depois de moídas, são metidas em sacos de algodão, de que se fazem muitos nestas planícies, e assim as arrumam junto dos moinhos, muitas são levadas para a praia do mar, onde as têm em grandes amontoados, sem guarda nem defesa, outras são carregadas no porto de Mal Abrigo, a nove léguas de Truxillo. A quatro léguas da cidade está o seu porto, que se chama Guanchaio [sic] e é porto razoável. Por todo este vale há muitas frutas, e muitas sementes e algodão e bons pastos para o gado, e lindas hortas e muitas frutas, marmelos, romãs, azeitona mais gorda do que a de Sevilha. Colhe-se muito pimento, a que chamam *ajís*. Há uvas, laranjas, cidras e limões. Do algodão faz-se muito pávio para velas, que é levado a Lima e a Potosí e a todas as partes onde há minas. Estas gentes tratam-se mui regaladamente, porque têm muitas conservas e boas aves. É cidade de mil e quinhentos vizinhos espanhóis e tem muitos índios e negros que trabalham nos campos e servem na cidade.

Quando estes rios vêm crescidos, que se diz de avenida, atravessam-nos com umas balsas que fazem com *tatora*, que é como a cana que se cria nas margens dos rios e pelas lagoas. Desta tutora fazem dois feixes bem apertados e muito grossos e longos, e ficam estas balsas feitas como

grandes peixes e juntos estes dois feixes e bem amarrados, fica no meio um vazio ou espaço onde se põe as mercadorias e ouro e prata e gentes e tudo o que há-de passar, e os índios conduzem-nos com grande facilidade. Os rios são atravessados sempre junto ao mar, porque ali têm menos corrente, e nestes rios bem se poderia fazer pontes ou trazer barcas, já que vão juntos e não são mui grandes, mas faltam a estas gentes os materiais e o engenho, que é o principal.

A vinte léguas de Truxillo, na montanha, a oriente, fica o vale e província de Caxamarca, insigne e famosa, porque ali foi preso e desbaratado Atabaliba<sup>24</sup>, irmão de Aspar<sup>25</sup>, rei inca, por cento e sessenta e três espanhóis, tendo Atabaliba gentes inumeráveis, que, dizem homens que sabem bem destas coisas, que se cada um destes índios que ali se encontraram tomara um punhado de terra e o atirara sobre os espanhóis, puderam fazer sobre eles uma montanha muito alta de terra, e os deixariam ali enterrados. Mas, como cobardes e espantados de ver gentes e coisas que nunca tinham visto nem de que tinham notícia alguma, ao saírem alguns espanhóis a cavalo e disparando alguns arcabuzes, entenderam os amedrontados índios que cavalo e homem eram uma só coisa, e, quando viram tomar fogo aos arcabuzes e ouviram o estrondo, cuidaram que eram relâmpagos e trovões. E assim lhes puseram o nome de *viracocha*, que quer dizer filhos da espuma do mar, porque ao mar chamam *vira* e à espuma *cocha*, pelo qual são chamados hoje entre os índios. E foi tão grande o seu medo que começaram a fugir, e uma muralha de mais de três braços de grossura que tinham no caminho arrancaram-na e levaram-na à frente, com a grande força que puseram, empurrando-se uns aos outros<sup>26</sup>. Hoje em dia, está esta muralha como sinal. Ali os castelhanos prenderam Atabaliba, que dava pela sua liberdade um *tambo*<sup>27</sup>, que é como uma estalagem, cheia de peças de ouro e prata, com todos os seus pátios e salas e aposentos até aos tectos. Depois prenderam o seu irmão Aspar inca, rei supremo e poderoso senhor de todos aqueles reinos, e dava dois *tambos* cheios até ao tecto de peças ricas de ouro e prata, para que o soltassem. E os espanhóis foram tão cruéis que mataram ambos os irmãos, perdendo todas aquelas riquezas e outras infinitas que estão hoje

---

<sup>24</sup> Atahualpa.

<sup>25</sup> Huáscar.

<sup>26</sup> Todas estas ideias são veiculadas pelas crónicas das conquistas, sem que existam outros indícios. Procurava-se apresentar os índios como ingénuos, crédulos e cobardes, explicando assim a facilidade da conquista e ajudando a criar o mito da superioridade espanhola.

<sup>27</sup> A esta palavra podem ser atribuídos vários significados. O termo é de origem pré-hispânica e reportava-se às antigas estalagens e armazéns de alimentos existentes junto aos caminhos do antigo império inca. Provavelmente ganhou novos significados durante o período colonial.

escondidas em *guacas*<sup>28</sup>, que é o que dizemos tesouros. E estas *guacas* serviam aos índios de enterro e fortalezas, e os *tambos* de palácios. Esta província de Caxamarca tem muitos lugares de índios e tem muito gado e muita fruta. É *corregimiento* rico, que fica a noventa léguas de Lima e a oitenta de Truxillo.

De Truxillo são vinte léguas a Santa. Há no caminho dois lugares de índios e uma *estancia* de espanhóis. Chega-se ao rio de Santa, este é o rio maior e mais forte destes vales e planícies. Passa-se numas balsas feitas de abóboras a que chamam mates, que são da espécie das abóboras de que se faz o doce de abóbora. Estes mates são tão grandes como escudos ou rodela, de um palmo de altura, lisos de ambos os lados e redondos, e no meio um pouco ocós. Envolvem-nos com cordéis do tamanho de uma cama, mais longa que larga, põem sobre eles alguns paus, e depois carregam tudo o que têm a carregar, assim gente como roupa, e quatro índios, presos aos quatro cantos, cada um com o seu mate no peito bem seguro com cordéis, vão nadando direitos, como se andassem por terra, sobre os mates, fora de água. Assim passam este rio, onde nem podem andar barcos nem se pode fazer ponte, devido aos muitos canais que tem e muita força com que corre, e às muitas mudanças que faz por diferentes partes. As cavalgadas atravessam todos estes rios a nado, e podem passá-los a vau quando é Verão nas montanhas, que, como já tenho dito, é de Abril a Outubro. Neste tempo, passa-se a vau e por vezes com perigo.

Santa é vila de espanhóis que tem até setenta casas, e algumas de índios, e estes espanhóis têm negros. Por todo o distrito há muito gado e canaviais de açúcar, e colhe-se muito trigo que se leva a Lima, e vale sempre mais quatro reais por fanga<sup>29</sup> do que todos quantos nela se vendem. Colhem-se muitas frutas e azeitonas mais gordas do que nozes. Entre a vila e o rio, há um porto em enseada, em forma de meia-lua, muito limpo e seguro e acomodado para nele entrarem navios. Está Santa a sessenta léguas de Lima.

A seis léguas de Santa, fica o vale de Guambacho e, depois, Casma la Baja e Casma la Alta. Todos os três lugares são de índios, e todos se servem de um porto de mar onde acodem fragatas a carregar as coisas que há por estes vales, onde se cria muito gado, cabras e machos, de que se tira sebo e se faz couro e boas *cecinas*<sup>30</sup>. Há muitos bois e porcos mui

---

<sup>28</sup> Denominação atribuída na região andina a templos, sepulturas, formações naturais ou outras estruturas às quais se atribuíam um carácter sagrado. Desde o início da colonização era frequente o saque destas sepulturas e templos devido aos tesouros que continham. A importância destes saques levou mesmo a Coroa a procurar regular e organizar esta prática.

<sup>29</sup> Medida de capacidade utilizada na época. O seu valor era variável consoante a região. Em Portugal, por exemplo, correspondia a quatro alqueires.

<sup>30</sup> Carne que foi submetida a um processo de secagem e salga para facilitar a sua conservação e transporte. Esta era muito utilizada na América hispânica como alimento dos escravos e durante as travessias marítimas.

gordos e muitos, muito trigo e milho, frutas e açúcar, de que se fazem ricas conservas. Junto à serra, a sete léguas de Casma la Alta, há boas vinhas de que se faz um cheiroso vinho. Há grandes bosques de guarango, e com a alfarroba engordam muito os gados, e são muito fortes. Faz-se muito carvão destes bosques, que se leva a Lima, com lenha e as mais coisas que se criam na terra. Vivem aqui alguns espanhóis em suas *haciendas*. Casma la Alta está a quatro léguas de Guambacho.

Daqui vai-se a Guarmey, que são doze léguas de areal sem água. Guarmey tem rio pela parte de cima. Até à montanha há boas *estancias*, onde se criam valentes cavalos e mulas, que a alfarroba torna mui fortes, e cria-se gado de porco. Por toda a costa pesca-se muito e bom peixe. Guarmey tem seu porto, onde vêm fragatas carregar os frutos da terra, tudo para a Cidade dos Reis.

Voltando a Caxamarca, caminhando para Lima pela serra, segue-se para a província de Guayras, que é um *corregimiento* bom, rico, onde há muitos lugares de índios e muitos gados ovinos, de cujas lãs, em bons *obrajes*<sup>31</sup> que há nesta província, se faz grande soma de *fercadas* [sic], baetas e cordões de cores para vestir os negros, toda esta roupa é levada a Lima, que fica a cinquenta léguas. Vivem nela alguns espanhóis, e tem também muito gado, muitos frutos e bons queijos.

Anacos

De Guarmey vai-se a La Barranca, são catorze léguas. A seis léguas de Guarmey está a queda de água de Fraile, que é um passo que corre desde a serra Las Rocas até ao mar, onde se juntam e fazem um mau passo, de maneira que o frade se despenhou dali abaixo, e disso tomou o nome. Vai-se para Jagüey de las Zorras, onde há pasto para as cavalgaduras, não há água doce, por estar Jagüey junto ao mar. Segue-se o caminho para Paramonguilla, que é um lindo rio. Junto do ponto onde ele entra no mar, há uma montanha alta, sobre a qual se vêem uns edifícios antigos, do tempo dos índios, não vive neles ninguém, e por todos estes vales e sopés de montanhas há muitíssimos lugares despovoados e caídos, do tempo em que os índios eram senhores de suas terras. Depois, vai-se ao rio de La Barranca, a duas léguas de distância, e a vinte e quatro de Lima. Quando este rio está crescido, atravessa-se quatro léguas acima, pelo engenho de Dona Bernarda, que é um engenho de açúcar, que se colhe em quantidade por estes rios, e muito trigo e milho e outras muitas coisas. E há por aqui, perto da serra, *estancias* em que vivem espanhóis. Passando o lugar de La Barranca, que assim se chama porque o rio faz barrancos mais altos e direitos que muralhas, vai-se (a Supe), onde fazem lindos jarros, que se levam a Lima. Tem esta terra bons campos. Perto daqui, há uma casa de frades agostinhos, onde têm suas lavouras, muitas crias de gado de toda a sorte e muitas espécies de frutos. Por todos estes

<sup>31</sup> Oficinas de tecelagem características do mundo andino colonial. O trabalho nos *obrajes* podia ser uma obrigação decorrente do tributo ou do *repartimiento*.

rios, encostados à serra, vivem muitos índios, alegres e contentes, ainda que os espanhóis os tragam muito oprimidos e os seus doutrinantes tirem todo o seu bem.

Passa o caminho a Guaura, vila onde haverá cem casas de espanhóis e muitas mais de índios. Há aqui bons engenhos de açúcar, e colhe-se muito trigo e muitas outras coisas. Fica a vinte léguas de Lima. A duas léguas de Guaura estão as suas salinas, as mais famosas e boas que o mundo deve ter, que para todo ele dizem que pode dar sal. Nesta salina não entra água do mar, nem de rio, nem de fonte, nem outra que se possa saber. Assemelha-se a uma penha, de onde se corta o sal como pedras de uma pedreira, tanto quanto um negro possa levantar, e se leva em cavalgaduras ao porto de Guaura, que está aqui próximo e é um bom porto, e levam-no a Lima. E torna o sal a crescer e torna a mina a encher em poucos dias, como se se não houvesse cortado nada. Por aqui há grandíssimas planuras semelhantes a mares, onde, de longe, um homem parece tão grande como uma torre e um pássaro tão grande como um homem. Situa-se esta mina a dezoito léguas de Lima e a um tiro de mosquete do mar. Aqui se tomam dois caminhos: um pela praia do mar e outro pelas colinas, e ambos vão a Chancayllo, *estancias* onde há água. Adiante, está a vila de Chancay, que tem até cem casas de espanhóis e muitas de índios. Fica a nove léguas de Lima. Tem rio com ponte de pedra, e, por ele acima, muitas *estancias* e *chácaras* de açúcar, trigo, milho, algum vinho, muitas frutas, aves, lenha e gado, que vai tudo para Lima. Depois, passando o rio de Chancay, sobe-se à serra de la Arena, que é uma subida de areia miúda de uma légua, e a serra tem quatro. Em seguida, desce-se para Llancón, num caminho que faz o mar a cinco léguas de Lima, onde há muitos pescadores com seus barcos, e pescam muitos peixes, o qual se leva a Lima. Daqui entra-se pelos campos de Carabayllo e passa-se a vau o rio com o seu nome, a duas léguas de Lima. Tem este rio, perto do mar, uma *estancia* de éguas e mulas muito boas. Aqui nesta *estancia* e pela serra da areia, sói haver negros cimarrões<sup>32</sup>, que são os que fogem a seus amos pelos maus tratos que lhes fazem, ou porque são ladrões e velhacos. Com isto, disse o que sei desta Província Inferior, assim das planícies como da serra, e o dito é o mais principal e a substância de toda ela. Todo o Peru se reparte em duas províncias: Inferior, que é aquela de que temos tratado, e Superior, que é a de cima, a mais rica e melhor. Agora resta dizer de Guanuco de los Caballeros, para concluir a província de baixo e parte da serra, posto que, pelas partes referidas da serra, se vão fazendo algumas expedições com gente de guerra nos Andes, sempre descobrindo

---

<sup>32</sup> Designação atribuída aos escravos de origem africana que se haviam rebelado e fugido. Era frequente estes viverem em comunidades organizadas conhecidas como *palenques*.

índios e conquistando-os. A coca não se colhe por estas bandas, mas sim nas cercanias da cidade de Cusco e Collao, de que tratarei em seu lugar.

Guanuco de los Caballeros é uma vila de trezentas casas de espanhóis, e tem muitos índios e negros. Tem *corregidor* que a governa, mosteiro de frades e monjas e teatinos, e boas casas de cavaleiros. É terra aprazível, do melhor clima que se encontra em todo o Peru. Nos jardins e árvores desta terra encontra-se sempre fruta, porque ordinariamente têm flores e fruta verde e madura, é coisa admirável e de muita consideração que em todos os tempos e meses do ano se encontre fruta madura e sazoadada nestas árvores, particularmente figos, maçãs e marmelos. Aqui se faz doce de abóbora, transparente como cristal, e talhadas tão grandes como telhas. E colhe-se muito açúcar, trigo, milho e outras coisas nesta linda e aprazível terra. Na sua comarca há muitos lugares de índios e uma mina de prata, embora pobre. Situa-se esta cidade a quarenta léguas de Lima, e corre junto a ela o rio Maranhão. Este poderoso (rio) nasce a dezasseis léguas de Lima, numas montanhas a que chamam Bombom, onde pastam muitos carneiros, que são levados a Lima. Aqui se acham as fontes deste famoso rio, que daqui passa ao vale de Xauxa e corre até perto da cidade de Guamanga, e vai recolhendo todos os rios destas altas montanhas, correndo para oriente, e torna a virar para ocidente e volta a passar por junto desta cidade de Guanuco de los Caballeros, que é um paraíso terreal, tanto é alegre e viçosa e regalada.

Mina de prata

*Descrição de Lima, comumente chamada Cidade dos Reis, porque foi ganha no Dia de Reis, a seis de Janeiro*<sup>33</sup>

Cidade dos Reis é cabeça de todo o Reino do Peru, e é assento e corte de vice-reis. Aqui se encontra a Audiência Real e aqui vive o arcebispo, que é este um arcebispado grande e rico<sup>34</sup>. Aqui está a Inquisição, tão temida e aborrecida de todas as gentes<sup>35</sup>. Aqui assistem os prelados

<sup>33</sup> Esta designação decorre da data da fundação da mesma, como o autor refere. No entanto, é considerado que o dia 6 de Janeiro (Dia de Reis) terá sido o dia da decisão da criação da cidade, que apenas terá sido oficialmente fundada dias mais tarde, a 18 de Janeiro.

<sup>34</sup> Apesar de, logo em 1504, o papa Júlio II ter decretado a criação de uma arquidiocese nas possessões americanas da Coroa de Castela, a mesma nunca chegou a existir por oposição do monarca. Apenas alguns anos mais tarde foram efectivamente criadas três dioceses *indianas*, todas na dependência da Arquidiocese de Sevilha. Durante toda a primeira metade do século XVI assistiu-se à multiplicação de novos bispados na América espanhola. Em 1546, são fundadas as arquidioceses de Lima, Santo Domingo e México, sendo colocadas sobre a sua jurisdição todos os bispados entretanto criados, em detrimento de Sevilha. Até à data em que o texto foi escrito foram ainda fundadas as arquidioceses de La Plata (Charcas) e a de Santa Fé de Bogotá, para além de se terem verificado algumas alterações nas já existentes.

<sup>35</sup> As Inquisições do México e do Peru foram criadas por decreto real em 1569. A cerimónia de estabelecimento no Peru decorreu em Janeiro do ano seguinte. Os índios

das quatro ordens mendicantes, que são dominicanos, franciscanos, agostinhos e mercedários, não entraram outros no Peru, nem El-Rei deu licença. Aqui moram oficiais de El-Rei, tesoureiros e contadores reais. Aqui ocorrem todos os ofícios e cargos principais do reino. Aqui assiste o Correio Maior de todas as Índias<sup>36</sup>. Aqui há tribunal de Consulado de Mercadores<sup>37</sup> e muitas e abastadas casas de cavaleiros feudatários, *encomenderos*, vizinhos, senhores de *encomiendas* de índios<sup>38</sup>, que apenas aos senhores que têm renda de índios chamam *vecinos*, e não a outros quaisquer, pois aos mais que vivem na cidade chamam habitantes<sup>39</sup>. Situa-se

---

estavam fora da sua jurisdição, sendo que, entre os casos julgados pelo Tribunal de Lima se encontravam, principalmente, acusações de ofensa ao dogma cristão, bigamia e práticas judaizantes (por esta ordem). No entanto, entre os condenados à morte predominavam as acusações por práticas judaizantes.

<sup>36</sup> Criado em 1514, o *Correo Mayor de las Indias y de las Islas y Tierra-Firme del Mar Océano descubiertas y por descubrir* foi outorgado a Don Lorenzo Galíndez Carvajal de forma vitalícia. A este competia assegurar a troca de correspondência entre as várias colônias e entre estas e o centro da monarquia. Tanto este como os seus descendentes foram responsáveis pelo estabelecimento de algumas das principais rotas de troca de correspondência, embora em alguns casos subcontratassem terceiros para desempenhar o serviço. A concessão deste privilégio duraria até à chegada ao trono dos Bourbons, altura em que se procurou fazer regressar à Coroa a responsabilidade pelos Correios.

<sup>37</sup> Embora criado em 1593, apenas no ano de 1613 este começou efectivamente a funcionar em Lima. Baseado no modelo de instituições semelhantes existentes em Sevilha e no México, entre outros locais, este tribunal tinha por objectivo a resolução de diferendos de cariz comercial entre os mercadores da capital do vice-reino. Além de um conjunto mais vasto de atribuições, importa destacar o facto de este ter representado um pólo de poder em torno do qual os comerciantes limenhos se organizaram, enfrentando assim os interesses de corporações mercantis de outros locais, especialmente de Sevilha.

<sup>38</sup> A *encomienda* na América consistia na concessão pela Coroa de contingentes de população autóctone aos conquistadores e seus descendentes, aos quais se dava o título de *encomendero* ou *encomendera*, embora houvesse casos de indivíduos a quem se atribuíam estas mercês que nunca haviam saído da península. Estes estavam habilitados a receber o tributo indígena em nome da Coroa e usufruir do trabalho dos *indios repartidos*. Em contrapartida, deveriam oferecer protecção a estes indígenas, ensinar-lhes castelhano e a doutrina cristã e pagar salário pelo trabalho que estes realizassem.

<sup>39</sup> A condição de *vecino* no mundo hispânico implicava diferentes direitos e obrigações. São exemplo de deveres a necessidade de residir na comunidade, a contribuição para o pagamento de obras públicas e a disponibilidade para servir na milícia. Entre os privilégios podem ser considerados a utilização da propriedade comunal e a participação na eleição do *cabildo*. Apesar da aparente universalidade do conceito, a condição de *vecino* adquiriu significados diferentes na península e nas Américas, como têm demonstrado os trabalhos de Tamar Herzog (*Defining Nations: Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America*, New Haven, Yale University Press, 2003). Identificam-se ainda algumas especificidades locais nos territórios ultramarinos, como no caso de Lima, onde se distingue entre *vecino encomendero* e *simple vecino* (ou *caballeros sin indios*). Parece ser esta a distinção apresentada pelo autor quando refere que apenas os *encomenderos de indios* tinham acesso à *vecindad*, o que nos leva a pensar que eram os primeiros que detinham maior reconhecimento social no seio da comunidade. Como a mesma autora refere, era uma especificidade limenha o facto de ser o vice-rei a e não a comunidade local a definir quem era *vecino*. Sobre as suas atribuições e capacidade de concessão de mercês trataremos mais adiante.

Lima a doze graus e dois terços a sul. A sua traça e repartimento desta cidade está toda dividida em quarteirões de cento e quarenta passos de homem, cada um. Todos se andam à volta, e em todas as quatro partes têm uma medida e igualdade. Todas as ruas têm uma mesma largura, e todas se encaminham direitas ao campo, sem fazer volta nem esquinas. Estão postas de oriente a ocidente, e de norte a sul. De oriente a ocidente, tem a cidade vinte e dois quarteirões, de norte a sul catorze. Passa um rio muito grande e de muito forte corrente perto da cidade, do lado do norte, e tem uma sólida ponte de pedra, construída em tempo do Marquês de Montes Claros, vice-rei do Peru<sup>40</sup>. Este rio e esta ponte estão no meio de Lima, no bairro da cidade que se chama San Lázaro<sup>41</sup>, que é povoação somente este bairro ou arrabalde de mais de seiscentas casas, divididas também em quarteirões. Lima tem, a oriente, o *cercado* dos índios<sup>42</sup>, que é povoação de oitocentos vizinhos. Todos estes índios são ricos e ladinos. Por ladinos entende-se que sabem falar espanhol. Chama-se *cercado* porque tudo em seu torno está vedado por um muro feito de terra, que se fecha de noite com suas portas. Todos estes índios têm jardins dentro de suas casas, com água que corre do rio. Dentro deste *cercado*, os padres jesuítas, que doutrinam e ensinam os índios, têm uma rica e boa casa e igreja. Este *cercado* é um lugar de índios, que se divide da cidade. Tem seu *corregidor*; e deste *corregimiento* são todos os lugares de índios que se encontram na comarca de Lima, conforme iremos referindo nesta história.

Na Chancelaria ou Audiência Real de Lima assistem, pelo menos, oito *oidores*, quatro *alcaldes de corte*, dois fiscais, um do crime, outro do civil, secretários, relatores e todos os mais ofícios convenientes. O vice-rei preside aos negócios mais importantes. Há um secretário de governo com quem o vice-rei despacha todos os cargos e ofícios que provê. O vice-rei tem dois secretários que ele mesmo nomeia, cujo officio dura o tempo

---

<sup>40</sup> Juan de Mendonza y Luna (1571-1628) foi o 3.º Marquês de Montes Claros. Foi vice-rei da Nova Espanha entre 1603 e 1607, ano em que foi nomeado vice-rei do Peru, cargo que ocupou até 1615. É habitualmente associado às obras e alterações urbanísticas que promoveu em Lima, das quais a referida ponte de pedra é um exemplo. Alguma historiografia tem ainda enfatizado a ideia de que este teria combatido e denunciado a excessiva riqueza das ordens religiosas na região.

<sup>41</sup> Inicialmente a área que se veio a denominar bairro de San Lazaro era ocupada por um grupo de índios *yunga* dedicados à pesca. Em 1563, um grupo de escravos com lepra foi enviado para esta zona, criando-se então a paróquia de San Lazaro. Este acabou por se tornar um bairro de população negra, índia e mestiça, apesar das tentativas de transferir os índios para o *cercado* de Lima.

<sup>42</sup> O *cercado* era uma *reducción de indios* situada nos arredores da cidade de Lima onde se agrupou a população indígena dispersa. Criada em 1571, esta tinha, tal como as restantes, o intuito de, por um lado, proteger e evangelizar e, por outro, controlar e evitar sublevações e outro tipo de contestação por parte da população nativa, de que são exemplo os conflitos verificados em San Lazaro. O autor faz ainda menção à presença de jesuítas, situação que reflecte a prática recorrente de atribuir a uma ordem religiosa a responsabilidade pela doutrinação nas *reducciones* e *pueblos de indios*, neste caso à Companhia de Jesus.

do mandado do vice-rei que os nomeia, pois que cada um que entra no governo do reino nomeia secretários novos. Com eles despacha todos os seus negócios. Um dos secretários é da Província Inferior, que é a de Quito, e o outro da Província Superior, que é a das Charcas.

No centro de Lima está a sua Praça Maior. Nesta praça, fica o palácio, que está do lado sul, e, do lado do norte do palácio, passa o rio. Nestes palácios, que são muito bons, vive o vice-rei, tem dois pátios grandes. Num deles, que fica a oriente, estão todas as salas e tribunais onde se despacham os pleitos e se consultam todas as coisas e se julgam todas as causas, assim criminais como cíveis. Aqui têm os *oidores* e *alcaldes de corte* suas salas e tribunais, onde presidem. Aqui estão os tesoureiros e contadores e o Tribunal do Consulado de Mercadores. Aqui têm seus escritórios todos os secretários destes ofícios de palácio. Todas estas salas comunicam com a praça. No pátio a ocidente encontram-se as caixas reais, onde entra o ouro e a prata de El-Rei<sup>43</sup>. Pelo outro lado, que comunica com estas caixas reais, está a capela do palácio, onde dizem missa ao vice-rei e demais senhores. Sobre a capela e caixas reais há um passadiço por onde passa o vice-rei às salas e tribunais que comunicam com a praça. Neste pátio a ocidente há umas escadas muito largas, por onde se sobe ao quarto do vice-rei e da vice-rainha. Aqui tem o vice-rei sua guarda, que são trinta alabardeiros, e sempre aqui tem algumas peças de artilharia e alguns pedreiros. Defronte das caixas reais há uma porta, a ocidente, por onde se entra neste pátio. Nesta esquina do palácio, que dá para a praça e corresponde com as Casas *del Cabildo*<sup>44</sup>, nesta esquina está a Casa de Armas, que ali se têm para armar as gentes da cidade quando seja mister tomar armas, e há toda a sorte de armas. Desta Casa de Armas e esquina da praça sai uma rua, que não tem de comprimento mais de um quarteirão, direita ao rio e à ponte. Em meio do palácio há um jardim. Por detrás do palácio, da parte do rio, estão casas de criados do vice-rei. E, na

Artilharia

Casa de  
Armas

<sup>43</sup> As Caixas Reais recolhiam o dinheiro proveniente de impostos e outras contribuições económicas na sua jurisdição. No início do século xvii existiam no Peru dezanove Caixas Reais. Exceptuando a parte correspondente ao Rei, a restante (a maior parte no século xvii) custeava a manutenção do império. Para além de fortemente guardadas, estas tinham ainda a particularidade de ter de ser abertas por mais do que uma chave, variando o número de chaves de local para local (em Lima e Potosí eram três e nas restantes cidades do vice-reino apenas duas).

<sup>44</sup> O *cabildo* era o órgão local de governo dos municípios, cuja implantação na América hispânica seguiu, em grande medida, o modelo castelhano. Apesar de, no plano teórico, o mesmo ser entendido como o representante da comunidade, o mesmo não significa que este tivesse efectivamente um carácter «popular». A historiografia tem alertado para a forma como este era controlado pelas oligarquias urbanas que viam no *cabildo* um garante do seu poder e um modo privilegiado de negociação com a Coroa. As casas mencionadas no texto eram um dos mais importantes edifícios das cidades. Nestas reuniam-se os *cabildantes*, em sessões que, podendo ser fechadas (as mais frequentes) ou abertas a alguns *vecinos* convidados, eram o espaço mais importante de discussão e tomada de decisões relativas à gestão do município.

esquina que comunica com os açougues e as casas de Dom Francisco de la Cueva, encontra-se a prisão da corte, que foi construída em tempo do Marquês de Montes Claros. Desta prisão à praça há outra rua, e, a meio, para entrar no paço, uma porta, que fica a oriente. E nesta esquina da praça, que comunica com as casas do arcebispo, estão a sala e Tribunal dos *alcaldes de corte*, que é do crime. Todo o palácio anda em redondo por todas as quatro fachadas. Nele vivem alguns criados do vice-rei, e todos são ricos e poderosos. E dentro do paço há mui grandes riquezas.

O vice-rei nomeia o capitão da sua guarda, o maior amigo e privado que tem, e o capitão nomeia o seu tenente. O vice-rei nomeia ainda o general de Callao e Terra, e sempre dá este cargo a um filho ou sobrinho ou ao parente mais próximo, pois é o melhor cargo que há em Lima depois de vice-rei. O vice-rei concede cargos de mordomos, mestres-sala, gentis-homens da sua câmara e outros ofícios, que todos quantos ele dá e há no paço são de grande proveito<sup>45</sup>. Servem sempre de pajens do vice-rei os filhos dos senhores mais ricos e maiores do Peru. O vice-rei nomeia um confessor, com quem se confessa. Eu conheci o frade Pedro Ramírez, da Ordem dos frades agostinhos, que foi confessor do de Montes Claros, e que trouxe a Sevilha trezentas barras, que valem todas juntamente trezentos mil pesos correntes, e o companheiro deste confessor, que também se chamava frei Pedro, trouxe cinquenta. Estes são os que melhor se aproveitam no Peru, os que melhor sabem furtar, em bom romance. O vice-rei pode dar rendas e *encomiendas* de índios, e dá-as a quem as merece ou lhe parece, por vidas ou perpétuas<sup>46</sup>. Concede mais de cem *corregimientos*; estes *corregimientos* dão-se por dois anos, e alguns por três, fora os que provê El-Rei, que são por seis anos. E há *corregimientos* que, em três anos, rendem cem mil pesos<sup>47</sup>.

Barras de  
prata

<sup>45</sup> A capacidade do vice-rei distribuir cargos e mercês fez com que, em seu redor, se constituísse uma verdadeira corte, composta pelos *criollos* que, em retribuição dos seus serviços ou dos seus antepassados, esperavam que estes lhes fossem concedidos. Sendo esta uma competência do monarca que, pela distância, se via obrigado a delegá-la, o seu exercício contribuiu para que a figura do vice-rei adquirisse um especial simbolismo, bem patente nas cerimónias em que participava. O melhor exemplo seriam as entradas em Lima após a sua nomeação, para as quais se construíam efémeras barrocas ornamentações, como os muitos conhecidos arcos triunfais que exaltavam a figura do novo governante. A recorrência com que estes cargos eram atribuídos a parentes e criados do vice-rei, e não a *criollos*, fez com que, como explica Eduardo Torres Arancivia, se tivessem publicado várias cédulas reais que recordavam a proibição desta prática (*Corte de Virreyes: el entorno del poder en el Perú del siglo XVII*, Lima, PUCP, 2006).

<sup>46</sup> As *encomiendas* podiam ser atribuídas de forma perpétua ao agraciado e seus sucessores ou num determinado número de vidas, habitualmente duas, ou seja, no beneficiário e seu sucesor imediato. As primeiras eram concedidas essencialmente na primeira fase da colonização, pese embora o facto de posteriormente a Coroa ter voltado a concedê-las em períodos de maior necessidade financeira ou quando as circunstâncias o aconselhavam.

<sup>47</sup> Os *corregimientos* eram dos ofícios mais procurados pelas avultadas rendas que, directa e indirectamente, proporcionavam. Ver nota 15.

Em todos estes *corregimientos* há caixas reais, em algumas das quais estão depositados cem mil pesos, não baixando a que menos tem de vinte mil. Todo o dinheiro destas caixas entra em poder dos *corregidores*, e todos dão fianças boas e abonadas de que não tocarão neste dinheiro nem tratarão com ele, porque estas caixas reais são depósito para necessidades do reino e dos índios. Porém, tratam os *corregidores* com estes dinheiros, e com seus tratos se fazem ricos. Porque de salário não têm mais de oitocentos pesos ensaiados, excepto alguns *corregimientos* particulares.

O vice-rei provê e dá protectores de índios<sup>48</sup> e aguazis de minas, e dá índios e mercúrio a todos os mineiros, senhores de minas. Pagam aos índios que trabalham nas minas, cada dia, quatro reais, e um mais para que comam, e, por *quintal* de mercúrio, pagam trinta e cinco pesos ensaiados. Não podem os senhores que têm minas de mercúrio vendê-lo senão a El-Rei, sob pena de perderem seus bens, nem pode ninguém, em todo o reino, negociar em mercúrio fora El-Rei<sup>49</sup>. O vice-rei provê visitadores que vão pelo reino visitar os *corregidores* e *obrajes* e minas e todos os demais ofícios, e a desagrar os índios. Mas todos vão forrados quando partem, pois aquele que menos rouba se tem por mais apoucado, e o que mais rouba se tem pelo melhor e mais honrado. Tem o vice-rei outros muitos cargos que dá e de que faz mercê a quem ele quer. Tem tributos vagos, que são rendas de pessoas que morreram, que voltam ao poder de El-Rei; entram estas rendas nas caixas reais, e delas pode dar o vice-rei dinheiro a quem queira, e dá-o a muitos netos de conquistadores e a cavaleiros pobres, que nunca faltam em Lima.

### *Prossegue a traça da Praça Maior de Lima*

Por outro lado da praça, da banda do oriente, situam-se as casas do arcebispo e a igreja maior, que é igreja catedral e que foi erguida pela traça da igreja maior de Sevilha. As portas principais dão para a praça, são três e têm, em ambas as esquinas, duas torres feitas de tijolos, fortes e altas, onde estão os sinos. A parte a sul tem outra porta, e diante desta porta há outra grande praça, que é o cemitério da igreja. Nesta praça celebram muitas festas das suas devoções. Há outra porta a oriente. A norte estão as casas do arcebispo. Tem muitas capelas e muitas riquezas de

---

<sup>48</sup> Eram oficiais nomeados para assistir os índios nas suas queixas e reclamações e faziam chegar, caso considerassem necessário, estes diferendos às *audiencias*. Apesar de o autor referir que a sua nomeação cabia ao vice-rei, estão identificados casos em que esta era uma atribuição do *cabildo* municipal.

<sup>49</sup> A utilização do mercúrio permitia a obtenção da prata pura a partir do mineral extraído nas minas. Em 1563, descobriu-se a mina de mercúrio de Huancavelica que passou a abastecer todo o vice-reino do Peru. O mercúrio era um monopólio real, podendo apenas ser comprado ao rei e por um valor fixo.

ouro e prata lavrada dentro de si, e o mesmo casas do arcebispo. Eu conheci um homem que se chamava Monterio e pedia esmola para as almas que estão no fogo do purgatório, e todos os anos juntava, destas esmolas, de dezoito a vinte e dois mil pesos, por conta e assento de livros. O arcebispo de Los Reyes tem de renda trinta mil pesos ensaiados<sup>50</sup> cada ano, os cónegos e prebendados, de cinco a seis mil e em alguns anos mais, raçoeiros dois mil, padres, oitocentos, muitos outros comem renda desta igreja maior, e há alguns cónegos que têm trezentos mil pesos.

O vice-rei tem quarenta mil pesos ensaiados todos os anos, e, quando vai a Callao despachar a armada para Terra Firme, dão-lhe três mil pesos ensaiados, e, se vai a algum negócio de importância pelo reino, dão-lhe dez mil pesos ensaiados para ajuda de custas. O general de Callao e Mar e o capitão da guarda do vice-rei, *oidores*, *alcaldes de corte*, inquisidores-gerais, mestres de campo, todos estes têm três mil pesos ensaiados de renda por ano, tesoureiros e contadores dois mil. Todos são ricos e poderosos, todos gastam como príncipes, e são temidos e venerados.

Na banda sul da praça há muitas lojas de mercadores e chapeleiros. Em meio deste quarteirão está o beco dos chapeleiros, que dá para a praça, e a rua dos ourives. Todo este beco é uma rua estreita, pejada de lojas de mercadores, onde há grandes riquezas. Vão estes portais até às que chamam as quatro ruas de mercadores, porque aqui se reúnem a tratar de seus negócios e mercadorias. Dobrando a quarta fachada da praça, a ocidente, são tudo portais. Abaixo deles estão os escritórios e ofícios de escrivães e secretários da cidade, algumas lojas de luveiros, e, ao fim, as Casas *del Cabildo*, e, abaixo, o cárcere da cidade. Estas Casas *del Cabildo* comunicam com a Casa de Armas, que fica no palácio. No centro da praça há uma fonte de água que verte sobre uma grande taça de pedra.

Mosteiros

Lima tem quinze mosteiros de frades e monjas e teatinos. Tem quatro hospitais onde se recolhem pobres e se curam enfermos de todos os males. Tem seis paróquias e muitas outras igrejas de suas devoções. Tem três colégios e uma casa de caridade para recolher mulheres e donzelas pobres, de onde saem todos os anos, a quinze de Agosto, algumas donzelas para casar. A parte mais alta da cidade fica a oriente. Por aqui correm duas grandes acéguas de águas claras que saem do rio. Com esta água moem os moinhos que há dentro da cidade, e conduzem-na para o interior de todas as casas e quarteirões, que por todas, em geral, se

<sup>50</sup> Moeda imaginária muito utilizado no vice-reino do Peru que era habitualmente denominada «peso de minas». Não tendo sido uma moeda cunhada, o peso ensaiado correspondia a um valor (450 maravedis) com que normalmente se quantificavam as barras de ouro e prata fundidas que, antes do início da cunhagem de moeda na América, eram utilizados em grande parte das transacções. De referir ainda que, mesmo após a criação de Casas de Moeda no Peru e da cunhagem de moedas, os pesos ensaiados mantiveram-se regularmente utilizados.

reparte a água. E há um alcaide de águas, que é um bom cargo, que tem a função de repartir a água, assim na cidade como fora dela, no campo.

Todas as casas de Lima têm pátios e currais, que servem para se guardar neles as bestas, as aves e todo o serviço da casa. E nestes currais estão os ranchos onde dormem os negros, que sempre se situam nas traseiras das casas. Por aqui corre a água, e a maioria das casas tem jardins que se regam com água destas acequias. E todas as casas têm nos pátios muitos vasos de cravos, goiveiros, alfavacas, hortelã silvestre, que se emaranham nas janelas, rosas e outras mil formosas flores, aromáticas e agradáveis à vista. As damas *criollas*<sup>51</sup> têm nas janelas uma erva a que chamam *congona*, dentro de lindos vasos. Esta erva é a coisa que elas mais estimam e guardam, as suas folhas sabem a cravo-da-índia, a sua virtude só as galhardas damas *criollas* alcançam.

Acéquias de  
água  
Casas  
Mulheres

As *criollas* de Lima e de todas as planícies do Peru são as mulheres mais formosas e de mais linda cintura que tem o mundo, são discretas, de lindo brio, airosas, galhardas, falam desenfadadamente, com boa graça, são limpas, curiosas, desenvoltas para trabalhar, lavram lindos labores, fazem bem qualquer tipo de comida, para tudo têm graça. Vestem-se galharda e custosamente, todas em geral vestem seda e mui ricos tecidos e veludos de ouro e prata fina. Têm correntes de ouro grosso, feixes de pérolas, anéis, gargantilhas, sortilhas de diamantes, rubis, esmeraldas, ametistas e outras pedras de valor e de estima. Têm cadeirinhas, em que são transportadas pelos negros quando vão à missa e às suas visitas. E têm carruagens ricas e muito boas, mulas e cavalos que as puxam e cocheiros negros que as conduzem. Em conclusão, as senhoras de Lima gozam de um paraíso neste mundo, pois Lima tem o melhor tempo, que nele sabe-se pois se sabe o dia que há-de fazer amanhã.

Se as mulheres são formosas e galhardas, os homens são galantes e bizarros. Todos, em geral, usam boas roupas de seda, finos panos de Segóvia e golas ricas com pontas custosas da Flandres, todos calçam meias de seda. São discretos, afáveis e bem-criados, observam muito a lei da cortesia. Quase todos são mercadores, tão hábeis em toda a sorte de mercancia, que não se conhece outros que saibam mais que eles. Os *criollos* são muito enamorados e gastadores. Sabem mais de mentir do que de coragem. É seu atributo mui próprio serem trapaceiros. São muito aficionados a tratar com negras, como elas os criam a todos ao peito, são-lhes mais afeiçoados do que às espanholas. São pródigos no gastar, gastando sem conta nem razão. Todos jactam de grande nobreza, não havendo nenhum que se não tenha por cavaleiro e todos andam

Homens

*Criollos*

<sup>51</sup> Tendo a palavra outros significados na actualidade, na América espanhola designava quem, tendo nascido neste continente, era filho de indivíduos de origem europeia. No início da colonização, esta designação era frequentemente utilizada de forma pejorativa pelos peninsulares, no sentido de vincar a diferença em relação a si mesmos.

pela cidade a cavalo, afora alguns muito pobres, e, sempre que saem da cidade, percurso longo ou curto, havendo de dormir fora de suas casas, todos levam boas mulas e suas camas dentro de um almofreixe, e louças e todas as coisas pertencentes ao seu serviço, bem como negros ou índios que os sirvam.

Negros

Dizem que Lima tem quarenta mil escravos negros, entre eles há alguns livres, posto que poucos. As mulheres, todas na sua maioria, servem na cidade, e muitos negros, e alguns alugam-nos e pagam, cada dia, quatro reais a seus amos. Grande multidão destes negros trabalha no campo, ocupada na sua agricultura. Os negros são mais fortes que os espanhóis, que como sempre se exercitam em trabalhar são mais rócios. Os espanhóis sempre folgam, e o seu trato não é de força, são muito delicados e para pouco trabalho. Estão sempre temerosos de que os negros se levantem, pelo que se lhes não permite que tragam armas. A alguns negros de *oidores* e capitães e outros ministros de justiça permite-se que tragam espada, e aos negros que vão à lenha no monte e à erva no campo e aos arrieiros consente-lhes uma faca. Qualquer outro negro que seja achado com uma faca ou outro género de arma é açoitado. O que mais assegura a cidade que não se levantem os negros é serem eles de muitas nações e castas, de jeito que quase todos são inimigos uns dos outros, e nunca chegam a acordo. Tem-se grande cuidado com eles e são castigados por qualquer delito rigorosamente.

Índios

Para além dos índios do *cercado*, vivem na cidade muitos outros. Os mais deles são oficiais alfaiates, sapateiros, ourives e de outros ofícios, porque aprendem facilmente qualquer ofício. São bons escrivães e muitos tocam bem qualquer instrumento, servindo como músicos em suas igrejas.

Casas

A maioria das casas de Lima são baixas, não têm mais que o piso térreo e o telhado de cima, que é feito<sup>52</sup> e sobre as vigas uma esteira, tecida de uma cana brava que abunda nas planícies, sobre ela põe-se um pouco de estrume ou uma camada de barro, e nalgumas casas põem-se tábuas bem trabalhadas. As paredes são feitas de adobe de terra crua. Na praça e rua de mercadores e outras ruas perto da praça, são de um sobrado de altura as casas, as portas e as janelas são de pedra ou de tijolo. Têm muito lindas varandas e boas portas. Por fora têm pouca traça, e por dentro são muito bem traçadas, muito curiosas e todas grandes. Como não chove não têm telhados, e assim são tão planos os seus cimos que sobre todas se poderia caminhar e passar de umas para as outras, as de cada quarteirão por si, entenda-se, pois que todas as ruas são muito amplas e direitas e empedradas, afora a meio, que não tem pedras, por mor das carruagens e bestas que caminham nelas.

<sup>52</sup> No original «feito», possível lusitanismo.

*A gente de guerra e toda a outra gente branca que tem Lima, contando com clérigos e frades e todo o tipo de gente que nela habita*

Toda a cidade tem oito capitães de infantaria. Cada companhia destas tem cento e cinquenta homens. De cavalaria, tem seiscentos homens. E, assim os da infantaria como os de cavalaria, entenda-se que não são soldados assalariados, porque a cidade não tem presídio nem gente de guarnição, nem paga. Os peões são mercadores, sapateiros, alfaiates e de outros ofícios. Os cavaleiros são arrieiros e *chacareros* (que, em nome espanhol, são *labradores*), mordomos de *chácaras* e *estancias*, e de outros ofícios, que não são gente tão boa como os peões. A cidade tem, ademais, cem cavaleiros, a que chamam vizinhos, porque a maioria deles tem rendas que os índios lhe pagam. Vinte e quatro são os regedores<sup>53</sup> da cidade, que entram na conta dos cem fidalgos, porque todos os regedores o são e são os mais principais, porquanto são eles o governo da cidade. De frades, clérigos, colegiais, estudantes, letrados e gente forasteira, haverá, ademais, duas mil e quinhentas pessoas. Há uma companhia de gentis-homens de lanças e outra de arcabuzes. Estas duas são permanentes porque fizeram algum serviço a El-Rei, e dão-lhes uma praça de lança, e mais oitocentos pesos ensaiados de renda por ano. Esta companhia tem o seu capitão, com três mil pesos de renda anual. Aos de lanças e arcabuzes, que têm quatrocentos, juntamente com seu capitão, pagam-lhes mal, contudo aos capitães pagam-lhes quando pedem. Estas duas companhias têm, cada uma, cem homens, com suas armas e cavalos. São para guarda do reino, e acompanham o vice-rei quando sai da cidade e têm muitos privilégios.

Esta é a gente branca que Lima tem. E bem entendo que digo antes a mais do que a menos, porque vi as matrículas e nunca houve tanta quantidade de homens<sup>54</sup>. As mulheres são sempre o dobro, visto que não fazem viagens por mar nem por terra, nem vão à guerra, pelo que se conservam melhor e vivem mais.

<sup>53</sup> Oficiais dos *cabildos* municipais responsáveis pelo governo local. Estavam encarregues de assegurar o abastecimento da cidade, controlar preços, acompanhar o policiamento, etc. Em conjunto, com os *alcaldes ordinarios* (que tinham a cargo a justiça em primeira instância) e o *corregidor* (quando existia) formavam o *cabildo*. O seu número era variável, essencialmente em função da importância da cidade, o que explica que, só em Lima, existissem vinte e quatro, como refere o autor; número bem superior à maioria dos casos. Atribuídos, numa primeira fase, pelos fundadores da cidade, os cargos de *regidor* rapidamente se tornaram vitalícios e hereditários, contribuindo assim para que os mesmos fossem ocupados, como o é dito no texto, pelos fidalgos «mais principais» de cada terra. Numa fase posterior, a venda dos mesmos tornou-se prática comum, fazendo com que apenas os ocupasse quem tinha possibilidades económicas de o fazer.

<sup>54</sup> Provavelmente o autor está a referir-se a censos de homens disponíveis para integrar as milícias.

Os pesos ensaiados de El-Rei valem doze reais e meio, não sobem nem descem. Os pesos ensaiados dos mercadores valem treze reais e um quartilho. Estes pesos ensaiados são em barras, que no Peru não há tal moeda. A moeda que se cunha e corre no Peru e Terra Firme são oito reais, e quatro, dois, e um e meio. Pesos correntes são de nove reais. Também é conta de barras, que de marcos as reduzem a pesos ensaiados, e de ensaiados a correntes, e de correntes a oito reais, que é conta fácil.

Moeda

Pouco dados  
às armas

De jeito que Lima terá, de gente branca, quatro mil e seiscentos homens, e estes pouco destros nas armas, pois que o maior exercício que nelas têm é sair em alguns alardes que fazem pelas ruas da cidade e na praça maior, onde eu me encontrei no ano de seiscentos e quinze, houve alarde geral, onde entraram os oito capitães, cada um com a gente da sua companhia, e o vice-rei, com todos seus cavaleiros, que não chegaram, cavaleiros e soldados, a mil e trezentos homens. No domingo seguinte, vi a gente da Cavalaria, que toda se adornara mais de gala do que de bravura. E quanta gente tinha a cidade estava admirando este ensaio desta gente bisonha, que o mais que sabem manejar é um arcabuz: que mosquete, nem o gozam, nem o sabem disparar. Quando saem aos alardes, dão-lhes arcabuzes e lanças da armaria de El-Rei, que em suas casas não os têm.

*Propriedade e clima e temperança de Lima. Quando se colhem os frutos e outras coisas*

Já disse como Lima está a doze graus e dois terços a sul, e de Lima não se consegue ver o norte. É a cidade e todas as planícies a terra mais temperada que se pode desejar, porque sei o dia que há-de fazer amanhã, que se diz, porque se sabe, que não há-de chover nem fazer frio nem haver mudanças de tempo. Em nenhum sazão do ano faz frio nem os calores são tão grandes que, desde que o homem não saia ao sol, não lhe faz dano. Com a roupa que se põe sobre as camas, para as gentes se cobrirem, no primeiro dia do ano, podem passar sempre, porque nunca se sente frio nem calor de noite, nem velhos nem meninos têm necessidade de se chegar alguma vez ao lume. Os maiores calores do ano e os mais compridos dias são desde o começo de Dezembro até ao fim de Março. São os dias maiores desta terra de catorze horas, e os menores de não menos de doze, pelo que as noites nunca são fastidiosas nesta cidade.

O trigo ceifa-se pelos meses de Dezembro e Janeiro. E neste tempo estão maduras e tragáveis todas as frutas de Castela que em Lima há. Dizem-se frutas de Castela, porque no Peru não havia nenhuma fruta, nem vinho, nem trigo, nem coisas das que há em Espanha, levaram os espanhóis todas as plantas e plantaram tudo quanto tem o Reino do Peru nestas nossas partes. Sempre em vinte e cinco de Dezembro há uvas frescas

em Lima, de jeito que a vinte e seis, segundo dia do Natal, dá o vice-rei de comer à Audiência e sempre para este banquete há uvas e outras frutas colhidas das árvores. Pelo mês de Abril corta-se a uva e vindima-se, por que se colha novo vinho, que o há bom nas planícies do Peru, conforme direi em seu lugar. Quando é Verão nas planícies, é Inverno na serra, e com as águas que chovem na serra se aumentam os rios que descem aos campos, regando-se toda a terra com grandes acéguas que saem destes rios. Com estas águas se semeia e colhe em abundância todas as coisas. Assim, todo o ano estão os campos verdes, pois nunca lhes falta água, e, no Inverno, há umas *guaruas*<sup>55</sup> que dissipam o pó.

As frutas que se criam no Peru, das que conhecemos em Espanha, são as seguintes: uvas muito boas, grande cópia de figos, pêssegos, nectarinas, muitas sortes de camoesas e maçãs, marmelos, romãs, damascos e pêras mouras, não há outras frutas de Castela no Peru. Também se criam hortaliças, repolhos e alfaces, as melhores que se podem encontrar, rábanos, escarola, borragens, nabos, alhos, cebolas, abóbora das grandes, de que se faz o doce de abóbora, outras abóboras amarelas a que chamam *zapallos*, de que há muita variedade, pepinos, favas, outros vegetais a que chamam *pallares*, melhores do que favas, que são a conhecida hortaliça de Espanha, e beringelas.

Frutas de  
Espanha

Começa o Inverno em Lima no princípio de Maio e dura até ao fim de Setembro. Pelos meses de Junho e Julho são os dias mais breves e têm doze horas. Nestes meses de Inverno, em particular nestes dois meses referidos, há umas neblinas muito densas, de tal modo que acontece estar-se quatro dias sem se ver o sol. Destilam elas uma espécie de chuva a que chamam *guarua*, que não é mais grossa que quando nesta terra há brumas, aquela brandura que sai delas. Com esta *guarua* criam-se pelas *lomas*, que são colinas que estão pelas planícies, erva muito alta e onde pascem os gados, fazendo-se mui nédios. E este é o tempo mais aprazível e melhor das planícies, em que amadurecem as frutas da terra.

Verão e  
Inverno

*Frutas e coisas que se criavam no Peru antes que ali chegassem os espanhóis. As suas qualidades e virtudes que têm.*

Olivais há muitos na jurisdição de Lima, e colhe-se azeitona maior do que a de Sevilha, e faz<sup>56</sup>-se azeite dela.

A bananeira é uma árvore cuja folha é tão alta como um homem, de uma alna de comprimento<sup>57</sup>. A fruta que dá é um cacho com algumas

Bananas

<sup>55</sup> *Garuas* na ortografia actual: espécie de chuva que praticamente não molha, típica de Lima, como o autor explicará mais à frente.

<sup>56</sup> «Faz» no original, possível lusitanismo.

<sup>57</sup> Antiga medida de comprimento equivalente a 1,20 metros.

centenas de bananas, pelo menos, que têm um terço de alna de comprimento e são grossas como o braço de um menino de oito anos, e redondas e são um pouco torcidas, em forma de arco, e de muito bom<sup>58</sup> gosto. A sua carne tem cor de manteiga amarela, e tão mole quando estão bem maduras. Estas árvores ou planta são cortadas assim que dão fruto e depois ao pé nascem outros muitos. E há cerrados e grandes bananais. São as árvores mais formosas e mais agradáveis à vista que o mundo tem, e sempre perpetuamente as há, sem nunca faltarem. Nestes bananais, por serem tão cerrados, escondem-se os negros cimarrões. Depois de cortada, esta árvore desfaz-se tudo em correias como correias de couro de boi, fortes e duras. Com elas atam a erva, o trigo, a lenha e outras coisas.

Abacates Os abacates são tão grandes como pêras, do seu feitio e muito maiores, porque há abacates que pesam mais de uma libra<sup>59</sup>. São como manteiga por dentro. O caroço que têm é tão grande como um ovo de galinha. Esta é fruta mui sadia e saborosa, e sempre a há, sem nunca faltar. As suas árvores são tão grandes como grandes pereiras e são as folhas do tamanho das suas.

Lucumas As *lucumas* são tão grandes como os abacates e do mesmo feitio, e, por dentro, da mesma cor do pêssego; por fora, são meio verdes e amarelos. Têm bom odor e dois caroços, que são aquilo a que chamamos castanhas das Índias<sup>60</sup>. É fruta que nunca falta.

Pepinos da terra Dos pepinos do Peru semeiam-se grandes campos. Criam-se nuns arbustos pequenos como aqueles em que se criam as beringelas. Estes pepinos são a fruta de que há maior abundância em Lima, e em todo o tempo, sem nunca faltar, os há. O seu feitio é a modo de um ovo grande e estreito nas pontas, mas são maiores e de cores diversas, mui saborosos e são, e tiram muito a sede; são baratos e há deles grande abundância.

Batata-doce É a batata-doce o que nós chamamos batata. Há muitas e muito grandes, doces e baratas, e continuamente os campos estão cheios delas.

Iúcas As iúcas<sup>61</sup> são aquilo de que se faz o *casabe*, do qual, diz-se, se produz a farinha de pão. Cria-se debaixo da terra uma raiz branca, longa como cenoura, e sai dela uma cana alta. Comem-se assadas e cozidas, e faz-se delas uns bolos delgados que, postos em caldo gordo de carne, crescem como arroz. Sempre as há.

Batatas As batatas semeiam-se e criam-se debaixo da terra. São da cor da mesma terra, terra avermelhada, do tamanho de maçãs e igualmente

<sup>58</sup> «Bom» no original, possível lusitanismo.

<sup>59</sup> Medida de massa correspondente a 0,4536 quilogramas.

<sup>60</sup> A *lucuma*, uma fruta nativa do mundo andino, é identificada no texto como castanha-das-índias, uma espécie do género *aesculus* que não tem nenhuma relação com a *lucuma*. No entanto, o caroço deste fruto assemelha-se muito a uma castanha, o que pode explicar a relação estabelecida pelo autor.

<sup>61</sup> A iúca é utilizada como árvore de decoração na Europa. Na América Latina, o seu tubérculo é consumido habitualmente na alimentação.

redondas. Comem-se cozidas e assadas, e nuns *locros*<sup>62</sup> que se fazem com elas, milho e outras coisas. Secam-nas como castanhas e fazem delas *chuno*<sup>63</sup>, da qual se confeccionam mezinhas para os doentes e gentes regaladas. Sempre se encontram verdes e secas, e são mui sadias e de grande sustento.

As goiabas são uma fruta que se parece muito com a maçã, e a árvore parece-se com as árvores de maçãs. De muitas sortes as há. Têm sabor diferente das maçãs. As melhores são umas que se dizem do mato e outras que têm um ácido mui gostoso. Há delas muitas.

Goiabas

As *pacajes* são árvores tão grandes como o castanheiro, e a sua fruta é longa como a bainha de uma espada, com diferentes compartimentos; e, dentro tem uma fruta do tamanho de uma alna, branca como a neve e doce como açúcar.

*Pacajes*

Os ananases têm aparência semelhante à dos pinheiros na casca e na cor, a sua casca é mui tenra e molda-se com um cutelo. A sua comida é mui saborosa. Fazem-na em talhadas redondas e põem-na em água com sal, e depois comem-na, tem o gosto como de boas ginja. E fazem com elas ricas conservas, em particular em Havana, onde há muitas.

Ananases

De ameixas há duas espécies, umas a que chamam da Nicarágua, que são amarelas e vermelhas, do tamanho das de Espanha, sãs e saborosas, e, por serem boas, as dão aos doentes, e há muitas. Outras que dizem pardas têm dois caroços e são por dentro vermelhas como grená e saborosas.

Ameixas

Os *palos* são semelhantes a pêras pequenas e têm outro sabor. As árvores parecem-se com as das pêras.

Palos

As *guanabas* são tão grandes como melões. A sua comida é branca e mui saborosa. Colhem-se em grandes árvores.

Guanabas

As *tunas* são o que chamam figos das Índias. Tem por fora muitos espinhos e cria-se numa coisa que tem as folhas muito grossas e muito grandes, de uma cor como verde-mar. E a planta é muito pequena e boa para estar nas vedações dos jardins, que com seus espinhos defende a entrada.

Tunas

O maracujá é uma planta que sobe pelas árvores, como as parreiras, e faz latadas onde se enrola. Dá uma fruta do tamanho de um ovo de pata,

Maracujás

<sup>62</sup> O «cozido de carne» a que o autor faz referência é o *locro*, um ensopado tipicamente andino, embora tenha algumas variações regionais. Identificam-se como ingredientes principais os referidos batata, milho e carne, embora se possam incluir muitos outros.

<sup>63</sup> *Chuño* na ortografia actual: batatas que, de acordo com o método de produção tradicional, após colhidas são expostas durante três dias a temperaturas negativas durante a noite e ao calor do sol e pisadas de forma a que toda a água seja removida durante o dia. Posteriormente, são uma vez mais congeladas com recurso ao frio de duas noites. Esta secagem tem a vantagem de preservar as batatas por um longo período de tempo. Para além de diversas utilizações alimentares, estas serviam ainda, como o texto refere, para a produção de mezinhas.

e a sua casca é tão fina como a do ovo e tão fácil de quebrar. A sua comida é doce e tenra, torna-se<sup>64</sup> com um ovo.

Laranjas Laranjas e limões, doces e ácidos, há em grandíssima abundância, tanto que nas hortas não se leva dinheiro por eles. E assim os limões como as laranjas são muito grandes e bons.

Cidras Há outros limões seutis do tamanho de ovos pequenos. A sua casca é fina, são muito sãos e de bom cheiro. Há limões reais e muitas outras espécies de limões, limas e muitas cidras. De toda esta fruta de cratego há grande abundância.

Flor de laranjeira Da flor da laranjeira faz-se grande quantidade de água perfumada de flor da laranjeira e muita água de anjos. Há grandíssimos rosais, e faz-se muita água de rosas, muito açúcar rosado e favos de rosa com açúcar.

Água de cheiro Açúcar rosado Há *romarino*<sup>65</sup>, a que chamamos alecrim, e muitas sortes de ervas medicinais e de flores aromáticas e deleitosas.

Melões Melões há muitos e bons. A força deles é em Março, Abril e na Quaresma, e em todo o ano não faltam, pela variedade e bondade da terra.

Melancias Melancias ou melancieiras ou melões de água há muitos e muito grandes. A sua carne é muito fresca e doce.

Sementes Há muitos tipos de sementes, tais como feijões, lentilhas, ervilhas verdes e secas de mil modos, amendoim saboroso, amêndoas, *acelga*, espinafre, beldroegas, alho-porro e *llanones* [sic], que se comem crus como nabos. Tamanha é a diversidade de sementes, hortaliças e manjares extraordinários, que dizem que o Peru se pode sustentar sem trigo.

Trigo Trigo semeia-se e colhe-se todo quanto é mister, e, se se quisera, pudera colher-se um ano para comer dez. Porém, não se semeia mais do que o necessário; pois que, ficando de um ano para o outro, o gorgulho e a traça o comem.

Milho O milho é o melhor sustento do Peru, assim para os índios como para os negros, e também para os espanhóis, e para todo o tipo de bestas. As bestas comem o grão, e as que trabalham, com comê-lo uma vez ao dia, andam mui fortes e robustas; e, nesta vez que o comem, é mister que lhes dê primeiro a beber e que estejam bem fartas de água, porque se beberem duas ou três horas depois de comer, incham muito e poderiam rebentar, como já se viu. Come-se a cana do milho que é de grande sustento. A esta cana chamam *chala*. Deste milho, que é o que chamamos trigo das Índias, fazem-se muitas coisas. Tosta-se no fogo e chama-se *cancha*; e, deste modo, é mui saboroso e consome-se sobre a comida. Coze-se e chama-se *mote*; os índios e os negros comem-no muito desta forma. Pisa-se em pilões de madeira e faz-se em farinha; e desta farinha preparam os negros bolos redondos como bolas, que cozem numa caldeira

<sup>64</sup> «Se suelve» no original, interpretado como «se vuelve».

<sup>65</sup> É nítido que o autor faz referência ao alecrim, mas esta pode ser uma designação da época, na medida em que a palavra latina para laecrim é *rosmarinus officinalis*.

cheia de água, e assim os comem, que é o seu sustento ordinário. Da farinha fazem-se umas papas a que se chama *masamorra*<sup>66</sup>, em que se deita mel das canas-de-açúcar; muitas pessoas comem esta *masamorra*, em particular as mulheres que criam, e toda se lhes transforma em leite; e sempre pelas manhãs a vendem na praça e por muitas ruas. Faz-se outra *masamorra* com açúcar e ovos, muito salutar, para gente regalada e doentes. Do milho torrado, que se chama *cancha*, faz-se farinha, a que se junta açúcar, e é de deleitoso gosto e sustento. Faz-se, sem picar a carne, uma espécie de pastéis a que se chama *tamares*<sup>67</sup>, com galinha e carneiro, envolvem-se em folhas de bananeiras e cozem-se numa caldeira de água, e são mui bons. As espigas, a que se chama *choclos*, comem-se assadas e cozidas, e põem-se em *locros*, que é um assado ou ensopado que se faz de carne com outras coisas. Este é o mantimento mais comum que o Peru tem, e o milho é comido em *cancha* e *mote* pelos *criollos* e todas as gentes do Peru.

O principal alimento que se faz do milho é a *chicha*, que é uma bebida como a *vira*, e faz-se em grande quantidade. Nas planícies e na serra, os índios bebem-na e embebedam-se fortemente e também os negros, e também a bebem os espanhóis. Na cor e no paladar parece-se com a *vira*. Faz-se outra *chicha* de milho torrado, tão clara como vinho branco. Esta é mais apurada e é bebida pelos espanhóis, é muito fresca, faz-se com água e coze-se como a *vira*. Estas são as coisas que se fazem do milho; e com ele se cevam também muito as galinhas e perus e todas as aves.

Bebida

Também se colhe muita cevada no Peru.

Cevada

A alfafa é a melhor erva e de mais sustento que comem as bestas. É uma erva muito alta, que tem as folhas como trevos, a flor azul como a do linho, a vara grossa como um cálamo de escrever e a semente como a do linho. Vale uma fanega desta semente trezentos pesos, porque quem semeia uma fanega pode colher dez anos e cobrar dez mil pesos de rendimento. Com um feixe que custa um real, tem bem que comer um cavalo por um dia e uma noite, e é este o seu mantimento, pois que a palha não se estima e quase toda a queimam nas eras [sic], sendo as terras tão densas e nutridas que não têm mister de esterco.

Alfafa

De pimentos, a que se chama *ajíes*, semeiam-se vastos campos. Comem-se verdes, existem de muitas espécies, e não há comida a que se não juntem, nem mesa onde se não ponham. Depois de secos, os índios levam-nos a diferentes lugares como mercadoria. Deles se faz o *achiote*, que se deita nas panelas, usam-se como açafão, desfazem-se em caldo, comem-se com carne e com peixe, e juntam-se ao chocolate. São muito

Pimentos

<sup>66</sup> Actualmente, mazamorra.

<sup>67</sup> Tamales.

estimados nas Índias. Se não os põem na comida de jeito que queimem muito, dizem as *criollas* que não está boa.

Grão-de-bico

Há abundante e bom grão-de-bico. Há uns a que se chama *caguas* [sic], que se deitam nos *locros*, fazendo-os mais saborosos. Há rabanetes tão grossos como a perna de um homem. Repolhos e alfaces há todo o ano e tão bons, que não existem melhores na terra.

Rios

Lima tem dois rios, que, com o da Seneguilla, são três. Situa-se este vale quatro léguas a oriente de Lima. Todos os campos de Lima são banhados por estes três rios e todos se situam a meia ladeira, com que a água entra e sai, podendo-se regá-los conforme se queira. Desde a curva de Late são seis léguas até Carabayllo, tudo com formosas campinas, irrigadas por infinitas acéquiás, que extraem a sua água dos rios. Todas estas acéquiás estão cheias de erva boa, de que há muita por todos estes campos, que sempre se mostram verdes. Há muitas casas, hortas, jardins e mil primores de flores e de frutos, muitas aves, coelhos e outro gado que por aqui se cria. É tudo terra aprazível, sem espécie alguma de animal peçonhento, nem piolhos; nem há percevejos em todo o Peru, nem se sabe nele que coisa sejam. Só têm nígua ou *piques*, que é o bicho que entra na planta dos pés, entre as unhas e partes mais fracas. E há muitos mosquitos, uns que andam de dia e outros a que chamam pernalongos, que fazem grande zunido de noite. Assim que sentem no pé o bicho, que come muito, há pessoas destras que o tiram com a ponta de um alfinete, e, em estando fora a cabeça do alfinete, molham-no ou untam-no com cebo das candeias e esquentam-no no seu lume, e com aquilo cauterizam o sinal de onde tiram o bicho, e depois saram. Se não querem queimá-lo com sebo, põem-lhe cera do ouvido, e também saram. É esta nígua mais miúda que uma pulga e da mesma cor, e, se não se adiantam a caçá-la vai-se encorpendo, e faz-se tão grande como um grão-de-bico. Alguns meninos descuidados padecem com elas. Pequenos inimigos são estes para tamanha virtude quanta tem a terra; e na serra e em muitos lugares das planícies não há estes bichos, e em muitas terras não sabem que coisa é um mosquito.

Nígua

Açúcar

Açúcar colhe-se em abundância em todos os vales do Peru, nas suas planícies e em muitos vales da serra. Em Lima, têm os teatinos uma *estancia* chamada de San Juan, a duas léguas da cidade, onde têm grandes canaviais de açúcar, e toda a fazem em mel. E têm aqui estes jesuítas

Mel

olivais, de que produzem azeite. Se transformassem toda a cana-de-açúcar em açúcar, custaria muito mais barato; mas fazem em mel as duas partes dela, de que se consome em Lima, por ano, mais de cinquenta mil potes, pois que todos comem deste mel e guisam com ele. Os *criollos* apreciam-no muito, e por isso são chamados «pão e mel». Costuma valer em Lima vinte e quatro reais e vinte e oito a arroba; nas planícies são mais baratos. Como há muito açúcar, há muitas sortes de conservas, boas e baratas.

Há muitos figos secos e passas. Umhas a que chamam «das margens» são melhores que as de Málaga e Almuñécar, na Andaluzia.	Passas
Em Lima, boi ou vaca valem seis reais a arroba. Na serra um boi possante e gordo vale quatro pesos de a oito reais, e em alguns lugares menos.	Carnes
Um quarto de carneiro vale dois reais e meio; um carneiro vivo vale dez reais, e em muitas partes do reino vale quatro reais; um cabrito vale dois reais. Há sempre vitelas e baratas. O porco custa muito barato, e os mais derretem-se para se fazer deles manteiga, com que se frita peixe e outras coisas e se fazem guisados. Há muitas cabras. Nunca falta leite, delas e de ovelha, e faz-se manteiga e muitos e bons queijos por todo o Peru.	Carneiro
Pavos que chamam perus <sup>68</sup> valem de dois pesos até <sup>69</sup> quatro, conforme sejam. Galinhas de gordas e boas valem dez reais, e daqui para baixo, até quatro; nas planícies, valem de dois a quatro reais. E, na serra, de um real a dois, capões em relação a galinhas e patos <sup>70</sup> , quatro reais. Não faltam perdizes, rolas, pombos domésticos e selvagens, patos de água, papagaios dos pequenos e dos grandes, canários, pintassilgos e outra grande variedade de pássaros, não faltando alpista que comam.	Aves
Falcões, os do Peru, são os melhores de quantos se conhece no mundo, e todos os anos se trazem muitos a Madrid para El-Rei.	Falcões
Peixe há abundância deles, e são bons. Os mais vulgares são corvinas, robalos, chitas, ruivos, mugens, linguados, cabinzas, machetes, sargos, camarões, bagres, cachuelos, sardinhas, peixe-rei, que, segundo tem o nome, tem a aparência e o sabor. Anchovetas, <i>questas</i> e peixe-rei há em grande abundância, todos os dias e muito baratos. Peixe branco, atum e congro vêm de fora de Lima, secos e salgados. Se pescadores houvesse assim como há peixe no mar, não se poderia consumir tanto quanto se pode pescar.	Peixe
O sal é muito barato em Lima, que se abastece das minas de Guaura e de outras muitas que por todo o Peru se acham. E em todos os lugares e vilas do Peru é mui barato, porque há dele muito nas planícies e nas serras. E, sem haver ninguém – nem El-Rei, nem a Justiça – que o	Sal

<sup>68</sup> De entre as várias explicações para a denominação atribuída no mundo português a estas aves, uma delas está directamente relacionada com a história da expansão castelhana na América. Originárias da região mexicana, terão sido trazidas para a Europa pelos primeiros navegadores a chegar ao continente. Apesar de não serem originárias do Peru, estas aves receberam o nome do vice-reino uma vez que, à época em Portugal, era frequente atribuir esta designação a todas possessões americanas da Coroa castelhana. Efectivamente, o vice-reino peruano era então o mais importante dos territórios ultramarinos hispânicos pela riqueza das suas minas. O uso por parte do autor deste termos mostra, quase de certeza, a sua origem portuguesa, assim como o interesse que este território despertava para muitos portugueses que para aí migraram.

<sup>69</sup> «Até» no original, possível lusitanismo.

<sup>70</sup> Deve estar a referir-se a pavos (perus), animal a que acabou de fazer referência.

defenda, quem o quer toma-o, sem haver dono que o tolha, que a todos é comum como a água dos rios.

Trigo Trigo e milho são sempre a um preço: vale deles uma fanga de dez a doze reais.

Vinho Vinho há muito, que se colhe pelo reino, onde há grandes vinhas. Um odre de uma arroba de bom vinho novo vale três pesos de oito reais; o de dois anos vale mais; e quanto mais velho, mais caro custa, e há-os de um ano até dez. Um quartilho vale sempre dois reais. A razão de ser caro é trazer-se de fora por mar e custarem muito os transportes. E assim beneficiam as vinhas, já que, nos lugares onde se colhe, é o vinho assaz mais barato. No lugar onde se criam e colhem, todas as coisas são baratas em todo o Peru. Também há muito bom vinho, que se leva de Sevilha, e custa um quartilho quatro reais. Por um quartilho de vinho do Peru, deitam outro de água, e ainda fica forte, vigoroso e bom.

Aguardente No Peru faz-se muita aguardente e muito boa, muito vinho de Arrobe alecrim e vinho cozido, doce, muito lindo. Faz-se muito arrobe, a que se junta marmelos e camoesas, as quais, quando se comem, sabem assim como conserva.

Vontade de comer não há no Peru, que a comida sempre sobeja. Bendito seja Deus e louvado, que tanto bem concedeu àquelas terras.

Tabaco De tabaco chegam a Lima as naus carregadas, da Nicarágua, Sonsonate e Realejo, e gasta-se muito em pó e fumo. Vem tabaco de Jaén de Bracamoros, e no Peru colhe-se muito.

Mel Também se traz cera e mel da Nicarágua, muito bálsamo, *tacamaca*, Bálamo madeira de Mechoacán, anil e armadilho destas províncias da Guatemala e Nicarágua. E destas terras se trazem muitas naus carregadas de breu Pez para as embarcações e para brear os odres e as pipas de vinho, pois que todo o vinho do Peru é transportado em odres de barro.

Chocolate O chocolate faz-se do cacau, e junta-se-lhe cravo, canela, pimenta, *achicote* e água de cheiro, e há quem lhe deite almíscar e âmbar. É uma bebida de grande substância, quente, e sustenta muito. Ajuda muito à compleição, faz expectorar, dá boa cor à face, revigora muito o corpo. Quando há necessidade faz engordar a pessoa. É bebida de substância. Também lhe deitam açúcar. Todos os homens ricos e regalados o bebem e com ele se sentem bem com ele. Não há mais segredo do que tomar um pouco de chocolate e desfazê-lo; pôr uma panela com água ao lume, e, por quartilho de água, deitar a quantidade de onze onças de chocolate e açúcar, que fique bem doce (quanto mais, melhor); deixá-lo arrefecer depois do primeiro fervor. Quanto mais quente se bebe, de maior proveito é. Se quiserem meter-lhe um biscoito, não será por isso pior.

Maneiras  
de fazer  
chocolate

Pelas fartas riquezas que o Peru tem e abundância de todas as coisas, umas que produz e outras que vêm de províncias comarcadas e de todos os reinos e partes do mundo. Por isto diz-se quem vai ao Peru, de cem, não volta um, porque, para além da sua grande abundância e fartura,

há nele poucos tributos, poucos direitos, poucas fronteiras, poucas alcaualas<sup>71</sup>. Terra bem temperada e onde nunca se viu peste nem males contagiosos. As gentes socorrem-se muito umas às outras. Terra que quantos querem trabalhar ganham de comer e onde se dão grandes salários. A mim deram-me de salário, cada ano, nove mil reais, que são, ao dia, vinte e cinco, para estar numa loja de mercadorias. E são muito estimados os homens honrados e de confiança. Por estas razões não querem os homens regressar a Espanha – que voltar, em havendo dinheiro, fora coisa fácil.

Salário

Em Lima, sempre há muitas festas, grandes procissões com muitas danças e muito estrépito de instrumentos, e com tantas invenções, que em Espanha não há cidade onde façam tantas coisas como em Lima, nem onde aderecem as ruas com mais riqueza. Touros e canas<sup>72</sup> jogam-se todos os meses; comédias e músicas são ordinárias. Nas entradas de vice-reis, afunda-se a cidade com festas e todos se empenham em mostrar galas. Doutores que são feitos pelas universidades<sup>73</sup> há bem que ver neles e ouvir os seus epigramas. Passeios de cavaleiros e mercadores pelas ruas e ao campo, que todas as tardes campeiam todos a cavalo. Saídas a folgar ao campo, e, pelos hortos, há merendas e banquetes. Abraça-se a glória neste mundo em terra tão temperada que nunca se ouve trovão nem há borrasca nem se molha a planta em todo o ano. Sempre corre um vento (sul), amoroso e fresco, e os campos estão sempre verdes e floridos e as árvores com fruta. Eu tinha um horto defronte do *cercado* dos índios de Lima, dito o horto do doutor Franco, que era avô da minha mulher<sup>74</sup>, onde havia camoesas oito meses no ano, umas em flor, outras verdes, outras maduras, colhendo-se umas, começavam outras, e tinha mil pés de olivais com tanta azeitona que era alegria, e tão gordas como as de Sevilha, há sempre abundância delas em Lima e em todo o Peru, e havia nesta horta todas as frutas de Espanha e do Peru, como vão enumeradas nesta relação, toda a espécie de verduras, sementes e flores, e quanto se

Festas

Azeitonas

<sup>71</sup> Imposto régio cobrado pela Coroa castelhana cuja origem ainda não foi possível datar. Era um imposto indirecto, cobrado sobre as transacções comerciais internas realizadas em todo o espaço da monarquia hispânica.

<sup>72</sup> Jogo de canas: jogo de origem medieval que simula uma batalha.

<sup>73</sup> À época existia em todo o vice-reino do Peru apenas uma universidade, a Universidad de San Marcos, fundada pelos dominicanos em Lima. Esta foi criada em 1551, com o nome de Universidad de Lima, que viria a ser alterado em 1574. Apenas algumas décadas mais tarde se estabeleceriam outras instituições de ensino universitário. Existiam, no entanto, na restante América espanhola (não no vice-reino do Peru) outras universidades. De notar que esta política contrastou com a seguida pela Coroa portuguesa, que optou por não fundar nenhuma universidade no Brasil, promovendo a deslocação de alunos para o reino.

<sup>74</sup> Esta referência é um dos principais indícios referidos pelo historiador peruano Guillermo Lohmann Villena para defender a sua posição em relação à identidade do autor (como mencionado na Introdução).

pode desejar havia neste horto. Com isto se entenderá bem a bondade do Peru, em particular de Lima.

*Trata-se das oito ruas que saem da praça de Lima e dos caminhos reais que delas saem e outras coisas*

Na Praça Maior de Lima entram oito ruas, as mais importantes da cidade, duas em cada esquina. São estas ruas muito direitas e direitas seguem todas ao campo. Sai primeiro uma rua da Praça Maior, junto ao paço, entre a esquina da Casa de Armas e as *Casas del Cabildo* da cidade. Esta rua vai direito ao norte, ao rio e à ponte. Vai até ao bairro de San Lázaro e, voltando à esquerda, segue por uma rua muito comprida, o Caminho Real das Planícies, que passa pelo rio de Carabayllo e por todas as suas *chácaras* e campos. Daqui, passa a Chancay, pela serra de La Arena. A quatro léguas de Lima acha-se Carabayllo, lugar de índios.

Carabayllo Tornando à ponte de Lima, segue a rua direita a San Lazaro, igreja e hospital onde se recolhem os que têm o mal de São Lázaro, e, voltando à direita, chega-se à alameda que há entre San Lazaro e a colina de San Cristóbal. Há aqui muita variedade de árvores, como são laranjeiras, cedros, limoeiros, oliveiras, macieiras, álamos e outras árvores. Há oito fileiras de árvores, e, em meio, quatro fontes de água que verte sobre taças de pedra, e acéguas de água do rio, com que se rega. Todos estes caminhos de árvores se encaminham ao mosteiro de frades franciscanos

S. Lazaro Mosteiro de descalços, que está edificado junto à colina de San Cristóbal. Estes frades têm uma boa casa e horto. Pelo rio acima e através da colina de San Cristóbal, avança o caminho para Lurigancho, lugar de índios que se encontra por detrás da colina, a uma légua de Lima. Por aqui há muitas *chácaras*. E segue o caminho para a serra.

Alameda Outra rua

Colina de Mosteiro de franciscanos e desemboca numa praça que está junto do mosteiro dos franciscanos, que é um grande mosteiro e muito rico. Dois quarteirões ocupam o mosteiro e seu horto, está junto ao rio. Passa a rua pela igreja de San Pedro e chega ao mosteiro de Santa Clara, que é de monjas, rico e grande. Perto destas monjas corre a maior acéquia de água que passa pela cidade, de norte para sul. Passa a rua ao *cercado* dos índios pela parte do norte, e aí principia o caminho que vai direito à caixa da água, que é uma fonte de muita água, que, desde aqui, conduz, por meio de canais, à cidade, onde se reparte por fontes que há nas praças, no paço, nos mosteiros e nas casas de cavaleiros. Bebem esta água na cidade, considerando-a melhor que a do rio. Está esta caixa de água no meio de um verde prado e campo.

S. Cristóbal Caixa da água

Vale de S. Inés O caminho passa por muitas *chácaras* e vai ao vale de Santa Inés, que é vale lindo e regalado em frutas e águas, e onde há muitos índios. E avança o caminho para a serra.

Outra rua sai de entre o paço e casas do arcebispo, indo direita ao oriente. Passa junto ao Colégio de Santo Toribio e pelas casas do Correio Maior, e segue para a praça da Inquisição. Aqui se encontram os cárceres secretos, aqui estão os presos, e aqui vivem os inquisidores e têm sua capela, que ocupa todo um quarteirão da parte a sul. Na parte oriental desta praça, que se situa a três quarteirões da Praça Maior, estão a igreja e a Casa da Caridade, que é uma vasta casa onde se curam mulheres pobres doentes e se recolhem muitas donzelas pobres, que daqui saem para casar, e mulheres que vivem desonestamente. Encostado a esta Casa da Caridade, a norte, está o colégio d'El-Rei. Daqui passa a rua à praça de Santana<sup>75</sup>, onde se encontra o mosteiro das monjas descalças e o hospital e paróquia de Santana. Este hospital é de índios, e aqui os curam de todas as suas doenças. Tem de renda trinta mil pesos ensaiados. Passa a rua pela igreja das descalças e pelo penhasco perfurado, e segue pela Igreja do Prado, junto da porta do *cercado* dos índios. Diante desta porta acha-se o horto do doutor Franco, de que o autor desta relação foi dono. Vai o caminho direito sempre ao oriente, por entre *chácaras* de trigo e alfafa, ficando, para o lado direito, a duas léguas de Lima, o lugar de Late, que é de índios. E por aqui dirige-se outro caminho para Santa Inés e para a serra. Voltando ao Caminho Real, passa pela encosta de Late, onde há muitos pepinos, batata-doce, milheirais e muita hortaliça. É boa saída de regozijo para as gentes de Lima. Passa a Seneguilla o caminho, que, em seu lugar, tornarei a seguir este caminho.

Outra rua sai da praça, perto da Igreja Maior, dirigindo-se ao mosteiro de La Concepción, que é de monjas, rico e aprazível. Vai ao hospital de San Andrés, hospital grande e boa casa de espanhóis, onde os curam quando estão enfermos. Passa à praça de Santana e une-se ao caminho grande que vai à serra, e, voltando junto da Igreja de Santana, sobre o lado direito, vai esta rua direita ao caleiro e aos fornos de tijolo. É seu proprietário Alonso Sánchez, caleiro que tinha, em meu tempo, quatrocentos negros seus escravos. Este caminho vai ao campo e ao Caminho Real das Planícies, vira outra rua para oriente e sai à *guaquilla*<sup>76</sup> de Santana. Há aqui um vasto campo, tudo em redor cheio de hortas e vai dar a uma acéquia grande de água. E vai por aqui um caminho que vai entre o oriente e o sul. Este caminho vai dar à casa da pólvora, onde se faz muita e muito fina e têm aqui o seu moinho de água onde se lavra e casa apartada onde a encerram. Está esta casa da pólvora a um quarto de légua da cidade. E vai o caminho por *chácaras* e ao vale de Seneguilla.

Sai outra rua pela rua dos roupeiros. Estes são lojas que têm roupas para os negros. Esta rua vai direita ao sul e passa por um lado do mosteiro de frades de La Merced, e vai direito ao mosteiro de monjas de

Colégio  
Inquisição

Caridade

Colégio  
d'El-Rei  
Monjas  
descalças  
Hospital  
de índios

La Concepción  
Mosteiro  
Hospital de  
espanhóis

Caleira  
e fornos  
de tijolo

Acéquia  
de água

Casa onde se  
faz a pólvora

<sup>75</sup> «Santana» no original, possível lusitanismo.

<sup>76</sup> Pequena *guaca*.

Monjas de La  
Encarnación

La Encarnación, a mais famosa casa de Lima, onde há mais de quatrocentas mulheres, as mais delas monjas professoras, e onde estão recolhidas muitas filhas de senhores ricos, que ali as deixam para que aprendam bons costumes e dali as tiram para casar. Têm todas, monjas e leigas, escravas negras que as servem. Há neste convento lindas e discretas mulheres, dotadas de mil graças. Fazem conservas e colações de tantos modos e tão boas, que não se pode imaginar coisa de maior regalo. Têm um amplo e regalado horto, e o mosteiro e o seu horto ocupam duas quadras de comprido e uma de largura. Qualquer monja que, em Lima, queira entrar num convento custa-lhe só a entrada, com coisas de que há mister para tomar o hábito, seis mil pesos; e monja que queira ter cela apartada e uma negra que a sirva e cem pesos de renda, custa-lhe tudo doze mil pesos; e a outras custa-lhes mais, conforme as suas riquezas. Porém, sempre lhes falta o melhor. Deixando este convento, chega-se ao mosteiro de frades recolhidos dominicanos, e passa ao campo e por *chácaras* e ao caminho das planícies.

Rua dos  
mercadores

Outra rua sai pela rua mais principal, que é a rua dos mercadores, onde há sempre, pelo menos, quarenta lojas cheias de mercadorias diversas, de quanta riqueza tem o mundo. Aqui tem lugar todo o principal negócio do Peru, porque há mercadores em Lima que têm, de fazenda, um milhão, e muitos quinhentos mil pesos, duzentos e, muitíssimos, cem. E destes mais opulentos, poucos têm lojas. Envia seus dinheiros a investir a Espanha, ao México e a outras partes, e alguns há que têm negócio na grande China<sup>77</sup>. Muitos mercadores têm renda. Aqui fiam as mercadorias, pelo menos, por um ano, e, se são mercadorias grandes, fiam-nas por um ano, dois ou três, e por seus terços as pagam. O trato de Lima é o mais nobre, bom e sem pesares que se pode no mundo achar, pois que a ordem de vender e comprar é a que há muitos anos instituiu o corso Dom Nicolás, que foi o maior comerciante e o mais abastado que o Peru teve, cujos filhos são marqueses de Santillana, perto de Sevilha<sup>78</sup>. Este corso criou uma taxa ensaiada de quantas mercadorias se lavram e se

<sup>77</sup> A prata do Peru permitiu a aquisição de produtos de origem asiática, em especial da China, obtidos a partir das Filipinas. Durante os anos em que o autor residiu no Peru, os primeiros três quinquênios do século XVII, estas mercadorias podiam adquirir-se legalmente através do eixo Acapulco-Manila. Não obstante a oposição do *Consulado de Mercaderes de Sevilla* ao estabelecimento de uma rota directa entre o Peru e Manila, tal como refere Margarita Suárez, o comércio ilegal manteve-se. Mesmo com a proibição do comércio com o México em 1634, continuaram a chegar ao Peru produtos asiáticos.

<sup>78</sup> Durante este período há referencia a famílias originárias da Córsega que, aproveitando as carreiras das Índias, fizeram fortuna no Peru. Este Dom Nicolás, embora exista pouca informação, é referido por Fr. Juan Melendez, na obra *Tesoros Verdaderos De Las Yndias*, como sendo irmão de um outro rico comerciante, Juan Antonio Corzo, também ele oriundo da mesma ilha. (*Desafíos transatlánticos: mercaderes, banqueros y el estado en el Perú virreinal, 1600-1700*, Instituto Francés de Estudios Andinos, Pontificia Universidad Católica del Perú-Instituto Riva-Agüero, Fondo de Cultura Económica, Lima, 2001).

produzem em todo o mundo, e todas se obrigou a dar por aqueles preços, e umas mercadorias pôs muito altas e outras muito baixas, conforme o valor que naquele tempo tinham. E às mercadorias que não houve em seu tempo, e depois se fabricaram e se lhes deu nome, põem os corredores seu preço e taxa. Conserva-se esta taxa até aos dias de hoje, pois a ordem que têm os mercadores para comprar suas mercadorias é tomarem os memoriais das mercadorias que lhes dão os carregadores, para as comprarem pelos preços que custaram em Espanha ou no México; e depois as vão retaxando, baixando umas mercadorias e subindo outras, conforme correm e valem na terra. Assim fazem a taxa em corrente, dando a cada género o valor pelo qual se pode vender no tempo em que compram. E, feita<sup>79</sup> a conta e a retaxa pelo preço dos pesos ensaiados (por isto se entende a taxa, que faço também pela conta corrente), são estes os preços por que se podem vender as ditas mercadorias. E, somada uma conta à outra, reduzidas ambas as contas em corrente, depois se vê se se pode ganhar ou perder. As próprias retaxas e contas fazem-nas os senhores que vendem; e, conforme sobe a taxa ou baixa, assim estas mercadorias se compram a tantos por cento, mais ou menos, da taxa. E, depois de ajustados os preços, enviam os fardos, como vêm de Espanha, a casa do comprador, e ali lhe vão entregando tudo por conta e razão. E sempre se tiram proventos quando se compra, pois que se há-de cobrar danos e adições. Danos são as coisas que vão estragadas, podres, molhadas ou manchadas, e adição serem os géneros da mercadoria que se vende de diferente qualidade, ou declarar-se que são de um mestre sendo de outro, ou dizer que um pano é vintequatro sendo vintedozeno, ou não terem a marca, e coisas semelhantes, por isto se entende dano e adições. Pois para os acertarem nomeiam de cada parte um terceiro, a quem mostraram tudo o que tem dano ou adição. E estes, que sempre são mercadores de boa consciência, tiram o que lhes parece que é razão, e desconta-se ao valor das mercadorias. E, com isto, nunca se convertem géneros de mercadorias e escusam-se pleitos e tristezas. Outros compram à taxa corrente e outros um tanto por cento sobre os custos de Castela ou México. E algumas vezes compram-se géneros soltos, mas, em sendo memoriais grandes, sortidos, de que há alguns de cem mil pesos, sempre se compram pela taxa. Todos os mercadores são destríssimos no comprar, havendo mercadores tais que recolhem todos os memoriais que saem à praça a vender e as retaxas todas, em pouco tempo, e por ali escolhem e compram os que melhor lhes parecem. Por isto se pode entender quais são os mercadores de Lima. E, desde o vice-rei até o arcebispo, todos negociam e são mercadores, ainda que por mão alheia e dissimuladamente. Prosseguindo com esta sexta rua, vai ao mosteiro de La Merced, que é de frades, grande e rico, e passa depois a San Diego, paróquia e hospital de convalescentes,

---

<sup>79</sup> «Feita» no original, possível lusitanismo.

que são os enfermos que curaram das suas doenças no hospital de San Andrés, quando se podem levantar e estão sãos, enviam-nos a este hospital de convalescentes, onde lhes dão o necessário até que estejam vigorosos para ir trabalhar. Daqui passa a uma praceta e aos mercedários recolhidos. Vai direito ao campo e ao mar, e ao lugar de índios de La Magdalena, onde chega o mar a três quartos de légua de Lima, a sul.

Rua das mantas

Outra rua sai por entre os portais onde desembocam as quatro ruas e a rua dos mercadores, entrando pela rua das mantas, que também está pejada de lojas de mercadores. Têm esta rua e a dos mercadores, cada uma, uma quadra. Por toda esta rua, que vai em direcção ao ocidente, há muitas lojas de diferentes ofícios: cerieiros, confeitores, caldeireiros, que trabalham muito cobre, ferreiros e outros ofícios. E passa junto ao Espírito Santo, hospital dos marinheiros, onde os recolhem e curam quando estão doentes. Passa ao arco e à igreja de Monserrat, e segue direita aos hortos e ao rio, que vai contornando. E, junto à igreja de Monserrat, há outra rua que vira para sul e vai direita ao caminho de Callao, de que falarei em seu lugar.

Hospital dos marinheiros

A última das oito ruas que saem da praça principia junto da Casa de Armas, que está no paço, das Casas *del Cabildo* e das casas de Dom Alonso de Carabajal, pois que em todos os cantos da praça há três esquinas. Daqui vai direita a rua ao mosteiro dos frades dominicanos, que é o melhor e mais rico de Lima, em cujas muralhas, a norte, bate o rio. Situa-se aqui a Casa das Comédias, num pouco de campo que os frades não ocupam, os quais têm duas quadras de casas com sete pátios dentro do seu convento. Esta rua vai direita ao rio. Por todas estas últimas ruas, voltando ao lado esquerdo, como quem vai para sul, pode-se ir para Callao.

Frades dominicanos  
Casa de comédias

*De outras ruas, para que melhor se entenda a traça de Lima*

Companhia de jesuítas

Uma rua vai de San Francisco, duas quadras a oriente da praça, e corre de norte para sul, até à casa da companhia dos padres jesuítas, a mais rica e mais poderosa casa de Lima, que os mesmos frontais dos altares tem talhados em prata fina e grossa. Na semana de endoenças<sup>80</sup> fazem um monumento todo de veludo carmesim guarnecido de prata fina, com mil laços lavrados a buril, tão alto que chega ao tecto da igreja e tão largo que alcança de uma parede à outra, com mui altos pilares e arcos. Neste convento e casa há riquezas infinitas. Noutra rua que passa pelas traseiras desta casa de jesuítas está o Colégio de San Martín, que também é seu. Tem mais de quinhentos colegiais, filhos de senhores de todo o reino, que os mandam a estudar, e cada um paga, cada ano, cento

Colégio de San Martín

<sup>80</sup> Semana Santa.

e cinquenta pesos correntes aos jesuítas, que, por este pagamento, lhes dão de comer. Estes jesuítas têm mui grande estudo de muitas ciências. Prosseguindo, a rua passa junto ao mosteiro de La Trinidad, que é de monjas, e encaminha-se, depois, para a paróquia e casa de meninos órfãos, que estas são as crianças deixadas pelas mães, que as tiveram sem licença de seus pais e não quiseram que se soubessem suas ruindades. Seguidamente, passa a outro convento e casa de jesuítas, que tem não poucas riquezas. Aqui entrou, estando eu em Lima, Antonio Correa, secretário da Inquisição, com trezentos mil pesos, o que por sua ordem se fez, que destes bocados engolem muitos no Peru e não se afogam, porque têm estômago para tudo. Há um lindo horto e muitas riquezas nesta casa, que não há nenhuma de jesuítas que seja pobre. Passa a rua a Guadalupe, mosteiro de frades franciscanos. Por aqui segue, para sul, o Caminho Real das Planícies, direito ao (sul) e que dá ao mar do lado direito, e por aqui vai direito a Pachacama, lugar de índios, a quatro léguas da cidade.

Trinidad  
mosteiro  
de monjas

Casa de  
jesuítas

Convento  
de frades

Outro caminho vai direito de oriente a ocidente. Passa junto à companhia dos jesuítas e segue pela rua dos ourives, que se estende desde a esquina da rua das mantas até à esquina da rua dos mercadores. Nesta rua dos ourives desemboca a viela dos chapeleiros. Vai a San Agustín, neste quarteirão há muitas boticas, que não ficam a mais de uma quadra da praça. É San Agustín um convento de frades agostinhos, casa e igreja ricas. Passa a rua a San Sebastián, paróquia grande e abastada, e vai até aos moinhos de Monserrat. Por aqui corre uma acéquia grande de água, com que moem os moinhos e regam hortas. E vira a rua à esquerda para Callao, porto de Lima.

Rua dos  
ourives

Agostinhos  
S. Sebastián

Moinhos

Outras duas ruas principiam perto de La Encarnación e junto de San Diego, de oriente a ocidente, e passam junto a San Marcelo, paróquia principal de Lima. E aqui, na ala esquerda, estão os agostinhos recolhidos. Estas duas ruas saem direitas ao caminho de Callao. Isto é o mais importante de Lima, que, apesar de ter muitas outras ruas, nas referidas estão todos os mosteiros, igrejas, praças e todo o bom da cidade, que as outras não cumprem ao nosso propósito.

S. Marcelo  
Recolhidos

*Que trata de Callao, porto de mar de Lima, principal em todo o Peru e bom para entrar e estar nele seguros os navios*

Situa-se o porto de Callao a duas léguas de Lima. Tem, como vizinhos, até seiscentas casas de espanhóis, assim como casas de negros e de índios. Os mais dos vizinhos deste porto são marinheiros e gente do mar. Tudo está edificado junto ao mar, e quase todas as casas que se acham nesta praia são tabernas de vinho e armazéns de mercadoria. Por detrás da praia, há algumas casas que se estendem de norte a sul e outras que vão a oriente, as quais também se repartem em quarteirões, como Lima.

Estas dirigem-se para o campo e para o caminho de Lima. E há nele mosteiros e casa de jesuítas. Todas as mercadorias, vinho, madeira e todas as coisas que devem passar a Lima levam-se em réguas de bestas e carretas, que todo o dia está o caminho cheio, pelo avio assim das mercadorias que se levam de Callao para Lima, como das que de Lima se levam a Callao. Pois que, embora as mercadorias vão desembarcar a Callao, todas seguem para Lima, que em Callao não fazem mais que registá-las para pagar os direitos de El-Rei, que são bem poucos. E as mercadorias que irão por mar a outras terras tornam a ser embarcadas em Callao para onde as quiserem enviar. O mesmo se faz com a prata e o ouro e todas as mais coisas, assim que estas duas léguas de caminho são as mais frequentadas e percorridas que o mundo tem e por onde mais riquezas passam. O caminho atravessa hortos e *chácaras*, e há nele muitas acéguas de água.

Peralvillo

À entrada de Lima está Peralvillo, que é onde os negros malfeitores espreitam. Aqui entra-se na cidade por muitas ruas e vai-se à praça e onde cada um quiser ir, porque a cidade não tem muros, nem porta, nem presídio, nem guarda de dia ou de noite. É aberta de todas as partes. Todas as acéguas de água que Lima tem vêm do rio, e todas correm de norte para sul. E destas acéguas grandes saem as que entram em todos os quarteirões e passam pelas ruas, que estão postas de norte para sul, todas as acéguas correm de oriente a ocidente, e todas desembocam nas ruas por onde se entra em Lima, vindo-se de Callao.

Lima não tem guarda

Rio

Pachacama é um lugar de índios que se situa a quatro léguas de Lima. Por aqui corre o rio conhecido por Seneguilla. Este é um vale mui regalado, onde há muitas *estancias* de gado, como são bois, vacas, éguas, cavalos, mulas, muitos carneiros, ovelhas e cabras, e ainda galinhas e outras aves. Nestas *estancias* têm casas boas, em que vivem as gentes. Têm grandes hortas, colhem muito trigo, milho e diversas outras coisas, como são grandes meloais e pepinos da terra. Tudo se encontra neste vale, que é muito fresco e muito aprazível, e abrange nove léguas. O rio entra no mar frente a uns antigos edifícios de índios, que, no seu tempo, devem ter sido muito ricos palácios<sup>81</sup>. Aqui faz o mar uma boa praia, acomodada para a gente saltar em terra. Daqui a Lima são quatro léguas, parte de areais e parte de bom caminho, que entra por meio de umas pedras que não servem de mais que de assinalar aquele que foi o antigo caminho dos incas, reis do Peru. Todos os caminhos que por aqui se encontram vão

<sup>81</sup> Pachacamac é um complexo arqueológico perto de Lima. As investigações demonstram que este foi ocupado de forma contínua desde os primeiros séculos da nossa era (cultura Lima) até à conquista inca, tendo servido como um dos maiores santuários do mundo andino. Com a chegada dos primeiros castelhanos, Pachacamac foi saqueado e destruído na busca de metais preciosos. No entanto, o autor refere a existência de estruturas habitacionais e uma intensa actividade agrícola. Não deixa de ser curiosa a forma como este se refere aos antigos templos como «antigos edifícios de índios», indiciando um certo estado de abandono dos mesmos.

dar a Lima. Volvendo a Pachacama, seguindo a costa, chega-se perto do lugar de Surco, que é de índios, a duas léguas de Lima. E, por esta parte, correndo para Callao, há por esta costa do mer uns despenhadeiros ou barreiras muito altas, talhadas como muralhas, que se não pode subir por elas. E, do meio delas, por muitas partes, jorram fontes de água doce. Mais abaixo está Surquillo, que se situa a uma légua, ou pouco mais, de Lima, também lugar de índios, muito próximo do mar. Depois está o lugar de índios de La Magdalena, um pouco desviado do mar. É esta a parte onde mais próxima do mar se encontra Lima, que são três quartos de légua. Segue-se outro lugar de índios no meio de La Magdalena e Callao, que se chama Maranga. Corre a costa até à ilha de Lobos, onde a terra faz uma ponta, estreitando-se com a ilha de Lobos, e pelo meio corre o mar tão estreito, que não entram por aqui senão fragatas e barcos que vêm do sul para Callao. Aqui a costa é rasa. Começa aqui a alargar-se o porto de Callao, que é porto mui seguro e limpo de baixios, que nele podem entrar e caber todos os navios que se queira. Ao longo de todas as barreiras que referi, que há por esta costa, na volta de Pachacama há muitas partes por onde se desce ao mar, caminhos largos e muito fáceis. Todos os índios que vivem nos ditos lugares de Pachacama a Callao são pescadores e pescam por toda esta costa muito peixe, e entram a pescar numas balsinhas feitas de *titora*. E, sempre que entra um navio em Callao, sai um índio numa destas balsas a reconhecer e perguntar que navio é e de onde vem, e volta a terra para dar aviso. Os navios grandes que vêm do sul para entrar em Callao dão volta por detrás da ilha de Lobos, que assim se chama por haver nela muitos lobos-marinhos.

Magdalena  
a meia légua  
de Lima

Neste porto de Callao fez o príncipe de Esquilache dois fortes na praia de mar, para defesa de Callao e porto. Callao não tem muros, o mar bate nas barreiras levantadas diante das Casas Reais, que se encontram na praia. Por todas estas barreiras se desce ao mar, e, sobre elas, algo desviadas, fazendo uma praça no centro, estão todas as adegas e armazéns onde entram todas as coisas que se trazem por mar. Defronte das casas reais, sobre as barreiras do mar, havia até trinta peças de artilharia de bronze que avisadamente haviam posto nos fortes.

Fortes

Artilharia

Achei-me eu nesta praia e porto de Callao no ano de mil seiscentos e quinze, em vinte e dois de Julho, dia da Madalena, porque entraram pelo estreito de Magalhães cinco navios destas terras, depois de terem lutado com a Armada Real do Peru, perto da vila de Cañete, que está a vinte e quatro léguas de Lima. E os cinco navios deitaram a fundo o navio Almirante, que era uma poderosa nave, onde ia Pedro de Pulgar como almirante. E disse-lhe o almirante contrário que considerasse que ele e quantos estavam em sua nau iriam a pique, mas que, se quisessem salvar as vidas na sua nave, lhes dava ele palavra de os pôr a todos em terra, salvos e sem lhes fazer agravo nenhum. O almirante Pedro Pulgar respondeu que não quisesse Deus que ele desamparasse o navio de que

Nau que foi a pique seu rei o havia feito almirante. E assim se afundou a nau e se afogaram todos quantos iam nele, que foram quinhentas pessoas. Dom Rodrigo de Mendoza, general de Callao, foi fugindo com a capitânia e uma fragata, e meteu-se no porto de Callao. Toda a Cidade dos Reis se alvoroçou, como se já o inimigo nela entrara e a fora saqueando. Toda a gente acudiu prontamente a Callao a defender a entrada ao inimigo, que em dia da Madalena surgiu no porto com seus cinco navios, diante de Callao. E todos estávamos postos na praia, com as armas nas mãos e que nenhum se mexesse do seu posto, sob pena de morte, esperando que o comedido contrário começasse a disparar a sua artilharia e nos despachasse para o outro mundo. Andou ele tão cortês, que disparou duas peças por alto. Uma bala deu na esquina de San Francisco, derrubando alguns adobes, e a outra passou pelo alto das casas. E, sem fazer mais dano, zarpou as âncoras, içou as velas e foi-se, dizendo que não ia matar nem roubar os vassallos de El-Rei, senão que ia fazer sua viagem para a Índia. E assim se foi, com o que em Lima se fizeram mais festas e alegrias do que se fizeram em Roma quando Pompeu, o Magno, triunfou nas três partidas do mundo e sobre os corsários do mar de Levante<sup>82</sup>.

Naves que estão no porto Capitânia e almirante estão sempre no porto de Callao. Saem somente quando têm notícia de que há navios de inimigos na costa e quando vão por prata a Arica e a levam ao Panamá, que em ir a Arica e descer ao Panamá passam sete ou oito meses. Sempre há no porto de Callao mais de quarenta navios e fragatas, que andam tratando por toda a costa do Peru, Chile, Terra Firme, Nicarágua e México. Apenas as naus capitânia e almirante têm artilharia de bronze, de que há muita no Peru. Fabrica-se artilharia em Lima, de que era mestre Juan Bernardino de Texeda, que a fazia junto de San Agustín. Tem Callao uma galera que não serve senão de cárcere para malfeitores e para negros, e de onde os levam a trabalhar nas obras de El-Rei. Seguindo a costa, chega-se ao rio de Lima, que está a meia légua de Callao e entra no mar; e depois entra o rio de Carabayllo, dando a costa volta aqui, junto de um outeiro. E há aqui uma pequena enseada, que se chama Llancón, onde os pescadores pescam e têm seus barcos. Está a cinco léguas de Lima. Já tratei desta enseada quando se vem de Chancay e se desce a serra de La Arena e se entra pelos campos de Carabayllo.

<sup>82</sup> Batalha naval travada ao largo da vila de Cañete (a sul de Lima) entre a Armada del Mar del Sur e uma frota comandada pelo holandês Joris van Spilbergen, em 1615. Procurando antecipar-se às notícias que davam conta da aproximação a Lima de navios com a intenção de atacar a cidade, o Marquês de Montes Claros, vice-rei do Peru, deu ordem às suas embarcações para que saíssem do porto de Callao em direcção a sul para aí enfrentar o inimigo. A batalha saldar-se-ia por uma derrota da frota peruana. Após a batalha, acreditando nas debilidades do porto do Callao, o comandante holandês fundeu junto ao mesmo e bombardeou a cidade. No entanto, um contra-ataque a partir de terra do exército peruano acabaria por forçar a armada de Joris van Spilbergen a seguir em direcção a Norte.

Dito de Lima e seu porto de Callao tudo o que se pode dizer em geral, direi em particular algumas coisas das gentes dela. A propriedade desta gente de Lima e do Reino do Peru é prezarem-se muito de não darem o braço a torcer a ninguém, mesmo que seja mais rico e poderoso do que eles. São soberbos, jactantes, prezam-se de descender da grande nobreza e de serem fidalgos de solar conhecido. É tanta a sua loucura, que quem em Espanha foi pobre oficial, passando do pólo Ártico ao Antártico, logo lhe crescem os pensamentos, e cuida que merece, pela sua linhagem, juntar-se com os melhores da terra. E, por esta razão e loucura que em si concebem, dão muitos em perdidos, sem querer sujeitar-se ao trabalho. Outros, que lhes diz melhor a sorte, vêm a alcançar casamentos com que se fazem ricos. E, vendo-se com bens de fortuna, crescem-lhes maiores pensamentos, e tomam-se títulos de cavaleiros. Que eu bem conheci alguns que estavam nesta opinião, e, por émulos e inimigos que tiveram e pelas ocasiões que deram, caíram de seus estados, descobrindo-se serem gente humilde e de pouco valor. E a causa destas coisas é não se quererem conhecer, e, assim, não faltam outros, invejosos de seus bens e honras, que os façam cair pela menor ocasião que lhes dão. E há também pobres soberbos que, se morder não podem, ladram, e sempre andam com a cabeça baixa procurando onde possam fazer presa, nem se querem sujeitar nem há como tratar de razão com eles. A esta gente chamam «soldados», não porque o sejam, mas porque são bem andantes de uns lugares para outros, sempre com os naipes nas mãos, por não perderem ocasião de jogar com quantos topam. E, se acaso topam com algum noviço ou *chapatón*<sup>83</sup> que não seja hábil e bem disciplinado em sua malícia, ou que não a perceba, com naipes falsos dão-lhe mates e tiram-lhe o dinheiro e a fazenda, e talvez o deixam a pé, porque até as cavalgadas lhes ganham. São grandíssimos trapaceiros, cujo cuidado não é outro senão entender na arte de enganar. Anda muita desta gente pelo Peru. São quase todos inimigos da gente rica, e não desejam senão novidades, alterações e alvo-rosos no reino, por roubarem e meterem os cotovelos nos bens de que não podem alcançar nenhuma parte senão com guerra e desavenças. É gente que não quer servir. Todos andam bem vestidos, porque nunca lhes falta uma negra ou uma índia ou ainda algumas espanholas (e não das mais pobres) que os vistam e lhes dêem sustento, por que de noite as acompanhem e de dia lhes sirvam de bravos. Aos velhos a quem já, pela idade, faltam as forças e o brio, acomodam-se a servir de escudeiros, e vão com as senhoras à missa e acompanham-nas quando saem a fazer suas visitas. Tem o Peru mais gente vagabunda do que laboriosos e do que trabalhos para eles, pois poucos são os senhores que querem criados em suas casas, pelo que cada dia experimentam em cabeça alheia. E assim

Propriedade das  
gentes do Peru

---

<sup>83</sup> Termo despectivo aplicado aos espanhóis peninsulares.

Soldados

todos se servem de negros, e os espanhóis rodam e procuram vida como melhor puderem. Há outra sorte de gentes, de menor quantia e que não podem usar tão bem nem com tanta liberdade a arte da adulação, nem têm caudal para andarem<sup>84</sup> vagabundos de umas terras a outras; e, porque também se inclinam mais ao trabalho e ao exercício das armas e a comer à conta de El-Rei, fazem-se soldados, porque todos os anos se recruta em Lima gente para ir ao Reino do Chile<sup>85</sup>. Levam-nos sob as suas bandeiras a pelejar contra os araucanos. Dão-lhes, em Lima, duzentos pesos, com que se vestem. Com isto, limpam a terra e enviam gente contra os indomáveis araucanos. Poucos destes soldados tornam ao Peru.

Se os homens são soberbos, são as mulheres presunçosas, pois que, com serem formosas e se prezarem de discretas, têm-se por mais nobres que Cleópatra, rainha do Egipto. E em serem lascivas e gastadoras parecem-se-lhe bem, porque todas querem vestir bem e comer melhor, e querem todas ser iguais. Há mui grande desproporção e desigualdade entre umas e outras, todavia onde falta o seu caudal supremo nos seus galãs, que nunca elas se acomodam com pobres, para quem não faltam negras e índias. E, visto que nunca lhes escasseiam galas nem regalos, são grandes campeadoras e amigas de passear. Se querem seus maridos saber de suas vidas e lhes pedem contas, logo metem tudo a vozes; e, se as apertam com rigor, procuram invenções com que apartar-se deles e exigem o divórcio e apartam-se dos seus maridos. Em meu tempo chegaram ao arcebispo e seu provisor mais de vinte pleitos de mulheres, que pediam que as apartassem de seus maridos, por não fazerem vida com eles. E entrava nesta conta uma cujo marido possuía mais de quinhentos mil pesos. Em querendo correr pelo caminho de seus apetites e desonestos passatempos, não fazem reparo nem consideram mais do que seguir seu gosto, sem considerar o que adiante lhes possa suceder. E quantas seguem este caminho vêm a ter mau fim, segundo manifesta a experiência cada dia.

É grande a variedade desta gente. São de pouco engenho, pouco amigos de trabalhar, fracos com o vício e amigos de festas, que sempre abundam. E em todas as festas e alegrias se encontram as senhoras damas, tendo-se por mais apoucada a que menos sabe falar e ostenta piores galas. E assim ensaiam como hão-de falar, por ganhar nomeada, e dão ordem de como se hão-de pôr em efeito seus tratos. Pela cupidez e pelos vícios, e porque poucos são os que se conhecem, perdem o temor a Deus e a vergonha às gentes. Não há embuste ou enredo que não façam, nem o pai perdoa ao filho nem a mulher ao marido, nem o irmão à irmã,

<sup>84</sup> «Andaren» no original, possível lusitanismo.

<sup>85</sup> Findo já o período das grandes conquistas no vice-reino do Peru, a guerra de Arauco, que opôs as forças militares da capitania do Chile aos índios mapuches até ao século XIX, significou oportunidades para homens como os que o autor está a referir.

que, como os índios, em estando ébrios, se acomodam com todas as mulheres, sem reserva nenhuma, assim o espanhol não repara em nada quando acha ocasião. Conheci eu um pai que acusou seu filho, dizendo que dormira com a madrasta, para o fazer degolar e herdar cem mil pesos que tinha de herança de sua mãe, primeira mulher de seu legítimo pai. E conheci uma mulher, das mais principais do reino, que, a fim de deserdar seus filhos legítimos, sendo casada pela segunda vez com um fidalgo dos mais nobres de Lima, pedindo os filhos sua herança perante a justiça e sendo-lhes adjudicada e mandada entregar por sentença definitiva, saiu a boa e legítima mãe, declarando que tivera aqueles filhos de adultério, sendo casada com o primeiro marido. Tudo isto fez para engolirem ela e o segundo marido uns cento e cinquenta mil pesos que os filhos tinham de legítima herança de seu pai. Conheci mulheres com dois maridos, que elas sabem urdir tais teias, que se descasam e tomam outros maridos mais a seu gosto, e logo acham notários tão desembaraçados de consciência que ordenam os pleitos pelos quais os matrimónios se dão por nulos, conforme bem se tem visto em Lima. E, ao cabo de algum tempo, esclareceram-se as falsidades, porque entraram outros notários em lugar dos que as engendraram, e os primeiros maridos alegaram de sua justiça, de jeito que foi revelada a aleivosia. Conheci uma mulher que se conluiou com seus galãs para conceberem algum arдил e acusarem o marido, dizendo que ele consentia que ela fosse má e tratasse com quem lhe pagasse; e, enfim, fê-lo açoitá-lo, encapuzar<sup>86</sup> e desterrar de Lima, ficando livre para os vícios a mulher má. Conheci pais que dormiram com suas filhas legítimas, irmão que dormiu com a sua irmã, e homem que dormiu com mãe e filha; e escrivães conheci e vi açoitá-lo, e pô-los nas galeras por falsários. Ouvei e vi e experimentei coisas neste reino que dos antigos cananeus e amorreus não se dizem maiores vícios e maldades. Pois os que governam, assim o secular como o eclesiástico, são mais ladrões que o ladrão (caco)<sup>87</sup> e mais artificiosos para juntar dinheiros que o governador Floro, o qual deu motivo a que se levantassem os judeus contra os romanos, no começo da destruição de Jerusalém. Conheci um frade mercedário que cortou a cara ao seu comendador-maior, e conheci outro dominicano que cortou com uma navalha as duas queixadas ao seu vigário-geral, e alvorçaram-se estas ordens, que o diabo os tinha a todos revoltos. Quantos milagres fingidos se fazem. Que eu vi um soldado que veio do Chile, fingindo-se coxo de ambas as pernas; foi ter a um novenário e a velar numa capela deserta (devoção que está no mosteiro dos dominicanos), e, ao cabo de nove dias, fingiu que por virtude daquele santo se havia

---

<sup>86</sup> No original, «encorozar». Ou seja, foi colocado o chapéu em bico que os indivíduos castigados eram obrigados a utilizar, como forma de humilhação pública.

<sup>87</sup> Termo utilizado para designar um ladrão, numa alusão à personagem da mitologia romana com o mesmo nome conhecida por roubar.

curado, e levantou-se saltando e correndo como quem não tivera mal nenhum. E por aquele milagre fizeram procissão, vindo, ao fim, a saber-se ser aquele soldado um grande embusteiro. Vi encapuzar, açoitar e sair em auto público da Inquisição uma feiticeira que enredou com seus embustes as senhoras mais principais de Lima, e vi queimar sodomitas e um capitão dos que tinham maior reputação.

Pois os negros e os índios são mais bárbaros do que eram antes que conhecessem os espanhóis, porque então não tinham quem os encaminhasse e agora são supersticiosos e feiticeiros, e adoram o diabo, a que os índios chamam *supai*. Eu vi na praça de Lima fazer um auto da Inquisição de índios. Os inquisidores não tratam com os índios, pois assim têm ordem de El-Rei e do Papa, só as justiças seculares tratam com eles. Neste auto havia muitos ídolos dos que noutro tempo os índios adoravam. E queimaram os ídolos numa grande pira, e açoitaram e tosquiaram os índios, que aquilo que tomam por maior afronta é cortarem-lhes o cabelo. Os negros, se dão em velhacos e em envilecer-se, não pode o diabo com eles. Assim como digo estas coisas em geral, pudera dizê-las em particular. E digo-as para que se entendam e conheçam os tratos desonestos e ilícitos destas gentes, como não há maldade que não intentem e ponham em efeito, e o pouco temor que têm a Deus. E todo o reino e gentes que ao Senhor não temem não podem deixar de ter mau fim, pois que todas as coisas deste mundo chegam aos seus fins limitados.

Em Lima e por todo o Peru vivem e andam gentes de todos os melhores lugares, cidades e vilas de Espanha, havendo gentes da nação portuguesa, galegos, asturianos, biscaios, navarros, aragoneses, valencianos de Múrcia, franceses, italianos, alemães, flamengos, gregos, ragusanos<sup>88</sup>, corsos, genoveses, maiorquinos, canários, ingleses, mouriscos, gentes da Índia e da China, e outras muitas mesclas e misturas. E, assim como são diferentes em nações, são-no também em condições e vontades. Particularmente, são inimigos os estremenhos dos biscaios, porque os estremenhos ganharam o Peru e os biscaios são nele agora a gente mais rica e a que alcança melhores cargos de El-Rei. E, não podendo os estremenhos sofrê-lo, são grandes inimigos. São os pobres muito inimigos dos ricos, propriedade antiga do mundo.

Como os *criollos* são pouco afeitos ao trabalho, perdem o sentido perante a fidalguia. E assim se dão muitos ao estudo e se fazem frades e clérigos, e as *criollas* fazem-se monjas muitas delas, pois no convento têm a comida e o vestuário seguros. Não se querem aventurar nem pôr-se em perigo por mar nem terra para ganhar a vida. Se a comunicação das gentes que vão de Espanha não tivessem aos *criollos* ficariam de outra natureza e condição bárbara.

*Criollos* são os filhos dos espanhóis que nascem no Peru

<sup>88</sup> Oriundos da república de Ragusa, actual cidade de Dubrovnik, na Croácia.

Tem Lima, em todos os quatro cantões ou esquinas que se fazem nas quatro quadras de todas as ruas, *pulperías*, que são casas de coisas de comer e tabernas onde se vendem vinhos. E todas são ricas, porque tiram grande proveito de tudo o que vendem. Tem Lima fornos onde se lavra vidro e outros onde se fabrica muita loiça de barro, bilhas, vasilhas e toda a sorte de loiça, de que se servem os pobres. E nenhum há, por mais pobre que seja, que não tenha alguma peça de prata e algum negro ou negra a seu serviço. No *cercado* dos índios de Lima, todos os meses trabalham os índios que estão assinalados por cédulas dos vice-reis. E repartem-nos pelos senhores que têm *chácaras*, para que trabalhem nelas, pagando-lhes três reais cada dia. No Verão, servem índios yungas, dos planaltos, e, no Inverno, serranos da serra. Estes índios não podem faltar, tendo os *corregidores* do seu território obrigação de os enviar, e os *alcaldes* dos índios, de os trazer<sup>89</sup>.

Muito grande é o trato de Lima, assim por mar como por terra, porque de todo o reino lhe trazem frutas e mercadorias que se colhem e se aproveitam nele. E de Lima saem mercadorias por terra e por mar para todo o reino. De Lima vão mercadorias ao Novo Reino de Granada, a Tucumán e ao Reino do Chile, e levam por conta de El-Rei, todos os anos, cem mil pesos de mercadorias e coisas pertencentes ao serviço dos soldados e gente de guerra do Chile. De Callao saem navios carregados de vinho para toda a costa da Guatemala e Nicarágua. De todo o Reino do Peru acodem os mercadores a negociar a Lima, desde o mês de Dezembro até ao de Abril, e, despacham as mercadorias para suas casas e outros barras de prata para Espanha, tornam às suas terras.

Lima e as planícies do Peru são mui sujeitos a tremores de terra. Eu vi, no ano de seiscentos e nove, sábado, pelas sete da tarde, a dezanove de Outubro, um tremor que derrubou, em breve espaço de tempo, mais de quinhentas casas, e não deixou nenhuma que não abrisse como uma romã. Só o estrago que fez na Igreja Maior foi estimado em duzentos mil pesos. E encontrei-me, no ano de seiscentos e cinco, em vinte e seis de Novembro, numa vila que se chama Ica, a cinquenta léguas de Lima, onde foi a terra abalada por um tremor que durou um quarto de hora e derrubou muitas casas. Em Arica, porto de Potosí, tremeu o mar e deu um tal solavanco, que alcançou a terra, alagou toda a vila e derrubou as casas, deixando-as arrasadas de areia. As gentes salvaram-se acorrendo a um monte que está perto da vila. Foram alagados todos os armazéns de El-Rei e adegas de vinho, e houve grande estrago por toda a costa.

Tremor

Outro tremor  
 Todo este  
 tremor foi a  
 um tempo

<sup>89</sup> Trabalhar para a Coroa e para *espanhóis* a troco de um pagamento reduzido era uma das obrigações que, para além do tributo, os *índios* tinham, devido ao seu estatuto no mundo hispânico. Este trabalho era organizado num sistema rotativo por turnos chamado *mita*. Com o retrocesso das *encomiendas*, a distribuição da força de trabalho indígena passa a estar a cargo do *corregidor*. Ver também notas 15 e 38.

Quando em Lima se sentem os tremores, saem as gentes, correndo, para as praças, para o meio das ruas e para os pátios e currais. As montanhas não são tão sujeitas a tremores.

Assim como no Peru e em Lima há gente ruim, há boas pessoas e distintas, tementes a Deus, amigas de fazer bem, muito dadas à virtude e honradas. Digo também que, em quinze anos que estive e residi em Lima, faliram e faltaram a seus créditos mais de sessenta comerciantes. O que faliu por menos foi por mais de cem mil pesos, e houve mercadores que faliram por mais de duzentos mil. E a causa de assim falirem tantos, foi haverem comprado muitas mercadorias fiadas, e, não podendo logo vender tantas, fiaram-nas a outros mercadores, que lhes faltaram com os pagamentos. Faziam também muitos gastos supérfluos e metiam maus moços em suas casas. Por estas causas faliram. Assim que todas as coisas das Índias são variáveis, não havendo coisa firme nem estável nelas, somente Deus é firme e firmes Suas coisas, e a Sua palavra Verdade. Encaminhe-nos Ele em todo o bem e aparte-nos de todo o mal, e nos encaminhe pelo caminho do Santo Serviço, Ámen.

Erva-do-diabo      Encontra-se no Peru uns grãos semelhantes a sementes de cebolas, são maiores, chamam-se erva-do-diabo, e que se cozem com água ou vinho. Se se quer burlar alguém ou roubá-lo, dá-se-lhe a beber esta água ou deita-se-lhe no vinho, e, em a bebendo, adormece a pessoa por vinte e quatro horas; e, se estava rindo ou chorando ou de outra maneira, assim fica chorando ou rindo, e, do jeito que estava, assim fica. E com esta invenção roubaram a fazenda de alguns e a outros fizeram excessos e demasias com a bebida desta erva-do-diabo.

Pinhões              Há uns pinhões tão grandes como amêndoas. Com estes pinhões purgam-se algumas pessoas quando estão doentes, e é purga muito, muito forte, e outras mandam-nos cristalizar e dão-nos a comer àqueles que querem burlar, e fá-los andar do corpo mais do que o passo.

Resina                Há uma resina a que chamam *quinoa quina*, muito olorosa e medicinal para curar feridas e outros males, que tem umas pepitas tão grandes como as das cabaças, as quais, postas ao lume, dão bom cheiro, e são mui sãs para tirar a dor de cabeça.

Óleo                  Na vila de Cañete faz-se um óleo a que chamam de mexia. É o melhor óleo para curar feridas que se pode achar no mundo. Aquece-se este óleo ao lume, e, se se põe na ferida quando está aberta, com sangue quente, cura-a, por mais penetrante que seja. E confeccionam também os boticários em Lima este óleo contrafeito, de cor verde.

Aloé                  Encontra-se no Peru aloé em abundância.

Semente             Há uma semente, semelhante ao arroz e que se guisa do mesmo jeito, chamada *quinua*. Diz-se que as minas do monte de Potosí se descobriram desta forma: uns homens acenderam fogo com a planta desta *quinua* para se aquecerem, e, com o calor, começou a derreter a prata. E assim foi descoberta a mais rica mina de prata que o mundo teve até este dia, se

Minas

não faltassem índios e mercúrio no Peru. Minas de prata há muitas que não se trabalham, por falta de gente e mercúrio.

Também há no Peru muitas *guacas*, que serviam aos índios para os seus enterros e fortalezas. Nestas *guacas* estão enterrados e escondidos muitos tesouros que ali metiam com os índios quando os enterravam, e que ocultaram quando os espanhóis entraram no Peru. E sempre são procurados, e se vão descobrindo alguns, porque as riquezas dos índios e aquelas covas cheias de peças de ouro e prata que davam Atahualpa e Huascar aos espanhóis pela sua liberdade, tudo está sepultado sem nunca, nunca, haver sido descoberto.

*Guacas*

Também gastaram muitos homens suas fazendas nos contornos de Lima, procurando os baús de Francisco Fernández<sup>90</sup>, tirano que se quis levantar com o Peru, e, quando se viu com poucas forças, escondeu estes baús cheios de pedras preciosas e grandes riquezas, que, por mais que se procurem, não se podem achar. Muitas grandezas tem o Peru mais do que as que eu conto, as quais quem nele está vai experimentando e descobrindo a cada dia.

*Baús*

*Trata-se do caminho principal que sai de Lima para as montanhas, até chegar à cidade de Cusco, com todos os lugares e coisas que há no caminho*

Saindo de Lima pelo Caminho Real da Serra, sempre se vai andando para oriente. Quatro léguas adiante, encontra-se o vale da Seneguilla, e vai-se a Chontayo, que é um lugar de índios a nove léguas do mar. E, desde o mar até este lugar, tudo é o vale da Seneguilla, onde há muitos hortos, estancias de gado e *chácaras*, onde sempre se colhe, por Março e Abril, muito milho, trigo, pepinos da terra, melões e outras frutas. E deste vale se leva a Lima muita lenha para queimar. Em Chontayo vive um rico cacique e há lindos hortos e vergéis. São mais sazonados os frutos deste vale do que os de Lima, porque é vale mui temperado. De seguida atravessa-se o rio e vai-se a um lugar de índios a dez léguas de Lima, que se chama Sisicayo, *corregimiento* que abrange muitos lugares de índios que se encontram por estes vales e sopés da serra. Daqui segue-se pela margem do rio, água acima, e talvez se passa o rio. Há por este caminho bosques e árvores de fruta, e percorrem-se bons e maus troços, até à subida da costa de Chorrillo, que são duas léguas de ruim caminho. Chama-se Chorrillo a este lugar de índios que se situa a treze léguas de Lima, porque, desde o alto da montanha até este lugar, desce um ribeiro

*Sisicayo*

*Chorrillo*

<sup>90</sup> Nas guerras civis iniciadas após a tentativa de aplicação das *Leyes Nuevas* no Peru, em 1544, Francisco Hernández Giron, apesar de inicialmente ter apoiado o vice-rei, acabou por se posicionar do lado dos *encomenderos* e conquistadores que se opunham às mesmas. Foi executado em 1554, após ter sido capturado na sequência da batalha de Pucara.

através de um canal aberto ao longo de um penhasco, de mais de um quarto de légua. Em Chorrillo chove e troveja fortemente.

Guadachería

Daqui vai-se a Guadachería, lugar de índios a dezoito léguas de Lima, rico e muita lavoura. Daqui vêem-se pelos vales e montanhas muitos lugares de índios chapiungas. Chamam a esta terra entre frio e quente, porque a alcançam poucos frios da serra e não as fustiga o calor das planícies. É terra temperada, onde chove e se colhem por aqui batatas, trigo, milho e outras coisas. Descendo encostas e subindo montanhas, chega-se a uma *tambillo* que se chama Lo Caliente, por estar ao pé da *puna*, cujo cume se chama Pariacaca. Daqui a Lima são vinte e duas léguas, sempre subindo, pela maior parte. Aqui enjoam os homens e sentem as mesmas revoluções que no mar provam os que de novo entram nele, deixando-os como bêbados, e a outros de melhor cabeça não lhes fazem mal. Aqui são as montanhas tão altas que parece que atingem o céu, todas cobertas de neve. Esta é a *puna* mais temida e rigorosa que tem o Peru, porque nela nunca faltam tempestades, e tem grandes morasas [sic], lagoas, rios, passagens más e despenhadeiros. Ao pé desta *puna*, separam-se dois caminhos. Um segue pelas escadinhas, que assim se chamam porque sobem uma encosta toda feita de degraus de pedra; e, se daqui caem as mulas, vão a dar a uma lagoa de água mui profunda. Dirige-se este caminho a Atum Xauxa, lugar de índios do vale de Xauxa. Passa por este lugar o rio Maranhão, que se transpõe por uma forte ponte de pedra. O outro caminho chama-se o atalho, e transpõe um grande rio. Aqui onde é atravessado, este rio entra todo por uma grande boca e avança mais de uma légua por debaixo de terra, e, voltando a sair, tornam a transpô-lo por uma ponte feita de natureza. Chega-se a uns penhascos que se chamam Pachacaca, onde de novo se some o rio pela boca de um penhasco e segue sob terra e penhas, fazendo grande ruído. Nestes penhascos faz-se uma grande concavidade, onde dormem as gentes e se ouve o grande estrondo do rio, que aturde os que ali dormem. Bem podem dormir doze homens sob esta penha, cada um em sua enxerga, e acende-se fogo, pois que todos levam lenha e carvão, e muito de comer e melhor de beber, já que nesta montanha não se acha nem lenha nem que comer. Quando passa muita gente, os criados e gente de serviço e as cavalgadas dormem sobre a neve.

Altas  
montanhas  
de Pariacaca

Do lado  
esquerdo

Do lado  
direito

Pachacaca

Vicunhas  
Pedra bezoar

Nestas montanhas, e por todas as que tem o Peru, há grande quantidade de vicunhas<sup>91</sup>, que é o animal em que se cria a pedra bezoar fina. Este animal, quando pasta no campo, come uma erva peçonhenta, e,

<sup>91</sup> Espécie da família dos camelos da região dos Andes. Distingue-se dos restantes pela sua menor estatura e por algumas pequenas especificidades ao nível da dentição e dos cascos. A grande qualidade da sua lã explica a grande procura pela mesma, já existente na época pré-colombiana. A caça intensiva destes animais pelo elevado valor comercial da sua lã colocou-os em vias de extinção.

assim que se sente tocado daquela peçonha, como conhece a contra-erva, procura-a e traga-a, e logo fica são. Desta contra-erva forma-se a pedra bezoar<sup>92</sup>, que se vai criando nas entranhas deste animal e crescendo, até que o matam, e, conforme o tempo que vive, assim crescem as pedras, de que há no Peru grande abundância, valendo bons dinheiros. A lã destas vicunhas é escabelada, mui amorosa e fina. É como a lã do castor, e dela se fazem chapéus e outras coisas. A carne come-se e é melhor que carne de carneiro. Seca-se ao sol e ao vento, e faz-se dela *charques* sem sal (que são como *cecina*) e um guisado a que chamam *locro*, em que se deita pimentos, batatas e milho, e que é mui são e saboroso. Não há animal mais lindo nem mais ágil: são do tamanho de cabras, andam pelos campos sem dono, e quem puder apresa-os, sem que ninguém os defenda. Quando os índios querem festejar<sup>93</sup> seus *corregidores* e alguns senhores principais, fazem um modo de caça a que chamam *chaco*. Juntam-se muitos índios e cercam quatro ou seis léguas, por planícies e montes; e logo se vão aproximando, em torno destas vicunhas e outros animais no meio, até que as cercam e as apanham com as mãos e com varas, conforme querem, porque são tantos os índios que as não deixam fugir. É esta uma caça de grande entretenimento e gosto.

Lã

Caça

Nestas montanhas andam muitos guanacos, que são os carneiros do Peru e nem estes nem as vicunhas se criam nas planícies. São estes carneiros muito maiores que os nossos, mais altos e mais largos; têm o pescoço mui comprido e a cabeça bem feita; a sua lã é branca ou pardo-escura. Este é o melhor gado e o mais proveitoso que se conhece no mundo, porque trabalha e carrega de peso até sete arrobas e põem-lhes o seu aparelho como a outras bestas de carga, e levam quatrocentos, quinhentos ou mais por manada. Carregam-nos de vinho nas planícies, transportando, cada um, duas bilhas cheias de vinho, que pesam sete arrobas. Levam-nas dentro de umas cangalhas feitas de *ichó*, que é uma erva rija como esparto, de que estão as montanhas cheias, que se carregam de trigo, milho, farinha e tudo o que se quiser. O mais que caminham, quando vão carregados, são duas a três léguas ao dia. Caminham por qualquer caminho, por ruim e áspero que seja, e passam os rios, por grandes que sejam, com suas cargas, não sendo outro o seu sustento senão o que comem no campo. E, se se cansam no caminho, não se pode senão deixá-los descansar, pois que, ainda que os matem à paulada, não se querem levantar até se sentirem descansados, e aquele que dá em fugir

Guanacos

Ichó

<sup>92</sup> Consiste num cálculo que se forma no intestino de vários animais, principalmente ruminantes. Apesar de o autor mencionar as ervas ingeridas como sendo a origem destas formações, a verdade é que o aparecimento destas «pedras» pode dever-se a outras substâncias. Era crença generalizada que estas tinham poderes curativos, o que as tornava bastante valiosas.

<sup>93</sup> «Festejar» no original, possível lusitanismo.

Tapeçaria

corre mais que um cavalo. Das suas lãs fazem-se ricas cobertas, lindos *cumbes* (que são panos de armar), tecidos de delicadíssimas cores e de muito valor; e também fazem destas lãs vestidos para os índios. E neles se encontram pedras bezoares. A sua carne come-se, e é um tanto doce. A sua pele aproveita-se, de jeito que com eles não se faz despesa: o que custa um, que são de seis pesos até doze, ao cabo, com sua carne e pele, paga o que custa. Há senhores que têm seis mil carneiros, e alguns carregam-nos todos de coca nos Andes e levam-na a Potosí. E há carneiros destes que, com oito arrobas, caminham por terra plana dez léguas num dia. Também por estas montanhas há muitos veados, vizcachas, que são como lebres, e andam muitas vacas e carneiros, porque há grandes pastos onde comem. A neve está nas *punas* altas, que nas planícies e vales logo se derrete.

*Tambo* é  
hospedaria

Serviço pessoal

Desde Pachacaca, caminha-se por estas montanhas despovoadas e chega-se a uma *estancia* de gados que se chama Veláustegui, e aqui se dorme uma noite. E, através de vales e por um rio abaixo, vai-se ao famoso vale de Xauxa. E, passando o caudaloso (rio) Maranhão a vau, em balsas ou pela ponte de Atum Xauxa, alcança-se Guancayo, lugar de índios. É este vale de Xauxa mui celebrado pelo mundo, e dele se contam algumas fábulas. Há, em todo o distrito deste vale, catorze lugares de índios. É um grande *corregimiento*. Tem mosteiros de frades franciscanos e dominicanos, que doutrinam os índios. É um vale rico e abundante em trigo e milho; tem o melhor toucinho do reino, muitas galinhas, ovos e muitos pêssegos. Tudo se leva a Lima, que são quarenta léguas. Têm aqui os índios um grande *tambo* para os passageiros. Na montanha de Pariacaca não os há, porque se não pode habitar nela. Desde este lugar de Guancayo, por todo a Estrada<sup>94</sup> Real, há *tambos* a cada cinco a seis léguas, a que chamam *tambos* reais, porque todas são de El-Rei. Em todas os *tambos* há *mita* de índios, que ali estão depositados para serviço pessoal dos passageiros que caminham de umas terras a outras. E, em entrando o passageiro no *tambo*, acode um *alcalde* de índios, que ali assiste, e lhe dá um índio para que o sirva. Tem este índio encargo de trazer ao caminhante água, lenha, pimentos, sal e *ichó*, sobre o qual faça a sua cama, e tudo isto sem dinheiro, e serve-o e guarda a sua roupa. Outros índios vão buscar galinhas e tudo o que se lhes pede, levam também as mulas ao pasto, trazendo-as pela manhã. Se lhes querem dar alguma coisa, dão-lha, e, se não, seguem o seu caminho. Há este serviço de índios por todos os *tambos*, e, em alguns lugares, só há índias, porque os índios andam ocupados noutras coisas. A pena que recai sobre um espanhol que leva a honra de uma índia são quatro pesos de nove reais, por lei de Dom Francisco de Toledo, vice-rei que foi do Peru.

<sup>94</sup> «Estrada» no original, possível lusitanismo.

Os índios são a gente mais cobarde e medrosa que tem o mundo. Tremem com a voz de um espanhol, e basta um homem branco para fazer fugir cem. Por bem, não querem fazer coisa que se lhes peça, mas, por mal e à paulada, fazem tudo quanto lhes mandam. São grandes feiticeiros e bebedores, e, em estando bêbados, deitam-se com suas mães, irmãs e filhas, e negociam com todas, e tais são elas como eles. As mulheres índias, em acabando de parir, vão logo lavar-se em água fria, a si e aos meninos que parem. Este é o seu costume. É gente mui miserável, fraca, pequena de corpo e feia. Os índios deste vale de Xauxa são de melhor parecer. Embebedam-se muito. Quando caminham, muitos levam as cavalgaduras pela rédea e vão a pé, com a bagagem às costas. Têm grande respeito ao diabo, a que chamam *supai*: dizem que bem sabem que é mal, mas que lhe têm reverência por que lhes não faça mal.

Os índios do Peru não têm barba

Propriedade dos índios

Está este vale de Xauxa entre duas altas montanhas. Saindo deste vale, vai-se ao *tambo* de Acos. E, desde ali, seguindo umas encostas que estão à beira do rio Maranhão, chega-se a Casma, onde há muito lindos hortos. E, caminhando junto ao rio e por alguns maus passos, torna-se a passar o rio por uma ponte de pedra. Aqui se aparta do caminho real outro caminho que vai para a vila de Huancavelica, onde há umas ricas minas de mercúrio, que daqui se leva para todas as minas de prata que tem o Peru. Situa-se a boca por onde entram na mina a tirar o mercúrio a meia légua da vila. Aqui carregam o mercúrio em carneiros e conduzem-nos ao porto de mar de Chíncha, onde o embarcam para Arica e de onde o levam a Potosí e outras minas. Esta vila é chamada de Oropesa de Huancavelica, encontra-se a sessenta léguas de Lima e tem duas mil casas de espanhóis e três mil de índios. Há nela muitos índios que trabalham nas minas, e nunca faltam mercadores e outras gentes, que vêm comerciar na vila, porque é rica e tem mui grande trato de mercadores, que gastam e vendem cada ano muitas mercadorias. Tem mosteiros de frades e sua igreja maior, bem como outras paróquias de índios. Sempre assiste aqui, por *corregidor*, um grande cavaleiro, e há tesoureiro e contador de El-Rei. Criam-se pelos seus campos e altas montanhas, de que está cercada, muitas vacas e ovelhas, de que fazem boníssima manteiga e muitos queijos, e das suas carnes fazem boas *cecinas*. Há muito açúcar, que se colhe nos profundíssimos declives por onde passa o rio Maranhão, onde nunca o frio chega. E há mui regaladas *estancias* por estes declives e muitas frutas. Nesta vila troveja, chove e neva fortemente, e é terra mui sã.

Huancavelica

Nesta vila, na outra banda de um rio que junto dela passa, cerca de um monte alto numa planície, nasce uma fonte de água quente a que chamam *puquio*, onde se vão banhar todos os que querem gozar do seu calor. A esta água deu Deus a propriedade de se transformar em pedra. Mas não se há-de entender que toda faça pedra, pois que da fonte sai um razoável fio de água, que se junta com a do rio. Aquela que se quer trans-

Água quente sua propriedade

formar em pedra faz-se entrar num vasto cercado ou cova, que está feita para este efeito; e, em pouco tempo, se faz uma penha de pedra muito dura. E daqui a cortam e lavram-na. Todas as casas da vila são feitas desta pedra, é de cor amarela e um pouco branda.

Castrovirreina A catorze léguas desta vila situa-se Chocolococha, ou, em nome espanhol, Castrovirreina. Há aqui ricas minas de fina prata, de toda a lei, custando a mais valiosa dois mil trezentos e oitenta maravedis de lei, e daqui para baixo, que nenhuma vale mais. Novecentas barras de prata desta mina, seladas e marcadas com os selos reais, valem, umas com outras, mil pesos de a oito reais, pelo menos. Afora estas mil barras, extrai-se muita prata, que se desfaz em vasilhas e para prateiros, que a furtam sem pagar os quintos de El-Rei, que são de cinco um. Mas os mineiros desta mina não pagam mais que dez um, porque são minas mais pobres e de muito trabalho. Acham-se as minas numa alta montanha, toda coberta de neve, a duas léguas da vila. Os metais são trazidos das minas, para serem depurados, aos moinhos de prata, que estão num pequeno rio que passa junto à vila, são trazidos por carneiros. São os melhores destes metais umas pedras de um azul mui escuro e de um branco pardacento. Queimam-nos em fornos que aquecem e acendem com *ichó* e excrementos de carneiro (que abunda por toda a montanha), porque a terra é mui falta de lenha. Depois de estarem queimados os metais, moem-nos com pedras como as de *ataoña* e andam com água do rio. Quando os metais estão feitos em pó, deitam-nos numas pias e aí os encorporam com água e mercúrio: o mercúrio atrai a si toda a prata, e o que sobra são lamas, que algumas pessoas arrendam para as tornarem a crivar e tirarem prata delas. Faz-se destas lamas aquilo a que se chama o metal negrito, para o que nunca se encontrou benefício, por mais que muitos o tenham procurado, pois que, se se pudera fazer, não têm número as riquezas que dele que tiraria. De seguida, com fogo tiram o mercúrio da prata, não tendo este mercúrio mais proveito. Fazem, depois, umas pinhas de prata, tão grandes algumas como um pão de açúcar. Para as fazerem em barras, metem-nas em crisóis de barro, e, depois de derretidas, deitam-nas em suas formas, a que chamam *callanas*; depois de feitas, mergulham-nas num poço de água fria. Depois as levam a dois oficiais de El-Rei, selam-nas, põem nelas o seu número, atribuem-lhes a lei que têm e pagam o quinto a El-Rei. Os números que põem nas barras vão de um até mil e até seis mil, e assentam-se desde o primeiro dia de cada ano até ao derradeiro, e, por esta conta, todos sabem as barras que se extraem de cada mina, todos os anos, e não pode furtar nem perder uma barra, porque logo se descobre em dizendo seu dono que lhe falta. E assim também os mercadores que as compram lhes põem suas marcas, e às barras tiram uma porção, que é direito do ensaiador que as ensaia.

É Castrovirreina uma vila que terá quinhentas casas de espanhóis e muitas mais de gente índia. Aqui tem El-Rei um governador, pessoa

de qualidade, que daqui saca um tesouro de riquezas. É vila de grandes tratos de mercadores, onde existem ricas lojas. Há muitos e regalados vinhos, que se trazem das planícies, e, posto que nelas haja maus vinhos, em sendo levados para a montanha fazem-se bons e regalados. Esta é a montanha mais fria de todo o Peru, e é terra mui sã e de gente mui robusta. Não se criam aqui vermes danosos, nem se sabe que coisa seja um piolho, nem uma pulga, nem um rato<sup>95</sup>, nem uma aranha, nem um mosquito, nem uma nígua, nem uma cobra, nem nenhuma espécie de animal que dê enfado ou pena. As mulheres espanholas que aqui empre-nham vão parir a terras quentes, pois que o frio desta *puna* matou muitas, e, por muito que contra ele se precatem, não lhes aproveita, por ser o frio terribilíssimo. Os vinhos gelam, e, se aqui matam um boi e o dependuram à porta, podem comê-lo pouco a pouco, sem lhe deitarem sal nem outra coisa; e, posto que ali permaneça todo o ano, não se corrompe.

Sai desta vila um caminho para Ica, Pasco, Chincha e Lima, e outro caminho, através da *puna*, para Guamanga, que está no caminho real. E, regressando a Huancavelica, segue-se por entre três lagoas de água doce, caminha-se por terra, entenda-se, ficando as lagoas de ambos os lados. São fundíssimas e alvoroça-as o vento, levantando as suas ondas tal como no mar. Mede cada uma mais de uma légua de comprido. Vai-se por um engenho de prata e passa-se junto de outra lagoa, cerca de umas montanhas altíssimas cobertas de neve, que são as mais tremidas em todo o mundo. Todas estas montanhas se ligam às de Pariacaca. Passa-se, de seguida, por uma morraça<sup>96</sup>, que se chama cenaga [sic], onde se afundará quem não souber o caminho, pois que, como os carneiros são ligeiros andam por cima dela e têm caminho aberto, o que engana quem não sabe que nestes caminhos é muito importante levar por eles guia de índios. Chega-se a uns penhas a que chamam Las Vizcachas, e tantas são as que por ali andam, que os cobrem. Seguidamente, cruza-se uns prados e vales, onde andam pastando grandes manadas de carneiros de El-Rei, que trabalham no transporte do mercúrio. Nesta terra, convém que se viaje no Verão, pois no Inverno há muitos tremedais, morraças e rios que tudo é difícil de passar.

Tornando a Huancavelica, tem o seu caminho para Guamanga, entra na Estrada Real e prossegue por ele. Depois de se passar o rio Maranhão pela sua ponte de pedra, atravessa-se o rio de Huancavelica, sobe-se uma encosta, por mau caminho e muito grande, e alcança-se o *tambo* de Picois, desde onde se descobrem tantas e tão altas montanhas, que parece não haver saída por nenhuma parte. E pelas suas ladeiras, vêem-se alguns lugares de índios, e vê-se o rio Maranhão metido nos profundos vales, que parece um pequeno rio. Deste *tambo* vai-se a uns penhascos que se

<sup>95</sup> «Rato» no original, possível lusitanismo.

<sup>96</sup> «Morraça» no original, possível lusitanismo.

chamam Los Frades<sup>97</sup>, porque há neles pedras tão altas e tão delgadas como um homem. Aqui vem dar o caminho de Huancavelica, seguindo até ao *tambo* de Parcos. Por todas estas encostas e ladeiras vêem-se muitos lugares de gente índia.

Daqui desce-se uma encosta de duas léguas e meia, desde onde se vê uma ilha que há em meio do rio Maranhão. Chama-se esta ilha Guamanga, e tem muitos lugares de índios e grandes minas de chumbo. Até chegar a esta ilha, corre o rio Maranhão para oriente, tornando aqui a dar volta para ocidente. Nas faldas desta encosta corre um rio que entra no Maranhão e passa sob uma ponte de corda, feita desta forma, tecem-se uns cabos muito grossos, com o comprimento apropriado, e, prendendo-os a um estribo de pedra, passam-se à outra margem do rio, sobre eles, deitam-se gravetos e, depois, uma esteira muito grossa e comprida (cabos e esteira são feitos de agave, que é a planta de que fazem a pita), de ambos os lados colocam-se outros cabos, enleados com gravetos. Apertam-se estas pontes com um cabrestante, e ficam estas pontes no ar, sem ter no meio sobre o que sustentar, pelo que sempre estão arqueadas para o rio, sendo mister descarregar as mulas e fazer passar as mercadorias em ombros de índios ou de negros. Quando há pouca água, atravessa-se o rio a vau. Daqui vai-se ao *tambo* de Azángaro, que fica do lado direito. O lugar de Ganta, com outros lugares de índios, fica do lado esquerdo e é *corregimiento*. Se os rios são passados a vau, vai-se por um vale chamado Vinagua, onde existem lindas *estancias*, muitos hortos, coutadas e muito gado, tudo de senhores de Guamanga e é um alegre vale. Segue-se para a cidade de Guamanga, cidade rica e de bom trato dos mercadores, terra mui temperada, onde se colhe muito trigo e milho e onde se acham todas as coisas que se criam no Peru. E por todas as montanhas e vales que os rios fazem andam cheios de gado, bois e ovelhas, e tudo barato. Tem a cidade *corregidor* e bispo, mosteiros de frades das quatro ordens que tem o Peru, mosteiros de monjas e teatinos, e muitas casas de cavaleiros. Situa-se a setenta e oito léguas da cidade de Lima.

Seguindo a Estrada Real, passa-se por alguns lugares de índios, pela *estancia* de Dona Teresa e por muitas *estancias* de vacas. E, subindo e descendo encostas e atravessando rios pequenos, alcança-se Vilcas, lugar de índios, terra que se diz ser a mais alta do Peru. Vêem-se aqui relíquias de grandes edifícios do tempo dos incas, em cujas paredes estão as pedras mais bem lavradas e assentadas nas paredes que se pode encontrar em todo o mundo. É este um *corregimiento* que tem muitos lugares em sua comarca. Segue-se daqui para o rio de Uramarca e desce-se uma grande encosta. É este rio um dos maiores que entram no Maranhão. No Verão, atravessa-se a vau, e, no Inverno, por uma ponte de corda. Junto a esse

<sup>97</sup> «Los Frades» no original, possível lusitanismo.

rio, há muitas plantações de cana-de-açúcar. Sobe-se, depois, ao *tambo* de Uramarca, e segue-se o caminho, passando por alguns lugares de índios e por muitas *estancias* de vacas. E, cruzando um pequeno lugar de índios, chega-se a Andaguailas La Grande, que é um vale famoso no Peru. Abrange a sua comarca muitos lugares de índios, e é terra onde se colhe em abundância trigo, milho e, junto aos rios, muito açúcar. É um *corregimiento* muito rico. Daqui, passando algumas *estancias*, chega-se ao *tambo* de Pingos, e, subindo uma grande encosta, a Guancarama, onde se fazem boas alpargatas para todo o Peru. Seguindo o caminho, sempre subindo e descendo encostas e quebradas, alcança-se o *tambo* de Cochacajas, que daqui descem-se duas léguas de uma áspera encosta e colhe-se por aqui trigo e milho. E depois vai-se ao rio de Abancay, e passa-se por uma boa ponte de pedra. Entra-se no vale de Abancay, onde há uma infinidade de plantações de cana-de-açúcar e outras muitas coisas, e chega-se ao *tambo* que está a vinte e quatro léguas da cidade de Cusco. Junto deste famoso vale, há uma montanha altíssima, coberta de neve, onde se diz que existem ricas minas de prata, que não se lavram. Por aqui caminha-se à vista de altos montes e vales profundos, e chega-se ao *tambo* e lugar de índios de Curaguasi. Desce-se, depois, ao soberbo rio de Apurima, que é o rio que com mais força corre no Peru.

*Trata-se da laje e da ponte de Apurima, até chegar à cidade de Cusco*

A laje e ponte de Apurima são dois dos passos mais perigosos de atravessar que tem todo este caminho. E pode pouca gente defendê-los de muita outra. O rio, que é mui caudaloso e corre com grande força, bate na laje. E erguem-se aqui umas penhas muito altas, talhadas e lisas como uma grande muralha. Sobre estas penhas, abriu-se caminho à força de ferro. Aqui levanta-se um monte de penhas tão alto, que tem, de altura, mais de quatro léguas, de jeito que por nenhuma parte se pode passar estas penhas. Romperam-nas por mais de quatrocentos passos de homem, descendo-se como por uma escada, e pode, em cada degrau, descansar uma cavalgadura, porque são muito largos e há, da parte do rio, uma parede que defende que não caia nenhuma pessoa ou besta ao rio, porque é uma passagem estreita.

Na outra banda do rio há montanhas e bosques muito altos. É terra onde não pode andar gente, pela sua aspereza e pelas muitas lajes e despenhadeiros que tem. Devido a estes maus passos, tinham os incas um caminho muito bom, e iam folgar e desenfadar-se a uma quebrada que há a quatro léguas desta laje e ponte, pela margem do rio abaixo. Nesta quebrada, toma-se por coisa certa que há muito ouro, em grossas pepitas, porque têm transposto o rio a nado, em alguns tempos do ano, homens que nadam bem, dali trazendo pepitas de (ouro) fino, tão grandes como

uma noz. Passa o rio tão ásperas terras e de tantas penhas que tem em ambas as margens, que homem nenhum se atreve a atravessá-lo, senão com grande risco. E por terra não se pode caminhar, tais são os maus passos.

A ponte é de muito artifício e engenho, de uma parte sustenta-se numas penhas, da outra num torreão de pedra e argamassa, e, de um pilar ao outro, toda está no ar, porque não se lhe pode fazer estribo de pedra nem de madeira sobre o rio, por ser muito fundo e ter uma muito forte corrente. Tem mais de cento e oitenta passos de comprido. Para fazerem esta ponte, tomaram uns madeiros de um forte pau e cada madeiro de duas alnas de comprido e um terço de grossura, bem talhados e cortados. Depois, atravessaram-nos com uns pregos muito compridos, grossos e fortes, e assim fazem um bom modo de cadeias. Colocaram, por baixo, três destes madeiros, sobre eles, sólidas tábuas, e mais duas de cada lado, ficando assim forte e segura por baixo e dos dois lados. Quando a passam, sempre treme. E, pelo perigo que se corre sobrecarregando-a muito, não deixam passar por ela mulas carregadas, nem passa mais do que uma de cada vez e assim vão passando uma a uma.

Andam por este caminho grandes récuas de mulas, muito fortes e valentes. Compõem cada récuá destas setenta ou oitenta mulas, havendo, por cada dez, um índio ou negro que as tem à sua guarda. Saem de Lima estas récuas carregadas de mercadorias para a cidade de Cusco. E todos os senhores de récuas são obrigados em Lima às pessoas que lhes fretam as mercadorias, que, nesta ponte e laje de Apurimac e em todas as pontes de corda e rios de enxurrada, passam os fardos em ombros de índios ou negros e assim descarregam nas partes em que têm obrigação, e, se se perderem nas partes referidas algum fardo, são obrigados a pagar. Muitas diligências se têm feito e tem-se juntado pedra e todos os materiais para fazer uma ponte de pedra sobre este rio, mas não se tem podido, posto que bons mestres o tenham procurado. E tem-se pretendido quebrar uma montanha para fazer passar por dentro dela o rio, mas não se pôde, por serem muito resistentes e fortes os penhascos. Têm esta ponte e laje um *alcalde* para que se ocupe em adereçá-los, e todas as mercadorias que por ali passam pagam cinquenta por cento para o seu adereço. Ali conheci eu por *alcalde* um flamengo. Por serem esta ponte e laje tão celebradas no Peru, conto tão em particular a sua traça.

Pelos flancos deste rio acima, acha-se a província e *corregimiento* dos alimaraes<sup>98</sup>, lugares de índios, terra muito asperíssima de montanhas. E, na parte norte deste rio, que entra no Maranhão, situa-se Vilcabamba, onde há umas minas de prata pobres, das quais extraem, cada ano, quinhentas barras de prata. Por toda a sua comarca, existem muitos lugares de índios, e, por todas estas províncias, passam mercadores espanhóis,

Vilcabamba

<sup>98</sup> O autor refere-se ao antigo *corregimiento* de Aymaraes.

uns vendendo mercadorias e outros procurando suas aventuras. A poucos se deixa viver e assentar em lugares de índios, não o permitem os *corregidores* pelos maus tratos que fazem aos índios. A estes mercadores chamam *mercachifles*, e alguns trazem consigo quarenta mil pesos de roupa. Passada a ponte de Apurimac, indo em direcção a Cusco, passa-se por um *tambo*. No alto, fica Mollapata e outros lugares de índios. E vai-se a Limatambo, por aqui vêem-se grandes sinais de sumptuosos edifícios, do tempo em que reinavam os incas. Por estes vales existem terras boas. Fica este *tambo* a nove léguas de Cusco. Daqui vai-se a Sisigana, lugar de índios. Começa-se aqui a entrar em terreno liso, e existem bons campos, onde se colhe abundante trigo e outras coisas. De Lima a Cusco são cento e quarenta léguas, tudo altas montanhas, profundos vales, quebradas, despenhadeiros, encostas para baixo e encostas para cima. E todo o caminho é amplo e está limpo, porque se põe grande cuidado em aderecá-lo, por mor das muitas récuas que por ali caminham e outras gentes.

Limatambo

Sisigana

*Trata-se da cidade de Cusco e de outras coisas*

A cidade de Cusco foi cabeça de todo o Peru, assento e corte dos poderosos reis incas, que foram os reis mais temidos, respeitados e bem servidos por seus vassallos de quantos em todo o mundo há notícia, pois que faziam obras que parecem coisas impossíveis aos homens. Faziam subir a água por meio de acéquijs mui grandes para montanhas tão altas que só com grande trabalho podem homens subir por elas. Até hoje, vêem-se, por planícies e montanhas, as acéquijs abertas, por onde encaminhavam a água tirada dos rios. Não havia palmo de terra que não estivesse aproveitado. Aplainavam encostas e altas ladeiras das montanhas com uns muros muito grossos, sobre os quais deitavam terra, sobre ela outro muro, e, logo, outros muitos, em jeito de escada, e, sobre cada um deles, faziam uma ampla praça, onde semeavam e tinham muita largura e plantavam em cima árvores ou tudo o que queriam faziam. E, neste tempo, valem estes paredões bom dinheiro a seus donos, pelo proveito que tiram deles.

Como  
aplanavam os  
montes para  
semear

Havendo de descer o rei inca à Província Inferior, que é a de Quito, a quatrocentas e quarenta léguas de Cusco, fizeram-lhe os índios um caminho pelas montanhas, todo igual e direito, subindo vales e descendo montanhas, atravessando rios e aplainando as maiores dificuldades do mundo. Fizeram-lhe o caminho mais insigne, a mais excelente obra de que no mundo se fala, porque aquela famosa muralha que têm os chineses, que os divide dos tártaros, não é mais famosa do que este grande caminho. E, dando o inca volta por Cusco, fizeram-lhe outro caminho pelas planícies, que não é menos admirável que o das montanhas. Vêem-se estes caminhos, hoje em dia, por planícies e serra.

Caminho  
insigne

A fortaleza que os reis em Cusco tinham até hoje durou sem lhe faltar uma pedra<sup>99</sup>. Está edificada sobre uma montanha muito alta, que domina toda a cidade, à qual se sobe por uma encosta muito áspera. Tem três muralhas, e, como se eleva o monte, chega a primeira até onde começa a segunda e assim a terceira. E cada uma destas três muralhas não tem mais que três pedras, umas sobre outras, que são tão grandes, que não pode homem nenhum subir, por elas, à alta muralha. Não há dentro dela nenhuma casa. As torres e portas são, cada uma, de uma só pedra, da altura de mais de dez varas castelhanas, estando assentes com tanta subtileza estas pedras, e tão juntas, que se não pode enxergar onde se unem, senão por uma concavidade que nelas fazem, com o que mais formosas e mais fortes as tornam. Acha-se, junto desta fortaleza, uma pedra mui bem talhada e tão grande como uma pequena casa, a que chamam a pedra cansada, porque dizem que os índios a trouxeram desde Quito. É terrível coisa, de grande. Aqui junto da fortaleza, há duas lajes mui grandes e lisas, por onde, por passatempo, resvalam por elas, e, ao pé, jaz uma profunda cova, acerca da qual muitas coisas se contam. Abaixo da fortaleza acham-se os palácios dos incas. Não têm a gentileza de outras obras antigas.

Pedra cansada

Palácios

Situa-se a cidade de Arequipa a oitenta léguas de Cusco, a parte por onde o mar lhe fica mais próximo. Dali traziam todos os dias peixe fresco para a despensa do rei. E deste modo o transportavam: todo o caminho estava cheio de índios, que mais não faziam que passá-lo de mão em mão ou de uma corrida. E assim comiam todos os dias peixe fresco trazido do mar. Todos os índios eram obrigados a trabalhar, pelo que ninguém andava ocioso, nem folgando. Faziam os cegos andar com rodas, os velhos catavam pulgas aos outros velhos e aos cegos e tinham de fazer a tarefa dos piolhos, e, se o não fizessem, levavam muitos açoites. Assim andava o reino bem governado, pois que não havia folgazões como os que há agora neste tempo, razão de haver tantos ladrões e tantos perdidos pelo mundo<sup>100</sup>.

Peixe que se  
trazia para o  
reiComo  
trabalham  
todos os índiosTemplo do sol  
de Cusco

Nesta cidade encontrava-se o templo do sol, tão exalçado e famoso em todo o mundo como uma das maiores grandezas destes reis. Os seus índios tinham ao sol por deus, a quem respeitavam e dirigiam suas súplicas, porque não conheciam a primeira causa que criou e move o sol. Este templo é hoje mosteiro de frades da ordem de Santo Domingo. São as suas paredes da altura de uma lança de vinte e cinco palmos, construídas

<sup>99</sup> A fortaleza inca mencionada é Sacsayhuamán. Situada no topo de um monte e com uma vista sobre a cidade, tem uma situação defensiva privilegiada.

<sup>100</sup> Várias crônicas da época, como as de Polo de Ondegardo e Cieza de León, referem a existência de um tributo cobrado em piolhos àqueles que não tinham possibilidade de o pagar. As fontes referem esta medida como tendo um caráter essencialmente disciplinador, embora não se deva colocar de parte a possibilidade de esta ter uma função sanitária.

com aquelas lindas pedras com que faziam os índios suas obras, as mais lindas e bem lavradas que se pode imaginar. E, entre cada uma destas pedras, nas suas junções, em lugar de cal e areia, há prata fina, de guisa que alguns curiosos ou cobiçosos partem as pedras por alguma parte, pondo a prata a descoberto. É verdade infalível estarem estas paredes alicerçadas sobre prata fina, e tão unidas e tão bem assentadas que se lhes não vê junção nem se pode entender onde se unem, senão por uma pequena concavidade que talharam nelas, por maior galanteria. Sobre tais fundamentos está todo o convento edificado, e são muitas as paredes e repartimentos destas lindas pedras. É este um famoso e rico convento. Por toda a cidade, vêem-se muitas paredes destas bem lavradas pedras.

Habitam na cidade três mil vizinhos espanhóis e dez mil vizinhos índios, achando-se os índios repartidos por quatro paróquias, com seus padres que os doutrinam e ensinam. E têm um hospital muito rico, e todos possuem muitas riquezas. Envia El-Rei a esta cidade, como *corregidor*, um cavaleiro de grande casa e nome, pois que a cidade é grande e tem muito que governar e mais ainda que aproveitar. Tem outras justiças, bispo com sua igreja maior e seus cónegos e dignidades. Era este o maior bispado que tinha o Peru, a que tiraram grande parte para dar aos bispos de Guamanga e Arequipa, deixando-os com vinte mil pesos ensaiados de renda. Há nele mosteiros das quatro ordens, poderosos e ricos, mosteiros de monjas, uma rica casa de teatinos, muitas paróquias e hospital de espanhóis.

Tem esta cidade duas amplas praças, entre as quais, passa um pequeno rio a que chamam Guatanay. Em ambas as partes do rio há boas casas, com seus portais, portas e janelas abrindo para as duas praças. E todas estas casas e as praças por baixo dos seus portais têm lojas de diversas mercadorias, e sobre o rio, de uma praça à outra, fica a Calle de En Medio e toda cheia de lojas. Esta Calle de En Medio é muito rica. Um pouco mais acima acha-se Calle de los Plateros, onde se lavram muitas correntes de fino ouro de toda a lei, ricas e grandes, e outras muitas jóias e prata infinita. Esta cidade, depois de Lima, é a melhor e de maior trato em todo o Peru. No meio destas praças existem dois *tianges*<sup>101</sup>, onde sempre assistem índios e índias, vendendo muitas e variadas mercadorias da terra, peças de prata, lindas luvas de seda com ouro para as mulheres, vendem (coca) para os índios e *charques* e coisas de comer, dos quais a terra é bem provida. Na praça que fica a oriente situam-se a igreja maior, a casa dos teatinos e as dos dominicanos e franciscanos. Passam na cidade outros dois *batanays* que são rios pequenos, servindo-lhe estes três rios de

Corregidor  
tem 60 pesos  
por ano

Bispo

Renda do bispo  
20 mil pesos

Praças

Calle de En  
Medio

Calle de los  
Plateros

Tianges como  
mercado

Igreja maior

Rios

<sup>101</sup> Termo pré-hispânico de origem mesoamericana derivado da palavra *nahuatl tianquiztli*. No período colonial passou a denominar os mercados de rua, formados em praças das localidades mais importantes e onde eram vendidos produtos das povoações dos arredores.

limpeza. E assim é limpa e sã, e tem mui boas fontes de água e muitas ricas e boas casas de cavaleiros, muitos deles senhores de índios com boa renda. A ocidente está a outra praça, onde se encontram o mosteiro de La Merced, o cárcere da cidade, as casas do *corregidor* e do *cabildo* e todos os escritórios de escrivães.

Dez  
*corregimientos*

Esta cidade tem, no seu distrito, oito ou dez *corregimientos* ricos e poderosos, e a todos provê o vice-rei. Há *corregimientos* que, em três anos, tiram de proveito cem mil pesos. Tem vales ricos e campos férteis. A quatro léguas situa-se o vale de Yucay, o mais abundante e fértil que se pode desejar, porque nele se faz copiosa colheita de marmelos, camoesas, pêsegos, alperces, pêras e açúcar, tudo escolhidíssimo e bom. Daqui levam camoesas e conservas para Potosí e outras partes do reino. Há quinze anos concedeu El-Rei este vale a um cavaleiro com nome e título de

*La Coya*  
índia

Marquesado de Oropesa del Valle de Yucay<sup>102</sup>, e casou-o com *La Coya*<sup>103</sup>, uma senhora da casta dos reis incas. Pelo meio do vale corre um caudaloso rio. São infinitas as conservas que se fazem em Cusco, boas e baratas. As conservas de polpa de maçã, de marmelo e de pêsego valem de quarenta a quarenta e oito reais, outra conserva, a que chamam orelhas de pêsego, a melhor que no mundo há, cinquenta e quatro reais, pêras cobertas com açúcar, quarenta e oito. Isto entende-se peso de vinte e cinco libras, a dezasseis onças cada libra. Além destas, há outras muitas conservas e muito que comer, tudo barato. Vinho há muito e bom, embora

Uvas todo  
o ano

um pouco caro, porque o trazem das planícies. Todo o ano há uvas frescas, colhidas diariamente das vinhas, pois que, havendo tantos vales no seu distrito, nuns ou noutros sempre se encontra uvas maduras, porque a variedade, temperatura e clima desta terra são muito bons. Outras frutas de Castela e da terra há aqui. Esta é a cidade de Cusco, de grande trato, rica, abundante e estimada de todos. Aqui acodem muitos mercadores para empregar e muitos soldados para jogar, sendo grande o bem que todos aqui alcançam. Por toda a cidade e seu distrito há muitas árvores de camoesas e outras frutas, muito trigo, milho, e mui barato, infinitos gados e aves, e tudo muito barato, chega-lhe peixe seco, e tem tanto sal que pode ir buscá-lo quem quiser, pois é comum a todos. Há grandes alfafas e bons pastos para todos os gados. Muito perto daqui estão os Andes. Partem quatro caminhos desta cidade para as quatro

Quatro  
caminhos

<sup>102</sup> O autor pode estar a referir-se a Martín García Oñez de Loyola que casou com Beatriz Clara Coya (1590), filha do inca Sayri Túpac e a *coya* María Cusi Huaracay, ou a Juan Enríquez de Borja, marido de Ana María Lorenza de Loyola Coya, filha dos anteriores. Na verdade, o marquesado de Santiago de Oropesa foi concedido a Ana María, em 1614, três anos após o seu casamento.

<sup>103</sup> Título atribuído à mulher principal do inca, geralmente a irmã, ou escolhida entre as linhagens principais.

partes do reino do Peru<sup>104</sup>. As récuas que aqui chegam carregadas de mercancias tornam carregadas de barras de prata e de ouro, camoesas, conservas, mel de abelhas, amêndoas e arroz dos Andes.

*Trata-se de Collao e dos lugares melhores que nele existem até chegar a Potosí*

Desta cidade de Cusco até Potosí são cento e sessenta léguas em caminho plano e terras povoadas de muitos e ricos lugares de índios e espanhóis. Chama-se esta terra Collao, porque se situa entre duas altas montanhas<sup>105</sup>. Uma das montanhas fica para a parte do mar e das planícies, e a outra, para o lado dos Andes. Por todo Collao há muitos gados e colhe-se muito trigo e milho. Pode-se ir a um lugar a que chamam Las Sepulturas, onde se encontram as mais famosas antiguidades e edifícios de todo o Peru. Aqui vêem-se pedras de tamanha grandeza e tão bem lavradas, que excedem todo o encarecimento em beleza, e são o que mais se deve estimar nestes índios, que não tinham ferro nem aço nem outro metal com que as lavrassem, lavravam e poliam umas com as outras. Nem existia no Peru quantas coisas produz a Europa, assim de frutas, como de trigo e semente, como de gado e aves, porque tudo levaram os espanhóis e o semearam e plantaram, que todas as coisas do Peru são diferentes das deste nosso pólo (Ártico). Se os índios houveram alcançado a arte da arquitectura e de fazer pontes e edifícios, houveram-se avantajado a todas as nações do mundo, conforme vemos que são as suas obras. Em tudo o que vemos que eles fabricavam antigamente, pode-se entender que eram curiosos e de grande engenho. Mas agora, com a comunicação dos espanhóis e com o mau trato que lhes fazem, estão mui acabados e abatidos; e a diferença entre o governo que agora têm para que costumavam ter antigamente destruiu-os e arruinou-os. E assim nunca podem ter boa vontade aos espanhóis, que os têm mui sujeitos e abatidos, e tiram tudo quanto podem ter e ganhar os tristes índios. E o que mais os consome são as minas, onde os obrigam a trabalhar. Servem e amam alegre e honradamente a seus caciques, que há muitos em todo o Peru, respeitamos e têm-lhes muita afeição e boa vontade, porque estes eram os senhores que, antigamente, serviam os reis incas como generais, mestres de campo, capitães, e em toda a governança do reino; e ainda agora são os mais deles ricos e poderosos, mas sempre os *corregidores* mandem neles.

Índios não tinham ferro nem aço  
Frutas da Europa não havia no Peru

Obras de índios

Mau trato contra os índios

<sup>104</sup> O autor refere-se às quatro divisões que constituíam o império inca ou Tahuantinsuyo: o Chinchaysuyo, o Collasuyo, o Antisuyo e o Contisuyo.

<sup>105</sup> A meseta de Collao é um extenso planalto, ladeado a este pela cordilheira dos Andes, que actualmente se divide entre território do Peru, Bolívia, Argentina e Chile. Para além de todas as riquezas mencionadas, a sua importância estava ainda directamente relacionada com o facto de esta zona representar uma boa via de comunicação situada entre dois sistemas montanhosos.

Carabaya minas de ouro	A quarenta léguas de Cusco, para a parte dos Andes, situam-se as minas de ouro de Carabaya, entre altíssimas montanhas. Desta mina extrai-se, todos os anos, grande soma de ouro. Este ouro está em pepitas, do tamanho de sementes de rabanete e outras como sementes de uvas ou grão ou avelã. É ouro de vinte e três quilates e meio, tendo um quilate acima da lei do ouro. E por todos os rios, que existem muitos e muito
Ouro <i>volador</i>	grandes por estas montanhas, encontra-se ouro <i>volador</i> de vinte e dois quilates. Chama-se <i>volador</i> por ser miúdo. O ouro extrai-se das minas envolto em terra, deita-se numas peneiras, com água, e vai-se lavando e revolvendo, de jeito que saia toda a terra e reste o ouro apenas, do qual, por ser pesado, não se perde nenhum grão; depois, coloca-se em crisóis, derrete-se e fazem-se dele barras e barretas. E também pagam o quinto dele a El-Rei, mas o mais dele passa sem <i>quintar</i> e sem pagar direitos.
Chucuito Renda dez mil pesos Caixas reais tem 100 mil pesos Lagoa de oitenta léguas	Em Collao acha-se a vila de Chucuito, onde vivem muitos espanhóis. Aqui tem El-Rei um governador, a quem dá, cada ano, dez mil pesos ensaiados de renda, tendo mais quarenta mil de proveito. Têm as caixas reais cem mil pesos. El-Rei sempre entrega esta governação a um gentil-homem da sua casa, por ser grande a riqueza desta terra. Tem Chucuito uma lagoa de oitenta léguas de comprido e trinta de largo, onde entram muitos rios, e que não tem mais de um desaguadoiro, a que chamam Zepita <sup>106</sup> , pouco fundo. Atravessa-se este desaguadoiro por uma ponte de madeira. Há nesta lagoa peixe infinito e muitos pescadores, alguns pescam trezentos mil peixes, que secam e enviam a Cusco, a Potosí e a outros lugares. Ao redor desta lagoa, acham-se muitos lugares de índios.
Juley	Aqui se encontra Juley <sup>107</sup> , que tem trinta mil vizinhos índios, onde têm os jesuítas três doutrinas, e não podem contar as riquezas que têm. Aqui se
Pomata Collao	encontra Pomata, outro poderoso e rico lugar de índios. Todos os mercadores que tratam nesta província e Collao enriquecem muito.
Chuquiago A cidade de La Plata e província das Charcas Oruro minas de prata	Daqui vai-se à cidade de Chuquiago, onde reside um bispo. É cidade boa, rica e de muitos espanhóis. Em seguida, está a cidade de La Plata, cabeça da província de Charcas, onde há presidente, Audiência Real, bispo e todas as ordens de frades. Charcas situa-se a dezoito léguas de Potosí e a vinte de Oruro. Em Oruro há ricas minas de prata, de onde se tiram todos os anos três mil barras de prata seladas e marcadas. Aqui ficam os vales de Pitantora e Cochabamba, de onde se leva muito sustento

<sup>106</sup> A lagoa referida pelo autor é o actualmente denominado lago Titicaca, situado na fronteira entre o Peru e a Bolívia. À época, este estava incluído no território correspondente à *audiencia* de Charcas. Situa-se numa região onde a grande altitude e a escassez de chuva dificultavam a produção agrícola, o que, desde o início da fixação humana, obrigou à criação de redes de intercâmbio comercial que possibilitassem a existência de aglomerados habitacionais. A pesca desde muito cedo se afigurou como uma das principais actividades, em virtude da riqueza do lago.

<sup>107</sup> Será provavelmente Juliaca.

e regalos para Potosí. Cerca daqui está Copacabana<sup>108</sup>, casa de grande devoção, e outras muitas vilas e lugares, tudo terra rica, de grande trato e de gente galharda, devido à riqueza desta província e Collao. Nesta parte situa-se Berengela, que tem minas de prata e uma serra de doze léguas, toda de pedra íman. Ficam próximas as minas de prata de Porco, de onde se tira fina prata todos os anos. Por todo Collao e províncias há infinitos guanacos, e grandes manadas deles vão carregadas de coca e outras coisas de sustento para Potosí. Nesta parte estão Tarija e Santa Cruz de la Sierra, vilas fronteiriças de índios de guerra, que habitam nos Andes. Santa Cruz é governação e Tarija *corregimiento*.

Berengela  
minas de prata  
Pedra íman  
Porco minas  
de prata

### *Relação de Potosí e das suas ricas minas de prata*

A imperial vila de Potosí, a mais felice e ditosa de quantas se conhecem no mundo, pelas suas riquezas, tem vizinhada de quatro mil casas de espanhóis e sempre entre quatro a cinco mil homens. Parte deles ocupa-se na exploração das minas e outros são mercadores traficantes, que percorrem todo o reino, uns com suas mercadorias e outros com comestíveis e velas de sebo, das quais se gasta nas minas quantidade infinita todos os dias; outros vivem de suas aventuras e jogos e de serem bravos. Tem um *corregidor*, o mais principal de todo o reino, com dez mil pesos ensaiados de renda ao ano. Frades teatinos, monjas e clérigos não podem faltar, que sempre acodem ao odor da prata e a onde haja muita fartura, pois que esta vila é abastecida de todo o género de sustento e de outras coisas que se trazem de fora, por serem seus arredores muito estéreis e terra muito fria, que quase não produz nada. Nada falta a esta vila, porque, graças à abundância de prata, sobram-lhe todas as coisas. É grande o trato de mercadores nela, e tem grandes e ricas lojas, com toda a sorte de mercadorias. Tem grande correspondência com Lima, e vão daqui muitos mercadores empregar em Lima, no México e em Sevilha, e muitos homens riquíssimos vão daqui viver para Espanha. Moram em torno da vila, em casas de palha, mais de quarenta mil índios, todos destinados a começar a trabalhar nas minas, que acodem todos os meses das suas *ayllos*<sup>109</sup>,

Potosí

<sup>108</sup> Pelas palavras do autor, o santuário de Nossa Senhora de Copacabana, situado nas margens do lago Titicaca, teve desde a sua construção no século XVI uma importância em toda a região. Parece haver uma relação entre este santuário e a denominação da conhecida praia situada no Rio de Janeiro, visto que o culto que dá nome ao local teve origem numa imagem levada por mercadores de prata peruanos. Este é mais um bom exemplo da circulação existente entre os territórios americanos de ambas as monarquias ibéricas.

<sup>109</sup> Embora tenha sido identificado no período colonial com um território concreto, o *ayllo* pré-hispânico andino deve ser relacionado com a ideia de uma família extensa com um antepassado comum que, na prática, podia controlar recursos em territórios distantes ou com diferentes características ecológicas.

Cerro de Potosí

que são províncias. Envia-nos os *corregidores*, e levam-nos os *alcaldes* de índios. Comparecem nas suas mitas, conforme os seus *repartimientos*, e assim trabalham, vindo alguns de mais de cento e cinquenta léguas de caminho<sup>110</sup>. O cerro de Potosí situa-se a um quarto de légua da vila. É a modo de um pão de açúcar ou sino, tem duas léguas de subida, e no mais alto dele estão as bocas das minas. Os índios descem por aqui, por escadas muito largas feitas de vigas fortes, cujos degraus são de couro de vaca, tão firmes e seguros que não quebram por mais trabalho que sustentem. Por aqui vão descendo, e têm seus *repartimientos* como praças, com grandes arcos e abóbadas feitas de pedra e grossas vigas. Vão fazendo estes reparos, uns sob outros, e assim sustenta-se todo o peso daquele alto cerro. Aqui estão os melhores engenhos, máquinas e artifícios que alguma vez se fizeram no mundo. Há vedores e mestres para acudir às reparações e obras deste cerro. E têm todos os senhores de mina mordomos, que também lhes calha fazer reparar as partes que hão mister, e governam e mandam em seus índios, fazendo-os trabalhar; têm salários de mais de quinhentos pesos ao ano, bem como outros proveitos. Todo o cerro está furado por diversas partes, como um crivo. Descem os índios, pelo seu interior, mais de duas léguas por debaixo de terra, levando, cada um, uma vela de sebo acesa numa das mãos, com que se ilumina, e, com a outra, vai-se agarrando às escadas, às costas leva um surrão de couro, onde guarda os metais. Cada índio segue a *beta* do seu amo, a *beta* é como uma penha de onde se extraem os metais de prata, sem que se encontre ninguém lavrando a beta alheia. E talvez sucede seguir a *beta* e ficar o índio atascado e ser mister ajuda para sair, porque estas *betas* são, nalgumas partes, muito grossas e, noutras, finas, e, conforme são, assim se faz o caminho por onde entram os índios. Andam trabalhando desde a manhã até à tarde, e, quando é hora de sair, deitam o seu *quipe* ou surrão com o seu metal às costas. Extraem um *quintal* de metais, e o menos que tiram de um *quintal* de metais de prata limpa são quatro onças, e talvez sucede tirar-se mais de quatro marcos, cada um dos quais tem oito onças. Cada um destes índios reconhece o seu amo, sendo mais de quatrocentos os senhores que têm *betas* nesta mina; e há senhores destes que têm a trabalhar por sua conta trabalham quatrocentos índios, todos os dias. Do cerro vão descendo os metais para os engenhos que estão na via *tarapea*, por caminho de uma légua, mais de sessenta são os moinhos, de diferentes donos que moram na vila. Depois de apurados os metais e extraída a prata limpa, leva-se às casas reais, onde está a fundição das barras, que ali se fazem e se ensaiam, dando a cada uma a lei e o número que tenha, porque muita prata se desvaloriza. E aqui se pagam os quintos a El-Rei. Fazem-se seis a sete mil barras todos os anos, valendo algumas

<sup>110</sup> Ver nota 91.

mil pesos; faz-se grande soma de reais e desfaz-se muita prata para louça. Há mais de oitenta anos que se descobriu esta mina, e tem-se extraído dela, e extrai-se cada dia, uma soma infinita de prata, sem nunca se dar em água, por mais que a tenham escavado e cada dia a escavem. Isto é o mais essencial de Potosí e do seu cerro e minas.

Quando estamos em Lima, que se encontra a trezentas léguas de Potosí, e quando o céu está limpo e estrelado, vê-se no céu uma mancha branca como uma nuvem, que todas as noites, como não haja nublados, se vê. Está esta nuvem ou mancha sobre o cerro de Potosí, conforme dizem os naturais do Peru, que em tudo o quis Deus assinalar.

### *Descrição de Buenos Aires e Tucumán, até chegar a Potosí*

Buenos Aires é o Rio da Prata, que tem de boca quinze léguas. Tem alguns bancos de areia, pelo que se entra no rio sondando. A cidade não tem nenhuma força. Terá até quatrocentos vizinhos espanhóis. Está posta e edificada na margem do mesmo rio, e as naus que a ela se dirigem ficam sem se aproximar da margem a um tiro de mosquete, e podem ancorar, que o rio corre mui manso e aprazível. Quase bate a água nas casas do governador. Estas casas têm um pequeno torreão fronteiro ao rio, onde se encontram quatro pequenos canhões de bateria, não havendo nenhuma outra parte que tenha defesa. Para entrar na cidade, por qualquer parte do rio pode sair gente em terra, em barcos ou lanchas, porque o rio corre mui manso por todas as partes e não tem bosque nem monte, toda a terra é plana.

A cidade  
La Paz

Tem a cidade três conventos de frades e teatinos, e cada um terá até doze religiosos. Alguns dos vizinhos da cidade são muito ricos de dinheiros. Colhe-se nesta terra muito trigo e frutas, e há grande abundância de carnes, porque são tantos os bois e vacas, que não têm dono. Há poucos índios, e os poucos que há são muito inimigos dos espanhóis.

Desta cidade de Buenos Aires vai-se por terra a Potosí. E até Córdoba são duzentas léguas de caminho despovoado e muito plano, por ser assim plano, percorrem-no os viajantes em carros tirados por bois. Encontram água a cada seis léguas, ali fazendo suas dormidas, mas não é água bastante para muita gente, posto que se pode abrir poços e tirar água deles. Em todas estas duzentas léguas não há mais de duas *estancias* de gado. E por todo o caminho sem dono há infinito gado bravo e muitíssimas éguas e cavalos sem dono. É terra cálida e de grandes pastos.

Córdoba, cidade do Tucumán, tem de vizinhada quinhentas casas de espanhóis. Não tem defesa nenhuma, nem naquela terra se sabe o que é peça de artilharia. Desta cidade vai-se a Santiago del Estero, que são sessenta léguas. É cidade de quatrocentos vizinhos. Toda a terra é plana e sem montes. Esta cidade é banhada por um rio aprazível que por ela

Córdoba  
Santiago

passa, e não tem nenhuma defesa. Por todas estas terras há muitos lugares de índios, desviados do caminho real. Saindo desta cidade, vai-se a outra que se chama Esteco, a oitenta léguas, com alguns lugarejos de índios pelo caminho. E em todo o caminho há muito gado e por toda esta terra colhe-se vinho e muito milho e trigo, e há muitas frutas e aves, e todos estes caminhos estão cheios de perdizes. Desta cidade de Esteco vai-se a Potosí, que são cento e sessenta léguas. No meio há dois lugares, um a quarenta léguas de Esteco, a que chamam Gogoi, e o outro no cabo deste caminho. Desde este lugar derradeiro até Potosí é a terra muito fria. Todos estes caminhos têm muita erva muito alta e muitíssimos gados. Comunicam estas planuras com o estreito de Magalhães.

### *Descrição do Reino do Chile*

De Córdoba passa-se por outro caminho a cordilheira, que são as altas montanhas que atravessam todo o Peru até Terra Firme, e entra-se no Reino do Chile, reino abundantíssimo de gado, trigo, milho, vinho e frutas, reino onde há muito (ouro), que dizem de Valdivia<sup>111</sup>. Só de gado caprino matam-se todos os anos mais de cinquenta mil reses para se aproveitarem os couros e o sebo, e queima-se a carne, por não haver gente que possa comer tanta como a que há na terra. Levam-se a Lima estas peles, que é o melhor marroquim que o mundo tem, e leva-se o sebo, do qual se produzem velas que valem, em Lima, cinquenta reais o *quintal*. Se algumas vezes sucede haver falta de trigo no Peru, trazem do Chile naus carregadas dele, sendo cada grão de trigo como um pinhão e muito limpo. Levam naus carregadas de maçãs e de alguns cocos pequenos como nozes, o sabor que têm é como o dos cocos de palmeira. Este reino é a melhor terra que têm as Índias, se não foram as guerras, que duram há mais de setenta anos, sem se chegar nunca a domar nem sujeitar os índios araucanos, que se sublevaram com Lautaro, índio valoroso, em tempo do capitão Pedro de Valdivia. Este capitão Valdivia tinha, para cada dia, mil pesos de ouro de renda, um peso de ouro vale, pelo menos, dezasseis reais. Dizem que a causa de não se poder domar estes índios é não terem cidade, vila nem castelo, com o que não se podem cercar nem

---

<sup>111</sup> Pedro de Valdivia foi o primeiro governador castelhano do Chile. Tendo servido com Francisco Pizarro, após a sua chegada à América foi-lhe atribuída a missão de comandar uma expedição até ao Chile, onde, com um número reduzido de soldados, derrotou o exército indígena que lá encontrou. No entanto, apenas alguns anos mais tarde voltaria à região, novamente com o título de governador. Tendo mantido a política expansionista para sul, acabou por ser morto em batalha contra os mencionados índios araucanos. A sua resistência duraria séculos, tendo muitos destes indígenas, mesmo depois da celebração de tratados de paz, nunca aceitado o domínio castelhano e mantido alguns focos de rebelião. Ver nota 87.

capturar juntos em parte nenhuma. Demais, são bravos e animosos, e, com as guerras que sempre têm com os espanhóis, estão mui destros e possuem muitas armas que lhes têm tomado; e cada dia se passam para eles muitos espanhóis. Estes índios chilenos têm seus *bohios* pelos bosques, e onde melhor lhes parece fazem sua casa de freixos coberta com palha, são os *bohios* estas casas. E cortam donde querem do bosque e fazem uma roçada<sup>112</sup> e semeiam uma fanega de milho, colhendo, de uma, trezentas. E assim burlam os espanhóis, e tão boas trapaças lhes pregam como as que lhes fazem eles e outras mil befas e burlas. Nunca falta guerra entre os indomáveis araucanos e os belicosos espanhóis. Enfrentam-nos com firmeza, alcançando tudo o que querem, e apertam muitas vezes com os castelhanos, de maneira que os fazem morrer de fome.

A cidade principal do Chile chama-se Santiago, e nela assiste um bispo, o governador de todo o reino, a Audiência Real e todos os ofícios pertencentes ao governo secular e eclesiástico. Outra cidade chama-se a Imperial e outra chama-se a (orno) [sic], e muitas outras vilas e lugares de índios. Estas cidades encontram-se longe da guerra. Valdivia, Concepción e outros lugares de espanhóis e índios situam-se nas fronteiras dos índios de guerra.

Santiago  
do Chile

Do Chile navega-se até Lima, sempre com o vento pela popa, porque no mar e nas planícies do Peru corre sempre o vento sul, nas montanhas correm outros ventos. Também do Chile se pode passar ao Peru por terra, pela cordilheira, mas toda a extensão são grandes despovoados. Percorrendo a costa do mar, alcança-se Arica, o porto mais próximo de Potosí, Oruro e as demais cidades que se acham em seus contornos. Aqui vêm embarcar as gentes, ouro, prata e outras coisas que vão de Potosí e outras partes para Lima. Também ali chegam todas as mercadorias que vêm de Lima para Potosí e mais partes de cima, todos os vinhos das planícies e muitas outras coisas. Ali vai-se desembarcar tudo para ser levado à montanha e subido. Arica situa-se a oitenta léguas de Potosí e a duzentas e vinte de Lima. É vila de espanhóis e tem sempre por *corregidor* um grande cavaleiro, que El-Rei nomeia por seis anos. O porto é bom ancoradouro e muito bom, estão aqui os navios mui seguros do mau tempo. Fica-lhe defronte uma montanha, a que chamam morro, muito alta. Desde aqui corre a costa até à cidade de Arequipa, onde há um bispo, um *corregidor* e todos os mosteiros das quatro ordens, teatinos e monjas, que sempre procuram as terras boas. No distrito desta cidade colhe-se muito e bom vinho, do qual se abastecem todas as montanhas e que também se leva a Lima. Aqui, nesta cidade, rebentou um vulcão de fogo pelos anos de seiscentos, tirou de si tanta pedra e cinza, que alcançou a cinza o Chile e a Terra Firme, e por todo o Peru não se podia comer fruta nem verdura, senão lavada, pois que tudo estava coberto da cinza que andava pelo ar,

Arica

Arequipa

Vulcão de fogo

<sup>112</sup> «Roçada» no original, possível lusitanismo.

condensada como névoa. A cidade esteve muitos dias em trevas, e os navios no mar não acertavam a seguir viagem, com a escuridão e névoa que a cinza fazia. Em mais de dez anos, as suas vinhas não deram vinho, e toda a sua quimpa [sic] deu pouco fruto. Em Lima e em todas as planícies ouviam-se os estrondos que o vulcão fazia. Neste tempo, havia saído Dom Beltrán de la Cueva, general de Callao, em busca de um navio de ingleses que entrou pelo estreito de Magalhães, e as gentes de Lima cuidavam que os estrondos que saíam do vulcão eram peças de artilharia que se disparavam no mar contra os ingleses, e são mais de cento e sessenta léguas de Lima a Arequipa. Ao fim tomou-se o navio inglês, que navegou sempre e foi o melhor em seu tempo naquele Mar do Sul, os ingleses foram entregues à Inquisição e levados em auto público, alguns com sambenitos. Passando desta cidade a Chequyto [sic], encontra-se o vale de Moquegua, fértil e regalado. Esta cidade tem um bom porto. Situa-se a doze léguas do mar, e ali vão naus carregadas de breu e outras coisas, mercancias e tabaco. Nos lugares onde se colhe vinho faz-se grande soma de cântaros e jarros de barro, que se breiam para neles se deitar o vinho, porque não o deitam em nenhuma outra vasilha. Desta cidade vai-se a Nasca, sempre pela costa do mar, passando-se por alguns lugares de pouca nomeada. Nasca é um vale, onde há muitas vinhas lindas, a quatro léguas situa-se Villa Curi, outro vale. Em ambos se colhem os mais e melhores vinhos que o Peru tem, a que se não avantajam os melhores de Espanha, e apanha-se muita passa boníssima e muitos figos secos. Tem seu porto, a dezoito léguas, que se chama San Nicolás e se acha a setenta léguas de Lima e a vinte e duas de Ica.

Nasca

A seis léguas desta vila de Valverde de Ica, situa-se o seu porto de mar que se chama Puerto Quemado, onde se embarcam todos os seus vinhos, que são muitos e bons. Esta vila tem um vale, que dela toma o nome de Valverde de Ica. Tem este lindíssimo vale seis léguas e todo está plantado das vinhas mais bem traçadas e melhores de quantas no mundo tenho visto; colhe-se grande abundância de regalado vinho, todo branco. As uvas deste vale, depois de penduradas e guardadas em casa alguns dias, sabem a diversas coisas, umas vezes sabem, ao tacto, a amoras e ginjas, outras vezes a maçãs, marmelos, romãs e coisas semelhantes, isto é verdade infalível, porque o experimentei e ouvi outras pessoas que as comiam tratar desta coisa tão particular. Dão estas vinhas muitas e boas uvas, e cada ano se colhem neste vale quinhentos mil odres de vinho de uma arroba cada um, e faz-se muita passa. Todos os senhores de vinhas têm nelas casas e lagares, têm negros, seus escravos, instrumentos e tudo quanto é necessário para cuidar e cultivar suas vinhas. Colhem-se neste vale todas as frutas nomeadas nesta relação, trigo, milho e todas as mais sementes da terra; há nele grande abundância de peixe fresco, que todos os dias se traz do mar; e carne chega-lhe muita de outras terras. Tem esta vila mui grande trato de mercadores, que em ricas lojas vendem cada ano

Ica

grande soma de mercadorias, porque vive aqui gente galharda e se tratam bem. Tem as mulheres mais formosas de vista e de formas que o Peru tem, como é de lindo e extremado clima, criam-se aqui lindíssimas gentes, o mesmo clima do céu torna formosas e brancas a todas as que ali residem. É terra mui sã e correm nela ventos frescos e aprazíveis, é muito limpa de todo o género de bichos, que nem mesmo nígua há nela. É povoação de quinhentas casas de espanhóis, que tem três mosteiros de frades e sua igreja maior, e hospitais de índios e de espanhóis, tem dois *cercados* de índios, onde vivem apartados dos espanhóis, com seus doutrinantes, que os ensinam, tem muitos negros, que andam todos ocupados no benefício das vinhas, tem um *corregidor*, pessoa de valor, nomeado por El-Rei por seis anos, tem aguazil-maior e outros ministros de justiça, e nunca faltam mercadores forasteiros, que trazem mercadorias para vender.

Passa por meio deste vale um rio, cujas águas se repartem por todos os pagos [sic] de vinha e terras, através de grandes acéquias de água que se extrai do rio. Este rio começa a crescer em Dezembro e não tem água bastante para regar todo o vale que muito se deixa de cultivar por falta de água.

Há alguns lugares de índios em seu distrito, como são San Juan e San Martín, e muitos índios vivem nas cercanias da vila, tendo todos suas vinhas e terras, a que chamam *pegujales*, por serem pequenas, e casas onde habitam. E, para que se entenda a traça das casas de todos os índios das planícies, onde não chove, é de saber que mais não fazem senão pegar em canas bravas, de que há muitas em todos os rios das planícies, e cravá-las direitas na terra, e, juntas umas com as outras, vão envolvendo cada uma com um delgado cordel, e atam-nas por baixo, pelo meio e por cima, fazendo assim as suas divisões, por cima colocam outra *barbacoa* feita das mesmas canas, e, sem nenhuma outra coisa nem matéria, fazem do dito a sua casa, onde vivem. São suas camas uma destas *barbacoas* com uma esteira por cima, colchão creio que nenhum o tem, pois que, por não fazer frio e por serem eles pouco regalados, não procuram ter melhores camas. Nem têm adornos em casa, somente uma caçarola sem valor, algumas cabaças onde comem e uns *quero*, a modo de copo feito de pau, por onde bebem. Em querendo mudar a casa e mesmo todo o lugar, arrancam as suas canas, põem-nas às costas e passam-se para onde lhes dá gosto. Estes índios nunca recolhem o vinho nem o guardam, vendem-no todo em mosto a mercadores que lho compram. Alguns têm as casas construídas com paredes feitos de terra, e têm dinheiros muito bons, mas não querem mais arreo nem adorno de casa. Os índios das montanhas têm casas diferentes, onde se defendem das águas e dos frios. Estes serranos vestem mais toscamente que os índios das planícies, porque estes índios das planícies vestem uma camiseta de algodão, calção de pano de cor e, por capa, uma manta feita de algodão. Manta e camiseta são mui pintadas de várias cores. A esta chamam roupa de bebedeira. Vestem

Casa de índios

outra roupa lisa de algodão roxo, outra leonada, ricos veludos e finas telas de ouro, e gastam rendas muito ricas. E as índias das planícies que vivem entre os espanhóis tratam-se muito bem, o menos que vestem são fraldelins de pano azul, verde e escarlata, tamanete de Milão e raxas<sup>113</sup> de cor da Florença. Trazem lliquidas [sic] de cetim, de damasco e de tecidos de ouro, e, as pobres, de pano, é um modo de manto, que se prende com uns colchetes de prata grandes junto à garganta, à frente. Trazem muitos medalhões de prata ao peito por galanteria. São estes medalhões redondos como um real de oito e com um pé largo. Na cabeça, usam os cabelos entrançados, e, sobre eles, um lenço de cambraia com pontas brancas, solto. Outras índias, que não querem ou não têm que gastar, vestem um *anaco* de algodão, fechado dos pés ao pescoço e de ruim cor, sem mais camisa, nem calçado, nem touca, nem coisa semelhante. Andam com os pés no chão e o cabelo solto ao vento, que parecem uns diabos. Todas as mulheres índias, na sua maior parte, são feias e pequenas de corpo, e os índios são feios, pequenos e sem barba, e alguns têm caras de macacos, eles e elas são todos de cor amulatada. Têm muitas línguas, e uma que chamam a geral<sup>114</sup>, que quem esta sabe e entende entende e sabe todas as outras línguas que há no Peru. É língua mui graciosa e fácil de entender. Alguns índios, assim da montanha como das planícies, que são mais principais, vestem-se como os espanhóis. Nas planícies há muitos índios incas, que se prezam de ser da casta real dos reis incas, e há índios destes de muita idade.

Língua

A quatro léguas de Ica, a oriente de El Sol quando se vai à montanha, jaz um vale que se chama Tinges, onde não chove nem há [rio] nem água nenhuma. Nele criam-se e colhem-se os melhores grãos-de-bico que o Peru tem, vinho, milho, algodão e outras frutas, muitas e muito grandes melancias, a que se chama melões de água, havendo algumas tão grandes que delas se extrai água com que se faz a comida, e, abrindo-se uma, farta-se um cavalo de água com o que dentro tem, e sobra. Vivem aqui muitos índios e colhem frutos com que passam a sua vida. Segue por aqui um caminho para as montanhas, que passa por um lugar que se chama Córdova, a doze léguas de Ica, desde onde se dirige para Lucanas, província e *corregimiento* de índios. Caminham por aqui muitas récuas,

<sup>113</sup> «Raxas» no original, possível lusitanismo.

<sup>114</sup> De uma maneira geral, os europeus denominaram «língua geral» a língua franca *runa simi* utilizada no Tawantinsuyu ou império inca, que impôs a sua aprendizagem nas várias províncias. Durante os séculos XVI e XVII esta política teve continuidade, porque o seu uso favorecia a evangelização e as relações políticas e económicas com as comunidades indígenas. Apesar das *ordenanzas* reais que obrigavam a ensinar e evangelizar os indígenas em castelhano, continuaram a publicar-se gramáticas e vocabulários em quéchua, criou-se uma cátedra na Universidad de San Marcos e compuseram-se várias obras literárias. Actualmente, estima-se que entre oito e dez milhões de pessoas falem quechua, principalmente em países como o Peru, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia e Equador.

que vêm de Lima e vão para a cidade de Cusco. O Peru tem dois caminhos reais, o das montanhas, que é o que vai direito a Cusco, e o das planícies, que passa por esta vila de Ica e por Nasca. E, por toda a costa do mar até Arica, todos os mais caminhos são travessias, caminhos pouco seguidos. Desta vila sai um caminho para Guamanga e outro para Chocolococha e Huancavelica, dali voltando ao vale de Xauxa e outras partes. Porque é mister que os vinhos deste alegre e abundante vale sejam transportados por montanhas e planuras. Também se levam estes vinhos por mar à Guatemala, ao Realejo, à Nicarágua, à Guatemala e a Sonsonate. De jeito que este vale é de importância. Transvasam-se os vinhos em Setembro e Outubro, nestes meses vão mercadores de outras terras comprá-los. Deita-se o mosto em tonéis grandes de setenta a oitenta arrobas, e daqui se transvasa em odres a que se chama *piruleras*, que levam uma arroba cada uma. Todos estes odres se fabricam neste vale, onde há grandes oficinas e negros mestres nelas, que se estimam, cada um, em quatro mil pesos. Há no vale muita lenha de guarango para cozer os odres e tonéis. Situa-se esta vila a cinquenta léguas de Lima e a doze de Pisco. Em meio deste caminho, a seis léguas de Ica, há muitos *mahamares*, que são prados onde há água, sendo tudo o mais por aqui terribilísimos areais. Têm estes *mahamares* uma coisa, é que, quando o rio de Ica tem muita água e vai muito caudaloso, estes prados secam, e, quando o rio vai mingando e com pouca água, acha-se nestes prados água em abundância. A duas léguas daqui e a quatro de Pisco, há umas fossas, que são, entenda-se, assim como lagoas que estivessem cercadas de terra por todas as partes, sendo elas mais fundas. Nestas fossas não há rio nem água, nem chove. Chamam-se Villa Uri e estão no meio de vastos areais. Há aqui vinhas muito lindas e muitas figueiras, de tal propriedade e natureza que, durante seis meses no ano, dá figos a metade destas figueiras que se encontra a oriente, e, nos outros seis, dá-os a outra metade, a ocidente. Isto é coisa certa, pois que a variedade de coisas que se encontram no Peru, por planícies e montanhas, é muita.

Daqui vai-se a Pisco, porto de mar, porto bom e bom ancoradouro, onde os navios estão seguros e ficam a meia légua da praia ou terra. Sempre aqui, pela tarde, corre um vento forte da terra, a que chamam *paracas*. Do lado esquerdo da vila, para a banda de Arica, a três ou quatro léguas do porto de Pisco, situam-se a ilha de San Gallán e a ilha de Pájaros. A vila é toda aberta e a costa rasa e muito limpa. Este lugar é de quatrocentos vizinhos espanhóis, e tem muitas casas de índios e muitos negros que trabalham nas suas vinhas e terras. Fora da vila há um mosteiro de frades franciscanos descalços. Este lugar está sujeito a Ica, e aqui tem o *corregidor* seu tenente. Desviado de Pisco uma légua, corre um rio grande de água. Todo este vale se chama Conder, e estende-se por quatro léguas até Umay, lugar de índios. Há por todo o vale muitas e boas vinhas, onde se colhe tanto vinho como em Ica, é vinho mais forte, muito trigo,

Pisco

milho, frutas e outras coisas. Por Umay, passa o caminho a Chococochoa, onde há minas de prata, cidade que se encontra a vinte e seis léguas de Pisco. No cimo desta montanha, a meio do caminho, passa-se por Pauranga, *estancia* onde há infinitos gados, vacas, ovelhas e éguas, e casas de índios que guardam estes gados; outras *estancias* há pelo caminho. Pisco tem todas as suas adegas na praia do mar, e nelas guardam-se os vinhos que hão-de navegar por mar para outras terras. Por este vale de Conder há casas e adegas muito boas, onde se vive e se guardam os vinhos, e todos aqui são muito ricos.

São seis léguas de Pisco até Chincha, lugar de índios onde há um bom porto de mar. Para aqui trazem de Huancavelica os mercúrios em carneiros, e aqui os embarcam para Arica, e dali levam-nos a Potosí e a outras minas. Os guanacos que transportam os mercúrios até Chincha vão a Pisco e a Ica, são carregados com vinho e com ele tornam à montanha. Em Chincha e por todas as planícies e faldas das montanhas, há grandes edifícios e antigualhas do tempo dos incas, e tantos casarios e lugares desfeitos, que não têm número, todos sem telhados. E vêem-se, por estes caminhos e campos, *guacas* e enterros de índios, onde se vêem os corpos inteiros com o couro e a carne comida. É coisa certa que, quando os espanhóis conquistaram estes índios, eles, com medo, enterravam-se vivos, assim em *guacas* como nuns paredões muito grossos que faziam, ocos no meio, e ali metiam consigo vestidos de algodão, milho, potes cheios de *chicha*, que é a sua bebida, e algumas peças de ouro e prata. E cada dia se vão descobrindo e achando estas coisas, e tão frescas e sãs como se naquele dia as houvessem ali metido, já que, como tudo é areia, não tem a terra corrupção, pelo que se conserva tudo quanto nela entra. O ar é muito húmido e dana muitas coisas, em particular as de ferro.

Os índios chamavam ao mar *cocha* e à espuma *vira*; e assim chamaram aos espanhóis *viracocha*, como se dissessem *filhos da espuma do mar*, pois que, quando viram gentes tão estranhas, nunca vistas nem imaginadas por eles, entenderam que brotavam do mesmo mar e que da sua espuma se haviam criado. E o que mais os atemorizou foi vê-los disparar os arcabuzes, porque entendiam que eram relâmpagos e trovões, e, vendo coisas para eles nunca vistas nem imaginadas, foi fácil vencê-los, e entendiam que o homem e o cavalo eram tudo uma mesma peça.<sup>115</sup> Também neste tempo foram subjugados os índios do Chile. Todavia, depois que os índios chilenos os conheceram e entenderam as suas coisas, levantaram-

---

<sup>115</sup> O historiador Matthew Restall defende que estas imagens, que aludem à relação dos espanhóis com o deus Viracocha, à sua vinda por mar ou à confusão criada pelas armas e cavalos trazidos pelos europeus foram intencionalmente transmitidas por crónicas castelhanas, com o objectivo de transmitir a ideia de que os índios viam os espanhóis como seres divinos. Por oposição à ingenuidade e crueldade dos indígenas, enfatizaram com estes textos a superioridade dos europeus, tanto na sua capacidade tecnológica como no seu uso da razão. (*Seven Myths of the Spanish Conquest*, New York, Oxford University Press, 2003).

-se contra eles, e vão-lhes fazendo guerra, mantendo-se fortes perante eles e defendendo-se animosamente.

Chincha tem campos muito bons, onde se colhe trigo e milho em abundância, e muitos gados ovinos, dos quais se produz grande cópia de queijos. Daqui vai-se a Cañete, que são nove léguas. Antes de se chegar a Cañete, encontra-se o seu grande e caudaloso rio, que vem da *puna* de Pariacaca. Pela margem deste rio acima, a quatro léguas de Cañete, há um lindo e alegre vale, que se chama Lunaguana, fértil e abundante em toda a sorte de frutas, que são as melhores que se levam a Lima. As melhores são uvas, romãs e marmelos, estas três frutas são tão boas e de tão deleitoso sabor, que não se pode imaginar outras melhores. Também se colhe aqui um mui primoroso vinho, trigo, milho, batatas, maçãs e todas as frutas da terra. Nunca aqui se sente frio nem calor, alcançam esta parte alguns aguaceiros muito brandos, causados pelo muito que chove na montanha. Há alguns lugares de índios, entre os quais vivem alguns espanhóis. O vale é tudo o que se pode desejar de bom. Volvendo rio abaixo, a caminho de Cañete, há, junto do rio, umas terras baldias, por falta de água, que noutro tempo se cultivaram, o rio quebrou a acéquia de água com que se regavam estas terras e diz-se, como coisa certa, que, se tiveram estas terras água com que se regassem e aproveitassem, eram bastantes para sustentar Lima e outras terras de trigo. Porém, pelo pouco saber e frouxidão desta gente, não se conserta a acéquia.

Cañete

Cañete é uma vila de espanhóis, que terá trezentos vizinhos, muitos índios e negros, mosteiros, *corregidor* e tudo o tocante à sua governação. Para que se entenda quão simples são os índios e, por outro lado, quão traidores, contarei o que aqui sucedeu com uns índios. E foi que, indo um mercador desta vila a Lima, deu-lhe o *corregidor* uma espada, para que ali lha mandasse adereçar. Este mercador levava em sua companhia quatro ou cinco índios. Estes índios mataram-no à traição pelo caminho, enterraram-no na areia e tiraram-lhe os dinheiros que levava e também a espada do *corregidor*, de tal maneira que ninguém sabia deste feito nem da morte que os índios haviam dado ao mercador. Deu-se, por este tempo, uma festa, e saíram os índios em danças a celebrá-la. E o índio sacou a espada do *corregidor* e foi dançando com ela nua na mão. Não faltou quem conhecesse a espada e dissesse ao *corregidor* que, com dar assim sua espada tão estimada a um índio, para que dançasse com ela, a deitaria a perder. O *corregidor*, para saber a verdade, chamou o índio e perguntou-lhe quem lhe tinha dado aquela espada. Respondeu-lhe, Eu, senhor, sou valente, porque matei o espanhol, fiquei-lhe com a espada e enterrei-o na areia na costa de Asia. Desta sorte confessou, sem tormento, averiguou-se o caso, prenderam os índios e enforcaram-nos a todos cinco onde haviam matado o pobre espanhol. Assim que com os índios não se pode ninguém descuidar, porque são muito traidores, e à traição mataram muitos homens por se fiarem neles.

Saindo de Cañete para Lima, a meia légua da vila, sobre umas rochas que estão cerca do porto de mar de Cañete, acham-se uns edificios em jeito de castelo, onde não vive gente, são antigualhas de índios. Daqui passa-se, pela praia de mar, ao *tambo* de Asia, dali a Mala, onde há *estancias* e *chácaras* de senhores de Lima, e, de Mala, a Chilca, lugar de índios. Aqui semeiam o milho e metem um grão na cabeça de uma anchova, que são sardinhas pequenas, e, sem água, cria-se e colhe-se em grande abundância. Aqui há lindos pepinos da terra, doces como mel. São dez léguas desta Chilca a Lima e seis a Pachacama, com que temos dado fim à nossa cosmografia e descrição e relação do Peru. A honra e glória do Senhor do Mundo e serviço de Vossas Senhorias &<sup>a</sup>.

*Neste capítulo trata-se dos negócios e navegações de Lima a diversas partes e das mercadorias que lhe chegam do México e outras partes*

A Cidade dos Reis tem navegação para toda a costa da Nicarágua, Guatemala, Sonsonate e outras. Partem as naus carregadas de vinho e tornam ao Peru carregadas de breu, tabaco, cochinchila, anil, cacau, cera amarela, mel de abelhas, muito bálsamo e outras coisas de galanteria da terra, como são mates e cocos pintados, por onde se bebe o chocolate.

Navega-se até ao porto de Acapulco, porto principal do Reino do México, que se situa a oitenta léguas da cidade do México. Aqui vão empregar muitos mercadores, levando muitas barras de prata e de ouro, muitos caixotes de reais e coisas semelhantes, que empenham em mercadorias da terra e da China, de que todos os anos vão de três a quatro naus carregadas para Lima. Para Lima partem pelos meses de Outubro e Novembro. As mercadorias que vão do México ao Peru são panos dezoi-tenos azuis, verdes e outras cores e pardos e pretos, e vão vintequatrenos, mesclas, sedas, tafetás pretos duplos, muito bons, e alguns de cor, *gorbiones* realçados, entorchados e azevichados, tercianelas, *recillos*, *gorgoranes*. Todos estes são tecidos de seda, pretos, com lindos e diversos lavoures, dos quais se veste a gente mais grave de Lima, aveludados, muito bons, e alguns de cor. Muitos golpes para gibões, de ouro e prata fina, e muitos outros cortes folcos, mantos de *gorbión* para mulheres viúvas, outro tafetá preto simples, que serve para ligas e para véus de monjas, grande quantidade de passamanes de seda, prestos e de cores, de finos pêlos. Passamanes de ouro e prata finos para mulheres, muitas toucas com seda e prata, muitos chapins, grande quantidade de sedas torcidas e frouxas, beneficiadas no México, muitas sedas de pesponto e meio pesponto de Mezteca, província do México, estas sedas são melhores que as de Granada, levam lindas rendas e dobras para freios, que se dizem de *Guajaca*, *guamucas* e cintas do mesmo, e muitas outras coisas. Todas as sedas do México são as melhores que se usam no Peru, porque têm um bom preto e são sãs e fortes.

*Mercadorias que chegam ao México de Lima, e que do México vão ao Peru*

Das mercadorias que vêm da China para o México, a cada dois anos, levam-se ao Peru grandes remessas de tafetás e *gorgoranes*, uns enrolados e outros de librete, damascos comuns e damascos mandarins, são os mandarins os senhores de vassallos da China, a quem se pagam estes damascos e outras sedas em tributo, pelo que todos os damascos que se chamam mandarins são os melhores que vêm da China, rasos de várias sortes, particularmente muitos de lustre, brancos, de lanquim, picotes e azevichados muito lindos, veludos simples e bordados, pretos e de cores, grande diversidade de colchas e sobrecamas bordadas, de muito variadas cores, grandes remessas de cates de seda, torcidas brancas, de *ucheo*, *chaguey* e lanquim, muitos cates de seda frouxa e de matizes de cores, toucas de seda para mulheres e *tocones*. Leva-se almíscar, algália, âmbar preto, muitas e finas porcelanas e outros mil primores. Tudo é roupa com a qual todos ganham, vende-se bem e com ela se vestem os pobres, porque são sedas baratas. Trazem-se muitas mantas de lanquim, que são panos de tela feita de algodão, brancas e azuis<sup>116</sup>.

Lima é uma cidade rica e regalada, a melhor da América, abastecida de quantas mercadorias se beneficiam e lavram debaixo do céu.

*Do porto de Callao de Lima navega-se para o Panamá, cidade de Terra Firme*

É navegação de Callao de Lima ao Panamá de catorze a vinte dias. Os navios, sempre com vento pela popa, passam pelas ilhas de Rey e pelas ilhas de Taboga, nestas ilhas vivem negros e índios, que as cultivam. Chegando ao porto de Perico, que é o porto do Panamá, dão fundo as naves. Este porto, abrigado por uma ilhota, é mui formoso e seguro, e podem nele entrar e sair os navios sempre, porque têm muito fundo de água. Do porto está duas léguas da cidade, e, quando a maré está baixa, fica uma légua em seco e com muito lodo. Sói a maré crescer com tanta força, que as embarcações dão nuns penhascos que estão arrimados à cidade, pelo que se toma cautela com eles. Toda a cidade é aberta e a praia é rasa desde Perico até Panamá, com alguns bosques por junto da praia do mar, e por todas as partes pode saltar gente em terra. As casas reais estão sobre estes penhascos. Levanta-se, nesta parte, um monte, onde se encontram algumas peças de artilharia e o cárcere dos presos. Situam-se estas casas defronte de Perico, e nesta parte fica o porto, por onde entra um rio e carregam-se as mercadorias que se levam aos navios

<sup>116</sup> Ver nota 79.

a Perico para levar ao Peru, e descarregam o tesouro que vem do Peru para levar a Portobello e, de lá, a Espanha.

Esta cidade do Panamá é governada por um presidente, que é capitão-general no Panamá, Portobello e todo o seu distrito. Nesta cidade há Audiência Real, com todos os ministros da Justiça a ela pertencentes. Aqui têm bispo e sua igreja catedral, e mosteiros de frades e teatinos. É cidade de mil vizinhos espanhóis, as mais das casas são de tábuas. Há aqui mercadores muito ricos, que têm grande trato para Espanha e Peru. E da província da Nicarágua trazem-se valentes mulas por terra e tem muitos vizinhos negros. Há muitos habitantes negros que vivem pelos arredores da cidade, em casas de freixo e palha. Toda a gente e vizinhos desta cidade são soldados, que acodem com as suas armas quando se ouve algum rumor de guerra. Esta não é gente de soldo nem a quem obriguem a estar de guarnição ou presídio, nem é gente belicosa nem esforçada, porque o deleite e natureza da terra os torna frouxos e de pouca força, assim não pegam em armas senão obrigados por alguma necessidade. E têm-se aqui por mui seguros, graças à fortaleza de Portobello e ao mau caminho que há dali ao Panamá. Chove e troveja muito nesta terra e faz muito calor, porém, com todas as suas incomodidades, nela habitam gentes muito regaladas e estão muito contentes nela.

Das cidades e vilas de Peru, Truxillo e Sana, vão ao Panamá navios carregados de farinha, açúcar, mel de cana, conservas e algumas frutas verdes, como são marmelos, romãs, maçãs e uvas. Porque toda esta Terra Firme não produz, nem se quer criar nela nenhuma coisa de Espanha, porque se tem feito a experiência, a grande humidade e grossura da terra não o consente. O que aqui há em grande abundância é muito milho: de uma fanega que se semeia, colhem-se duzentas. Há grande soma de gado, bois e vacas e vitelas, e valem muito barato, de carne de vaca e de vitela fazem-se muitas variedades de comidas, mui deleitosas e saborosas. Colhem-se muitas e grandes bananas, goiabas e *mameyes*, estes não há no Peru nem se querem criar nele, há muitos abacates que são o que se chama no Peru *paltas*, batata-doce que são as batatas, colhem alguns melões e alfices. Têm muitas galinhas e peixes frescos. Têm vindos de Espanha boa azeitona, amêndoas, tâmaras e outras frutas. O melhor que há, e de mais importância, é a pesca de pérolas, de que todos os anos se saca uma boa soma. Também se colhe muito arroz. Os negros que os vizinhos do Panamá têm por escravos servem-nos e ocupam-nos como arrieiros que vão daqui a Portobello com réguas de mulas, outros andam no rio de Chagre em barcos, e uns e outros carregam as mercadorias que passam de um lugar ao outro. Mais caras são as mercadorias ao passar de Portobello ao Panamá, do que de Sevilha a Lima. E deste caminho saem muito mal tratadas, se não se tem grande conta com elas, porque o calor e a humidade fazem nelas grande estrago, e, como lhes toca alguma água, apodrecem, se logo não se acode a enxugá-las. Para defendê-las da água

Pesca de  
pérolas

criou Deus nesta terra umas folhas que se chamam bigau [sic], muito grandes e fortes, envolvem-se os fardos com estas folhas, com uns cordéis de fio de vela, e sobre elas se põe uma serapilheira, de jeito que, por muito que chova, não se molham.

Do Panamá a Portobello são dezoito léguas. As récuas andam-nas em quatro dias, e os que querem caminhar com cuidado em dois dias as percorrem. A primeira jornada é de seis léguas, até ao rio de Chagre, e passam o rio a vau. Daqui vai-se à *venta* de Carrasco, e passa-se o rio Pequeni, que desce das montanhas de Capira. Aqui, nesta jornada, está o forte de San Pablo, que, com oitenta homens e quatro peças de artilharia, deteve a passagem de Francisco Draqueh, que, não podendo seguir avante, voltou a Nombre de Dios, onde morreu<sup>117</sup>. Noutra jornada, vai-se à *venta* de Caño, faz-se a maior parte do caminho por dentro da corrente de um rio, água acima, alcançando-se a *venta*. Depois sobe-se um pequeno monte fragoso, desce-se e entra-se noutra rio, que este entra na baía de Portobello. Por estes dois rios anda-se mais de sete léguas, sendo o melhor caminho de todas as dezoito, porque nelas há grandes lodos, muitos maus passos, algumas encostas e muitos rios que crescem com grande celeridade. E, em apanhando em meio as récuas, têm elas lugar onde podem desviar-se e esperar que desçam os rios, os quais, com a presteza com que crescem, tornam a baixar, pois que a sua corrente vem de muito perto, e talvez sucede afogarem-se algumas mulas e homens. Todo o caminho é de bosques, de cedros e carvalhos altíssimos e muito grossos, que sempre têm as suas folhas verdes. Tanta é a humidade destes bosques, que se não pode andar por eles, e o sol mal alcança a terra, por serem muito cerrados. Há, por este caminho, muitas savanas, que são prados onde andam muitas vacas pastando. Por estas partes há muito poucos índios. Os passageiros que por aqui caminham levam vestida a sua camisa e depois uma camiseta, calção, meia de canhamação e as suas alpergatas, e levam outro vestido como o dito percebido, porque sempre chegam molhados às pousadas, onde se despem e vestem o que levam enxuto. Numa parte entre o mar e este caminho, fica um lugar que se chama Lugar Nuevo, que é todo de negros. Sublevaram-se estes negros em tempos passados, e os espanhóis não os podiam domar e El-Rei perdoou-os, fê-los livres a todos

---

<sup>117</sup> Em 1595, Francis Drake inicia a sua derradeira viagem marítima, tendo como objectivo atacar algumas posições castelhanas nas Antilhas e no Panamá. Após um ataque falhado a San Juan de Porto Rico, em que a sua frota foi severamente danificada, optou por rumar ao Panamá, tendo fundeado na vila de Nombre de Dios, a partir de onde tentou chegar por terra à Cidade do Panamá. No entanto, a «marcha» foi detida por uma guarnição existente no referido forte de San Pablo, que obrigou as tropas enviadas por Drake a regressar. Apesar da decisão de partir em direcção a outros locais da costa americana, uma tempestade levou os navios a fundear novamente perto de onde haviam partido, em Portobello, onde Francis Drake acabaria por morrer, e não em Nombre de Dios, como o autor menciona.

e concedeu-lhes esta parte, onde fizeram o seu lugar e onde vivem<sup>118</sup>. Situa-se a quatro léguas de Portobello. Por Janeiro é Verão nesta terra, e sempre por ela se pode caminhar melhor nestes meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro. Todos estes caminhos estão pejados de macacos, e não faltam por aqui serpentes, ainda que não façam dano.

Outro caminho sai do Panamá para Portobello. Toma-se a ala esquerda, sai-se junto do hospital dos espanhóis e do mosteiro dos franciscanos, e vai-se à Casa de Cruces, a seis léguas. É jornada de nove horas. Passa-se por uma quebrada, por onde corre um pequeno rio, e vai-se por ele abaixo por duas léguas. E sucede a crescer o rio, afogando algumas mulas. Posto que seja um caminho áspero, não o é tanto como o outro referido. A Casa de Cruces está na margem do rio Chagre, é toda de tábuas, com muitos armazéns onde se recolhem as mercadorias que vêm de Portobello pelo rio de Chagre acima, em embarcações muito grandes. Saem de Portobello e vão cabotando até chegarem à boca do rio de Chagre, logo sobem navegando pelo rio até Legatún, que se encontra entre os dois rios Chagre e Pequení, e por Chagre, que é o rio da banda direita, vão a Cruces. Cada uma destas embarcações leva pelo menos doze valentes negros, que, com alavanca e a remos, fazem subir os barcos. O menos que tardam em chegar a Cruces são nove dias, porque o rio tem muitos caudais por onde corre muito e muitas crescentes e algumas árvores que as águas trazem e estão nas partes fundas, não se vendo, com o que se perdem alguns barcos. Junto deste rio cria-se e colhe-se muita e muito boa salsaparrilha, e por isto dizem que a água deste rio Chagre é lindíssima e sã para beber. Neste rio andam muitos caimões e iguanas, que são os que se chamam lagartos de água, são da cor da mesma água, saem à terra, põem muitos ovos e trepam pelas árvores. E os negros comem estas iguanas e seus ovos, que são tão grandes como os de galinha. Todo o rio está coberto de bosques muito altos, verdes e cerrados, sobre os quais andam muitos macacos e micos, de muitas e diferentes espécies. Quando querem passar de uma parte do rio à outra, procuram as árvores que mais juntas se encontram, seguram-se às caudas ou rabos uns dos outros e, deixando-se pendurar das árvores e dão-se um vaivém, o que está à frente agarra-se à árvore, e assim vão passando todos os que querem, sem se largarem até que se achem a salvo. E fazem mil burlas e momos às gentes que por ali navegam, atiram-lhes paus, e é tanto o estrondo e os gritos

---

<sup>118</sup> Portobello, no istmo do Panamá, foi o centro distribuidor de escravos, oriundos na sua maioria da costa da Guiné, na vertente pacífica da América espanhola. Muitos conseguiram fugir ao tráfico, estabelecendo-se na região e misturando-se com a população nativa. Depois de protagonizar diferentes levantamentos desde a segunda metade do século XVI, na década de 70 do mesmo século aliam-se a Francis Drake, fornecendo-lhe informações estratégicas sobre o transporte de ouro. Em 1579, como refere o autor, os cimarrões chegaram a um acordo com a Coroa, aceitando acabar com a ajuda aos ingleses a troco da obtenção de um certo nível de autonomia e do estabelecimento no mencionado Lugar Nuevo.

que dão, que parece que afundam aqueles bosques, muitos ladram como cães, e há alguns tão grandes como burricos. Também por aqui andam alguns porcos javalis, e, andam por cima das árvores, muitos papagaios. Grande cuidado se põe em aprestar esta jornada do Panamá a Portobello. Paga-se, por todas as mercadorias, meio por cento para arranjo do caminho, também se paga este meio por cento as barras de prata e ouro que por ali passam.

Portobello é uma povoação com trezentos vizinhos espanhóis e alguns negros. Todas as casas são de tábuas, está edificada junto do mar. Tem um mosteiro de frades mercedários e outras igrejas, e tem casas reais, onde se recolhe o tesouro que vem do Peru para Espanha. Soía esta terra ser muito doente e aqui morria muita gente da que vinha de Espanha. De vinte anos a esta parte, está muito sã e morre nela pouca gente, pois que foram desbastados muitos bosques e, com o tempo, todas as coisas mudam. Diz-se que aqui um corpo humano é comido em vinte e quatro horas, tal é a força da terra que o consome. Em chovendo nesta terra, converte-se a água em sapos, e são tantos e tão grandes que não têm conta, mas logo morrem e desaparecem.

Tem Portobello uma baía de duas léguas, muito funda e segura para as naus. Aqui entram as frotas carregadas com suas mercadorias, e fazem-se pela margem do mar muitas barracas, onde se vão descarregando e entregando a seus donos. Aqui vêm muitos comerciantes do Peru e do Panamá empregar, e trazem muitas barras de prata e caixotes de reais e tejos de ouro, que empregam em mercadorias. Esta é a melhor feira que o mundo tem, porque aqui, em quinze dias, se despacham mais de dez milhões de mercadorias, conforme são as frotas. E, em não havendo aqui frotas ou galeões, a maior parte da gente vai para o Panamá, ficando a terra muito despovoada. Do Panamá vem todo o seu sustento, todavia os vinhos que chegam aqui e ao Panamá vêm de Espanha, por não consentir El-Rei que entrem nesta terra vinhos do Peru, para que se não perca o comércio de Espanha. Nesta terra bebe-se muito chocolate, e por toda ela há muita laranja, limões e cidras. Também aqui vêm algumas fragatas da lagoa de Maracayo, umas carregadas de farinha e outras de anil e cochinilha. As frotas e galeões deixam-na sempre bem provida de coisas de comer de Espanha. Na entrada da baía há, de cada lado, um forte, arrimado à cidade, que se chama San Felipe de Portobello, numa encosta, está outro forte, à entrada do rio Chagre, um em cada banda, estão outros dois fortes, em Lagatún, que se situa entre os rios Chagre e Pequeni, há outro forte. Todos os seis fortes têm artilharia e soldados de guarnição. Isto é o mais essencial que esta terra tem.

Daqui a Cartagena são oitenta léguas. Vai-se sempre cabotando à vista de altos montes e de verdes e frondosos bosques, e entra-se pela baía de Cartagena, que tem, à entrada, boas fortalezas. As naus fundeiam a mais de meia légua da cidade, em parte muito funda e segura. A cidade é

melhor e maior que a de Panamá. Tem muito boas casas de pedra, ruas muito boas, igrejas e mosteiros muito ricos, lojas de mercadores e muitos ranchos de negros. Tem um governador, mui grande cavaleiro, que a governa. É terra muito farta, pois pelo mar se traz muito sustento, tem muitos gados, muitos perus, galinhas e muito peixe fresco, come-se aqui carne de tartarugas, que é como carne de vaca, muita banana, laranjas e outras frutas da terra. Por estes bosques acham-se umas árvores que dão umas maçãs miúdas, muito lindas e olorosas, e quem as come, por as não conhecer, morre, e quem sob estas árvores se deita incha e vem a morrer. Esta cidade tem muito bálsamo, que se traz de Tolud, a nove léguas de Cartagena. Tem, por toda a parte do mar, muralhas muito boas, e por aqui é o mar tão baixo, que se pode entrar por ele mais de um tiro de mosquete sem cobrir um homem. Andam por aqui muitos caimões. Corre nesta cidade uma prata, em pedaços pequenos, de muito baixa lei e dão peso de dez reais desta prata por um real de a oito. Tem-se aqui esta prata assim baixa para que a não levem a Espanha nem a outras partes, ficando a cidade sem dinheiros e sempre se dá esta prata por peso. Aqui acorrem muitos navios, trazidas por mercadores da Guiné, carregados de negros, e vêm também comerciantes do Peru comprá-los<sup>119</sup>. Esta é uma cidade muito rica, muito boa e muito sã, correm, todas as tardes, muito aprazíveis brisas, que mitigam os calores muito fortes que aqui fazem.

Havana

Daqui vai-se a Havana, que são trezentas léguas de travessia. Havana é uma cidade mui formosa. Tem, à entrada da baía, o morro, que é o melhor forte que têm as Índias. Todo está sobre penhascos, onde bate o mar, e tem muita artilharia, por ser a chave de todas as Índias. Logo à frente, há outro forte e as naves entram por meio de entre ambos e não podem entrar mais do que uma só nave e cerra-se com uma corrente. A baía é muito ampla, muito funda, limpa e segura de tempestades, com uma montanha à beira-mar que a defende de tormentas. Dentro da cidade há outra fortaleza. Na praia da baía, mais adiante, encontra-se a cascata, que é uma fonte de muita água e boa, com que as naus fazem provisão de água. A cidade tem casas, ruas e lojas de mercadores mui formosas. É uma cidade muito farta e abundante em comestíveis. Eu vi aqui frotas e galeões, e sempre a praça estava pejada de frutas, galinhas, perus e muitas lojas de conservas e confituras mui ricas. Tem grande provimento de biscoito e farinhas, que se trazem por mar de outras províncias. Colhe-se nesta ilha, a que se chama Cuba, muito milho, muito açúcar, melões grandíssimos, grande cópia de bananas muito boas e muitos ananases, que se

---

<sup>119</sup> A divisão do mundo decorrente do Tratado de Tordesilhas significou para a monarquia hispânica a impossibilidade de aceder directamente ao comércio de escravos africanos. Assim, o transporte e venda eram assegurados na quase totalidade por mercadores portugueses, numa das poucas excepções à tentativa da Coroa espanhola de assegurar o monopólio comercial com os territórios americanos.

fazem em conserva. Colhem-se aqui, em abundância, *capallos*, que são umas cabaças amarelas, com que se fazem boas provisões para os navios. Cria-se grande quantidade de porcos, que dão carne muito sã, e todas as naus carregam muitos para que os comam as gentes. Em conclusão, aqui fazem-se boas provisões, muito abundantes em biscoito, conservas, aves, ovos, frutas, chocolate, peixe, carne de vaca seca, arroz, grão-de-bico e muitas outras e diversas coisas, boa água e bom vinho. Aqui se faz a carenagem dos navios, e carrega-se muito açúcar, muito cobre, madeira de cedro e pau de mogno. Aqui manda El-Rei fazer muitos navios, sendo a madeira de que as constroem tão forte e tão boa, que, ainda que lhe dêem muitos golpes de peças de artilharia, passa a bala ao largo, sem a madeira levantar lascas. A cidade é toda aberta, sem muralhas, não tendo mais do que as três fortalezas referidas e, nelas, muita artilharia, bons soldados, capitão-general e governador, que governa a cidade e suas fortalezas. Pela ilha dentro há alguns lugarejos de pouca importância e muitas *estancias*, onde se colhem muitas coisas e se criam muitos gados.

Com isto, temos concluído a nossa história das Índias. À glória e honra de Deus e serviço de vossas senhorias, a quem ele seja servido de aumentar e fazer senhores de grandes reinos e senhorios. Tudo para o seu santo serviço e bem de vossas senhorias &<sup>a</sup>.

### **Memória de todos os géneros de mercadorias necessárias no Peru, sem as quais não se pode passar, pois que se não fabricam na terra**

Pó carmim, de Valência, 4 peças.

Panos tamenetes carmesins, de Milão, 20 peças.

Golpes pretos e de cores, de Florença.

Panos de Segóvia vintequatrenos e vintedozenos pretos.

Panos de Segóvia vintequatrenos mesclados e pardos.

Panos finos pretos, da Holanda.

Panos de cores e mesclados, da Holanda.

Panos finos de Inglaterra.

Burel preto, de cores e carmesim, e fradescos, dos largos e dos estreitos.

Sarjas Imperiais e de Senhoria, pretas e de cores, das mais finas.

Sarjas de Nimes, de cores e pretas.

Picotes fradescos e de cores.

Estopas de cores, pretas e brancas.

Lãs finas, pretas e largas.

Anascotes pretos e alguns brancos.

Camelotes ondulados, do Levante e Flandres.

Baetas pretas, azuis, verdes, carmesins, roxas, brancas e alaranjadas, de cem fios.

Almofadas e tapetes turcos.

Buracafes de cores, bordados e brancos.

Mogajares de cores, do Levante.

Meias de lã finas, para homens, mancebos e meninos.

Meias de estopa, de cores e pretas.

Meias de fio e calcetins de malha.

Sedas Veludos lavrados, de fundo liso e de fundo frisado, lavores miúdos.

Veludos lisos carmesins, verdes e azuis.

Veludos de Itália, de cores e pretos.

Cetins pretos e de cores, roxo sobre carmesim, verde, pardo, azul, de Valência, em Espanha, ou Luca, em Itália.

Cetins entrançados e pespontados no tear.

Damascos de cores, carmesim, preto, verde e azul, e damascos de duas cores, alegres à vista e de lavores miúdos.

Tafetás de cores, encarnado, rosado, carmesim, amarelo, alaranjado, azul, verde, pardo e roxo.

Telas de ouro fino e prata, de Milão e Florença.

Golpes para gibão de ouro e prata fina, de Milão e Florença.

Telas de ouro e prata falsa, e golpes para gibão, de Milão e Sevilha.

Passamanes de ouro e prata finos, de Milão, Veneza e Florença.

Galões, molininhos, sevilhanetas e pentes de ouro fino, de Veneza, Florença e Milão.

Passamanes, galões, sevilhanetas e *caracolillos* de prata e ouro falsos.

Botões de ouro e prata fina, de toda a sorte.

Botões de toda a sorte, de seda, de Pisa e Ligorne.

Passamanes de seda pretos e de todas as cores, e galões muito finos. São os melhores da Calábria e Itália.

Faixas de seda e colónias de todas as cores, de Veneza e Nápoles.

Meias de seda de cores, de Nápoles e Milão.

Alamares de seda de uma e duas cores, de ouro e prata.

Cintas guarnecidas, de cores, de Veneza e Nápoles, das que se dizem de armar.

Cordões e tranças de seda, guarnecidos, de cores sortidas, para coletos, de Veneza e outras partes.

Cordões de seda e de fio compridos, guarnecidos, para gibões de mulher e para os toucados.

Peças de cintas de malha de cores, de Luca e Veneza.

Cintas guarnecidas, da Holanda.

Sedas de cores torcidas, para coser e para franjas.

Sedas torcidas de pesponto e meio pesponto, para fazer botoeiras, pretas e de cores.

Sedas frouxas carmesins, azuis e verdes, e sedas matizadas, que vem da China.

Fio de ouro e fio de prata fina, de Milão, Florença e Veneza.

Fio de ouro e fio de prata falsos.

Fio de seda, entrançado, canudilho e folhos, tudo de ouro e prata falsos.

Toda a sorte de cintas de ouro e prata falsa, que se diz de resplendor, para toucados de mulher, da Holanda e de Itália.

Trançadeiras ou cintas de cores e de fio branco, que se dizem de Belduque, finas, das da Holanda, algumas com fimbrias de cores e algumas estreitas, e das adamascadas.

Malha de holanda sortida.

Fios ou linhos mui brancos e finos, de toda a sorte, para fazer lavores em cambraia e holanda.

Fio azul, fio caseiro branco e fios de todas as cores, para coser em pano e em lenços grossos.

Fio de carta, fio de velas, fios para arrieiros e para atar fardos.

Fios de ferro para ourives, fio para cardar e fio de emborrar.

Fio dourado, fio de coelho, fio para *citoras*, branco e dourado.

Cambrais e holandas de toda a sorte.

Estopilhas de Cambrai sortidas.

Holandas finas, peças de 50.

Holanda de arcabuzejo, de 20.

Gazes da Índia e *melaguantillos*.

Bofetás, baroches, canequis e simianas, da Índia.

Ruães de fardo, *blancartes*, floretes, longos e estreitos.

Ruães de cofre finos. Todos estes vêm de Ruão, e é o género que entra em maior abundância no Peru, pois todos fazem deles camisas.

Navais floretes e navais não batidos.

Bretãs largas e estreitas.

*Mélanges*, floretes, *cotenses*, *humaynas*, *brin de lin*, *beauforts*, *brins*, toda a sorte de lenços crus bons e de França.

*Creas* finas de Lion, de França, das de uma vara de largo e de outras sortes.

Pontas de fio fino, da Holanda, de todas as sortes.

Rendas e encaixes de fio fino.

Pontas de fio de duas cores ordinárias, para panos e outras coisas.

Pontas de ouro e prata fina, de Veneza.

Camisas de *crea* e camisas de Ruão, para homens.

Calções de *crea*, ruão e *mélange*.

Panos de mão com pontas de fio branco e asijado [sic].

Fruteiros lavrados com sedas de cores.

Cintas ou trançadeiras de todas as cores e de duas cores, de Holanda.

Mantéis adamascados finos de 12/4.

Roupa interior

Lenços adamascados, duas peças para uma de mantéis.

Mantéis mais que de *marquilla* de 12/4.

Mantéis de *marquilla* de 12/4.

Mantéis comuns de 12/4.

Mantéis de 10/4.

Mantéis de 8/4.

Mantéis de 6/4.

2 peças de mantéis, digo 2 peças de lenços para 1 de mantéis.

Ripas de mantéis e lenços soltas, cada uma por si.

Lenço de linho caseiro fino.

Telilhas com ouro falso para gibões.

Telilhas de toda a sorte, com seda e fio, que sejam boas.

*Motillas* e borlões para gibões.

Touquinhas de Lion, de França, para chapéus, de número 8 até 22.

Trançados de seda bons, para chapéus.

Cordões de seda, prata e ouro fino, para chapéus.

Cordões de ouro e prata falsos, para chapéus.

Barretes para a cabeça, ornados e lavrados de preto.

Barretes para a cabeça carmesins.

*Balonas* com pontas de cambrai e holanda, para mulher e homem.

Toucas de linho, para mulher.

Toucas de rainha, de Bolonha, e toda a sorte de toucas de seda de Sevilha, posto que as façam também em Lima, com sedas que vão da China.

Panos de sedaço de seda, para peneirar a farinha.

Bocacis e esterlins finos, da Alemanha.

Especiarias

Cravinho, canela de Ceilão, pimenta, noz-moscada.

Açafrão que seja virgem. Há-de levar-se em vasilhas de cobre de 50 libras. Estas vasilhas devem ser estanhadas por dentro, juntar-se-á ao açafrão um pouco de azeite, muito claro, o melhor que se achar, e selar-se-á logo a vasilha com sua tampa de cobre e vedar-se-á de guisa que não saia azeite nem entre vento. Desta sorte irá bem.

Estoraque calamita, de Veneza.

Mejoim com amêndoa, da Índia.

Almíscar, algália e âmbar cinzento.

Lacre da Índia, para selar cartas.

Plumas festivas de cores e brancas, para soldados e cavaleiros, da Berberia.

Coral redondo fino, lavrado e sortido, de Ligorne.

Coral de sevadilha ou canutilho.

Figas de azeviche douradas, de que há muitas em Sevilha e Madrid.

Sortilhas e outras coisas de alquimia, da Alemanha.

Granates finos, da Alemanha, de números de 7 até 20, que se chamam de sevadilha.

Escovinhas, cabos de marfim e de vaqueta.

Cepilhos dourados, para limpar a roupa.

Machados para cortar lenha, azuelas de carpinteiros, machetes de uso doméstico.

Cinzéis, formões, escopros, compassos, serras e todas as coisas pertencentes ao mester dos carpinteiros.

Serras grandes para serrar toros.

Ferro, platina, aço fino, estes três géneros são muito necessários no Peru.

Ferragem mular e ferragem asnal, da Biscaia.

Ferragem cavalariça, não tanta, pois que se gasta menos que da mular.

Cravo para ferragem. Há-de ser de Biscaia, que de outra parte não serve, ou, pelo menos, da feição do cravo e ferragem de Biscaia.

Cravo de faixa e meia faixa.

Cravo de barrote e estoperol.

Cravo de *tillado* ou meio *tillado*.

Cravo de almude ou meio almude.

Tachas sortidas.

Tachas para sapateiros.

Cravos dourados e tachas douradas, para selas de mulas e cadeiras.

Cravos prateados e tachas prateadas, para o mesmo fim.

Toda a sorte de cravos, que são muito importantes, todos estes cravos são conhecidos na Biscaia por estes nomes.

Cerdas para sapateiros.

Dedais para sapateiros e de alfaiate.

Dedais de latão, para mulheres.

Dedais de marfim, com que as mulheres fazem seus labores.

Almofadas para as mulheres lavrarem, das que se fazem na Holanda.

Agulhas de aço para arrieiros.

Agulhas de vela e agulhas para fazer colchões.

Agulhas para fazer fardos e agulhas para coser botões.

Agulhas para sapateiros.

Agulhas capoteiras para coser vestes de negros.

Agulhas finas de alfaiate, de orlar e de bainha. São boas as de Paris, e as de Toledo são as melhores de todas.

Alfinetes de números 30, 15 e 8, prateados. Os de Paris são bons.

Limas para ourives, sortidas.

Limas para ferreiros, sortidas.

Alicates e buris para ourives.

Atincar e alnocate para o dito.

Solimão cru e cardenilho.

Todo o género de esmalte, para ourives.

Alvaiade, que se chama *esviaca*.

Ferros para cintos e talabartes, de caixa e meia caixa, finos, pavonados, dourados e prateados.

Cintos dos que se fazem na Holanda.

Espadas e adagas da marca, feitura e guarnições da Biscaia.

Bons coletes de tapir.

Bacias de acofar, poucas, pequenas.

Ferrolhos de estanho.

Seringas grandes de latão.

Seringas pequenas, para barbeiros.

Bacias de barbeiros, de alcofar.

Guizos de falcão e meio falcão, para dançarinos.

Guizos grandes para arrieiros e para petrais de cavalos.

Chocalhos e *isquilas* sortidas, para as récuas, bois, carneiros e todo o gado.

Campainhas pequenas, para escritórios e para récuas de mulas.

Ouropel, máscaras e carantonhas para os índios.

Pentes de buxo, de Paris.

Pentes lavrados de buxo.

Pentes de marfim e pentes para barbeiros.

*Abalorio* preto e de cores, de Veneza.

Águas marinhas, azuis, verdes, brancas e de outras cores, de Veneza.

Contas amarelas, que se dizem de âmbar.

*Carcillos* de cristal, de pérolas falsas e de outras sortes, para mulheres, de Veneza.

Cutelos de magarefe, de cabos amarelos, sortidos. São os melhores os de gume em âncora arredondada e os de arpão, tais são as marcas.

Cutelos de Belduque.

Cutelos romanos e cutelos de Inglaterra.

Cutelos boémios, de cabos de cores, para cortar as uvas.

Cutelos de cortar plumas e toda a sorte de cutelos.

Escrínios para mulheres, com ferragens, dourados e prateados.

Escrínios para homens, com boas ferragens.

Almáciga e incenso.

Óleo de amêndoas doces e amargas, e óleo de mata, linhaça e *ajojoly*.

Todo o género de drogas de medicinas, para os boticários.

Todo o género de matérias para fazer tintas, para tingir sedas e outras coisas.

Trinchetes para sapateiros.

Tesouras de sapateiros e tesouras de alfaiate.

Vasos ou copos para beber, dourados e lavrados, de bom estanho.

Estanho lavrado, pratos e escudelas, sortidos, dos finos.

Pias de estanho, com suas bacias, para lavar as mãos.

Luvras de *polvillo*, de Roma ou Veneza.

Luvras de cordovão.

- Luvas de cã.
- Luvas de toda a sorte.
- Espelhos de números 10 e meio, 10 e quarta, e sota quarta.
- Espelhos de cristal lavrados a ponta de diamante e guarnição de ébano.
- Espelhos dourados de toda a boa sorte, de Veneza e Paris.
- Colchetes estanhados e negros.
- Navalhas e tesouras finas, para barbeiros.
- Escrínios, com todas as alfaias, para barbeiros.
- Lancetas para sangrar.
- Escrínios, com todas as alfaias, para cirurgiões.
- Cadeados redondos, sortidos, e cadeados com duas chaves.
- Cadeados grandes, para portas.
- Ferrolhos estanhados, com fechadura e chave, para portas.
- Fechaduras boas, com chaves, para cofres e arcas.
- Aldrabas para portas e janelas.
- Crisóis para ourives.
- Freios ginetes para cavalos.
- Freios, bridões e *concopas* dourados.
- Freios de mula envernizados, dourados e prateados, e toda a sorte de freios.
- Estribos da brida e estribos ginetes.
- Almofaças.
- Escrivaninhas com ferragem fina guarnecidas com cordões.
- Tinteiros grandes, soltos.
- Escrivaninhas de assento, com ferragem fina.
- Plumas ou canhões de prata, que sejam bons para escrever.
- Trementina de *beta*.
- Pós azuis, finos.
- Goma arábica.
- Folha de *cem*, boa e fresca.
- Folhas de lata, dobradas e simples.
- Marcos para pesar, de 16 libras, e de 8, 4, 2, 1 e meia.
- Balanças para pesar seda e ouro.
- Balanças para pesar especiarias, e toda a sorte de balanças.
- Pesos de balança, grandes, mui finos e bem ajustados, com cordões, para pesar barras e prata lavrada.
- Peças para estes pesos, de 50 libras, 25 e 12/5, para os mais pesos servem os marcos.
- Romanas boas, grandes e pequenas.
- Podões para podar as vinhas e parras.
- Foices para segar o trigo e a alfafa.
- Grelhas para arar a terra com bois.
- Podadeiras para mondar as vinhas e limpar a terra.

Pás para cavar as vinhas e a terra.

Barretas e almadanetas para as minas e para quebrar pedras.

Bocetas pintadas, de 12 em torno, de 10, 8 e 6.

Óculos de cristal e de toda a sorte.

Cordas de viueta, finas, da Alemanha, Pisa, Florença e Roma.

Flautas e apitos para tanger.

Trompas de Paris, em maços de 10 dezenas.

Caixas ou arcas pequenas, lavradas com ébano e marfim, que se dizem de Tarasca.

Contadores de marfim e ébano.

Escritórios da Alemanha.

Cofres ou baús de vaqueta vermelhas e com tachas douradas, onde vão as mercadorias e se vendem bem, não sejam muito grandes.

Chapins valencianos de tauxia ou meia tauxia, de 4 *corchos* até 10.

Chapins sevilhanos para mulheres.

Ferramentas para ferrar mulas e cavalos, martelos, tenazes e puxavantes.

Sabão de Espanha. Posto que se faça muito no Peru, não é tão bom, porque o fazem com sebo.

*Pez* destas partes também se leva algum, que é melhor que o da Nicarágua, em particular é necessário *pez* grego.

Mel de abelhas, virgem e bom.

Cera branca em pão, que é um género muito importante para as Índias.

Cera lavrada, de uma libra e meia e de quarto de libra.

Cera em *lebrillos*, de meia libra e de uma libra, branca.

Cera em candelilha, para alfaiates, para encerar coisas de seda.

Papel de Génova, muito fino.

Livros brancos de papel, encadernados.

Azeite para comer.

Amêndoas secas. Hão-de secar-se bem num forno quente e ser metidas em vasilhas bem secas, que serão bem vedadas, de jeito que nelas não entre vento nem humidade.

Algumas escopetas boas, rodela, escudos e broquéis. Tudo se vende bem e de tudo há necessidade no Peru.

Todas as coisas curiosas que nesta terra há para mulheres e para adorno da casa se gastam bem.

Alcaparra em sal, da mais miúda.

Alcaparra em vinagre, sem ser cozida em água, somente em sal e vinagre será boa.

Também se leva alguma azeitona de Sevilha, das gordas.

Avelãs. Estima-se lá que sejam boas.

Todas as sedas da China, tecidos e sedas torcidas se gastam bem no Peru.

*A ordem que se há-de guardar para que vão as mercadorias bem acomodadas e não recebam dano*

Os cutelos e coisas de ferro, como se passem por óleo de linhaça, não se danam.

Toda a ferragem que for muito fina e agulhas, como lhe deitem alvaiade em pó, não se tomará [sic].

Todas as coisas de ferro hão-de ir em caixotes, como são freios, estribos e tudo o mais. Deite-se-lhes aluzema, por outro nome *aspliego*, e alecrim, que se chama *rosmaninho*, que, como são coisas miúdas, entram por entre a ferragem, e é tépidos e não dão lugar a que enferruje, e vai bem encaixada. Custam esta aluzema e este alecrim no Peru 4 reais.

As sedas, como são veludos guarnecidos e lisos e aveludados, hão-de ir em caixotes da sua altura dos veludos, e não se hão-de apetar, por que se lhes não esmague o pêlo.

Cetins, damascos, tafetás e outras sedas, telas de ouro e passamaneria de ouro, todas estas sedas e telas devem ir bem empapeladas e cobertas por uma capa de baeta branca, que as conserva muito, para que não sejam manchadas.

Os passamanes de ouro sejam envolvidos em estopas de linho, que lá valem bom dinheiro, pois que não as há.

Todos os fardos de panos e todas as mercadorias de lã hão-de levar uma serapilheira de cânhamo, sobre ela uma coberta ou uma sarja de lã e, em cima, outra serapilheira de cânhamo, todas bem apertadas e cosidas, e não hão-de levar cordas que maltratam as mercadorias, nem os fardos hão-de ter de peso mais de 6 arrobas. Assim irão acomodados para os poder carregar qualquer besta, sem lá se ter o trabalho de desfazê-los.

A *lencería* envolve-se numa peça de *melingé* ou lenço cru e suas *arpilleras*, e assim não receberão dano.

Ao papel colocam-se, dos lados, umas tábuas de cortiça e *corchos* raspados, dos que serve para chinelas, ata-se estes *corchos* ao papel com uns cordéis, com as *arpilleras* por cima, e assim se leva. E não se dispensam no Peru os *corchos*, que servem para muitas coisas e não as há ali.

Todas as vasilhas hão-de ir enceradas e com esteiras de esparto ou com *cañamazos*.



EXCERTO DA RELAÇÃO  
DAS CAUSAS DESPACHADAS  
NA INQUISIÇÃO DE SEVILHA EM 1619.  
ARCHIVO HISTÓRICO NACIONAL,  
INQUISICIÓN, LEGAJO 2075, N.º 32, fols. 2-4v

Transcrição de MIGUEL RODRIGUES LOURENÇO\*

[fl. 2]

Relacion de las Causas despachadas en este *santo officio*  
de la *Jnquisiçion* de Seuilla el año de 1619.

Judaicantes.

Pedro de Leon Portocarrero natural de Vinaes en el Reino de Portugal de edad de quarenta y vn años estando en Indias en la ciudad de los Reies el año de 611 fue testificado en la *Jnquisiçion* de la *dicha* ciudad por vn testigo varon de Casta de *cristianos* nuevos de edad de 26 años preso en las carceles secretas de la *dicha* *Jnquisiçion* de que muchas veçes en diferentes dias y ocaçiones le aconsejo que guardase la lei de Moisen y le dijo oraçiones de ella, y le ofreçio darselas por escrito, y que tambien le dijo que aiunase los jueves sin comer en todo el dia hasta la noche salida la estrella, y que no Comiese sangre porque era prohibido en la lei de Moisen y pecaba mortalmente quien la comia, y que si estuviera en Françia en quatro dias le enseñaria [sic] todo lo de la lei de Moisen, y que estando alla pecara si no se la enseñara, y alli pecaba en decirselo, y que en la *dicha* *platica* le dijo otras muchas muchas cosas concernientes a la *dicha* lei de Moisen.

---

\* Investigador no Centro de História de Além-Mar (CHAM - FCSH/NOVA-UAç).

esta testificação nos imbio la Inquisición de Lima y escriuio que llegado el dicho Pedro de Leon en la flota de Tierra Firme (donde venia) fuese preso con secreto de bienes, y recluso en las carceles secretas y lo fuesen tambien otros dos portugueses que venian con el llamados Gaspar Suares y Antonio Suares lo qual se hiço.

Y el dicho Pedro de Leon en la primera audiència que con el se tubo // [fl. 2v] en 9 de enero de 617 declaro ser de Casta de *crístianos* nuevos y que a su Padre hauia quemado la Inquisición de Coimbra y que su madre hauia muerto en las carceles y que tios y hermanos suos fueron presos en diferentes Inquisiciones y que el fue preso el año de 1596 en la Inquisición de Toledo y salio al auto de la fee el de 99 penitenciado con *sambenito* por hauer sido judío y guardado la lei de Moisen y que no se acordaua de lo que en el dicho auto hauia jurado y prometido mas de que pidio misericordia y se le concedio, y que la penitencia del *sambenito* hauia sido por Vn año y pasado se le quitaron y se le dio licencia para que fuese donde quisiese, pusosele la acusación en 16 dias de el dicho mes y año, estuuo negatiuo, fue reciuida su causa a prueba, y dado el testigo en publicación en 9 de Febrero del dicho año perseuero en su negatiua hiço defensas abonando su persona y tacho al testigo por su enemigo capital y probo la tacha con dos testigos y conclusa su causa difinitiuamente vista en consulta se voto en discordia y V.S. mando se suspendiese.

Despues de lo qual le sobreuino al dicho Pedro de Leon testificación de Vn testigo maior de edad preso en las carceles de este *santo offiçio* compañero suo de Carçel que fue reconciliado y estando despachada su causa traído a la audiència para haçer el juramento de auiso y secreto de Carceles declaro que huiendo aiunado el dicho Pedro de Leon en la carçel no comiendo ni bebiendo hasta la noche salida la estrella como lo vsan los judios le pregunto cierto dia si los demas judios aiunaban como el hauia aiunado. y que el dicho Pedro de Leon le respondió que si y que assi se hauia de aiunar, y que le dijo es mejor aiuno que el *Vuestro* diciendolo por el de los *crístianos* y su aiuno y que assi mismo le hauia dicho el dicho reo que si le faltara el prepuçio, y estubiera circuncidado // [fl. 3] que se hauia de dejar quemar como quemaron a los suos y hauia de deçir a los Inquisidores que estaban borrachos y engañados que si querian seruir a dios que hiciesen lo que el haçia que era guardar la lei de Moisen pero que como no estaba circuncidado y tenia prepuçio que no estaba obligado a morir por su lei, y que en la dicha ocasion en obserbancia de la lei de Moisen hauia hecho el dicho Pedro de Leon tres aiunos no comiendo ni bebiendo hasta la noche salida la estrella y que le oio reçar vna oraçion que Comencaba Adonai con la qual deçia que no le podia offender nadie, y que el aiuno que el haçia y el de la Reina Ester eran mas antiguos que el que el testigo aiunaba. y que vio que poniendo vna vez en la mesa al dicho Pedro de Leon vn pescado que no tenia escama no le quiso comer diciendo que parecia puerco y que no le queria porque no tenia escama, y que traiendole otra vez vn pescado fresco con sangue no le

quiso comer, y que en otra ocasion hauia dicho que en esta tierra haçian las morcillas de porqueria y sangre y que dios maldecia al que comia tal cosa. Con esta testificacion se hiço segundo proçeso con el dicho Pedro de Leon y se le puso acusaçion en 15 de junio de 618 y huiendola negado se reciuio la Causa a prueba y ratificado este testigo se le dio en publicacion, y otro que le sobreuino en 13 de setiembre que dijo hauerle oido vna oraçion en que deçia entre otras palabras Adonai Tetagramaton Agios esquiros Athanatos, y que decia algunas veçes<sup>1</sup> fuera de la dicha oraçion el dios de los exercitos sea Conmigo que tambien es Palabra hebrea y otras Palabras meneos y acçiones que no le Pareçian bien lo qual Todo lo nego y Perseberando en su negatiua Tacho los dichos Testigos Por sus enemigos capitales y no auiedo Probado las Tachas conclusa la Causa difinitivamente y vista en Consulta con el hordinario y Consultores fue botada en 15 de *diçiembre* // [fl. 4] a que fuese Puesto a question de Tormento, diosele bençiole y Persebero en su negatiba y Tornado a ber su Proçeso en Consulta en 11 de Henero de 1619 atento a no aber Purgado sufiçientemente los yndiçios fue Condenado en tresçientos ducados Para gastos deste *santo* offiçio. Executose.

Gaspar Suarez Portugues natural de Moxagata de edad de 38 años fue testificado en la ynquisiçion de Lima el año de 1615 Por vn *testigo* de 26 años de edad de que estando en la dicha çuidad el año de 1614 en Compañia de Algunos de su naçion que estaban Combocados y Prebenidos Para yrse Con el a Françia se entro en la Tienda del *testigo* que era Confitero y le persuadia se fuese a Françia con ellos diçiendole que si se fuesen juntos serian alla Todos como Hermanos y que le enseñarian las Cosas de la ley de Moysen lo qual le persuadio dibersas vezes en diferentes ocasiones y que mirase que no dixese a nadie aquello que le deçia y le auia dicho otro Compañero suyo ni que yban a Françia y Respondiendo el *Testigo* que ya el lo hauia dicho a çierta Persona este Reo dio vna gran Palmada con muestras de Mucho sentimiento y buelto a vn Compañero que llebua Consigo dixo despues que supe auian Comunicado con este Mozo (que era el *testigo*) aquellas Cosas no e podido sosegar y como el *Testigo* Preguntase a este Reo es esto alguna muerte de hombre que Tanta Pena le a dado le Respondio Plugiera a dios lo fuera y aun de dios que esto aqui lo acabaramos con Plata y como el Compañero le bio aflixido le consolo diçiendo no ay que aflixirse sino a lo hecho Ruego y Pecho y que en otra ocasion Pidiendo el dicho Reo a el *Testigo* estando en su Tienda que pues los daba agua los diese Anis Para que les supiese mexor otro Compañero del dicho Reo Rriendose Dixo Pidaselo v. m. Por Jesu *Cristo* y le dara Toda la Tienda y el dicho Reo Dixo que me diçe eso ay? y al dicho compañero Respondio // [fl. 4] si mucha Cosa que aqui llego el otro dia vna Pobre muger a pedir limosna Por *Jesu Cristo* y la dio vn Real y conserba y el dicho Reo dixo a el Compañero ya v. m. le auiso y Respondiendole que si

<sup>1</sup> A partir desta passagem muda a letra do documento.

dixo Pues yo le buelbo a auisar de nuebo que de ninguna manera de limosna Porque Tanto como diere se lo lleba el diablo y en la misma Combersaçion Preguntandole a el Reo si el auia dado limosna Respondio asi dios nos llebe Combien [sic] a la çuidad de Burdeos adonde bamos que a mas de veynte años que ninguno destos malsines me a llebado limosna ni Para Pobre ni Para Cofradia.

Ytem que en çierta ocasion llegado vn Pobre que Traia vn sambenito a pedir limosna a el *Testigo* estando Presente el dicho Reo el *Testigo* no se la quiso dar Porque el dicho Reo Reprehendia y abominaba de que se diese limosna Por amor de *Jesu Cristo* diçiendo era grabe Pecado darla y auindose ydo el dicho Pobre ensambenitado dixo el dicho Reo a el *Testigo* como no dio v.m. Limosna y el dicho Reo le dixo que tiene que ber dar limosna Por *Jesu Cristo* a darla Por dios mirando a vna y otra Parte Temiendo si estaba alguien que lo oyese como quien sauia el mal que haçia en deçirlo y vltimamente el dicho Reo dixo a el *Testigo* mire si le Pidieren Por amor de dios limosna dela y si se la Pidieren Por *Jesu Cristo* no la de.

Ytem en otra ocasion dixo el dicho Reo a el *Testigo* mire lo que le acabo de deçir y lo que le a dicho otra Persona y mire que a de morir Por ello y no lo a de deçir a nadie aunque le suçeda vna muy grande desgraçia Porque en eso se echa de ber quien es cada vno y se gana el çielo y aunque le den Tormento Por estas Cosas y sepa que a de morir en el no las a de deçir sino que no las a hecho ni las ha visto hazer ni conoçe a quien las aya hecho y no las a de descubrir ni se le de nada dellos que en no haçer caso de aquellos juramentos antes se gana la boluntad de dios que quiere que no culpen a nadie sino que guarden secreto y a este Proposito dixo a el *Testigo* este Reo otras muchas Cosas.

Con esta Testificaçion se boto en la dicha ynquisiçion de Lima a que el dicho Gaspar Suarez fuese Preso con secresto de bienes en 16 de junio de 615 // [fl. 4v] Y Porque benia Con la flota a España nos escribio la dicha ynquisiçion y embio la dicha Testificaçion y auiso Para que le Prendiesemos en llegando lo qual se hizo y fue Recluso en las Carçeles secretas deste *santo offiçio*. En la Primera Audiencia que Con el se Tubo en 7 de henero de 617 estubo negatibo y en Todas las demas y en la de la acusaçion que se le Puso a 13 de febrero del dicho año y en la de la Publicaçion de testigos que se le dio a 2 de Mayo alego defensas y Tacho a el *testigo* que le testifico Por su Capital enemigo y lo Probo con dos *testigos* compañeros Presos en esta ynquisiçion que vinieron de Lima y Conclusa la Causa difinitivamente y vista en Consulta con el hordinario y Consultores se boto en discordia y v. *señoria* Mando se suspendiese y se executo.

Antonio Suarez Portugues<sup>2</sup> natural de Moxagata de edad de 36 años fue testificado en la ynquisiçion de Lima Por el mes de Marzo de 1615 Por vn

---

<sup>2</sup> À margem: «3».

*Testigo* baron mayor Preso en ella de que en la çuadad de los Reyes en compaña de otros Portugueses ofrecio enseñar a el *Testigo* las çeremonias de la ley de Moysen y que Trato con çiertas Personas de benirse de los Reynos del Piru a estos de España Para yrse a França a la çuadad de Burdeos

Con esta Testificaçion que se nos Remitio de la dicha ynquisiçion con auiso de que le Prendiesemos Porque benia a estos Reynos en la flota fue Preso este Reo<sup>3</sup> y Recluso en las Carçeles secretas desta ynquisiçion Tubose Con el la Primera Audiencia en 9 de Henero de 617 en la qual declaro ser de Casta <de> *cristianos* nuebos y en las audiencias que Con el se Tubieron estubo negatiuo y en la de la acusaçion que se le Puso en 22 de Abril del dicho año y en la de la Publicaçion que se le dio en 25 del mismo y la Causa se Concluyo difinitivamente y vista en Consulta se beto con botos diferentes y auiendo\la/ visto v. *señoria* Mando que se suspendiese y asi se executo.

---

<sup>3</sup> Repetido: «este Reo».



## **ÍNDICE REMISSIVO**

---



## A

- abacates · 124, 176.  
Abancay, rio de · 155.  
Abancay, vale de · 155.  
abelha(s) · 103, 161, 174, 188.  
abóbora(s) · 109, 112, 123.  
açafraão · 127, 184.  
Acapulco · 174.  
*acelga* · 126.  
aço · 161, 185.  
acos · 151.  
açougues · 116, 132.  
açúcar · 106-107, 109-112, 125-128, 130, 151-152, 155, 160, 164, 176, 180-181.  
adagas · 186.  
agostinhos · 107, 110, 113, 116, 137.  
água de anjos · 126.  
aguardente · 130.  
aguazil-maior · 169.  
aguazis · 117.  
agulhas · 185, 189.  
alabardeiros · 115.  
alamares · 182.  
álamos · 132.  
*alcalde* · 156.  
*alcalde(s)* de índios · 145, 150, 164.  
*alcaldes de corte* · 105, 114-116, 118.  
alcaparra · 188.  
aldrabas · 187.  
alecrim · 126, 130, 189.  
alemães · 144.  
Alemanha · 184, 188.  
alfaces · 123, 128, 176.  
alfafa(s) · 127, 133, 160, 187.  
alfaias · 187.  
alfaiate(s) · 120-121, 185-186, 188.  
alfarroba(s) · 106, 110.  
alfavacas · 119.  
alfinetes · 128, 185.  
algália · 175, 184.  
algodão · 105-107, 169, 170, 172, 175.  
alho-porro · 126.  
alhos · 123.  
alicates · 185.  
alimaraes · 156.  
almagre · 102.  
almirante · 139-140.  
almíscar · 130, 175, 184.  
almofaças · 187.  
almofadas · 182, 185.  
Almuñécar · 129.  
aloé · 146.  
alperces · 160.  
alpergatas · 177.  
alvaiade · 185, 189.  
âmbar · 130, 175, 184, 186.  
ameixas · 125.  
amêndoa(s) · 103, 126, 146, 161, 176, 184, 186, 188.  
amendoim · 126.  
ametistas · 119.  
amoras · 168.  
amorreus · 143.  
*anaco(s)* · 107, 110, 170.  
ananases · 125, 180.  
anascotes · 181.  
anchova · 174.  
anchovetas · 129.  
Andaguailas La Grande · 155.  
Andaluzia · 129.  
Andes · 150, 160-163 .  
anil · 106, 130, 174, 179.  
Antártico · 141.  
apitos · 188.  
Apurimac · 156-157.  
aragoneses · 144.  
aranha · 153.  
araucanos · 142, 166.  
arcabuz (es) · 108, 121-122, 172, 183.  
arcas · 187-188.  
arcebispado · 112.  
arcebispo · 105, 112, 116-118, 133, 135, 142.  
Ártico · 141, 161.  
Arequipa · 158, 167-168.  
Arica · 140, 145, 151, 167, 171-172.  
armadilho · 130.  
armas · 115, 120-122, 140, 142, 167, 176.  
arrieiros · 104, 120-121, 176, 183, 185-186.  
arrobe · 130.  
arroz · 103, 124, 146, 161, 176, 181.  
artilharia · 115, 139-140, 165, 168, 175, 177, 179, 180-181.  
Asia · 173-174.  
Aspar · 108.  
asturianos · 144.  
Atabaliba · 108.  
Atahualpa · 147.  
atum · 129.  
Audiência · 123.  
Audiência Real · 105, 112, 114, 162, 167, 176.  
avelã(s) · 162, 188.

aveludados · 174.  
 aves · 101, 107, 111, 119, 127-129, 138, 160-  
 -161, 166, 181.  
 Azángaro · 154.  
 azeite · 123, 128, 184, 188.  
 azeitona(s) · 107, 109, 123, 131, 176, 188.  
 azeviche · 184.

## B

bacias · 186.  
 baeta(s) · 105, 110, 182, 189.  
 bagres · 129.  
 balanças · 187.  
 bálsamo · 130, 174, 180.  
 banana(s) · 123-124, 176, 180.  
 bananeira · 123, 127.  
 barbeiros · 186-187.  
 barretas · 162, 188.  
 barretes · 184.  
 barro · 120, 130, 145, 152, 168.  
 batata-doce · 124, 133, 176.  
 batata(s) · 124, 148-149, 173, 176.  
 beldroegas · 126.  
 belduque · 183, 186.  
 Berberia · 184.  
 beringelas · 123-124.  
 Bernarda (Dona) · 110.  
 bestas · 104, 119-120, 126-127, 138, 149.  
 Biscaia · 185-186.  
 biscaios · 144.  
 biscoito · 180-181.  
 bispado · 159.  
 bispo(s) · 105, 107, 154, 159, 162, 167, 176.  
 boémios · 186.  
 bofetás · 183.  
 boi(s) · 105, 124, 129, 138, 153-154, 165, 176,  
 186-187.  
 Bolonha · 184.  
 Bombom · 112.  
*borrachera* · 107.  
 borragens · 123.  
 boticários · 146, 186.  
 botoeiras · 182.  
 botões · 182, 185.  
 breu · 130, 168, 174.  
 bronze · 139-140.  
 broquéis · 188.  
 Buenos Aires · 165.  
 buracafes · 182.

burel · 181.  
 buris · 185.  
 burricos · 179.  
 buxo · 186.

## C

*cabildo* · 105, 160.  
 cabinzas · 129.  
 cabos · 103, 154, 185-186.  
 cabras · 104, 106, 109, 129, 138, 149.  
 cabrito · 129.  
 cacau · 130, 174.  
 cachuelos · 129.  
 caciques · 161.  
 cadeados · 187.  
 cadeiras · 185.  
 caimões · 178, 180.  
 caixa da água · 132.  
 caixas · 117, 188.  
 caixas reais · 115, 117, 162.  
 Calábria · 182.  
 calamita · 184.  
 cálamo · 127.  
 calçado · 107, 170.  
 calção(ões) · 169, 177, 183.  
 calcetins · 182.  
 caldeireiros · 136.  
 caleiro · 133.  
 Callao · 116, 118, 136-141, 145, 168, 175.  
 Calle de En Medio · 159.  
 Calle de los Plateros · 159.  
 cama(s) · 109, 120, 122, 150, 169.  
 camarões · 122.  
 cambraia · 170, 183.  
 camelotes · 182.  
 Caminho Real · 133, 151, 153, 166.  
 Caminho Real da Serra · 147.  
 Caminho Real das Planícies · 132-133, 137.  
 camisa(s) · 107, 170, 177, 183.  
 camiseta · 169, 177.  
 camoesas · 123, 130-131, 160-161.  
 campanhas · 186.  
 cana · 107, 120, 124, 126, 176.  
 cana fistula · 106.  
 cana-de-açúcar · 128, 155.  
 cananeus · 143.  
 canários · 129, 144.  
 canela · 106, 130, 184.  
 Cañete · 139, 146, 173-174.

- cânhamo · 189.  
canhões · 165, 187.  
Caño · 177.  
cântaros · 168.  
canudilho · 183.  
canutilho · 184.  
capa · 169, 189.  
Capira, montanhas de · 177.  
capitão(ões) · 116, 118, 120-122, 144, 161, 166, 176, 181.  
capões · 107, 129.  
caprino · 166.  
Carabajal, Alonso de (Dom) · 136.  
Carabaya · 162.  
Carabayllo · 111, 128, 132, 140.  
Carabayllo, rio de · 132, 140.  
carantonhas · 186.  
cárcere · 118, 133, 140, 160, 175.  
carmesins · 181-184.  
carneiro(s) · 112, 127, 129, 138, 149, 150-153, 172, 186.  
carpinteiros · 185.  
Carrasco · 177.  
Cartagena · 104-105, 179, 180.  
carvalho(s) · 103, 177.  
carvão · 110, 148.  
Casa da Caridade · 133.  
Casa das Comédias · 130.  
Casa de Armas · 115, 118, 132, 136.  
Casa de Cruces · 178.  
*casabe* · 124.  
*Casas del Cabildo* · 115, 118, 132, 1368.  
Casas Reais · 139.  
cascavel · 102.  
Casma la Alta · 109-110.  
Casma la Baja · 109.  
castanhas · 125.  
castanhas das Índias · 124.  
castanheiro · 125.  
Castela · 122-123, 135, 160.  
castor · 149.  
Castrovirreina · 152.  
catedral · 117, 176.  
cavalgadas · 109, 111, 141, 148, 151.  
cavalo(s) · 104-105, 108, 110, 119-121, 127, 131, 138, 150, 165, 170, 172, 186-188.  
Caxamarca · 106, 108-110.  
cebo · 106, 128.  
cebolas · 123, 146.  
*cecina*(s) · 109, 149, 151.  
cedro(s) · 103, 132, 177, 181.  
Ceilão · 106, 184.  
cenoura · 124.  
cepilhos · 185.  
cera · 128, 130, 174, 188.  
*cercado* · 114, 152.  
*cercado*(s) dos(e) índios · 114, 120, 131-133, 145, 169.  
cerdas · 185.  
cerieiros · 136.  
cetim(ns) · 170, 182, 189.  
cevada · 127.  
*chácaras* · 102-104, 111, 121, 132-134, 138, 145, 147, 174.  
Chachapoyas · 106.  
Chagre, rio de · 176-178.  
Chancay · 111, 132, 140.  
Chancayllo · 111.  
chancelaria · 105.  
Chancelaria de Lima · 114.  
chapeleiros · 118, 137.  
chapéus · 149, 184.  
chapins · 174, 188.  
chapiungas · 148.  
Charcas · 115, 162.  
chave(s) · 187.  
Cherepe · 106.  
Chicama · 107.  
*chicha* · 127, 172.  
Chilca · 174.  
Chile · 140, 142-143, 145, 166-167, 172.  
chilenos · 167, 172.  
China · 134, 144, 174-175, 183-184, 188.  
Chincha · 151, 153, 172-173.  
chineses · 157.  
chitas · 129.  
chocalhos · 186.  
chocolate · 127, 130, 174, 179, 181.  
Chocolococha · 152, 171.  
*chontas* · 102.  
Chontayo · 147.  
Chorrillo · 147-148.  
Chucuito · 162.  
chumbo · 101, 154.  
*chuño* (chuno) · 125.  
Chuquiago · 162.  
Cidade dos Reis · 110, 112, 140, 174.  
cidades · 144, 167, 176.  
cidras · 107, 126, 179.  
cintas · 174, 182-183.  
cintos · 186.  
cinzéis · 142.

- Cleópatra · 142.  
 clérigos · 121, 144, 163.  
 cobertores · 105.  
 cobra(s) · 105, 153.  
 cobre · 101, 136, 181, 184.  
 coca · 103, 112, 150, 159, 163.  
 Cochabamba · 162.  
 cochinha · 174, 179.  
 cocos · 166, 174.  
 coelhos · 128.  
 cofres · 187-188.  
 colchas · 175.  
 colchetes · 170, 187.  
 colchões · 185.  
 Colégio de San Martín · 136.  
 Colégio de Santo Toribio · 133.  
 colégios · 118.  
 coletes · 186.  
 coletos · 182.  
 Collao · 112, 161-163.  
 colónias · 182.  
 comarca · 104, 106, 112, 114, 130, 154-156.  
 comendador-maior · 143.  
 comerciantes · 146, 179-180.  
 compassos · 185.  
 Concepción · 133.  
 Conder · 171-172.  
 cónegos · 105, 118, 159.  
 confeiteiros · 136.  
 confessor · 116.  
 congro · 129.  
 conserva(s) · 107, 110, 125, 128, 130, 134,  
 160-161, 176, 180-181.  
 contador(es) a · 113, 115, 118, 151.  
 contadores b · 188  
 contas · 186.  
 contra-erva · 149.  
 convento(s) · 134, 136-137, 144, 159, 165.  
 coral · 184.  
 cordas · 188-189.  
 cordéis · 105, 109, 177, 189.  
 cordilheira · 101, 166-167.  
 cordões · 110, 182, 184, 187.  
 Córdova · 165-166, 170.  
 cordovão · 106, 186.  
 Correa, Antonio · 137.  
*corregidor(es)* · 104, 107, 112, 114, 117, 145,  
 149, 151, 154, 159-161, 163-164, 167, 169,  
 171, 173.  
*corregimiento(s)* · 104, 106, 109-110, 114, 116-  
 -117, 147, 150, 154-156, 160, 163, 170.  
 Correio Maior · 113, 133.  
 curso(s) · 134, 144.  
 cortiça · 189.  
 corvinas · 129.  
 couro(s) · 109, 124, 164, 166.  
 cravinho · 184.  
 cravo(s) a · 119.  
 cravo(s) b · 130.  
 cravo(s) c · 185.  
 cravo-da-índia · 119.  
*criollas* · 119, 128, 144.  
*criollos* · 119, 127-128, 144.  
 crisóis · 152, 161, 187.  
 cristal · 112, 186-188.  
 Cuba · 180.  
 Cueva, Francisco de la (Dom) · 116.  
 Cueva, Beltrán de la (Dom) · 168.  
 Curaguasi · 155.  
 Cusco · 105, 112, 147, 155-158, 160-162, 171.  
 cutelos · 186, 189.
- D**
- damascos a · 123.  
 damascos b · 175, 182, 189.  
 dançarinos · 186.  
 dedais · 185.  
 diamante(s) · 119, 187.  
 distrito · 109, 150, 160, 167, 169, 176.  
 dominicano(s) · 113, 134, 136, 143, 150, 159.  
 Drake, Francis · 177.  
 drogas · 186.
- E**
- ébano · 187-188.  
 Egipto · 142.  
 éguas · 104, 111, 138, 165, 172.  
 El Sol · 170.  
 El-Rei · 104, 113, 115-117, 121-122, 129, 133,  
 138, 140, 142, 144-145, 150-153, 159-160,  
 162, 164, 167, 169, 177, 179, 181.  
*encomenderos* · 1113.  
*encomiendas* · 113, 116.  
 engenho · 108, 110-111, 142, 153, 156, 161,  
 164.  
 enxárcia · 103.  
 erva-do-diabo · 146.  
 ervas medicinais · 126.

ervilhas · 126.  
 escarola · 123.  
 escopetas · 188.  
 escopros · 185.  
 escovinhas · 185.  
 escravas · 134.  
 escravos · 120, 133, 168, 176.  
 escrínios · 186-187.  
 escritórios · 115, 118, 160, 186, 188.  
 escritvães · 118, 120, 143, 160.  
 escrivaninhas · 187.  
 escudelas · 186.  
 escudos · 109, 188.  
 esmalte · 185.  
 esmeraldas · 105, 119.  
 espadas · 186.  
 Espanha · 122-123, 125, 131, 134-135, 141,  
 144-145, 163, 168, 176, 179-180, 182, 188.  
 espanhol · 104, 121, 152.  
 espanhol(óis) · 102-104, 106-112, 120, 122-123,  
 126-127, 133, 137, 142-144, 147, 150-152,  
 156, 159, 161-163, 165, 167, 169-173, 176-  
 -179.  
 espanholas · 119, 141, 153.  
 esparto · 149, 189.  
 especiarias · 184, 187.  
 espelhos · 187.  
 espigas · 127.  
 espinafre · 126.  
 Espírito Santo · 136.  
 Esquilache, príncipe de · 139.  
*estancia(s)* · 102, 104, 106, 109-111, 121, 128,  
 138, 147, 150-151, 155, 165, 172, 174, 181.  
 estanhados · 187.  
 estanho · 101, 186.  
 Esteco · 166.  
 estopa(s) · 181-182, 189.  
 estoraque · 184.  
 estribos · 187, 189.  
 Europa · 103, 161.

**F**

faixas · 182.  
 falcões · 129.  
 fanga · 109, 130.  
 fardos · 135, 156, 177, 183, 185, 189.  
 farinha(s) · 107, 124, 126-127, 149, 176, 179-  
 180, 184.  
 favas · 123.

fechadura · 187.  
 feijões · 126.  
 Fernández, Francisco · 147.  
 ferragem · 185, 187, 189.  
 ferramentas · 188.  
 ferreiros · 136, 185.  
 ferro(s) · 161, 172, 183, 185-186, 189.  
 ferrolhos · 186-187.  
 figas · 184.  
 figos · 106, 112, 123, 125, 129, 168, 171.  
 figueiras · 171.  
 fio · 105-106, 177, 182-184.  
 fio de pita · 105-106.  
 fiscais · 114.  
 flamengo(s) · 144, 156.  
 Flandres · 119, 182.  
 flautas · 188.  
 flor da laranjeira · 126.  
 Florença · 170, 181-183, 188.  
 foices · 187.  
 folha(s) · 187.  
 folhos · 183.  
 formões · 185.  
 frade(s) · 107, 110, 112, 116, 118, 121, 132-137,  
 143-144, 150-151, 154, 158, 162-163, 165,  
 169, 171, 176, 179.  
 Fraile · 110.  
 fraldelins · 170.  
 França · 183-184.  
 franceses · 144.  
 franciscanos · 113, 132, 137, 150, 159, 170,  
 178.  
 franjas · 182.  
 freios · 174, 187, 189.  
 fruta(s) · 107, 109-112, 122-126, 131-132, 145,  
 147, 151, 160-161, 165-168, 170, 172-173,  
 176, 180-181.  
 frutos · 102, 110, 122, 124, 128, 147, 168, 170.

**G**

gado(s) · 101, 103-107, 109-111, 123, 128,  
 138, 147, 149-150, 154, 160-161, 165-166,  
 172-173, 176, 180-181, 186.  
 galegos · 144.  
 galinha(s) · 104, 107, 124, 127, 129, 138, 150,  
 176, 178, 180.  
 galões · 182.  
 Ganta · 154.  
 gazes · 183.

general(ais) · 116, 118, 140, 161, 168.  
 general de Callao e Mar · 118.  
 general de Callao e Terra · 116.  
 genoveses · 144.  
 gentil(s)-homem(ns) · 116, 121, 162.  
 gibão(ões) · 174, 182, 184.  
 ginjas · 125, 128.  
 Gogoi · 166.  
 goiabas · 125, 176.  
 goiveiros · 119.  
 goma · 187.  
*gorgoranes* · 174-175.  
 governador · 143, 152, 162, 165, 167, 180-181.  
 Granada · 174.  
 granates · 184.  
 grão · 126, 146, 162, 166, 174.  
 grão(s)-de-bico · 128, 170, 181.  
 gregos · 144.  
 grelhas · 187.  
*guacas* · 109, 147, 172.  
 Guadacheria · 148.  
 Guamanga · 112, 153-154, 159, 171.  
 Guambacho · 109-110.  
 guanabas · 125.  
 guanacos · 149, 163, 172.  
 Guancayo · 150.  
 Guanquetepeque · 107.  
 Guanuco de los Caballeros · 111-113.  
*guarango* · 106, 110, 171.  
 Guarmey · 110.  
*guarua*(s) · 123.  
 Guatanay · 159.  
 Guatemala · 130, 145, 171, 174.  
 Gaura · 111, 129.  
 Guayaquil · 103.  
 Guayras · 110.  
 Guiné · 180.  
 guizos · 186.

## H

*haciendas* · 110.  
 Havana · 125, 180.  
 Holanda · 181-186.  
 hortaliça(s) · 123, 126, 133.  
 hortelã silvestre · 119.  
 hospital(ais) · 118, 132-133, 135-136, 159, 169, 178.  
 hospital de San Andrés · 133, 136.  
 Huancavelica · 151, 153-154, 171-172.  
 Huascar · 147.

## I

Ica · 145, 153, 168, 170-172.  
*ichó* · 149, 150, 152.  
 igreja(s) · 114, 117-118, 120, 132-133, 136-137, 145, 151, 159, 169, 176, 179, 180.  
 Igreja do Prado · 133.  
 Igreja Maior · 133, 145.  
 iguanas · 178.  
 Imperial · 167.  
 inca(s) · 108, 138, 154-155, 157-158, 160-161, 170, 172.  
 incenso · 186.  
 Índia · 140, 144, 183, 184.  
 Índias · 125-126, 128, 146, 166, 180-181, 188.  
 índia(s) · 107, 141-142, 150-151, 159-160, 170.  
 índio(s) · 102-114, 116-117, 120-121, 126-127, 131-133, 136-139, 143-145, 147-151, 153-167, 169-175, 177, 186.  
 Inglaterra · 181, 186.  
 ingleses · 144, 168.  
 Inquisição · 112, 133, 137, 144, 168.  
 inquisidores · 133, 144.  
 inquisidores-gerais · 118.  
 Itália · 182-183.  
 italianos · 144.  
 iúcas · 124.

## J

Jaén de Bracamoros · 106, 130.  
 Jagüey de las Zorras · 110.  
 janelas · 119-120, 159, 187.  
 jarros · 110, 168.  
 javalis · 179.  
 Jayanca · 106.  
 Jerusalém · 143.  
 jesuítas · 114, 128, 136-138, 162.  
 Juley · 162.

## L

lâ(s) · 105, 110, 149-150, 181-182, 188-189.  
 La Arena · 111, 132, 140.  
 La Barranca · 110.  
 La Coya · 160.  
 La Encarnación · 134, 137.  
 La Magdalena · 136, 139.  
 La Plata · 162.

- lacre · 184.  
ladinos · 102, 114.  
Lagatún · 179.  
Lambayeque · 106.  
lança(s) · 121-122, 158.  
lancetas · 187.  
laranja(s) · 107, 126, 179-180.  
laranjeiras · 132.  
Las Rocas · 110.  
Las Sepulturas · 161.  
Las Vizcachas · 153.  
Latacunga · 106.  
latão · 185-186.  
Late · 128, 133.  
Lautaro · 166.  
lebres · 150.  
Legatún · 179.  
leite · 127, 129.  
lenço(s) · 170, 183-184, 189.  
lenha · 110-111, 120, 124, 147-148, 150, 152, 171, 185.  
lentilhas · 126.  
Levante · 182.  
libra · 160, 188.  
ligas · 174.  
Ligorne · 182, 184.  
Lima · 102-107, 109-112, 114-124, 128-148, 150-151, 153-154, 156, 159, 163, 165-168, 171, 173-176, 184.  
Lima, rio de · 140.  
limas · 126, 185.  
Limatambo · 157.  
limoeiros · 132.  
limões · 107, 126, 179.  
linguados · 129.  
linhaça · 186, 189.  
linho(s) · 127, 183-184, 189.  
Lion · 183-184.  
livros · 118, 188.  
Llancón · 111, 140.  
Lo Caliente · 148.  
Lobos, ilha de · 139.  
lobos-marinhos · 139.  
*locros* · 125, 127-128.  
loiça · 145.  
lojas · 104, 107, 118, 133-134, 136, 153, 159, 163, 168, 180.  
*lomas* · 123.  
Los Frades · 154.  
Los Reyes · 118.  
Loxa · 106.  
Luca · 182.  
Lucanas · 170.  
lugar(es) de índios · 103-107, 109-110, 112, 114, 132, 136-139, 147-148, 150, 153-157, 161-162, 166-167, 169, 171-174.  
Lugar Nuevo · 177.  
Lunaguana · 173.  
Lurigancho · 132.  
luvas · 159, 186-187.  
luveiros · 118.
- M**
- maçã(s) · 112, 123-125, 160, 166, 168, 173, 176, 180.  
macacos · 103, 170, 178.  
machados · 185.  
machetes · 129, 185.  
machos · 106, 109.  
macieiras · 132.  
madeira · 103, 126, 130, 138, 156, 162, 181.  
Madrid · 129, 184.  
Magalhães, estreito de · 101, 139, 166, 168.  
mahamares · 171.  
maiorquinos · 144.  
Mal Abrigo · 107.  
Mala · 174.  
Málaga · 129.  
malha · 182-183.  
Manta · 103.  
mantas · 107, 136-137, 169, 175.  
manteiga · 124, 129, 151.  
mantéis · 183-184.  
mantos · 174.  
Mar do Sul · 101, 168.  
mar Oceano · 102.  
Maracayo, lagoa de · 179.  
Maranga · 139.  
maravedis · 152.  
marcos · 122, 164, 187.  
marfim · 185-186, 188.  
marinheiros · 136-137.  
marmelo(s) · 107, 112, 123, 130, 160, 168, 173, 176.  
máscaras · 186.  
mates · 109, 174.  
Mechoacán · 130.  
meia(s) · 119, 177, 182.  
mel · 103, 127-128, 130, 161, 174, 176, 188.  
melancias · 126, 170.

meloais · 138.  
 melão(ões) · 125-126, 147, 170, 176, 180.  
 Mendoza, Rodrigo de (Dom) · 140.  
 mercadores · 103, 106, 113, 115, 118-122,  
 131, 134-137, 145-146, 151, 153, 156-157,  
 160, 162-163, 168-169, 171, 174, 176.  
 mercadorias · 103-104, 106, 108, 118, 127,  
 131, 134-135, 137-138, 145-146, 174-176,  
 178-179, 181, 188-189.  
 mercancias · 119, 161, 168.  
 mercedário(s) · 113, 136, 143, 179.  
 mercúrio(s) · 115, 117, 147, 151-153, 172.  
 mesclas · 174.  
 mestres · 156, 164, 171.  
 mestres de campo · 118, 161.  
 mestres-sala · 116.  
 metais · 152, 164.  
 México · 134-135, 140, 163, 174-175.  
 Mezteca · 174.  
 micos · 178.  
 Milão · 170, 181-183.  
 milheirais · 133.  
 milho · 103-104, 107, 110-112, 125-127, 130,  
 138, 147-150, 154-155, 160-161, 166-168,  
 170, 172-174, 176, 180.  
 minas · 101-103, 105, 107, 117, 129, 146, 151-  
 -152, 154-156, 161-165, 172, 188.  
 ministros · 120, 169, 176.  
 moeda · 122.  
 Mogajares · 182.  
 mogno · 181.  
 moinhos · 107, 118, 137, 152, 164.  
 molinillos · 182.  
 Mollapata · 157.  
 Mompox · 105.  
 monja(s) · 107, 112, 118, 132-134, 137, 144,  
 154, 159, 163, 167, 174.  
 Monserrat · 136-137.  
 Montes Claros, Marquês de · 114, 116.  
 Moquegua · 168.  
 mordomos · 116, 121, 164.  
 mosquete · 111, 122, 165, 180.  
 mosquito(s) · 104, 128, 153.  
 mosteiro(s) · 107, 112, 118, 132-138, 143,  
 150-151, 154, 158-160, 167, 169, 171, 173,  
 176, 178-180.  
 mouriscos · 144.  
 mugens · 129.  
 mula(s) · 104-105, 110-111, 119-120, 138, 148,  
 150, 154, 156, 176-178, 185-188.  
 Múrcia · 144.  
 músicos · 120.

## N

nabos · 123, 126.  
 Nápoles · 182.  
 navalhas · 187.  
 navarros · 144.  
 Nasca · 168, 171.  
 nectarinas · 123.  
 negra(s) · 119, 134, 141-142, 145.  
 negro(s) · 104-105, 107, 109-112, 119-120, 124,  
 126-127, 133, 137-138, 140, 142, 144-145,  
 -154, 156, 168-169, 171, 173, 175-180,  
 185, 187.  
 Nicarágua · 125, 130, 140, 145, 171, 174, 176,  
 188.  
 Nicolás (Dom) · 134.  
 nígua(s) · 128, 153, 169.  
 Nîmes · 181.  
 Nombre de Dios · 177.  
 Novo Reino de Granada · 105, 145.  
 nozes · 109, 166.  
 noz-moscada · 184.

## O

*obrajes* · 110, 117.  
 óculos · 188.  
 odres · 130, 135, 168, 171.  
*oidores* · 105, 114-115, 118, 120.  
 óleo · 146, 186, 189.  
 olivais · 123, 128, 131.  
 oliveiras · 132.  
 Olmos de los Arrieros · 104, 106.  
 onças · 130, 160, 164.  
 ordem de Santo Domingo · 158  
 Oropesa de Huancavelica · 151.  
 Oropesa del Valle de Yucay, Marquesado de ·  
 160.  
 Oruro · 162, 167.  
 ourives · 118, 120, 137, 183, 185, 187.  
 ouro · 101, 103, 105, 107-109, 115, 118-119,  
 124, 138, 147, 155, 159, 161-162, 164,  
 166-167, 170, 172, 174, 179, 182-184, 187,  
 189.  
*ouro volador* · 162.  
 ovelha(s) · 104, 129, 138, 151, 154.  
 ovinos · 105, 110, 173.  
 ovo(s) · 124-127, 150, 178, 181.

**P**

- pacajes · 125.  
 Pachacaca · 148, 150.  
 Pachacama · 137-139, 174.  
 padres · 114, 118, 136, 159.  
 Pájaros, ilha de · 171.  
 pajens · 116.  
*palos* · 125.  
 Panamá · 140, 175-180.  
 pano(s) · 105, 107, 119, 135, 150, 169-170,  
 174-175, 181, 183-184, 189.  
 pão · 124, 152, 164.  
 papagaios · 103, 129, 179.  
 papel · 188-189.  
 Paramonguilla · 110.  
 Pariacaca · 148, 150, 153, 173.  
 Paris · 185-188.  
 paróquia(s) · 118, 133, 135, 137, 151, 159.  
 parreiras · 125.  
 pás · 166.  
 Pasco · 153.  
 passa(s) · 129, 168.  
 passamanes · 174, 182, 189.  
 pássaros · 129.  
 pata · 125.  
 patos · 129.  
 pavilhões · 105.  
 Payan · 107.  
 Payta · 104, 107.  
 pedra(s) bezoar(es) · 148, 150.  
 pedras preciosas · 147.  
 pedreiros · 115.  
 peixe(s) · 101, 108, 110-111, 127, 129, 139,  
 158, 160, 162, 168, 176, 180-181.  
 peixe-rei · 129.  
 pentes · 182, 186.  
 peões · 121.  
 pepinos · 123-124, 133, 138, 147, 174.  
 Pequení · 177-179.  
 Peralvillo · 138.  
 pêras · 123-125, 160.  
 percevejos · 128.  
 perdizes · 129, 166.  
 pereiras · 124.  
 Perico · 175-176.  
 pérolas · 119, 176, 186.  
 Peru · 101-105, 111-113, 116, 119, 122-124,  
 126-132, 134, 138-142, 144-151, 153-157,  
 159, 161, 165-171, 174-176, 179-181, 183,  
 185, 188-189.  
 perus · 127, 180.  
 pescadores · 111, 129, 139-140, 162.  
 pesos · 117-118, 121, 127, 129-130, 134-135,  
 137, 142-143, 145-146, 150, 152, 157, 159-  
 -160, 162, 164-166, 171.  
 pesos correntes · 116, 122, 137.  
 pesos ensaiados · 117-118, 121-122, 133, 135,  
 159, 162-163.  
 pêssego(s) · 123, 150, 160.  
 pias · 186.  
 Picois · 153.  
 picotes · 175, 181.  
 pimenta · 130, 184.  
 pimento(s) · 107, 127, 149-150.  
 pinheiros · 125.  
 pinhões · 146.  
 piolho(s) · 128, 153, 158.  
 pipas · 130.  
 Pisa · 126, 182, 188.  
 Pisco · 171-172.  
 Pitantora · 162.  
 platina · 185.  
 plumas · 184, 186-187.  
 pó carmim · 181.  
 podadeiras · 187.  
 podões · 187.  
 Pomata · 162.  
 pombos · 129.  
 Pompeu, o Magno · 140.  
 porcelanas · 175.  
 porco(s) · 109-110, 129, 179, 181.  
 portas · 114, 117, 120, 158-159, 187.  
 porto · 103, 106-107, 110-111, 137, 139-141,  
 145, 151, 167-168, 171-172, 174-175.  
 Portobello · 107, 176-179.  
 Portoviejo · 103.  
 portuguesa · 144.  
 pós · 187.  
 Potosí · 103, 107, 146, 150-151, 160-167, 172.  
 Praça Maior · 115, 117, 122, 132-133.  
 prata · 101, 108, 112, 115-116, 118-119, 136,  
 138, 140, 145-147, 151-153, 155-156, 159,  
 161, 165, 167, 170, 172, 174, 179-180,  
 182-184, 187.  
 pratos · 186.  
 prebendados · 118.  
 presidente · 162, 176.  
 prisão da corte · 116.  
 protectores · 117.  
 Província Inferior · 111, 115, 157.  
 província(s) · 101, 106, 108-111, 115, 156-157,  
 162-163, 170, 174, 176.

Pueblo Nuevo · 106.  
 Puerto Quemado · 168.  
 pulga(s) · 128, 153, 158.  
 Pulgar, Pedro de · 139.  
*puna(s)* · 148, 153, 173.  
 Punna, ilha de · 103.  
 puxavantes · 188.

## Q

queijos · 110, 129, 151, 173.  
 quinoa quina · 146.  
 quinto(s) · 152, 162, 164.  
 quinua · 146.  
 Quito · 103, 105-106, 115, 157-158.  
 Quixios · 106.

## R

rabanete(s) · 128, 162.  
 rábanos · 123.  
 ragusanos · 144.  
 Ramírez, Pedro · 116.  
 rato · 153.  
 real(ais) · 105, 109, 117, 120, 122, 127-131,  
 145, 150, 152, 160, 165-166, 170, 174,  
 179-180, 189.  
 Realejo · 130, 171.  
 récuas · 138, 156-157, 161, 170, 176-177, 186.  
 regedores · 121.  
 rei – *Vd.* el-rei.  
 relatores · 114.  
 renda(a)s a · 113, 116-118, 121, 133-134, 159-  
 160, 162-163, 166, 170.  
 renda(a)s b · 174, 183.  
*repartimientos* · 184.  
 repolhos · 123, 128.  
 Rey, ilhas de · 103, 175.  
 Rey e Taboga, ilhas de · 103.  
 Rio da Prata · 165.  
 robalos · 129.  
 rodelas · 109, 188.  
 rolas · 129.  
 Roma · 140, 186, 188.  
 romarino · 126.  
 romã(s) · 107, 123, 145, 168, 173, 176.  
 rosais · 126.  
 rosas · 119, 126.  
 rosmaninho · 189.

roupa · 107, 109-110, 119, 122, 133, 150, 157,  
 169-170, 175, 183, 185.  
 roupeiros · 133.  
 Ruão · 183.  
 rubis · 119.  
 ruivos · 129.

## S

sabão · 188.  
 sal · 111, 125, 129, 149-150, 153, 160, 188.  
 salina(s) · 111.  
 salsaparrilha · 103, 178.  
 San Agustín · 137, 140.  
 San Cristóbal · 132.  
 San Diego · 135, 137.  
 San Felipe de Portobello · 179.  
 San Francisco · 136, 140.  
 San Gallán, ilha de · 171.  
 San Juan e San Martín · 169.  
 San Lázaro · 114, 132.  
 San Marcelo · 137.  
 San Miguel de Piura · 104.  
 San Pablo · 117.  
 San Pedro de Mama · 107.  
 San Sebastián · 137.  
 Sana · 106-107, 176.  
 Sánchez, Alonso · 133.  
 Santa · 109.  
 Santana, praça de · 133.  
 Santa Cruz de la Sierra · 163.  
 Santa Fé de Bogotá · 105.  
 Santa Inés · 132-133.  
 Santana · 133.  
 Santiago del Estero · 165.  
 Santiago do Chile · 167.  
 Santillana, marqueses de · 134.  
 sapateiros · 120-121, 185-186.  
 sapatos · 105.  
 sapos · 179.  
 Saragoça · 105.  
 sardinhas · 129, 174.  
 sargos · 129.  
 sarja(s) · 181, 189.  
 sebo · 109, 128, 163-164, 166, 188.  
 secretário(s) · 114-115, 118, 137.  
 seda(s) · 119, 159, 174-175, 182-184, 186-189.  
 Segóvia · 119, 181.  
 selas · 185.  
 semente(s) · 107, 126-127, 131, 146, 161-162,  
 168.

Seneguilla · 128, 133, 138, 147.  
 seringas · 186.  
 serpente(s) · 101-102, 105, 178.  
 serras · 129, 185.  
 Sevilha · 107, 116-117, 123, 130, 131, 134,  
 163, 176, 182, 184, 188.  
 sevilhanetas · 182.  
 Sisicayo · 147.  
 Sisigana · 157.  
 sobrecamas · 105, 175.  
 soldado(s) · 121-122, 141-145, 160, 176, 179,  
 181, 184.  
 Sonsonate · 171, 174.  
 Soruro · 105.  
 sumagre · 103.  
 Supe · 110.  
 Superior · 111, 115.  
 Surco · 139.  
 Surquillo · 139.

## T

tabaco · 103, 106, 130, 168, 174.  
 Taboga, ilhas de · 103, 175.  
 tachas · 185, 188.  
 tafetá(s) · 174-175, 182, 189.  
 talabartes · 186.  
 tâmaras · 176.  
 tambillo · 148.  
*tambo(s)* · 108-109, 150-151, 153-155, 157,  
 174.  
*tambo* de Parcos · 154.  
*tambo* de Pingos · 155.  
 tapetes · 182.  
 Tarasca · 188.  
 Tarija · 163.  
 tártaros · 157.  
 tartarugas · 180.  
 teatinos · 107, 112, 118, 128, 154, 159, 163,  
 165, 167, 176.  
 tecidos · 105, 107, 119, 150, 170, 174, 188.  
 telas · 170, 175, 182, 189.  
 tenazes · 188.  
 tenente · 116, 171.  
 Terra Firme · 118, 122, 140, 166, 167, 175,  
 176.  
 Terrinafe · 106.  
 tesouras · 186-187.  
 tesoureiro(s) · 113, 118, 151.  
 Texeda, Juan Bernardino de · 140.

Tinges · 170.  
 tintas · 186.  
 tinteiros · 187.  
 Toledo · 185.  
 Toledo, Francisco de (Dom) · 150.  
 Tolud · 180.  
 tonéis · 171.  
*tотора* · 107, 139.  
 toucados · 182-183.  
 touca(s) · 107, 170, 174-175, 184.  
 toucinho · 150.  
 touros · 131.  
 trançadeiras · 183.  
 tranças · 182.  
 trementina · 187.  
 tribunais · 115.  
 Tribunal do Consulado de Mercadores · 113,  
 115.  
 Tribunal dos *Alcaldes* da Corte · 116.  
 trigo · 102-107, 109-112, 122, 124, 126, 130,  
 133, 138, 147-150, 154-155, 157.  
 trinchetes · 186.  
 trompas · 188.  
 Truxillo · 107-109, 176.  
 Tucumán · 145, 165.  
 Tumbes · 104.

## U

Umay · 171-172.  
 Universidades · 131.  
 Uramarca, rio de · 154-155.  
 uvas · 106-107, 122-123, 160, 162, 168, 173,  
 176, 186.

## V

vaca(s) · 104, 129, 138, 150-151, 154-155, 164-  
 -165, 172, 176-177, .  
 Valdivia · 166-167.  
 Valdivia, Pedro de · 166.  
 Valência · 181-182.  
 valencianos · 144, 188.  
 Valverde de Ica · 168.  
 vaqueta · 105, 185, 188.  
 vasilha(s) · 145, 152, 168, 184, 188, 189.  
 vasos · 119, 186.  
 veados · 150.  
 vedores · 164.

- vela(s) · 107, 140, 163-164, 166, 177, 183, 185.  
Velústegui · 150.  
veludo(s) · 107, 119, 136, 170, 175, 182, 189.  
Veneza · 182-184, 186-187.  
vestido(s) · 150, 172, 177.  
véus · 174.  
vice-rainha · 115.  
vice-rei(s) · 104, 112, 114-118, 121-123, 131,  
135, 145, 150, 160.  
vicunhas · 148-149.  
vidro · 145.  
vigário-geral · 143.  
vila(s) · 101, 103-104, 106-107, 109, 111-112,  
129, 139, 144-146, 151-153, 162-164, 166-  
-169, 171, 173-174, 176.  
Vilcabamba · 156.  
Vilcas · 154.  
Villa Curi · 168.  
Villa Uri · 171.  
vinagre · 188.  
Vinagua · 154.  
vinhas · 110, 130, 160, 168-169, 171, 187-188.  
vinho · 110-111, 122-123, 127, 130, 137-138,  
145-146, 149, 153, 160, 166-174, 179, 181.  
vintequatrenos · 135, 174, 181.  
visitadores · 117.  
vitelas · 129, 176.  
vizcachas · 150.  
vizinhos · 107, 113-114, 121, 137, 159, 162,  
165, 171, 173, 176, 179.  
vulcão · 167-168.
- X**
- Xauxa · 112, 148, 150-151, 171.
- Y**
- Yucay · 160.
- Z**
- Zepita, lagoa de · 162.

## Colecção **ESTUDOS & DOCUMENTOS**

1. AQUÉM E ALÉM DA TAPROBANA  
ESTUDOS LUSO-ORIENTAIS À MEMÓRIA DE JEAN AUBIN E DENIZ LOMBARD  
Edição organizada por LUÍS F. R. THOMAZ
2. A ALTA NOBREZA E A FUNDAÇÃO DO ESTADO DA ÍNDIA  
ACTAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL  
Edição organizada por JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA e VÍTOR LUÍS GASPAR RODRIGUES
3. RELAÇÃO DO DESCOBRIMENTO DA ILHA DE S. TOMÉ  
por MANUEL DO ROSÁRIO PINTO  
Fixação do texto, Introdução e Notas de ARLINDO MANUEL CALDEIRA
4. NEGÓCIOS DE TANTA IMPORTÂNCIA  
O CONSELHO ULTRAMARINO E A DISPUTA PELA CONDUÇÃO DA GUERRA  
NO ATLÂNTICO E NO ÍNDICO (1643-1661)  
por EDVAL DE SOUZA BARROS
5. A PRESENÇA INGLESA E AS RELAÇÕES ANGLO-PORTUGUESAS EM MACAU  
(1635-1793)  
por ROGÉRIO MIGUEL PUGA
6. CRONOLOGIA DA CONGREGAÇÃO DO ORATÓRIO DE GOA  
por Padre SEBASTIÃO DO REGO  
Direcção e Estudo Introdutório de MARIA DE JESUS DOS MÁRTIRES LOPES  
Apresentação de ANÍBAL PINTO DE CASTRO
7. O ESTADO DA ÍNDIA E OS DESAFIOS EUROPEUS  
ACTAS DO XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA INDO-PORTUGUESA  
Edição de JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA e VÍTOR LUÍS GASPAR RODRIGUES
8. MULHERES EM MACAU  
DONAS HONRADAS, MULHERES LIVRES E ESCRAVAS (SÉCULOS XVI E XVII)  
por ELSA PENALVA
9. COMENTARIOS DE LA EMBAXADA AL REY XA ABBAS DE PERSIA (1614-1624)  
POR DON GARCIA DE SILVA Y FIGUEROA  
**Volumes 1 e 2:** Texto-Edição crítica de RUI MANUEL LOUREIRO, ANA CRISTINA COSTA GOMES e VASCO RESENDE; **Volume 3:** Anotações-Coordenação de RUI MANUEL LOUREIRO; **Volume 4:** Estudos-Coordenação de RUI LOUREIRO e VASCO RESENDE.
10. REPRESENTAÇÕES DE ÁFRICA E DOS AFRICANOS NA HISTÓRIA E NA CULTURA –  
SÉCULOS XV A XXI  
Edição de JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES e CASIMIRO RODRIGUES
11. GOVERNO, POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES DO PODER NO PORTUGAL HABSBURGO  
E NOS SEUS TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS (1581-1640)  
Direcção de SANTIAGO MARTÍNEZ HERNÁNDEZ
12. ANTÓNIO VIEIRA, ROMA E O UNIVERSALISMO DAS MONARQUIAS PORTUGUESA  
E ESPANHOLA  
Organização de PEDRO CARDIM & GAETANO SABATINI
13. HISTÓRIAS ATLÂNTICAS: OS AÇORES NA PRIMEIRA MODERNIDADE  
por JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES

- 14. CARGOS E OFÍCIOS NAS MONARQUIAS IBÉRICAS:  
PROVIMENTO, CONTROLO E VENALIDADE (SÉCULOS XVII E XVIII)**  
Organização de ROBERTA STUMPF & NANDINI CHATURVEDULA
  
- 15. MONARCAS, MINISTROS E CIENTISTAS. MECANISMOS DE PODER, GOVERNAÇÃO  
E INFORMAÇÃO NO BRASIL COLONIAL**  
por ÂNGELA DOMINGUES
  
- 16. *DI BUON AFFETTO E COMMERZIO***  
RELAÇÕES LUSO-ITALIANAS NA IDADE MODERNA  
Organização de NUNZIATELLA ALESSANDRINI, MARIAGRAZIA RUSSO, GAETANO SABATINI & ANTONELLA VIOLA
  
- 17. O ATLÂNTICO REVOLUCIONÁRIO**  
CIRCULAÇÃO DE IDEIAS E DE ELITES NO FINAL DO ANTIGO REGIME  
Coordenação de JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES
  
- 18. PORTUGAL NA MONARQUIA HISPÂNICA.**  
DINÂMICAS DE INTEGRAÇÃO E DE CONFLITO  
Organização de PEDRO CARDIM, LEONOR FREIRE COSTA & MAFALDA SOARES DA CUNHA
  
- 19. PARA A HISTÓRIA DA ESCRAVATURA INSULAR NOS SÉCULOS XV A XIX**  
Coordenação de MARGARIDA VAZ DO REGO MACHADO, RUTE DIAS GREGÓRIO & SUSANA SERPA  
SILVA
  
- 20. ABORDAGENS À HISTÓRIA RURAL CONTINENTAL E INSULAR PORTUGUESA,  
SÉCULOS XIII-XVIII**  
Coordenação de RUTE DIAS GREGÓRIO